



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIO CÉSAR PEREIRA DOS SANTOS

**“PRETO NO BRANCO”:
a trajetória do paraibano Elyseu Elias César no pós-abolição brasileiro
(1871-1923)**

Recife
2019

JULIO CÉSAR PEREIRA DOS SANTOS

**“PRETO NO BRANCO”:
a trajetória do paraibano Elyseu Elias César no pós-abolição brasileiro (1871-1923)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

S237p Santos, Julio César Pereira dos.
“Preto no branco”: a trajetória do paraibano Elyseu Elias César no pós-abolição brasileiro (1871-1923) / Julio César Pereira dos Santos – 2019.
306f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de pós-graduação em História, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. História. 2. Elyseu César e as últimas décadas do século XIX. 3. Trampolim político e intelectual. 4. Do ofício da escrita aos aplausos no palanque. I. Christillino, Cristiano Luís (Orientador). II. Título.

981.33 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-163)

JULIO CÉSAR PEREIRA DOS SANTOS

“PRETO NO BRANCO”:

a trajetória do paraibano Elyseu Elias César no pós-abolição brasileiro (1871-1923)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 27/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Solange Pereira da Rocha
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

Prof.^a Dr.^a Maria Sarita Cristina Mota
Membro Titular Externo (Instituto Universitário de Lisboa)

A todos (as) que estiveram comigo nessa jornada, em especial, aos meus familiares e amigos (as) que tanto me incentivaram e acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeira a todo amor e investimento de minha família, sendo a base de tudo que consegui até aqui. Minha mãe Ana por ter me proporcionado a oportunidade de estudar e por ser parte da força que me sustenta todas as minhas forças. Meu pai Vavá por me fazer gostar de história. Meu irmão Nathan por acreditar, apoiar e ajudar no possível para construção deste texto, nossa amizade e afeto foram cruciais para minha persistência nesse sonho. Minha prima Ruth por aguentar minhas lamentações, sempre disposta a me auxiliar quando preciso. Ao meu avô Manoel (*in memorian*), agradeço a sua existência e ensinamentos a minha vida. Aos demais familiares que estabilizaram minha mente e meu espírito durante esses dois anos: Tia Veia, Tio Mano, Tia Jane, Marinaldo, entre outros.

A minha noiva Dayane que sempre acreditou em mim, desde o momento que a conheci. Suas palavras de incentivo, seu carinho e amizade me ajudaram a me reerguer quando achava que estava sem forças.

Aos meus amigos de infância, adolescência e recentes: Wellison, Alisson, Rodrigo, Lucas, Jackeline, Sandeílson, Luís Carlos, Fran, Diognnys, Taynaã e todos outros que mandaram boas vibrações ao longo desses dois anos.

Ao meu amigo e muitas vezes mentor acadêmico Lucian, que dividiu comigo minhas inseguranças acadêmicas e esteve sempre disposto a contribuir intelectualmente ou simplesmente com palavras de incentivo e carinho.

A minha amiga Lidineide, meus agradecimentos. Obrigado por ter me convencido a tentar a seleção da UFPE e não me intimidar. Aprendemos juntos ao longo desses anos e seleções, que nada é impossível e que nós podemos. Que nossa parceria permaneça e consigamos vencer mais, pois o trabalho em equipe nos fortalece.

A minha companheira de casa Gabi que vivenciou comigo os primeiros seis meses da pós-graduação. Não seria possível minha ida a Recife se não fosse por você, obrigado por ter estado ao meu lado com sua amizade. Nossa experiência na convivência a dois, me ensinou muito sobre a vida. Agradeço também aos meus vizinhos da “República” ao lado: Phagner, Max e Caelkel Vítor. As experiências e histórias de vidas de vocês se interligaram a minha e me permitiram ser alguém melhor.

Meu reconhecimento ao povo do Norte. Guardarei com enorme carinho e saudosismo todas as pessoas que cruzaram meu caminho no Pará. A Maria José por ter me indicado seu amigo como anfitrião em Belém, sem ao menos me conhecer pessoalmente. A Paulo por ter

hospedado (um “estranho”) em sua casa e ter sido um ótimo anfitrião e amigo, por ter apresentado a cidade de Belém e auxiliado na minha pesquisa em Belém. Aos também belemenses que preservarei na memória: Arthur, Douglas, Dona Maria, Rhayssa e Sofia por me tratarem como familiar e me proporcionarem ótimos momentos e recordações ao lado de vocês.

Aos colegas e amigos que fiz na pós: Bell Puã, Bianca, Suzy, David, Alysson, Gabi, Débora, Rivaldo, Luana, Arthur Danilo, Bruninha, Jeffrey, Patrícia, Janine, Rafael, Priscila, Gustavo entre outros. Admiro e reconheço as contribuições intelectuais de vocês para a conclusão desta etapa acadêmica.

Ao meu orientador Cristiano Christillino por ter apostado em mim e acreditado que eu conseguiria concluir esse trabalho. Destaco o seu compromisso e cordialidade para me corrigir quando necessário. Seu profissionalismo tornou-se um exemplo a seguir nos futuros percursos dentro e fora da academia.

A minha banca composta por José Bento e Solange Rocha que fizeram leituras e contribuições relevantes ao meu estudo.

Em especial a profª Solange Rocha, por ter contribuído não só com suas leituras, mas com minha pesquisa, sempre que possuindo fontes novas, compartilhando e debatendo comigo os possíveis caminhos a seguir.

A todos os professores que tive contato na pós. Em especial ao sempre cortês Carlos Miranda; a gentil Socorro Abreu; e a cordial Suzana Cavani. Agradeço também aos professores Tiago Bernardon e Ana Beatriz por terem me aceito como aluno especial e proporcionado importantes debates sociais.

A meus professores e amigos Waldeci Chagas e Ivonildes Fonseca que desde a graduação acreditaram em mim e sempre estiveram prontos a ajudar no que precisasse academicamente ou pessoalmente. A Marysa Tayra (*in memoriam*), seu exemplo e brilho na sala de aula, são exemplos que sempre buscarei seguir.

Ao Coletivo Obike Wakanda pelos debates proporcionados em eventos e no grupo de estudos.

Aos arquivos visitados no Pará: Acervo Histórico da ALEPA, Biblioteca Arthur Vianna, Arquivo Público do Pará e Instituto Histórico e Geográfico do Pará; em Pernambuco: Arquivo Histórico da Faculdade de Direito de Recife; na Paraíba: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Academia Paraibana de Letras e Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte.

As páginas na internet que sustentaram e possibilitaram minha pesquisa, dentre os quais destaco: a Hemeroteca Nacional Digital, a página de Jornais e Folhetins do século XIX da UFPB e o endereço eletrônico da Fundação Cultural do Estado do Pará.

Ao CNPq e governo brasileiro por ter financiado minha pesquisa, possibilitando chegar a lugares que sem condições financeiras não conseguiria.

Ao povo brasileiro e principalmente ao povo nordestino, por terem custeado toda a minha trajetória acadêmica até então, do Ensino Fundamental a Pós-graduação. Em especial aos cidadãos do Pará, Pernambuco e Paraíba que acompanharam de perto e exerceram seu profissionalismo em minha trajetória de escrita e pesquisa.

Agradeço e manifesto gratidão a todos que lembrei nessas linhas.

RESUMO

Esta pesquisa acompanhou e analisou a trajetória de Elyseu Elias César (1871-1923), um intelectual de “cor” paraibano do fim do século XIX e início do XX, nascido ainda sob a vigência da escravidão no Brasil e passando sua mocidade e fase adulta no contexto do pós-abolição. A problematização da trajetória plural deste sujeito, que vivenciou as conformações sociopolíticas de seis estados: Paraíba, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, inserindo-se em diferentes esferas, como a política, a literária-intelectual e a do funcionalismo público, almejou enriquecer a compreensão das alternativas na Primeira República e no pós-abolição para as pessoas negras que gozavam de algum recurso ou vantagem nesse período. Sua experiência individual como protagonista em alguns espaços sociais serviu para pensarmos o lugar do negro no pós-abolição, proporcionando novas perspectivas sobre a experiência negra no Brasil. Desta maneira, buscamos demonstrar a relevância social para os discursos contemporâneos, em se estudar os mecanismos escolhidos por homens de “cor” letrados para se inserirem numa elite político-intelectual em um período seguinte à abolição da escravidão no Brasil, superando os fortes estigmas raciais, ainda presentes na sociedade brasileira. A micro-história foi a metodologia utilizada para a percepção da trajetória de Elyseu, inserida nas problemáticas de seu período. Compõem o *corpus* documental deste estudo, fontes impressas e digitais como jornais, revistas, livros de memorialistas e documentos oficiais.

Palavras-chave: Elyseu Elias César. Pós-abolição. Homem de “cor” paraibano. Protagonismo negro.

ABSTRACT

This research followed and analyzed the trajectory of Elyseu Elias César (1871-1923), an intellectual man “of color” from Paraíba in the late nineteenth and early twentieth centuries, born still under the rule of slavery in Brazil and passing his youth and adulthood in the context of post-abolition. The problematization of the plural trajectory of this man, who lived the socio-political conformations of six states: Paraíba, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo and Rio de Janeiro, inserting himself in different spheres, such as the political, the literary-intellectual and the public functionalism, aimed to enrich the understanding of the alternatives in the First Republic and in the post-abolition to black people that enjoyed any resource or advantage in this period. His individual experience as a leading figure in some social spaces served to think the place of the black people in the post-abolition, providing new perspectives about the black experience in Brazil. This way, we aim to show the social relevance to the contemporaneous speeches in studying the mechanisms chosen by the literate men “of color” to insert themselves in a political-intellectual elite in a period following the abolition of slavery in Brazil, overcoming the strong racial stigmas, still present in the Brazilian society. The micro-history was the methodology used to the perception of the trajectory of Elyseu, inserted in the issues of his period. The documental *corpus* of this study is composed by pressed and digital sources, like newspapers, magazines, books of memorialists and official documents.

Key-words: Elyseu Elias César. Post-abolition. Man “of color” in Paraíba. Black protagonism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	Deputado Elyseu Elias César no Pará.....	15
Imagem 2 -	Documento feito por Elyseu César na Intendência Municipal de Belém.....	171
Quadro 1 -	Eleição para Deputado Estadual do Pará no ano de 1906.....	175
Imagem 3 -	Caricatura de Elyseu César do jornal <i>Sete Horas</i>	204
Imagem 4 -	Caricatura de Elyseu em <i>O Malho</i>	215
Imagem 5 -	Elyseu César, Evaristo de Moraes e Canuto de Abreu, advogados do Tenente Abreu.....	226
Imagem 6 -	Evaristo de Moraes, Elyseu César e Canuto de Abreu no tribunal.	227
Imagem 7 -	Elyseu César e outros candidatos a Deputado Federal.....	237
Quadro 2 -	Votação de Elyseu César para Deputado Federal no Rio de Janeiro.....	239
Imagem 8 -	Manifestação em homenagem a Elyseu César na sua casa.....	245
Imagem 9 -	Elyseu César como advogado no julgamento de Alexandrina.....	247
Quadro 3 -	Votação obtida por Elyseu Elias César nas eleições para Intendente do Conselho Municipal no Rio de Janeiro.....	252
Imagem 10 -	Notícia do falecimento de Elyseu César no Rio de Janeiro.....	254
Imagem 11 -	Túmulo de Elyseu César com familiares e amigos no Cemitério São Francisco Xavier.....	257

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O RUIR DO IMPÉRIO: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL NO FIM DO SÉCULO XIX.....	34
2.1	Mobilidade Social e Herança Imaterial no século XIX: Christiano Fojos César e Dulcídio Augusto César.....	40
2.2	Elyseu César e as últimas décadas do século XIX na Parahyba do Norte.....	65
2.3	O Brasil na virada do XIX para o XX.....	92
3	O PARAHYBANO ELYSEU CÉSAR: UM INTELECTUAL NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	104
3.1	Adeus à escravidão: estratégias e trajetórias negras no pós-abolição.....	110
3.2	Trampolim político e intelectual: a formação de Elyseu César no Recife.....	123
3.3	Espírito Santo e São Paulo: atuação profissional e carreira pública no início da República.....	137
4	O ÁPICE E O FIM DA TRAJETÓRIA DE UM HOMEM DE “COR” NAS ELITES POLÍTICAS BRASILEIRAS.....	151
4.1	“O Guajarinó”: Clientelismo, Coronelismo e consolidação político-jornalística de Elyseu no Pará.....	155
4.2	A produção intelectual de Elyseu no jornal “ <i>A Província do Pará</i> ” (1903)...	185
4.3	Do ofício da escrita aos aplausos no palanque: os primeiros anos de Elyseu César na capital federal (1912-1920)	196
4.4	Entre tribunais e eleições: o fim da trajetória de Elyseu e os embates sociopolíticos no Rio de Janeiro (1920-1923)	221
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
	REFERÊNCIAS.....	264

1 INTRODUÇÃO

Alto, forte, corpulento, recordava então com sua figura poderosa, aqueles atletas formidáveis que os césares importavam da Líbia para estrangular as feras dos circos. A sua passagem nas ruas, toda a gente se voltava: era o gigante negro, cuja pena se transformava, num látego de estrelas incomparáveis¹.

Elyseu Elias César² foi um homem de “cor” letrado que conseguiu, por meio do seu talento e de redes de sociabilidades, se atrelar a elites intelectuais e políticas pelos estados que passou. Sua trajetória foi bastante diversa, agregando espaços plurais de atuação no período do pós-abolição: O político, como deputado estadual no Pará; o artístico, como poeta paraibano; o acadêmico, formando-se advogado em Recife; o escritor, como redator de jornais em todos os estados que passou; e o profissional, com cargos públicos na Parahyba do Norte, Espírito Santo e Pará. Era um “gigante negro”, devido ao seu tamanho, foi também um “gigante negro” em sua atuação. Depois de morto, seu nome foi imortalizado na Academia Paraibana de Letras³, na cadeira de patrono de nº 14. Este sujeito multifacetado provocou algumas inquietações e questionamentos que permeiam este estudo.

“Preto no Branco” foi uma peça escrita pelo paraibano, que pelo seu título, nos remete à realidade que sua trajetória seguiu⁴. Entretanto, não conseguimos descobrir nas fontes se o teor da produção artística era realmente esse, mas de toda maneira, resumia o que enfrentava Elyseu César, como um homem de “cor” que esteve entre as elites brancas ou próximo a elas durante o pós-abolição, configurando-se como um caso à parte ou um “corpo estranho” imerso numa sociedade que vivenciava o racismo científico.

O termo “homem de cor” era comumente utilizado na época para designar pessoas negras. De certa forma, negros/pretos e homens de “cor” representavam categorias diferentes nas hierarquias raciais do pós-abolição. Para um homem negro como Elyseu, que almejava inserir-se cada vez mais nas elites ou setores médios urbanos, ser visto como negro ou preto

¹ CAMPOS, Humberto de. **Carvalhos e Roseiras**: figuras políticas e literárias. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1947, p. 76-77.

² A grafia do nome de Elyseu, apareceu na documentação de diferentes maneiras, como: Eliseu César, Eliseu Cezar, Elyseu Cesar, Elyseu Cezar, Elizêo, entre outras. Algumas dessas grafias eram dos jornais que noticiavam sua atuação. Contudo, utilizamos nesse estudo a grafia Elyseu César, conforme sua assinatura encontrada em uma parte da documentação no Pará.

³ A Academia Paraibana de Letras foi fundada no ano de 1941, reunindo entre suas cadeiras de patronos, homens que tiveram participação importante para intelectualidade paraibana, consagrando-se como personagens talentosos que merecem, não cair no esquecimento. A APL-PB foi a última das Academias brasileiras a ser fundada, possuindo três homens negros entre seus imortais/patronos.

⁴ O Malho, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVII, N. 808. Sábado, 09 de março de 1918.

não seria interessante, devido remeter à recente abolição da escravidão. Pardo, mestiço ou homem de “cor”⁵ consistiam em categorias ou nomenclaturas mais aceitáveis pela sociedade no pós-abolição.

Tiede, analisando a cidade de São Paulo no pós-abolição, notou pequenos detalhes que diferenciavam a classificação das pessoas negras enquanto homens de cor ou pretos. Na visão da autora: “A “classe homens de cor”, portanto, não tratou qualquer indivíduo de pele escura como seu congêner; todos os “homens de cor” e “mulheres de cor” eram negros, mas nem todas as pessoas negras foram consideradas pertencentes à categoria moral dos “homens de cor”⁶. A diferença na pesquisa da autora se dá na busca pela educação e na adequação a códigos morais da sociedade branca por essa população de “cor”.

Para a autora, denominando-se homens de “cor”, eles estariam mostrando que não eram como os “pretos” considerados ruins por não se adequarem aos padrões morais a que essa “elite negra” se propôs. No caso de São Paulo, esses homens de cor eram os que trabalhavam nos jornais e eram letrados. O termo trazia a possibilidade de construir uma nova visão sobre as pessoas de pele negra, distanciando-se do que era comum pensar no período da escravidão⁷. A autora mostrou que a diferença entre os termos homem de “cor” e preto partia da própria imprensa negra para diferenciar unicamente a questão comportamental.

Moreira, analisando a trajetória de Aurélio Viríssimo Bittencourt no Rio Grande do Sul, notou algo semelhante ao que encontramos na trajetória de Elyseu Elias César. Os seus amigos ou partidários não costumavam referir-se a cor dos dois como negros, mas sim como “pardos”, “mestiços” ou “mulatos”: “A atmosfera densamente racista da República Velha fazia que a descrição de um indivíduo como negro fosse uma estratégia depreciativa corriqueira.”⁸. A afirmação do “ser negro” para os homens que buscavam ascender socialmente era pouco comum devido a constante associação ao passado da escravidão. O mestiço nessas circunstâncias não seria bem uma categoria, mas estaria ligado ao momento histórico vivido por Elyseu. Após o surgimento das teorias raciais, essa nomenclatura tomou mais uso no pós-abolição. Se o elemento do negro não era positivo, os termos pardos, mestiços, mulatos e homens de “cor” seriam mais adequados para quem almejassem as elites.

⁵ Vale ressaltar que o termo homem de “cor” englobava também as mulheres negras.

⁶ TIEDE, Livia Maria. **Sob suspeita**: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp) - Dissertação em História, 2005, p. 35. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279798/1/Tiede_LiviaMaria_M.pdf. Acesso em: 18/09/2018.

⁷ *Ibidem*, p. 65-67.

⁸ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 90.

Em suas falas e escritos, Elyseu dava indícios de como se via em meio às categorias raciais do período. Como um letrado, jornalista e dialogando com as elites (almejando ou firmando-se nelas), seria mais coerente se considerar como membro da categoria de homens de “cor” ou mestiços. No contexto da inferiorização da cor negra, esses dois termos amenizavam a origem desses homens que tentavam embranquecer suas práticas. Alguns de seus memorialistas remetem a Elyseu como pardo ou mestiço, reafirmando como o termo “negro” ainda carregava uma carga simbólica negativa mesmo após sua morte.

A utilização do nome mestiço, tanto por Elyseu como por seus memorialistas, mostrava um significado importante para demarcar as questões raciais na época. No fim do século XIX e início do XX, devido a teorias raciais, o termo mestiço carregava um valor simbólico inferior. Nas décadas seguintes à morte de Elyseu, entre 1930 e 1940, a partir de análises de pensadores sobre a sociedade da época (como Gilberto Freyre), criava-se a ideia da positividade do ser mestiço. Dessa forma, quando vemos Elyseu em seus textos referir-se a sua identidade étnica como mestiço, compreendemos como a demarcação de um espaço que não era propriamente o do negro, mas que seria embranquecido e daria simbolicamente melhor conotação aos descendentes de pessoas negras. Era o período situado no meio das discussões que positivavam e negativavam o ser negro, mestiço, moreno, multado, homem de “cor”, pardo e etc.

Foram seis estados em que Elyseu atuou, exercendo em torno de nove profissões diversas, formando alianças com líderes locais, mas tendo também atritos que o fizeram se mudar tantas vezes. Na Parahyba, onde nasceu, foi tipógrafo, trabalhou nos Correios, era orador em reuniões das elites e escrevia em jornais locais. Em Pernambuco, foi redator e colaborador em jornais, além de ser orador. No Espírito Santo foi promotor público da capital, secretário da Comissão de Terras, trabalhou como redator e diretor de jornais e também possuía escritório de advocacia. O Pará lhe deu mais renome, visto que exerceu o cargo de deputado estadual, foi secretário da Intendência de Belém, além de ter escritório de advocacia, ser redator de grandes jornais locais e trabalhar como professor no curso de Direito em Belém. No estado de São Paulo, sua passagem foi curta e só conseguiu desempenhar duas profissões, que foram a de advogado e de redator do principal jornal da cidade de Santos. O Rio de Janeiro foi o destino final de sua agitada trajetória por vários estados do Brasil, lá foi renomado redator e diretor de jornais, era advogado recorrente de membros das elites, além de tentar a carreira política mais duas vezes nas eleições do até então, Distrito Federal. Numa trajetória tão ampla, era comum acumular alianças e atritos que o levaram a percorrer exatamente esses espaços e estados.

Imagem 1 - Deputado Elyseu Elias César no Pará



Fonte: PARÁ. (Governador 1901-1909: A. Montenegro). **Álbum do Estado do Pará**. Paris: Chaponet. 1908, p. 27. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-16-20-17-48/album-do-estado-do-para-1908>. Acesso em: 22/09/2018.

Sabendo dos atritos e alianças na sua trajetória, pensamos a princípio sobre o porquê de Elyseu ter ocupado tantos lugares e tantos cargos. Dentre essas inquietações, questionamo-nos se Elyseu não ascendeu mais socialmente e politicamente por que não se fixou em um lugar (Estado). Ou seria o contrário? Ele chegou a ocupar determinados cargos e espaços por causa de sua mobilidade social. Dessa problemática surgiu-nos outra questão. Seria Elyseu um membro das elites? Ou a necessidade de constante movimentação devido a atritos políticos e/ou questões sociais desenquadraram-no da categoria de elites, pois um membro efetivo e bem estabelecido das elites não necessitaria estar em constante movimentação?

No século XIX, alguns membros das elites circulavam socialmente nas diferentes províncias, sendo que tal ação partia do governo imperial e seus administradores. Esse método, para Carvalho, serviria como unificador das elites numa nação tão extensa como o Brasil⁹. No caso de Elyseu, a sua mobilidade não se deu por interesses do governo central, mas sim pela oportunidade dada por aliados e amigos que se encontravam nos estados que ele atuou. Contudo, a partir das oportunidades dadas, também podemos perceber as perdas, uma porta que se fechava e outra que se abria, significava que o parahybano tinha redes de sociabilidades que o possibilitavam se reinventar quando necessário.

As suas redes de sociabilidades mantinham, de certa maneira, a característica da necessidade de membros dos setores médios e das elites estarem em constante movimentação

⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008.

social. Ele não atuou em cargos no poder Executivo, mas conseguiu exercer carreira no Legislativo pelo Pará e no Judiciário no Espírito Santo, semelhante ao que ocorria com alguns membros desses setores no século XIX.

Quanto à percepção da camada social que Elyseu se encaixava, percebemos que uma só categoria não o abrangeria, mas o vemos inicialmente como membro dos setores médios urbanos por meio dos seus antepassados na Parahyba do Norte. Ao passar dos anos, a partir das suas redes de sociabilidades e seus talentos, conseguiu ascender socialmente às elites no Pará com a carreira política que traçou. Contudo, terminou seus dias no Rio de Janeiro novamente entre os setores médios urbanos, comungando espaços com as elites, mas possuindo poucas condições financeiras, utilizando-se dos jornais e dos tribunais para manter a si e sua família. Sua trajetória ajudou-nos a compreender como era difícil a atuação de homens negros no pós-abolição, necessitando utilizar-se de táticas para superar os percalços impostos a homens de “cor”.

A trajetória de Elyseu não pode ser vista como regra à população negra no pós-abolição, mas sim, como a exceção que merece ser analisada e problematizada. Contrapor a percepção de total marginalização negra no pós-abolição é o que propomos, mostrando que alguns sujeitos negros, por meio de mecanismos diversos, fugiram à regra e ascenderam socialmente.

Elementos como a identidade racial, mobilidade e ascensão social deste sujeito negro, compõem os questionamentos iniciais desta pesquisa. Sua trajetória foi pertinente para sabermos algumas escolhas e alternativas criadas por pessoas negras no pós-abolição. Alianças políticas proporcionaram a ascensão desse homem de “cor”, movendo-se constantemente entre cargos e funções tanto no Império, como na República.

O contato com a temática surgiu há alguns anos, quando fui extensionista no curso/projeto “Coisas de negr@s, coisas de brasileir@s”, coordenado pelo Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas na UEPB. As discussões teóricas e visitas às escolas mexeram com a percepção que possuía sobre identidade racial e temas correlatos como o racismo, a discriminação e o preconceito. As artes, principalmente a literatura, também estiveram presentes em meus interesses acadêmicos no decorrer da graduação.

Na graduação, busquei relacionar as artes com a questão racial, pesquisando a trajetória de um literato negro membro das elites paraibanas e brasileiras no século XIX. As conquistas de Cardoso Vieira me instigavam a querer saber mais sobre o protagonismo negro e como homens ou mulheres negras contornaram a questão racial e se destacaram na história do Brasil. Elyseu César, um sujeito e intelectual negro tão plural, apareceu-me como opção a entender a história dos negros no Brasil não unicamente pelas derrotas, mas contando as suas histórias pelo

viés do protagonismo. Elyseu foi um sujeito emblemático, pois soube superar os limites impostos à sua cor numa sociedade racista, conseguindo meios de ser incorporado às elites, mas mantendo e carregando sua identidade racial expressa em poesias ou escritos em jornais.

Este trabalho consiste numa inquietação oriunda da minha pesquisa de conclusão do curso de licenciatura em História, na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB¹⁰. Naquele momento, escolhi analisar a trajetória do intelectual negro paraibano Manoel Pedro Cardoso Vieira (1848-1880). Cardoso Vieira viveu no Período Imperial, atuando dentro das elites (mesmo sendo um homem de “cor”), devido sua condição como proprietário de terras, político, poeta, professor e jornalista. Deste ponto, questionamo-nos se: no pós-abolição, as alternativas e caminhos ao topo do poder, foram mais fáceis à população de cor? O atual estudo analisou o lugar de integração no período inicial republicano de um outro intelectual negro paraibano, Elyseu Elias César, um sujeito que circulou diversos estados no pós-abolição, mesmo com as dificuldades de ascensão social de homens negros.

Objetivamos a partir da trajetória de Elyseu Elias César, compreender como foi possível sujeitos negros, filhos das camadas médias urbanas, superarem as dificuldades e se inserirem em uma elite intelectual por meio de redes de sociabilidades e de sua mobilidade social, em um período marcado por preconceitos raciais. Acompanhando os momentos da trajetória de Elyseu pelos seis estados que atuou, veremos como precisou se utilizar de diversas estratégias para burlar os impedimentos do sistema para as pessoas negras. Logo, será a análise da experiência individual de um homem de “cor” paraibano, o meio empregado para propor o estudo das exceções ao que a historiografia havia consolidado como a marginalização total da população negra no pós-abolição.

Destes pontos centrais, discutiremos questões sociais e políticas em torno da inserção de pessoas negras na sociedade brasileira na Primeira República. Além disso, apresentaremos as produções intelectuais de Elyseu, percebendo algum elemento de cunho étnico-racial nas suas falas, como também suas atuações em jornais, tribunais e participações nos meandros políticos. A imortalização de Elyseu como patrono de cadeira na Academia Paraibana de Letras e na Academia Paraibana de Poesia e na nomeação de ruas com seu nome podem também servir-nos para pensarmos os ecos da trajetória de Elyseu depois de sua morte.

¹⁰SANTOS, Julio César Pereira dos Santos. **Literatura, política e jornalismo nos Oitocentos**: uma análise sobre o paraibano Manoel Pedro Cardoso Vieira. (Monografia). Guarabira: UEPB, 2016. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11342/1/PDF%20-%20Julio%20César%20Pereira%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

A perspectiva de interpretação do período a partir do protagonismo de homens negros em momentos “distintos” constitui-se como cerne da nossa trajetória acadêmica. A escolha pela apresentação de vidas de homens negros consiste numa maneira de ativismo intelectual em nossa escrita acadêmica, reconhecendo a importância da identidade afro-brasileira ao combater o racismo e seus derivados.

Existem poucos estudos densos que se dediquem a estudar homens ou mulheres negras livres paraibanos no recorte temporal-espacial objeto deste trabalho (pós-abolição). O período do pós-abolição paraibano e homens de cor como Elyseu César ainda são minimamente estudados e conhecidos pela historiografia brasileira, cabendo então novas pesquisas que tragam para o cerne das discussões a participação de sujeitos negros no pós-abolição e nas elites intelectuais e políticas. Não pretendemos preencher lacunas, mas sim contribuir para vermos outros ângulos a respeito do período e desses sujeitos. Elyseu César representou um caso relevante para especularmos homens negros que entraram em espaços sociais fortemente permeados de estigmas raciais.

A vigência da escravidão no Brasil durante mais de três séculos forjou uma sociedade baseada nas desigualdades étnico-raciais, fazendo com que as pessoas negras fossem colocadas em lugares permeados de estigmas sociais, “às margens da sociedade”. Neste sentido, homens e mulheres negras que integraram a sociedade brasileira em diferentes lugares e períodos, ainda são pouco estudados e suas trajetórias silenciadas.

Entendendo a necessidade de compreender o período para situarmos Elyseu como sujeito imerso nele, buscamos nos apoiar em estudos que pudessem revelar características do momento, traçando um panorama do Brasil e da Parahyba do Norte em fins do século XIX e início do XX. Discussões como José Murilo de Carvalho¹¹, Solange Rocha¹², Francisco Doratioto¹³, Ângela Alonso¹⁴ e Fraga Filho¹⁵ mostram-nos elementos dos últimos momentos do Império na trajetória e práticas de Elyseu.

Em seu estudo, J. M de Carvalho apresentou um panorama das elites políticas no século XIX, mostrando como elas se formavam, se organizavam e se relacionavam. Essas elites

¹¹ CARVALHO, Op. Cit, 2008.

¹² ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História (UFPE), 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7133/1/arquivo3323_1.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

¹³ DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

¹⁴ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

¹⁵ FRAGA FILHO, Walter da Silva. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

permaneceram no poder a partir de práticas que se propagavam a nível nacional, possibilitando que o poder ficasse nas mãos de poucos, “os eleitos” da nação. Boa parte dos membros dessa elite estudada pelo autor, continuou no poder no início do século XX, como também os mecanismos para fazer parte e se firmar nela.

Ângela Alonso mostrou em sua pesquisa sobre a geração de 1870 que, diferentemente do que havia se propagado pela historiografia, essa geração não carregava ideias revolucionárias à “frente de seu tempo”. As suas pautas de lutas refletiam o momento que viviam e o horizonte de possibilidades que comungavam, buscando o protagonismo político e intelectual. Essas ideias refletiram na queda do Império, como nos primórdios da República.

A Guerra do Paraguai, segundo Doratioto, enfraqueceu o Governo Imperial ao mesmo tempo que fortaleceu o Exército, transformando-o em um dos seus alcoses. O Exército sempre foi visto com desconfiança pelo Imperador, sendo que o confronto no Prata e seus reflexos confirmaram o que se temia.

Solange Rocha, em sua tese, construiu um panorama de como a escravidão ocorreu na Parahyba do Norte, estudando freguesias diversas, as lutas dos escravizados e conformações da sociedade. Seu estudo contribui na compreensão do “ser negro” escravizado, liberto ou livre na Paraíba no século XIX, refletindo na trajetória desses homens negros, tanto do fim dos Oitocentos, como do início dos Novecentos.

Fraga Filho também estudando a escravidão, porém atentando para os seus últimos contornos e as primeiras percepções da liberdade, evocou-nos a visão de como o sistema escravocrata estava entranhado nas práticas da sociedade oitocentista. Ainda no seu estudo, tocou na questão dos primeiros dias da abolição no Recôncavo Baiano. Elyseu dessa maneira, nasceu em uma sociedade hierarquizada nas condições sociais e cresceu no momento das divisões da ciência na escala da evolução das raças.

A República de 1889 a 1930 é costumeiramente caracterizada como um período no qual traços do Império permaneceram e a exclusão social, mesmo com a abolição da escravidão, continuou sobre outros signos. Estudos como J. M de Carvalho¹⁶ (1987; 1990), Emília V. Costa¹⁷, Liliam M. Schwarcz¹⁸ e Ângela de C. Gomes¹⁹, possibilitaram-nos compreender o

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. _____ **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

processo de proclamação da República, sua instauração e primeiros contornos. Elyseu César, que atuou na República firmando relações sociais fortes com os detentores do poder político, esteve imerso nesse horizonte de estabelecimento do governo republicano e de suas pautas.

Como ocorreu o golpe de Estado foi o que estudou Emília V. da Costa, estruturando as diversas teorias de contemporâneos sobre o momento e seus causadores. A autora traz os pontos que a historiografia consolidou como os antecessores da República, posicionando-se sobre eles.

J. M. de Carvalho, em seus estudos sobre a chegada da República no Brasil, mostrou a noção de como o novo sistema era imaginado pelas elites que o desejavam. Ao mesmo tempo, a Proclamação ocorreu sem a participação e compreensão popular do que se desenrolava. Foi nesse contexto de incertezas sobre a República e suas mudanças, que Elyseu passou sua juventude.

Além da reorganização política, a República carregou consigo também a reestruturação das relações de trabalho e das hierarquias sociais devido à recente abolição da escravidão. Ângela de C. Gomes revelou como ocorreu essa mudança que alterava as relações de dominação e poder, inquietando-nos para como os ex-escravizados se comportaram ou se inseriram nessa nova lógica de trabalho.

Se a abolição da escravidão, na teoria, eliminou as diferenças nas hierarquias sociais pela condição de liberdade, a Primeira República, semelhante ao que já acontecia nos fins do XIX, segundo Liliam M. Schwarcz, reordenou a exclusão das populações negras para o viés científico. As teorias raciais colocavam as pessoas negras em uma escala inferior da evolução humana, delegando a essas pessoas o lugar de inferiores e marginais.

Essa “Primeira República”, ou como muitos conhecem, “República Velha” (termos que compactuam com a noção de que vivemos variadas repúblicas²⁰), foi um período marcado por uma reorganização no sistema administrativo, político e social brasileiro.

Existem alguns estudos sobre a população negra no pós-abolição que focaram tanto no protagonismo negro, como nas alternativas e possibilidades criadas pelos egressos do cativeiro.

²⁰ A noção de diferentes repúblicas no Brasil, foi criada a partir da percepção de mudanças consideráveis na administração política e social depois de 1930, teria desta data começado uma “nova República” brasileira. A história do Brasil é marcada por essas alternâncias no poder e nas formas de governar.

Trabalhos como os de Petrônio Domingues²¹, Mattos e Rios²², Carvalho²³, José Bento²⁴, Wlamyra Albuquerque²⁵, entre outros, são importantes para percebermos a complexa relação das pessoas de cor na Primeira República. Elyseu especificamente, foi um homem negro letrado que figurou entre os nomes de importantes políticos da República até 1923.

Wlamyra Albuquerque, pensando fim do século XIX e início do XX, percebeu a ação do racismo nesse período. A hierarquização de cores, que colocava o branco como superior, dificultou a constituição da cidadania dos homens de cor.

Carvalho traçou em seu trabalho a formação da cidadania no Brasil, destacando no capítulo intitulado “Direitos civis só na lei”, a questão dos povos negros no Brasil no pós-abolição. Para o autor, a liberdade chegou, mas a igualdade não veio junto. Eram negados a homens e mulheres negros os seus direitos básicos como cidadãos da República recém proclamada.

As historiadoras Hebe Maria Mattos e Ana Maria Rios, em seu artigo, discutiram o pós-abolição na perspectiva dos últimos libertos, refletindo sobre a passagem da escravidão para o trabalho livre. Na visão das autoras, o fim da escravidão esteve relacionado com o surgimento do conceito de cidadania, na qual cabe o questionamento de como esses ex-escravizados viam a cidadania e a si próprios como “novos cidadãos”.

Petrônio Domingues apontou em seu estudo, algumas questões iniciais sobre o pós-abolição. O conceito e período foram mostrados pelo autor como uma área nova de estudos, com seus problemas históricos para serem resolvidos.

Silva, na sua tese de doutorado, estudou o período do pós-abolição percebendo a organização dos trabalhadores portuários de Itajaí (SC). Essa reordenação das condições de trabalho foi crucial na Primeira República para as pessoas negras.

Outro viés de análise do pós-abolição é o estudo do protagonismo negro, utilizando-se de biografias. O parahybano Elyseu Elias César foi um desses protagonistas negros que adentrou espaços de poder na política e nas letras no início do século XX.

²¹ DOMINGUES, Petrônio José. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. **TOPOI**: Rio de Janeiro, v. 12, p. 118-139, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00118.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

²² MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**: Rio de Janeiro v. 5, n. 8, jan.-jun., p. 170-198, 2004. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

²³ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁴ SILVA, José Bento Rosa da. **Do Porão ao Convés**: Estivadores de Itajaí (SC) - Entre a Memória e a História. Tese em História – UFPE, Recife, 2001.

²⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Sobre o protagonismo negro no pós-abolição, problematizamos a relação de identidade racial, mecanismos de ascensão e contexto macro do período na trajetória de Elyseu. Esses três nortes auxiliaram a percebermos a complexidade do período, não deixando as visões generalizantes serem as únicas versões da história.

Num primeiro momento, se entendermos o período do pós-abolição na perspectiva da maioria da população negra, não poderemos sobrepor o protagonismo à realidade de boa parte dos ex-escravizados. As pessoas negras em geral vivenciaram a exclusão e negação de direitos no pós-abolição com a dificuldade de inserção no projeto da formação da cidadania brasileira na República.

Sobre a questão dos mecanismos de ascensão social utilizados pelas pessoas negras no pós-abolição, podemos levantar alguns questionamentos com relação a Elyseu César. Homens e mulheres negras que não tiveram o passado da escravidão, conseguiam ascender socialmente com mais facilidade? Quais alternativas de ascensão eram possíveis a essas pessoas? Haveria uma identidade racial nas ações diárias na política, jornalismo e estudos para Elyseu? Ou ele, ao utilizar-se do processo de “embranquecer-se” para adentrar esses espaços de poder, ignorou suas origens étnicas? A trajetória de Elyseu como homem negro que circulava em espaços das elites brancas, contrapõe as visões macro de subalternização das pessoas negras?

Para um homem negro ascender socialmente nos primeiros momentos da República no Brasil, era necessário ter uma extrema habilidade política e relações sociais com os membros das elites remanescentes dos Oitocentos. Elyseu Elias César utilizou-se das suas redes de sociabilidades para adentrar os postos destinados às elites no pós-abolição, tornando-se um protagonista negro. Sua trajetória não deslegitima as percepções da intolerância racial sofrida por homens e mulheres negras no período, mas reafirma a importância em se estudar o período, complexificando as tramas sociais sobre pessoas negras no pós-abolição, sendo elas ex-escravizadas ou não. Não podemos simplificar ao período a marginalização negra, devemos entender a pluralidade de ações e de sujeitos que viveram esse período e souberam se utilizar do horizonte de possibilidades que possuíam partindo de iniciativas individuais como resistências cotidianas em meio ao sistema racial excludente brasileiro.

Existem estudos sobre homens negros protagonistas no pós-abolição, como Hemetério José dos Santos²⁶, Teodoro Sampaio²⁷, Monteiro Lopes²⁸, Aurélio Viríssimo de Bittencourt²⁹, Cajado Filho³⁰, Minervino de Oliveira³¹, Benjamim de Oliveira³², Eduardo Sebastião das Neves (o Crioulo Dudu)³³, Firmino Alfredo Rosa³⁴, Manuel Querino³⁵, Perillo Doliveira³⁶ e Elyseu César. Além destes, há também outros ainda não estudados ou percebidos nessa abordagem. Todos esses sujeitos apresentam em suas trajetórias elementos que nos auxiliam nas compreensões sobre o pós-abolição.

As demandas recentes procuram mostrar também protagonistas mulheres negras no período. Essas mulheres enfrentaram duplamente os limites do período, arcando com os limites impostos à cor e às relações de gênero. Ainda existem poucos estudos que tragam suas trajetórias e retirem-lhes do lugar de marginalizadas ou esquecidas na história. Estudos recentes

²⁶ SILVA, Luara dos Santos. **‘Etimologias Preto’**: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação em Relações Etnicorraciais – CEFET, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.dippg.cefet-rj.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1737&tmpl=component&format=raw&Itemid=23. Acesso em: 03/09/2018.

²⁷ ALBURQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 35, p. 83-99, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882015000100083&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03/09/2018.

²⁸ DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república. **Afro-Asia** (UFBA), v. 41, p. 168-209, 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21201/13786>. Acesso em: 03/09/2018.

²⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, p. 85-127, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/16504/12463>. Acesso em: 03/09/2018.

³⁰ RODRIGUES, João Carlos. **O negro brasileiro e o cinema**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

³¹ DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, V. 101, P. 13-51, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n101/1807-0175-ln-101-00013.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

³² SILVA, Erminia. **Circo-teatro**: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil – São Paulo: Altana, 2007. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Circo-teatro-Benjamim-de-Oliveira-e-Teatralidade.pdf>. Acesso em: 11/01/2019.

³³ ABREU, Martha Campos. O 'crioulo dudú': participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). **TOPOI (RIO DE JANEIRO)**, v. 11, p. 92-113, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n20/2237-101X-topoi-11-20-00092.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

³⁴ SILVA, Op. Cit., 2011.

³⁵ LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino: um intelectual negro no contexto do pós-abolição na Bahia. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

³⁶ ROCHA, Solange Pereira; FLORES, Élio Chaves. Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de história, biografias e sociabilidades. In: OLIVEIRA, Ariosvalber de S.; SILVA, Moisés A; AIRES, José Luciano Q. (Org.). **Confluências do Axé**: refletindo os desafios e possibilidade de uma educação para as questões étnico-raciais. João Pessoa: Editora CCTA, v. 1, p. 1-24, 2015.

atentam para as trajetórias de algumas mulheres que foram protagonistas no pós-abolição, como a professora sergipana Zizinha Guimarães³⁷ e a repentista paraibana Chica Barrosa³⁸.

Notar e apresentar a biografia desses homens e mulheres negras de diferentes localidades que conseguiram adquirir espaço no pós-abolição, significa entender o período em sua multiplicidade. Homens de “cor” letrados como Hemetério dos Santos; políticos como Monteiro Lopes, Minervino de Oliveira, Manuel Querino e Elyseu César; artistas como Eduardo das Neves (músico), Cajado Filho (cineasta), Perillo Doliveira (poeta), Chica Barrosa (repentista) e Benjamim de Oliveira (circense); profissionais diversos como Teodoro Sampaio (engenheiro), Aurélio Bittencourt (funcionário público), Zizinha Guimarães (professora) e Firmino Rosa (trabalhador portuário) são alguns dos casos de que temos conhecimento, cabendo à História confrontar o silenciamento acerca dos nomes de outras pessoas negras que conseguiram ser protagonistas no pós-abolição.

Analizamos o pós-abolição não só pelo viés da libertação das populações negras, mas também, como essa liberdade se deu nos seus primeiros momentos e como esses sujeitos negros reivindicaram seus espaços na sociedade republicana. Neste sentido, nosso personagem caracteriza-se como agente social, que construiu sua identidade individual e conseguiu se destacar através de redes de sociabilidades na sociedade republicana impregnada por pensamentos racistas.

O pós-abolição caracterizou-se pela tentativa de formação de um ideal de povo brasileiro. Debates acaloraram-se em torno das noções de cidadania, pensando como deveriam incluir ou excluir homens e mulheres negras no novo sistema. A população negra teve que se adequar a um projeto de nação e organização política, na qual ela não estava incluída. A República não foi pensada para diminuir as diferenças sociais, mas sim, para acentuá-las de outras maneiras. Elyseu, devido às suas distinções, tinha em alguns momentos sua cor esquecida, mas isso não significa que o racismo não atingiu sua vida. Devemos entender esse silenciamento como uma característica e estratégia da sociedade da época que buscava embranquecer quem obtivesse sucesso em algum aspecto, preferindo ignorar ou não realçar o elemento da cor.

Nas tramas políticas típicas do fim do Império e início da República, propagaram-se conceitos como o de clientelismo, coronelismo, oligarquias e mandonismo local. Dialogaremos

³⁷DOMINGUES, Petrônio. Zizinha Guimarães: entre a história e a memória. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

³⁸MEDEIROS, Irani. **Chica Barrosa**: a rainha negra do repente. João Pessoa: Ideia, 2009.

com nomes como Graham³⁹, Leal⁴⁰, Dantas⁴¹ e Carvalho⁴². Em todos os estados brasileiros, como nos municípios, existiam lideranças locais que ditavam os rumos políticos, utilizando-se de diversos meios de dominação, como a violência, o voto e etc. Aliar-se a esses nomes que lideravam, permitia um sujeito chegar a ocupar bons cargos e sua família ser incluída nos círculos do poder.

O clientelismo estudado por Graham permeou muitas das ações no século XIX. Para o autor, os chefes locais se apropriavam do poder de nomeação e a influência política para colocar os seus familiares, amigos e correligionários. A prática do clientelismo utilizava-se do governo para manter as hierarquias sociais e fortalecer a sua dominação. As relações clientelísticas permanecerem acentuadas na Primeira República, sendo notadas nitidamente na trajetória de Elyseu.

Leal refletiu sobre o coronelismo e sua prática na República Velha, como o momento em que os mandatários locais perderam poder ao ponto de precisarem do auxílio dos líderes estaduais e nacionais para permanecerem no poder. Leal via nos votos e no poder rural uma centralidade na ação dos coronéis. Dantas relacionou a força do coronelismo no período com o poder da coerção e da violência que os coronéis dispunham para com seus governados.

Carvalho tentou diferenciar os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, que usualmente são confundidos em seu sentido. Ele criticou a literatura, que ao longo dos anos transformou esses conceitos em sinônimos, falhando e empobrecendo-os nos seus significados⁴³. Essa discussão sobre primeiros momentos da República serviu para mostrar como se constituíram os interesses das elites políticas por meio de estratégias diferentes de poder, mantendo a base que permanecia do governo imperial. Elyseu César fez parte por alguns momentos dessas elites que consolidaram a República no Brasil. O político que circulou entre vários estados brasileiros, sentiu e teve que se adequar às nuances do novo sistema. Aliou-se a coronéis e políticos, teve eleições fraudadas contra si, envolveu-se em rivalidades políticas, vivenciou a boêmia e etc. Esse sujeito multifacetado auxilia-nos a analisar esse período complexo e que necessita de novos estudos.

³⁹ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

⁴⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

⁴¹ DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CE-CAC/Programa Editorial, 1987.

⁴² CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acesso em: 03/09/2018.

⁴³ CARVALHO, Op Cit., p. 229-250.

Políticos, intelectuais e mandatários locais (coronéis), estiveram presentes e dividiram momentos com Elyseu em sua trajetória. Nomes como Epitácio Pessoa (RJ), Antônio Lemos (PA), Carlos Dias Fernandes (PA), Castro Pinto (PB), Augusto Calmon (ES), Rodrigues de Carvalho (PB), José Joaquim Seabra (PE), e etc. foram companheiros de espaços sociais. Elyseu aliou-se a esses homens, nesses diversos locais, para que suas distinções adquiridas fossem percebidas e ele dividisse momentos no “palco da história” com as elites no poder.

Livros e textos de memorialistas (contemporâneos ou posteriores a Elyseu) também foram utilizados para compreender e perceber alguns momentos da sua trajetória. Santos Netto⁴⁴ e Humberto de Campos⁴⁵ escreveram sobre Elyseu como conheceram-no em vida; Seráfico Nóbrega⁴⁶ e Eduardo Martins⁴⁷ discorreram sobre a trajetória de Elyseu depois de sua morte a partir de pesquisas biográficas. Esses foram os principais memorialistas e contemporâneos de Elyseu que contribuíram para análise de sua trajetória.

Santos Netto, em seu texto, percorreu por alguns momentos os elogios demasiados ao paraibano como também algumas críticas, destacando principalmente o talento de Elyseu para o jornalismo. Humberto Campos, em seu livro, teceu vários elogios a Elyseu, apontando que ele só não ascendeu mais devido aos “limites de sua cor”. Tal comentário mostrou-nos como o racismo havia tomado o viés científico e a atribuição de culpa da população negra não ocupar determinados lugares, seria de sua “incapacidade natural”.

Seráfico Nóbrega, em discurso de posse da cadeira de imortal na Academia Paraibana de Letras dada a Elyseu, apresentou uma pesquisa com detalhes importantes da infância e da juventude dele. Eduardo Martins, que também produziu sobre outros dois intelectuais negros (Cardoso Vieira e Perillo D’Oliveira), reuniu todas as informações dos memorialistas anteriores a ele sobre Elyseu, além de trazer novas fontes e indicações para podermos compreender as múltiplas facetas deste sujeito.

Alguns estudos também já foram feitos sobre Elyseu, pelos historiadores Élio Flores, Solange Rocha e Petrônio Domingues⁴⁸, que pesquisaram partes da trajetória deste intelectual.

⁴⁴ NETTO, Santos. **Perfis do Norte**. H. Garnier, Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: <https://archive.org/details/perfisdonortesant00sant>. Acesso em: 04/01/2019.

⁴⁵ CAMPOS, Op. Cit., 1947.

⁴⁶ NÓBREGA, Seráfico. Discurso de posse. In: **Revista da Academia Paraibana de Letras**: João Pessoa, n° 6, p. 275-302, dezembro de 1955.

⁴⁷ MARTINS, Eduardo. **Elyseu Elias César**: notícia biográfica. João Pessoa: 1975. (Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 22 de novembro de 1975, mimeo).

⁴⁸ Ver, ROCHA e FLORES, Op. Cit., 2015. Ver também, ROCHA, Solange Pereira. População, compadrio e trajetórias de pessoas negras na cidade da Parahyba Oitocentista. **Saeculum**, v. 33, p. 183-199, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/27722/14903>. Acesso em: 03/09/2018. Ver também, FLORES, Élio Chaves; DOMINGUES, Petrônio José; ROCHA, Solange Pereira. De poeta a patrono literário: fragmentos da vida de Eliseu Elias César (1871-1923). In: **XXIX Simpósio Nacional de História** - contra

O nosso trabalho analisou as redes de sociabilidades de Elyseu, levando em consideração que por meio delas, ele conseguiu aproximar-se dos detentores do poder nesse momento de mudança de sistemas. Citamos todos os espaços que Elyseu circulou, indicando que sua capacidade de socialização e suas habilidades intelectuais criaram opções de atuação na sua vida.

Solange Rocha, estudando a trajetória de pessoas negras na Parahyba Oitocentista, dialogou com a trajetória de Elyseu César, sabendo que ele vivenciou os momentos finais do século XIX e início do XX no estado. Em pesquisa semelhante, Flores e Rocha, em artigo, traçaram a biografia de três sujeitos negros letrados paraibanos: Cardoso Vieira (1848-1880), Eliseu César (1871-1921) e Severino Perillo d'Oliveira (1898-1930). O estudo baseou-se na comparação de suas trajetórias, destacando a relevância desses sujeitos negros paraibanos. Em outro trabalho conjunto, Domingues, Rocha e Flores produziram trabalho discutindo aspectos literários da trajetória de Elyseu, interpretando elementos de sua poesia.

Trazemos também Norbert Elias e John L. Scotson em *Os Estabelecidos e os Outsiders*⁴⁹, no qual perceberam que nas relações de poder cotidianas legitimavam-se exclusões sociais e aconteciam discriminações em uma comunidade no interior da Inglaterra. O conceito de estabelecidos e outsiders proposto por eles, se colocado na ótica do pós-abolição, permite-nos entender as populações negras como “outsiders” e os brancos da elite como “estabelecidos”. O conceito citado indica que os estabelecidos são aqueles que já habitam aquele espaço e criaram uma noção de comunhão de características; os outsiders são aqueles que vem de fora daquele meio e que são vistos como estranhos ou ameaça aos que já estavam “estabelecidos”. Os outsiders internalizavam o sentido depreciativo que lhes eram impostos, colocando-os em situação marginalizada. Os negros “outsiders” chegavam às cidades vindos das lavouras, carregando categorias raciais inferiorizantes, tendo que se inserir em espaços majoritariamente de brancos “estabelecidos”, que intitulavam-se superiores e civilizados. Toda essa confusão nas relações de poder e nas delimitações de hierarquias originaram-se a partir da formação e fortalecimento do conceito de cidadania, especificando quem seria o povo brasileiro. Parte da população negra incorporou esse sentido depreciativo de sua cor, aceitando os limites devido sua cor.

os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia Tipo de Suporte: Internet, v. 1. p. 1-11, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502849906_ARQUIVO_ANPUH2017ELISEUELIASCES_ARREVISTO.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

⁴⁹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os “outsiders”**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Dentro das discussões e conceitos expostos acima, destacamos as contribuições desse estudo para trazer acréscimos às visões do pós-abolição na Parahyba do Norte e no Brasil. Elyseu César, como esse sujeito negro que atuou em diversos estados na sociedade brasileira do início da República, permanece “esquecido” pela historiografia brasileira, carecendo de pesquisas que venham dar visibilidade a sua trajetória. Observando sua vida, veremos como se comportou um homem negro livre letrado (outsider as elites) nas primeiras décadas da República. Resta pensarmos se prevaleceu a perspectiva outsider sobre a realidade de Elyseu. Quando se via como mestiço, fugindo a identidade racial negra acabava internalizando a crença depreciativa? Ou quando escrevia poesias com temas raciais ou textos sobre protagonistas negros do Oitocentos, ele se distanciava dessa aceitação de inferioridade? Resta-nos apontar que a posição social de Elyseu permitia-lhe compreender a sociedade a ponto de em determinados momentos ser mais conveniente incorporar o social, aceitando ser um outsider (mestiço), do que partir para o enfrentamento de fato, afirmando a identidade negra.

O estudo de vidas como a de Elyseu, para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, deve ser cauteloso devido a “ilusão biográfica”, que acontece ao se estudar uma vida sem a percepção do seu contexto. A trajetória de uma pessoa estaria imersa no seu espaço social, onde qualquer deslocamento ou ação estaria presa a uma teia de limites e possibilidades. “[...] quem pensaria em evocar uma viagem sem ter uma ideia da paisagem na qual ela se realiza?”⁵⁰. Bourdieu afirma desta maneira, a necessidade do estudo do espaço-tempo que o biografado vivenciou, pois, nenhuma vida se explica por si só, sem a teia social que lhe envolveu.

Benito Schmidt também fez algumas considerações a respeito do gênero biográfico na história e como história. A biografia que esteve muito próxima da história ao longo dos séculos, tinha até o início do século XIX o objetivo de buscar no passado, exemplos positivos, elencando heróis e grandes homens que deveriam ser lembrados⁵¹. Os grandes feitos, códigos morais e condutas desses homens eram modelos a serem seguidos.

A biografia continuou próxima da história até ser criticada pelo marxismo, onde o conceito de povo e as noções de coletividade afloraram: “[...] à medida que a história se constituiu como uma disciplina com pretensões científicas, a biografia foi progressivamente exilada dos seus domínios [...]”⁵². Como gênero de escrita, a biografia aproximou-se de

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 190.

⁵¹ SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 188.

⁵² *Ibidem*, p. 192.

profissionais de outras áreas, devido a sua negação ou inferiorização pelos historiadores como forma de escrever a história.

Novos questionamentos foram feitos pensando em um retorno às biografias, acrescentando sentido às trajetórias desses homens, alternando agora, entre os que compunham as elites e os que estavam às margens da sociedade. Este estudo buscou analisar momentos da trajetória de Elyseu César, pensando suas atuações no contexto do pós-abolição. Esse alargamento e volta aos estudos biográficos, apropriando-se de novos métodos, possibilitaram-nos refletir sobre a vida deste homem de “cor” parahybano. A micro-história, como metodologia de pesquisa, proporcionou esse alargamento dos estudos biográficos.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.⁵³

Essa escolha tenta relacionar a particularidade das ações ou dos sujeitos com os acontecimentos e fatos gerais. A micro-história permitiu-nos analisar a trajetória de Elyseu e os meios com que um homem negro ultrapassou as dificuldades existentes em um momento histórico em que lhe eram negados seus direitos. Sua vida e escolhas foram estudadas sem inseri-lo ao imaginário de “herói”, mas sim, como fruto do seu espaço-tempo, com limites e conquistas. Os indícios na trajetória de Elyseu César compõem alguns horizontes de possibilidades de um homem negro letrado no pós-abolição, que necessitava relações sociais para contornar as questões raciais da sociedade. O estudo da vida de um sujeito por completo não seria viável. Desta maneira, neste estudo, acompanhamos momentos da trajetória de Elyseu César que possibilitam analisá-lo dentro do recorte temporal e espacial proposto.

A família de Elyseu (seu avô e pai) foi utilizada para compreender meios com os quais facilitaram Elyseu César chegar a espaços que outros homens negros do período não teriam acesso, devido aos vestígios do racismo e da recente abolição. Nos basearemos em um conceito proposto por Giovanni Levi em seu livro “A Herança Imaterial”, que sugere que além de poder financeiro, os filhos ou netos poderiam herdar de seus antepassados, prestígio e reconhecimento que facilitariam percursos sociais não destinados a eles. Como conceito teórico, Levi, em seu texto, apontou possibilidades de compreensão de trajetórias individuais, por meio da herança imaterial, que podemos trazer para outros casos, expandindo os limites de sua obra.

⁵³ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 158.

Jacques Revel, prefaciando o seu livro, põe como central na discussão de Levi, a compreensão do poder do padre Chiesa. Para Revel, o poder que Levi apresenta não é uma coisa e não está relacionado com nenhuma instituição, gerando um reflexo diferente na sociedade. Comentando a respeito do poder de Chiesa, Revel fala:

Chiesa também é um herdeiro. De seu pai, Giulio Cesare, recebeu uma “herança imaterial” que tentou interpretar a seu modo. **Esta herança existe, mas não é separável de uma prática social que lhe empresta corpo e eficácia.** Esse pai apareceu no vilarejo meio século antes, na metade de 1640, levado por **uma rede de alianças e solidariedades**, e também requisitado pelo conflito sociopolítico que atingia então a comunidade e ameaçava fragilizá-la diante do mundo exterior.⁵⁴(grifos nossos)

A percepção apresentada por Revel e fruto do trabalho de Levi, nos ajudou a pensar nosso sujeito de pesquisa, o parahybano Elyseu César. A trajetória de um homem negro que não dispunha de muitos bens e que estava inserido num período marcado pelo preconceito de cor, nos faz perceber a importância de alguns elementos oriundos da sua trajetória familiar de mobilidade social e de inserção em diversos espaços no século XIX.

A partir dessa pesquisa, colaboramos para os estudos que tiram do esquecimento protagonistas negros que contribuíram de alguma forma para a história do Brasil republicano. Os elementos da vida desse personagem, proporcionaram-nos entender maneiras com que um homem negro ascendeu socialmente e politicamente, tornando-se em alguns momentos, membro das elites intelectuais da época. A educação nesse caso, serviu para Elyseu como forma de ascensão, o que era comum caminho aos homens de “cor” que buscavam ascender. Adequar-se aos padrões das elites brancas, seria embranquecer-se e poder circular em determinados espaços e almejar chegar a melhores posições sociais. Numa sociedade em que as hierarquias raciais insistiam em permanecer, para chegar a alguns postos, seria necessário enquadrar-se em padrões estipulados pelos detentores do poder.

O caminho para as fontes foi plural e árduo como a trajetória de Elyseu, transitando entre alguns estados e arquivos diversos. Na Paraíba, na cidade de João Pessoa, estivemos no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano recolhendo textos em revistas e livros que citavam Elyseu; na Academia Paraibana de Letras, adquirimos alguns textos de memorialistas nas suas revistas; e no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte da FUNESC no Espaço Cultural, conseguimos ofícios sobre o período de chegada da República na Paraíba.

⁵⁴ REVEL, Jacques. Prefácio: A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 32.

Em Recife, no estado de Pernambuco, recolhemos informações sobre Elyseu no Arquivo Histórico do Centro de Ciências Jurídicas da UFPE. Foram encontrados registros de desempenho nos exames do Curso de Direito, como também sua matrícula e ata de conclusão de curso.

Na cidade de Belém, no estado do Pará, reunimos ofícios feitos quando Elyseu César foi secretário da Intendência de Belém e documentos da Seção de Águas, assinados por seu pai no Arquivo Público do Pará; no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, tivemos contato com o livro de termos da Intendência Municipal de Belém; no Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Pará, tivemos contato com uma bibliografia que apontou a votação que Elyseu conseguiu para eleger-se deputado no estado em um dos seus mandatos; e no setor de jornais e de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, conseguimos acesso a sua Conferência Pública no Theatro da Paz, a coluna diária no jornal “A província do Pará”, além de livros sobre o senador Lemos.

Os arquivos digitais também foram de importante contribuição, utilizando-nos principalmente da Hemeroteca Digital Nacional e do acervo de jornais e folhetins do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA da Universidade Federal da Paraíba, possibilitando a catalogação de jornais dos estados que Elyseu transitou⁵⁵. Na internet, acessamos também os relatórios de intendência da cidade de Belém, local onde Elyseu trabalhou por longos anos⁵⁶.

Esta pesquisa reuniu como *corpus* documental fontes diversas, recolhidas nesses diferentes lugares e meios (físico e digital). Dentre essas fontes, temos jornais e periódicos⁵⁷, livros, revistas, atas de reuniões da APL⁵⁸, ofícios e relatórios da Intendência no Pará.

Os jornais e a imprensa caracterizavam-se como importante veículo de manipulação e propagação de interesses políticos no contexto do fim do século XIX e início do século XX, podendo causar verdadeiras intervenções sociais. As atas, revistas e livros são de contemporâneos ou memorialistas de Elyseu, definindo o seu espaço de imortal e de destaque

⁵⁵ Ao longo da dissertação utilizamos tanto do acervo da Hemeroteca Nacional Digital, como também do acervo de jornais e folhetins disponibilizado na web pelo CCHLA da UFPB. Nas referências finais estão incluídos todos os links dos jornais utilizados como também qual arquivo digital foi encontrado.

⁵⁶ FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - ITEC/UFPA. **Os Relatórios de Antônio Lemos**. Disponíveis em: <https://fauufpa.org/2013/11/18/os-relatorios-de-antonio-lemos/>. Acesso em: 28/10/2018.

⁵⁷ Utilizamos jornais de todos os estados que Elyseu atuou, como também de alguns outros que citam algum momento de sua trajetória. Dentre esses jornais, destacamos: *O Estado da Parahyba* (PB), *Diário de Pernambuco* (PE), *A Província do Pará* (PA), *O Estado do Espírito Santo* (ES), *Correio Paulistano* (SP), *Jornal do Brasil* (RJ), entre outros.

⁵⁸ Dentre essas fontes/bibliografias citamos: “Perfis do Norte” de Santos Netto (1910); “Fretana” de Carlos Dias Fernandes (1936); “Carvalhos e Roseiras” de Humberto de Campos (1947); “Dicionário Literário da Paraíba” de Idellite Santos (1994). Acrescentamos também as Revistas da Academia Paraibana de Letras, com discursos de posses dos que ocuparam ou são atuais ocupantes da cadeira desse sujeito imortalizado: Seráfico Nóbrega (1955), Celso Novais (1978) e Ronaldo Cunha Lima (1994).

por ser um homem negro que viveu próximo ao poder. Os ofícios e relatórios são da passagem de Elyseu pelo Pará, mostrando como o estado foi o ponto alto de sua atuação, estando ao lado do principal chefe político paraense no período.

Dentro do que apresentamos até então sobre nossa pesquisa, dividimos este trabalho em três capítulos, analisando a trajetória de Elyseu em uma ordem lógica, atrelada à questão cronológica. No primeiro capítulo, apresentamos o contexto em que Elyseu César atuou, com elementos do Império e da República, percorrendo os últimos momentos do XIX e a conjuntura política que proporcionou o fim da monarquia. Também trouxemos uma discussão sobre a chegada da República no Brasil e Parahyba do Norte. Ainda apresentamos o conceito de “herança imaterial”, analisando a trajetória do avô e do pai de Elyseu, mostrando como a trajetória deles refletem em “facilitadores” para a sua formação, demonstrados em suas primeiras relações políticas e intelectuais na Parahyba do Norte no período.

No segundo capítulo, analisamos como Elyseu César se estabeleceu como intelectual e homem de “cor” letrado nos primórdios da República e pós-abolição. Debates os nomes de outros intelectuais negros e homens de cor letrados brasileiros e paraibanos desse contexto de fim do XIX e início do XX. Apresentamos também uma parcela da historiografia do pós-abolição, situando Elyseu César nesse contexto. No mais, trouxemos a formação intelectual de Elyseu em Recife, mostrando a sua dinâmica de relações e redes, que o levaram a conseguir um cargo público no Espírito Santo, no qual se envolveu em questões políticas e se firmou como político e intelectual de cor na Primeira República.

No terceiro capítulo, direcionamos nossa atenção para a atuação política e jornalística de Elyseu César. Os espaços das elites do poder e da política estavam relacionados com conceitos como coronelismo, clientelismo, entre outros. Falamos dos diversos agentes políticos que tiveram relação ou em algum momento, filiação com a vida de Elyseu. Começamos com a agitada passagem de Elyseu pelo Pará, estando ligado a nomes consolidados no estado e exercendo lá, a função de deputado estadual, redator de jornais importantes de Belém e outros cargos de confiança. Num segundo momento, mostramos como Elyseu, mesmo em seus momentos de dificuldades econômicas, conseguiu no Rio de Janeiro, utilizando-se das páginas dos jornais, aliar-se a nomes políticos e concorrer em duas eleições no estado.

Os reflexos da memória construída sobre Elyseu Elias César servem para compreendermos o protagonismo negro no pós-abolição. Elyseu foi imortalizado e esquecido em meio ao cenário local, estando como um dos patronos da APL-PB e com nome de rua na capital paraibana, mas sem menção ou estudos densos sobre seus escritos. O racismo insiste em

delegar às pessoas negras o lugar de marginalização na história, cabendo a pesquisadores e professores lhes restituírem o lugar no “palco” da história.

2 O RUIR DO IMPÉRIO: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL NO FIM DO SÉCULO XIX

Naquele ano assim de satisfação nas senzalas, e tristezas nas casas grandes, Eliseu César surgiu no mundo, por diferenças de alguns dias sob o cativoiro. [...] Ele somente era de origem obscura na ascendência materna. Seu pai natural, Dulcídio Augusto César, (mais velho cerca de duas décadas), **pertencia a distinta família da Província.** (grifos nossos)⁵⁹

Elyseu Elias César teve sua trajetória entre dois momentos históricos diferentes, nasceu nos fins do século XIX, mas sua atuação foi mais acentuada no início do século XX, com cargos públicos em diversos estados brasileiros. O parahybano na sua infância vivenciou o ruir do Império, na sua mocidade, a República dava seus primeiros passos e na sua fase adulta, atuou em meio à consolidação do sistema republicano. A agitação das transformações sociais e políticas marcaram os momentos da vida do parahybano.

Os elementos que contribuíram para a passagem do Império à República devem ser apontados de maneira que caracterizem o recorte temporal ao qual a trajetória de Elyseu César esteve inserida. Analisar Elyseu César e o período permitiu-nos entender como essas elites se rearticularam do fim do XIX para o início do XX. Alguns elementos dos Oitocentos perpassaram aos Novecentos, características que permaneceram ou que necessitaram se reinventar para atender as demandas do novo sistema. Elyseu César nesse caso, é um elemento importante para compreendermos algumas das nuances do Brasil nessa mudança de sistema.

A discussão inicia-se com a conjuntura política do fim dos Oitocentos, que proporcionou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e da Monarquia pela República. Até que ponto as práticas do Império foram totalmente deixadas de lado nos primeiros momentos da República? Temos que problematizar determinadas permanências nesse período de adaptação e transição, porém, não devemos deixar de lado as mudanças, responsáveis por reconfigurar práticas que não poderiam ser mais aceitas na República, como o trabalho escravo. Desta forma, buscamos compreender fatores que possibilitaram o golpe de Estado sofrido pela Monarquia

Em Carvalho, elencamos pontos importantes para entendermos os Oitocentos, principalmente no que diz respeito às relações de poder existentes entre as elites imperiais (elites estas que refletiram no período republicano). O que diferenciava as elites políticas brasileiras das demais não era a sua capacidade de homogeneidade social, mas sim, ideológica e de treinamento (um modelo de dominação política), no qual a socialização entre essas elites

⁵⁹ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 280.

facilitava a sua perpetuação no poder⁶⁰. A homogeneização/coesão dessa elite brasileira, se acentuou logo após a emancipação do Brasil, com a criação de um Estado independente, as elites brasileiras precisavam fortalecerem-se para que conseguissem perpetuar no poder.

As elites brasileiras, buscando a conservação e consolidação no poder, utilizaram como estratégia a centralização política, fazendo com que todos os governos dependessem do poder central, tanto municípios, como também as províncias⁶¹. Nesse sistema de governo, o imperador tinha influência sobre o jogo de poder em todas as regiões do Império, com a vinculação de todos os governos ao governo central.

Alguns membros dessas elites imperiais mantiveram-se no poder durante a Primeira República. Essas elites moldavam-se às situações mais favoráveis, sustentando-se ou chegando ao poder a partir de alianças. A complexidade das relações entre as elites imperiais nos possibilita projetar que na Primeira República, tornar-se frequentador das minorias que compunham a elite para um homem de “cor” como Elyseu, custava esforços na construção de laços de amizades (favores).

Nos Oitocentos, nos interessamos especificamente ao que consistiria no período final da Monarquia, que iniciou-se em 1871 e findou-se com o golpe em 1889. A título de curiosidade, Elyseu César, nasceu exatamente no ano da aprovação da Lei do Ventre Livre, que consideraria livre do cativo, todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data no Brasil. “A lei irritou profundamente os proprietários do sul do país e contribuiu poderosamente para o início da perda de legitimidade do Governo Imperial”⁶². A aprovação da lei teria dado mais motivos para a Monarquia brasileira ser contestada, dando sequência e proporcionando uma aceleração no desgaste do sistema.

As décadas de 1870 e a de 1880 foram marcadas por mudanças e contextos que contribuíram para enfraquecer o regime monárquico. Assinalamos mais um fator que veio a favorecer o desfecho de 1889.

A vida intelectual do país começou a mudar significativamente no início da década de 1870, com a introdução de outras correntes europeias de pensamento, sobretudo o positivismo e o evolucionismo. A essa altura, a sólida homogeneidade da elite política começava a ser minada por vários fatores.⁶³

As influências dessas correntes de pensamentos não podem ser classificadas como determinantes no processo de transição dos regimes do Império-República. Consideramo-las

⁶⁰ CARVALHO, Op. Cit., 2008.

⁶¹ COSTA, Op. Cit., 1999.

⁶² CARVALHO, Op. Cit., 2008, p. 233.

⁶³ *Ibidem*, p. 86.

como agregadoras de novas demandas de uma parcela das elites políticas que buscavam espaço e almejavam a mudança nos detentores do poder. Vemos como a perda de homogeneização dessa elite, característica fundamental do Império, diminuía o poder e influência do Estado nas províncias.

Essa geração de 1870, diferentemente do que se pensou por muito tempo, não deve ser vista como intelectualidade “à frente” da sua época. Suas bandeiras e teorias não eram desprendidas ou alheias às conformações políticas do período, pelo contrário, refletiam o questionamento do sistema. Esses intelectuais atuavam dentro de um limite de ideias e possibilidades da época, carregando as discussões de elementos estrangeiros e nacionais, que poderiam ser utilizados em suas lutas políticas. A efervescência dessas ideias ocorreu nas primeiras décadas da vida de Elyseu.

A geração de 1870 era composta por membros candidatos à elite ou que haviam perdido espaço e o ansiavam novamente. A principal direção de seus ataques foi a “tradição” ou *status quo* imperial, contribuindo dessa forma para minar a Monarquia que já sofria de outros abalos. No geral, é mostrado que essa geração teria sido uma das contestadoras do sistema, por estar em condições específicas de marginalização política (não social), aspirando “reformular” o sistema, o que lhes levaria ao poder.⁶⁴

Outro fator que colaborou com a queda do Império dizia respeito à atuação de dois órgãos armados brasileiros: a Guarda Nacional e o Exército, ambos eram forças brasileiras para conter a população em momentos de revoltas e garantir a segurança como um todo.

Durante o decorrer de quase todo o período imperial, a Guarda Nacional era fundamental para a dominação do imperador. Tinha função crucial no controle da população nas províncias, auxiliando os senhores de terra como um mecanismo barato de cooptação que poderia gerar lucros (com vendas de patentes) e que substituíria a necessidade de polícias provinciais. A sua desarticulação em 1873 com a retirada das funções policiais lhe custou forças, deixando o trono “indefeso”. O Império enfraqueceu um de seus maiores aliados.

O Exército, que era visto com “maus olhos”, consolidou-se depois da Guerra do Paraguai⁶⁵. A Guerra do Paraguai, além de proporcionar maior respaldo ao Exército brasileiro devido ao seu desenrolar, acabou por enfraquecer a imagem do Imperador D. Pedro II para com o povo brasileiro, que já estava insatisfeito com o prolongar da guerra e as vidas brasileiras que

⁶⁴ ALONSO, Op. Cit., 2012.

⁶⁵ A lei 2.395 de 1873, retirou as funções policiais da Guarda Nacional, subtraindo suas forças e possibilidades de atuações. Ver, Publicação Original [Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1873 - vol. 002] (p. 329, col. 1).

isso custou. Doratioto estipula que dos 139 mil homens brasileiros enviados à guerra, 50 mil morreram, perecendo além do confronto direto, por doenças e o clima.

Francisco Doratioto mostra-nos mais especificamente como a participação/vitória do Exército brasileiro e a desarticulação da Guarda Nacional proporcionaram espaço e força para o golpe de Estado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca na Proclamação da República.⁶⁶

Ambos os acontecimentos coincidem, deixando a Monarquia mais indefesa do que já se encontrava, sem a força do seu “braço direito” (a Guarda Nacional) e com um grande oponente (o Exército). A unidade e aceitação da Monarquia caminhava para o fim inevitável. O agonizar do sistema era oriundo de diversos desdobramentos ocorridos nos fins do XIX.

Para Doratioto, houveram reflexos do confronto armado brasileiro na região do Prata:

No plano interno, o conflito foi o ponto de inflexão de que deu início a marcha descendente da monarquia brasileira. Os gastos com cinco anos de guerra exauriram o Tesouro brasileiro e o equilíbrio orçamentário do Império não foi recuperado. O Exército, por sua vez, saiu do conflito com um sentimento de identidade desconhecido anteriormente, forjado com sangue nos campos de batalha. Após o final da guerra, foi crescente a dissociação entre o Exército e a monarquia a ponto de, em 1889, ele ser o instrumento dos republicanos para dar o golpe de Estado que depôs Pedro II e criou a República brasileira⁶⁷.

Além da credibilidade alcançada pelo Exército nesse confronto, temos como fator relevante no enfraquecimento do sistema monárquico brasileiro o saldo negativo que a guerra causou aos cofres do Império, proporcionando um desequilíbrio no orçamento que perdurou até sua queda. A união do povo brasileiro em prol da causa da guerra não significa que o responsável (o Imperador) por mandar os militares brasileiros ao campo seria respaldado mesmo com a vitória, mas pelo contrário, minou o sistema monárquico com mais insatisfações.

Outro fator considerável para a passagem dos sistemas foi a participação do movimento republicano. Os republicanos divergiam em interesses, principalmente no caso do grupo do Rio de Janeiro (atendendo demandas dos profissionais liberais urbanos) e do de São Paulo (setores cafeicultores). Os paulistas viam na federação, a oportunidade de maior independência, puxando o coro que essa seria a melhor saída⁶⁸. É importante salientarmos essas diferenças de interesses, para entendermos que a não homogeneidade de lutas acabou por não dar ao Partido Republicano a força que seria necessária para fazer a mudança sem precisar de auxílios alheios (o Exército). Contudo, foi esse movimento que primeiro colocou os ideais republicanos em discussão no Brasil.

⁶⁶ DORATIOTO, Op. Cit., 2002.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 484.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 209.

A abolição da escravidão também interferiu na queda da Monarquia, abalando estruturas há muito consolidadas no país. A escravidão perdurava no Brasil há mais de três séculos, deixando sequelas na população e práticas que interferiam na sociedade. A desarticulação da escravidão, juntamente com a abolição, por mais esperada que fosse, trouxe impactos sobre o fim do governo de D. Pedro II com o Golpe de 1889.

Para Silva, a abolição demorou devido ao escravismo ter se enraizado de tal maneira na sociedade, interferindo na sua cultura. Segundo o autor, uma Cultura Política Escravista manifestou-se no cotidiano da sociedade oitocentista, moldando mentalidades e práticas, sendo responsável por prolongar a escravidão o quanto possível⁶⁹. Essa Cultura Política Escravista não se desfez “da noite para o dia”, o pós-abolição refletiria práticas do XIX em relação às pessoas negras, com exclusão e inferiorização, principalmente.

O processo que levou o governo imperial abolir a escravidão foi permeado de lutas políticas e sociais, devido ao nível de enraizamento que o sistema escravista já possuía no território brasileiro. A desarticulação ou fim desse sistema foi fruto da ação de diferentes grupos sociais e contextos do período. Challoub sobre o escravismo no Brasil e seu nível de enraizamento nas práticas sociais e políticas pontua:

Todavia, a força da resistência escravocrata à mudança no Brasil tem o seu colorido local, peculiar, pois não me consta que noutro lugar qualquer tenham se articulado o processo de construção de um Estado nacional independente e o intuito de defender a propriedade escrava ilegal, originária do contrabando maciço de africanos escravizados⁷⁰.

O Brasil apresentava características distintas de outros países que tiveram, durante algum período, o regime escravista. No caso brasileiro, o escravismo era questão tão importante para o sistema, que seu fim abalou fortemente a monarquia brasileira, já enfraquecida. Prado acrescenta que: “[...] a escravidão era o alicerce sobre o qual se assentava o Império do Brasil⁷¹”. Esse enraizamento do sistema na sociedade brasileira, dificultou a decisão por uma brusca abolição como em outros países.

A busca pela permanência na relação dos escravizados como propriedade foi um dos principais pontos na tentativa de permanência do sistema o máximo possível, principalmente

⁶⁹ SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)**. Dissertação em História – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2016, p. 30. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9529/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

⁷⁰ CHALLOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 43.

⁷¹ PRADO, Maria Emília. **Memorial das desigualdades: Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 63.

nas regiões que produziam para o mercado externo⁷². Por isso o processo de abolição foi gradual no Brasil, indo da proibição do tráfico, as duas leis emancipacionistas (Ventre Livre e Sexagenários), até a abolição. Esse processo gradativo durou mais de trinta anos.

Segundo Eisenberg, a abolição gradual da escravidão, causou no Brasil uma crise social que ditou o fim do governo imperial e do século XIX⁷³. A desarticulação da escravidão trazia o temor para os grandes proprietários brasileiros que tinham suas relações pautadas na exploração do trabalho do negro. Esse temor da falta de braços para o trabalho, possibilitou florescer mais uma vez os debates em torno da imigração para a substituição do trabalho escravo⁷⁴.

Nesse contexto de realidade nacional para com a escravidão, a abolição fez com que as insatisfações por meio das elites agrárias aumentassem. Contudo, Prado ponderou sobre a questão do fim da escravidão que mesmo sem as indenizações pela abolição, não seria prudente relacionar o crescimento do republicanismo com a o episódio da Lei Aurea⁷⁵. Discordamos em parte com a autora nessa questão, na qual consideramos o 13 de maio como um golpe forte que a monarquia enfrentou, agravando a situação de efervescência do país. Esse importante acontecimento, unido com outras pautas que surgiram no fim do século XIX, pressionavam o governo imperial.

O governo imperial, ao longo do seu período no poder, enfrentou problemas no quesito custeamento, como: as revoltas internas que necessitavam de deslocamento de tropas ou compras de armamentos; com a Guerra do Paraguai, confronto que custou mais do que o esperado pelo imperador D. Pedro II, devido o prolongamento do confronto; teve também problemas com questões climáticas, o Norte enfrentou a seca e necessitou do auxílio do governo para superar esse mal. Todo esse contexto de gastos e a não capacidade de reposição fizeram com que a Monarquia fosse associada ao déficit no orçamento.

Alguns membros das elites imperiais a partir dos mais diversos mecanismos permaneceram no poder, tornando-se essenciais para a estruturação da República nos seus primórdios:

[...] os anos iniciais do novo regime padeceram de grande falta de elementos capacitados, tendo-se muitas vezes que recorrer aos políticos da antiga escola. Na verdade, os líderes republicanos que mais se salientaram na consolidação da

⁷² *Ibidem*, p. 33.

⁷³ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1890. Tradução João Maia. Rio de Janeiro: Paz Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

⁷⁴ PRADO, Op. Cit., 2005, p. 80.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 164.

República foram os remanescentes da elite imperial, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves.⁷⁶

Boa parte dos que chegaram ao poder na Primeira República eram filhos do Império. Nascidos sob a influência de mentalidades e conformações que levariam na sua trajetória, fazendo o século XX assemelhar-se em práticas ao período anterior.

Elencamos até então, conformações do período que contribuíram para o sistema monárquico brasileiro perder legitimidade e apoio das elites, como a busca pelo federalismo; leis emancipatórias dos negros; movimento intelectual-político de 1870; desarticulação da Guarda Nacional; empoderamento do Exército; movimento republicano; e abolição da escravidão. Alguns tiveram mais impacto no fim do sistema, porém, todos esses fatores contribuíram para minar a Monarquia até ela cair em definitivo.

Esse foi o momento histórico que Elyseu César esteve inserido na infância, um Estado sofrendo com abalos, críticas e contestado de vários lados. Essa turbulência pode explicar o porquê de Elyseu ser mais simpático às vertentes progressistas, como a abolição e a República. Analisamos Elyseu como homem que refletiu seu período, imerso em meio as agitações e negações da Monarquia, tornou-se um ávido crítico do Império e um defensor do regime republicano após a Proclamação.

2.1 Mobilidade Social e Herança Imaterial no século XIX: Christiano Fojos César e Dulcídio Augusto César

Família distinta, foi assim definida a ascendência de seu pai e avós paternos por Seráfico Nóbrega, um de seus memorialistas⁷⁷. Enquadramos mais pontualmente sua família no que seriam as camadas médias urbanas paraibanas. Em meio a essas camadas, a família de Elyseu apresentava variadas redes de apadrinhamento e tinham cargos públicos. Foram para Elyseu César, o que definimos como os responsáveis por ele educar-se e “embranquecer-se”, possibilitando-o circular entre essas camadas médias que frequentavam, tendo contato mais próximo com as elites. O embranquecimento como prática de homens negros, estava relacionado com a incorporação de práticas e costumes das populações brancas do poder. A aceitação dos códigos de acessos às elites como a adequação a esses meios, minimizava a questão da cor em alguns momentos. A pessoa negra que se encaixasse nesses padrões de

⁷⁶ EISENBERG, Op. Cit., 1977, p. 44.

⁷⁷ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 280.

aceitação (embranquecesse suas práticas) seria tolerada em alguns lugares, mesmo com o racismo aflorando na sociedade. A educação possibilitada a Elyseu seria uma das facetas de sua herança imaterial (como uma possibilidade que seus antepassados lhe deram).

Essa herança imaterial de familiares no Império, de fato, serviu para Elyseu enquanto homem de “cor” na Primeira República? Veremos que as implicações das estratégias dos antepassados na vida de Elyseu foram importantes, contudo, resta-nos destacar que a sua experiência individual de ser um homem de “cor” em meio a desqualificação do negro, foi também definidora das suas escolhas.

A possibilidade de se letrar e ter contato com determinados nomes do cenário local, foram uma herança imaterial valiosa para Elyseu. Não foram unicamente os bens materiais (que provavelmente não eram muitos) que colocaram Elyseu numa posição privilegiada, mas sim esses acessos que possibilitaram-no por meio de seus talentos inserir-se e articular-se com determinados protagonistas político-sociais.

Elyseu era um homem negro com uma família paterna ligada com círculos políticos medianos e articulados socialmente. A trajetória de duas gerações da família de Elyseu César, seu pai Dulcídio Augusto César e seu avô paterno Christiano Fojos César, apontaram elementos importantes do contexto familiar que ele vivenciou. Não tinham grande poder econômico, mas a dinâmica social deles proporcionou-lhe chegar a determinados lugares e expandir redes de sociabilidade.

A família de Elyseu que possuía relações sociais relevantes, girava em torno do seu avô Christiano Fojos César, que ocupou um cargo público na província da Parahyba do Norte e também a de Dulcídio Augusto César, que além de cargo público na Parahyba, teve também atuação no Rio Grande do Norte e no Pará. Nesse sentido, segundo Graham, no século XIX “As famílias representavam importante fonte de capital político⁷⁸”. Evidenciar alguns percursos nas trajetórias dos dois antepassados de Elyseu nos ajudou a analisar a herança imaterial que o jovem teve.

Neles, vimos a mobilidade social que a sociedade oitocentista possuía, além do apego e necessidade do funcionalismo público. Elyseu César, como veremos em outros capítulos, aprendeu com seus antepassados a conveniência dessa mobilidade e dinamismo de atuação para passar pelos momentos de dificuldades e se sobressair em meio a uma elite branca.

A herança imaterial que Elyseu César recebeu de seus antepassados correspondeu a possibilidades de acesso a determinados espaços no qual homens de cor não poderiam chegar

⁷⁸ GRAHAM, Op. Cit., 1997, p. 35.

ou que normalmente não estariam presentes no pós-abolição. A sua capacidade de socialização possibilitou que chegasse a se relacionar tanto com as elites políticas do fim do XIX, como do início do XX. Tanto a herança imaterial de seus antepassados, como as suas relações sociais foram o que auxiliaram Elyseu a atuar em tantos espaços ao longo de sua vida. A herança imaterial proporcionava a sua entrada nos meios sociais das elites que, somada a sua dinâmica de articulação, alargava suas alternativas de ascensão.

Começamos então falando de seu avô, o também parahybano Christiano Fojos de Correia César, que era casado com Vicência Ferreira de Albuquerque, ambos brancos e constituíam uma família de alguma condição financeira, segundo memorialistas de Elyseu. A população livre como seus avós paternos na província no período correspondia no Censo de 1872 a aproximadamente 354.700 mil pessoas, sendo maioria composta por homens pardos; a população escrava constava apenas com 21.526 pessoas⁷⁹.

Fica evidente a importância e participação dos avós de Elyseu na sua criação, quando em seu livro “Algas⁸⁰” de 1894, o então jovem, dedicou o livro à memória de Vicência, a mulher que teria se tornado sua mãe adotiva, no caso a sua avó. Sua mãe biológica não teria tido muito contato com Elyseu, aparecendo novamente nos registros só na sua matrícula no curso de Direito de Recife. Vicência e Christiano desta forma, estiveram mais ativos na formação inicial de Elyseu do que seus pais.

Christiano Fojos César era um homem conectado com extratos sociais diferentes na Paraíba oitocentista. Uma das suas estratégias de articulação era com a prática do apadrinhamento no período de 1833-1860, constando como padrinho de dezoito crianças na freguesia de Nossa Senhora das Neves⁸¹. O apadrinhamento estabelecia uma relação entre as duas famílias, para além do vínculo espiritual:

Os segmentos das populações da Zona da Mata da Paraíba, como do resto do Brasil, além de não cumprirem as leis eclesiásticas como propostas pelos religiosos, imprimiram novos sentidos à prática religiosa: valorizaram a dimensão social de rito católico, como o batismo que vinculava pessoas de diferentes famílias, estabelecendo a relação de compadrio, cuja principal característica seria a criação de alianças entre duas ou três famílias, com o compromisso de proteção e respeito entre pessoas do

⁷⁹ BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 15/03/2018.

⁸⁰ CEZAR, Elyseu Elias. **ALGAS**. Cidade da Parahyba: Typ. Lith. Encadernação e Pautação de Jayme Seixas & C., 1894. O acesso ao livro foi conseguido a partir do trabalho de vários pesquisadores, dentre eles destacamos: Germana Guimarães Gomes, mestra em História pelo PPGH/UFPB e professora de Educação Básica em Campina Grande, foi ao Acervo Átila Almeida, realizou a digitalização e encaminhou para a professora Solange Rocha que nos disponibilizou por e-mail.

⁸¹ Arquivo Eclesiástico da Paraíba: Livros de Batismo. Disponíveis em: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves /Paraíba, 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Profa. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/EABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM).

mesmo status ou de diferentes condições econômicas [...] Nesse ritual, ela não só receberia a lavagem do corpo com água e os santos óleos, aplicados pelo pároco, como também seriam estabelecidos laços sociais entre as duas famílias, pois ela passaria a receber a proteção, ao longo da vida, de seu padrinho [...]⁸²

O parentesco espiritual do apadrinhamento tinha papel crucial na criação de relações na sociedade oitocentista, criando um vínculo entre duas famílias. Essa relação acontecia normalmente entre famílias de condições semelhantes, criando uma rede de sociabilidade e proteção.

O papel do batismo era fazer com que livres ou escravizados conseguissem se inserir na sociedade do XIX, tanto no viés espiritual como no social, consistindo de um principiador ou potencializador de vínculos entre famílias. As relações de apadrinhamento não se resumiam às camadas mais abastadas ou classes médias da sociedade nos Oitocentos. Homens e mulheres negras também se utilizavam do apadrinhamento como mecanismo de inserção social e religiosa na Parahyba do Norte.

Sobre essas crianças apadrinhadas por Christiano Fojos C., consideramos a afirmação de Rocha, a qual ela analisou a constituição dessas crianças:

Tratando dos avós paternos de Eliseu César percebemos uma ampla rede de sociabilidade, envolvendo pessoas de diferentes grupos étnico-raciais e sociais, apadrinhando crianças entre as décadas de 1830 até final dos anos de 1850. Eram crianças negras, oriundas do grupo de pardos (livres e libertos), crioulos livres e também seus parentes, como sobrinhos, que foram registrados como brancos. Essas alianças dos avós de Eliseu E. César nos mostram as sociabilidades entre a gente negra com a população branca. Considerando, o funcionamento das instituições sociais no Oitocentos, essas redes poderiam fortalecer relações sociais e políticas e, se necessário, acionadas, em diferentes momentos, para garantir um melhor viver em sociedade escravista. Parece-me que César se beneficiou desses laços espirituais e de amizade para ascender socialmente, e ao longo da sua vida considerou estratégico estabelecer novas redes de sociabilidade⁸³.

De acordo com essa percepção, vemos uma relação de interesses e de causalidade no desejo de apadrinhar certas crianças e ter determinados padrinhos na sociedade oitocentista. Esse fato possibilita-nos pensar as relações que Christiano possuía na capital da província da Parahyba do Norte, sabendo-se que essas escolhas no século XIX eram permeadas de interesses econômicos ou de influência, tanto para o padrinho, como para os pais da criança. Não temos como analisar empiricamente as redes de sociabilidades futuras (como nomes de amigos ou aliados) que se utilizou Christiano Fojos César, devido à ausência de fontes a seu respeito, mas

⁸² ROCHA, Op. Cit., 2007, p. 242.

⁸³ Idem, 2015, p. 196-197.

devemos analisarmos como sujeito que conseguiu alguns espaços na sociedade oitocentista paraibana.

Christiano Fojos César vivenciou momentos de agitações e de modificações políticas na Parahyba do Norte e Brasil, coisas que devem ter marcado a sua percepção das tramas políticas, que mais tarde foram passadas a Elyseu. Para Mariano, que analisou as culturas políticas, as redes familiares e o papel central que tinham na administração de 1825 a 1840, diz: “[...] a província da Parahyba do Norte, assim como outras, durante o período regencial passou por momentos de incertezas e de temor de uma desordem generalizada, esse medo é visível nos discursos da elite política local.”⁸⁴.

O avô de Elyseu, que viveu em meio a essa situação política nacional conturbada, assemelhou-se ao que o neto viveu em outro período de reviravoltas nas tramas políticas brasileiras. Sua experiência com todas essas dificuldades servira de aprendizados a serem ensinados a Elyseu. Uma das principais estratégias usadas por Elyseu, as alianças políticas com pessoas influentes, provavelmente foi percebida na trajetória de seu avô e pai.

Fiscal da Câmara Municipal da capital da Parahyba do Norte, como constava sua nomeação em um jornal parahybano do período: “Christiano de Fójos Corrêa Cezar, annuncia ao respeitável público, que a Câmara Municipal desta cidade, houve por bem o nomiar Fiscal desta Freguezia.”⁸⁵. A função de fiscal foi o ponto principal da atuação do avô de Elyseu.

Christiano atuou após a lei de outubro de 1828, que trouxe alterações nas atribuições e funções das Câmaras Municipais e depois com o ato de 1834, acentuou-se a interferência do poder provincial no municipal, que viria refletir no período da nomeação de Christiano F. César⁸⁶. A nomeação dos funcionários da Câmara se dava por meio de indicação de algum integrante da Câmara, fazendo-nos pensar quais relações Christiano F. César possuía com membros de camadas sociais mais altas da capital da Parahyba do Norte para consegui-la.

A compreensão da funcionalidade e papel das Câmaras Municipais faz com que percebamos que Christiano César frequentava espaços sociais relativamente importantes no XIX. A atuação em cargos públicos nas mais diversas esferas nos Oitocentos requeriam contatos e redes que possibilitassem o emprego, dessa forma é relevante mostrar essa característica dos familiares de Elyseu César.

⁸⁴ MARIANO, Serioja Rodrigues C. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840). In: **Saeculum**. Revista de História, João Pessoa, v. 24, p. 11-24, jan./jun. 2011, p. 22. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/12432/7194>. Acesso em: 03/09/2018.

⁸⁵ A Ordem. Cidade da Parahyba. N. 25. Segunda-feira, 04 de fevereiro de 1850.

⁸⁶ BRASIL. Lei de 01 de outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em: 16/02/2018.

As Câmaras desempenhavam um papel importante na colaboração com a administração central. Segundo Segal, os deputados provinciais e os presidentes de província tinham uma forte influência nas decisões e conformações feitas nas Câmara Municipais, pois:

[...] era fundamental para as elites provinciais ter sob seu domínio as municipalidades, não apenas para reforçar seu poder no território da província, mas também para ter uma maior representatividade e autoridade diante do governo central. Uma das maneiras mais efetivas de colocar em prática tal predomínio era justamente controlar as rendas dos municípios. As câmaras municipais tinham o direito de elaborar o orçamento de seus respectivos municípios. No entanto, ele teria que passar pela aprovação das assembleias provinciais, também responsável por legislar sobre a polícia, economia e empregos municipais (nomeação, criação, supressão e fixação do seu ordenado).⁸⁷

Christiano teve suas ações delimitadas em grande escala pelo governo provincial. Esse espaço de limitações proporcionou a Christiano projetar novos rumos e estratégias para que seu filho Dulcídio fosse mais influente.

O contexto ao qual Christiano Fojos atuou, caracterizou-se pela formação das elites nacionais, com aparatos que as permitissem se afirmar no poder. O funcionalismo público nesse momento seria crucial, levando em consideração a nomeação e indicação para os cargos. As nomeações eram manobras que garantiam a permanência de determinados membros no poder e a inserção de outros desejados. O problema nessas nomeações era o constante rodízio ministerial que reconfigurava as alianças periodicamente, retirando quaisquer estabelecimentos no poder em determinada função.

Um ano após a sua nomeação como fiscal, Christiano Fojos se envolveu em um episódio de relativa repercussão na Câmara da capital da província, no qual o seu cargo chegou a ser ameaçado, como mostrou o jornal oficial do governo. Christiano foi demitido do cargo, segundo relatava o jornal, por falta de cumprimento de seus deveres, infringindo o regimento da Câmara. O ato de sua demissão fez com o que o vice-presidente de província interferisse argumentando:

[...] o [...] regimento do primeiro de outubro de 1828 claramente determina que os fiscaes, uma vez nomeados, devem servir quatro annos; assim como [...] impõe a multa de dez a trinta mil réis aos fiscaes que deixão de cumprir sua obrigações, além da reponsabilidade pelos prejuízos causados. Em vista, portanto destas disposições a camara criminosamente excedeo ás suas atribuições, quando decretou áquella demissão, praticando assim um acto illegal e nullo; e por isso deve retira-lo, fazendo continuar áquelle fiscal no exercício de suas funcções até que se complete o tempo de seu exercício. Muito convém que a camara se compenetre de seus deveres, e comprehenda as suas atribuições, para que não se deslize da senda legal, dando occasião a que seus actos sejam julgados por menos pensados e caprichosos. Se a camara entende que o referido fiscal tem commetido faltas, proceda contra elle na

⁸⁷ SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços da autonomia e negociação**: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875). Dissertação em História (PPGH-UFPB), João Pessoa, 2017, p. 134. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9616/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

forma da lei, mas convença-se de que essas faltas, a serem verdadeiras, filhas da criminosa indulgencia da camara, lhe não autorisam um poder arbitrário e illegal. Não pode de deixar a Presidência de extranhar a camara a confissão que faz de haver por mais de uma vez sido indulgentes com as faltas do dito fiscal, por que ella devia ser a primeira em activar seus empregados no desempenho de seus deveres, e punir suas faltas sem a menor consideração, que não for fundada em lei.⁸⁸

Esse episódio ocorrido na Câmara aconteceu no dia 04 de junho, comentado pelo vice-presidente de província em exercício no período, o sr. Francisco Antônio D’Almeida Albuquerque, que permaneceu no cargo até agosto do mesmo ano, quando foi nomeado o sr. Antônio Coelho de Sá Albuquerque. O presidente em exercício utilizou-se da lei recente para reprimir a Câmara pelo seu desconhecimento ou tentativa de ignorar a lei que impedia o ato da demissão precoce. Os chefes locais nos Oitocentos sabiam que “O poder de nomear trazia consigo o poder de demitir, recompensas implicavam punições, e protegidos desobedientes às vezes precisavam receber uma lição⁸⁹”. A demissão pode ter sido uma ação de inimigos partidários, como a sua defesa ter sido feita por um aliado político. Eram os contornos políticos que envolviam o cotidiano de atuação de Christiano na Câmara.

Como foi nomeado um ano antes, Christiano F. César ficou protegido pela lei que dava uma nova forma as câmaras municipais, alterando as funções e atribuições de todos os empregados na Câmara. O cargo era de nomeação da Câmara segundo a reforma citada pelo presidente de província do ano de 1851. Eram funções de um fiscal da Câmara, como consta no Art. 85:

Vigiar na observancia das posturas da Camara, promovendo a sua execução pela advertencia aos que forem obrigados a ellas, ou particularmente ou por meio de editaes.

Activar o Procurador no desempenho de seus deveres.

Executar as ordens da Camara.

Dar-lhe parte em cada reunião do estado da sua administração, e de tudo quanto julgarem conveniente.

Para o expediente, no desempenho destes seus deveres, se servirão do Secretario, e Porteiro da Camara.⁹⁰

De acordo com suas atribuições de fiscal, percebemo-lo enquanto figura participante do dia a dia da Câmara e consistindo em um cargo de acentuada confiança por estar de dentro das ações cotidianas da Câmara, sendo um dos responsáveis por executá-las. O cargo de fiscal possuía uma gratificação que era paga pelas rendas do Conselho e que devia ser aprovada pelo Conselho Geral.

⁸⁸ O Governista Parahybano, Cidade da Parahyba. N. 55. Sábado, 07 de junho de 1851.

⁸⁹ GRAHAM, Op. Cit., 1997, p. 132.

⁹⁰ BRASIL, Op. Cit., 1828.

Na mesma impressão do jornal, constando como referente ao dia 07 de junho, o então presidente comunica:

A camara municipal da capital aprovando a deliberação tomada em 4 do corrente communicada hontem de incumbir ao fiscal Cristiano de Fojos Correia Cezar, exercer suas funções no bairro alto desta cidade, e o fiscal Pio Militano de Bastos no bairro baixo, podendo qualquer delles exercer n'um, ou n'outro bairro as mesmas funcções, quando encontrarem infracções de posturas.⁹¹

O episódio acabou com Christiano F. César mantendo o seu cargo, que imaginamos mantivera até o ano de 1854, devido à lei citada anteriormente que impedia a demissão antes do período equivalente aos quatro anos depois da nomeação, não podendo seguir de uma segunda nomeação em sequência, tendo que haver um intervalo de quatro anos para retornar ao cargo⁹². Christiano, mesmo com uma rede de sociabilidades pequena nos Oitocentos parahybano, conseguiu estabelecer noções que auxiliaram os seus descendentes a galgar outros espaços não conseguidos por ele.

Christiano F. César voltou a aparecer no noticiário dos jornais protagonizando episódios na busca de pagamento de seus vencimentos da aposentadoria do cargo de fiscal da Câmara municipal da capital. Não podemos dizer até que ponto aconteceria o pagamento dentro dos prazos para os funcionários da Câmara ativos ou aposentados, mas podemos pontuar dois momentos que o avô de Elyseu César foi obrigado a requerer seus vencimentos atrasados:

Expediente do Governo

- Idem á camara municipal da capital. – Em vista da informação prestada em officio da camara municipal desta cidade sobre as petições do respectivo porteiro João Ignacio de Magalhães e do fiscal aposentado Christiano de Fojos Correia Cesar, tenho a declarar, que não podendo a presidência ordenar o pagamento dos suplicantes pelo cofre provincial, cumpre que a mesma camara o faça, bem como dos outros seus empregados, de preferencia a qualquer outra despesa, com os dinheiros que for arrecadando, em ordem a evitar a continuação das tristes circunstâncias de que se elles queixão. O que tenho por muito recommendado.⁹³

Despachos

N. 1420 – Requerimento de Christiano de Fojos Correia Cesar, fiscal aposentado da camara municipal da capital, pedindo que se mande a mesma camara pagar os vencimentos do supplicante de maio do corrente anno ate a presente data. – Informe com urgencia a camara municipal desta cidade, ouvindo o procurador e remetendo por essa occasião um balancete da sua receita e despesa do 1º de janeiro ao ultimo de julho do corrente anno.⁹⁴

As notícias correspondem a praticamente uma um ano após a outra e podemos notar que eventualmente ocorriam atrasos nos pagamentos das aposentadorias. Da mesma forma,

⁹¹ O GOVERNISTA PARAHYBANO, Op Cit, 07 de junho de 1851.

⁹² BRASIL, Op. Cit., 1828.

⁹³ O Publicador, Cidade da Parahyba. Ano III, N. 573. Segunda-feira, 01 de agosto de 1864.

⁹⁴ O Publicador, Cidade da Parahyba. Ano IV, N. 892. Sábado, 26 de agosto de 1865.

notamos que um funcionário na ativa também havia entrado com petição para que seu pagamento fosse efetivado, gerando uma dúvida quanto as finanças da Câmara.

Dolhnikoff comenta como a aposentadoria era vista no século XIX, pontuando os interesses por trás do governo central e do governo provincial, que se interessavam em tal atribuição:

Quantos às aposentadorias, o problema estava em definir se as Assembleias poderiam legislar sobre o tema, tendo em vista que no Brasil do século XIX a aposentadoria era uma mercê pecuniária, uma espécie de favor ou recompensa cuja concessão era privativa do Executivo. Sua importância derivava da necessidade de um Estado que estava sendo construído e precisava atrair indivíduos dispostos a se empregar no serviço público para que se constituísse uma burocracia estatal. O assunto vinha preocupando o governo central havia algum tempo⁹⁵

O governo central tinha interesse em administrar as aposentadorias, porém sem arcar com as despesas. A aposentadoria era pensada na ótica de angariar mais aliados políticos, escolhendo quem deveria receber a remuneração baseado em critérios relativos de província para província: “A importância desse direito estava em que a autonomia para decidir sobre aposentadorias fortalecia a elite da província na troca de cargos por apoio político.”⁹⁶. O mecanismo de utilização das aposentadorias como atrativo servia bem aos ideais do clientelismo enraizado no século XIX, no qual as elites necessitavam de mecanismos de trocas para se perpetuarem no poder. Para a autora, o uso do poder de decisão das assembleias sobre a aposentadoria servia para sustentar seu argumento de que houve um pacto federalista na construção do estado nacional.

Ao obter uma aposentadoria, Christiano César demonstrava sua relação com as elites locais, sabendo-se que a aposentadoria não era dada a todos, mas sim, àqueles que serviram ou serviam aos membros das elites, como forma de acordo de dependência. As trocas de favores entre esses homens eram estratégias de ação na tentativa de permanecerem ou aumentarem seu poder.

Christiano Fojos César serviu para mostrar-nos a origem das redes de sociabilidades de Elyseu César, sendo seu avô o primeiro a tramitar alguns espaços e angariar influências para legitimação de sua família. O próximo responsável por expandir as influências da família atuando no funcionalismo público em três estados brasileiros, foi seu filho Dulcídio César.

Dulcídio Augusto César, era um homem branco, parahybano, que teve como padrinho o senhor José D’Assumpção, sem constatação de cor ou distinção do padrinho (provavelmente

⁹⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século. XIX. São Paulo: Globo, 2005, p. 244.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 250.

era da mesma classe social da família de Dulcídio, lembrando que o apadrinhamento era importante mecanismo social), sua madrinha foi Nossa Senhora do Carmo⁹⁷, batizado em 16 de julho de 1851 na Matriz de Nossa Senhora das Neves, pelo Reverendíssimo Mestre Frei Joaquim Antônio Marques⁹⁸.

A sua trajetória coincidiu em alguns momentos com os caminhos traçados por Elyseu César em sua mocidade. Dulcídio foi um homem que teve acesso à educação, estudando no Lyceu parahybano⁹⁹, como constava no jornal *O Publicador*, entre os anos de 1864 a 1866, cursando latim e francês¹⁰⁰. As disciplinas de latim e francês eram as que mais recebiam alunos matriculados, devido suas exigências para os exames preparatórios. As outras matérias que compunham o curso do Lyceu no período que Dulcídio cursou eram: aritmética, álgebra, geometria, trigonometria retilínea, contabilidade e escrituração mercantil, filosofia racional e moral, literatura e língua nacional. Sobre a organização das disciplinas apontamos que¹⁰¹:

[...] foram incluídas as cadeiras de Elementos de Física, Química e Botânica, Música e Desenho geométrico e topográfico, **além dos de contabilidade e escrituração mercantil**. O acréscimo dessas cadeiras nos revela aspectos muito significativos para a história do Lyceu. [...]. Nesse sentido, é possível considerar, de forma mais ampliada, que havia a necessidade de se forjar, no âmbito de uma perspectiva propedêutica, uma cultura educacional assentada na mentalidade racionalista e científica, **já que os seus egressos poderiam tanto se dirigir para o ensino superior, quanto para ocupar cargos administrativos nos setores públicos, mercantis e comerciais**¹⁰². (grifos nossos)

A direção do ensino na década de 1860 almejava uma formação mais variada, pensando nos cargos que poderiam ser exercidos na província. Dulcídio, que estudou nesse período, utilizou dessas matérias nos cargos administrativos que veio a exercer ao longo de sua trajetória nos estados brasileiros que passou. Como destaca Carvalho, as elites eram treinadas para a

⁹⁷ A prática de escolher como madrinhas, as santas da Igreja Católica eram comuns no século XIX.

⁹⁸ Arquivo Eclesiástico da Paraíba: Livros de Batismo. Disponíveis em: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves /Paraíba, 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Profa. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/EABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM).

⁹⁹ O Lyceu Parahybano foi criado no ano de 1836 com pelo então Presidente de Província Manoel Maria Carneiro da Cunha, que buscava inserir os filhos da Parahyba do Norte nos jogos de poder do período. Essa instituição tinha como objetivo organizar, reunir e centralizar todo o ensino secundário da Parahyba do Norte numa única instituição, substituindo o modelo antecessor das Aulas Avulsas.

¹⁰⁰ O Publicador, Cidade da Parahyba. Ano III, N. 571. Sexta-feira, 29 de julho de 1864.

¹⁰¹ FERRONATO, Cristiano de J. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial**: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). João Pessoa, Tese (Doutorado), Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB), 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4672/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

¹⁰² PINHEIRO 2011, p. 37 apud FERRONATO 2012, p. 106.

formação do Estado brasileiro: “A elite produzida deliberadamente pelo Estado foi eficiente na tarefa de fortalece-lo, sobretudo em sua capacidade de controle da sociedade”¹⁰³.

A educação na formação dessas elites era uma das primeiras instâncias de inserção. O jovem que almejava os cargos e espaços sociais de poder, deveria estar em consonância com as regras de ascensão das elites dirigentes. Depois de chegado a esses cargos, corroboraria para que a máquina do estado continuasse a funcionar da mesma maneira. Dulcídio neste caso, percebemos que mesmo não sendo um membro direto das elites, detendo posse de terras ou familiares políticos, tentou utilizar-se da educação para chegar a melhores lugares sociais que seu pai.

A formação nos liceus provinciais no século XIX estava ligada à consolidação do estado nacional brasileiro e da propagação da elite política existente, reafirmando seus espaços por meio da educação:

O ensino secundário público, na Província paraibana procurou manter o status de formador da elite. As famílias Albuquerque Maranhão, Costa Maxado, Gomes da Silveira, Carneiro da Cunha, Borges da Fonseca, Souza Rangel, Chaves, Vasconcelos, entre outras, estiveram sempre presentes no processo de organização da instrução pública paraibana. Todavia, outros agentes vinculados à elite foram formados pelo Lyceu e se inseriram no mundo político e social, como presidentes de província, deputados, diretores da instrução pública, médicos, padres, integrantes da burocracia provincial e professores do próprio Lyceu Provincial. [...]. Conforme vimos afirmando ao longo de todo este estudo, a passagem pelo Lyceu Provincial garantia a possibilidade de as famílias abastadas sócio-economicamente manterem-se no poder, uma vez que, com o diploma ali conseguido, o acesso a esses espaços de poder seria facilitado¹⁰⁴.

O acesso ao ensino secundário na Parahyba do Norte refletia as dificuldades em todo o território brasileiro, estando mais acessível a membros das elites ou das camadas médias urbanas, seus correligionários, amigos e familiares. Dulcídio era um desses membros das famílias que se beneficiariam da educação para chegar ou se estabelecer nos espaços de poder.

No século XIX, a oportunidade de cursar o Lyceu não era possível para a maioria dos jovens brasileiros. Nesse sentido, Dulcídio começou daí sua trajetória de atuações, inserindo-se no pequeno grupo dos homens letrados dos Oitocentos:

No que concerne ao perfil do alunado que frequentava o Lyceu, este era formado pelos herdeiros da aristocracia provincial, do capital econômico, social, cultural e político. No entanto, havia também aqueles originários dos grupos sociais intermediários, que viam a possibilidade de ascensão social pela escolarização secundária¹⁰⁵.

¹⁰³ CARVALHO, Op. Cit. 2008, p. 249.

¹⁰⁴ FERRONATO, Op. Cit., 2012, p. 185-186.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 175.

Pelo que notamos sobre a família de Dulcídio, ela enquadrava-se na perspectiva dos grupos intermediários da sociedade que pensavam no investimento na educação do filho e posteriormente do neto, Elyseu César, para alcançar espaços restritos na sociedade oitocentista/novecentista.

Como podemos verificar, não foram poucos os homens letrados que o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte formou, especialmente nos seus primeiros 40 anos de existência. Assim sendo, consideramos que a referida instituição logrou sucesso em relação aos seus objetivos que eram, especialmente, o de formar homens que viessem a ocupar a estrutura administrativa da Província da Parahyba do Norte bem como do próprio Império, e contribuir para o processo de formação e consolidação do Estado Nacional¹⁰⁶.

A educação no XIX estava restrita aos interesses sócio-políticos das famílias que compunham as elites políticas ou setores médios no Oitocentos. Esses membros empenhavam-se na permanência ou consolidação de seu *status quo*, junto ao governo local e imperial, tornando-se capacitados ao mundo público. O Lyceu Paraibano constituiu-se num espaço de poder, agrupando jovens filhos de membros das elites ou com relações sociais fortes, que entendiam a importância do diploma para as futuras tramas políticas.

Dulcídio, tendo cursado o ensino secundário no Lyceu, demonstrou quão bem poderia estar alijada a sua família com o poder local, fato que reiteramos e buscamos problematizar em seguida com a demonstração de sua atuação em cargos administrativos em diferentes províncias/estados no Brasil. A instituição correspondia como um importante espaço de fortalecimento das elites, buscando instruir os filhos dos donos do poder, para assumir consequentemente, os postos dos pais no lugar da administração do Estado brasileiro.

Dulcídio César aos vinte anos conseguiu seu primeiro cargo no funcionalismo público da Parahyba do Norte, ficando a cargo da função de amanuense da secretaria do governo: “Foi nomeado amanuense da secretaria do governo o Sr. Dulcídio Augusto César, que me parece moço inteligente e capaz de desempenhar o lugar”¹⁰⁷.

As redes de Christiano César, pai de Dulcídio César, aparentemente começavam a surtir efeito na vida do filho, que tivera um investimento em sua educação e ao qual despontava nas “rotas” das sociabilidades com a nomeação para este cargo. Normalmente, o cargo de amanuense consistia no de fazer as cópias e registros da repartição ao qual estava vinculado, como também tomar conta das correspondências. Dessa forma, o cargo tinha fortes ligações com os membros da Câmara (onde seu pai atuou).

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 198.

¹⁰⁷ Diário de Pernambuco, Cidade de Recife Ano XLVII, N. 223. Sábado, 30 de setembro de 1871.

Dulcídio foi designado para outra função no ano de 1879, como consta no relatório de presidente província na seção da secretaria do governo: “A 2 de Outubro designei o Amanuense Dulcídio Augusto César para servir de Escripturário na Repartição de Socorros Públicos.”¹⁰⁸. A nomeação de Dulcídio César para esse cargo ocorreu em um período marcante para algumas províncias do Norte, incluindo a Parahyba do Norte, que sofreu com uma de suas piores secas.

A seca de 1877-1879 devastou a economia do Norte (atual Nordeste), que era baseada na agricultura e pecuária, a fome cresceu na província e vários retirantes saíram dos sertões para o litoral. Nos Relatórios de Presidente de Província¹⁰⁹, nos discursos de parlamentares como Manoel Pedro Cardoso Vieira¹¹⁰ e nas publicações dos jornais da época¹¹¹, as mazelas da seca eram noticiadas em grandes proporções. Para Guerra, a seca de 1877 correspondeu ao início da intervenção estatal na região e também ao nascimento da indústria da seca¹¹². Definindo o que seria essa “indústria das secas” na Paraíba, a autora diz que correspondia a uma maneira de manipulação pelas elites dos poucos recursos destinados para a região, sendo seus principais expoentes de atuação o sistema de socorros públicos criado pós-1877 e o órgão de combate as secas, chamados IOCS/IFOCS (Instituto de Obras Contra às Secas/Instituto Federal de Obras Contra às Secas)¹¹³.

Burgardt que pesquisou a “invenção da seca” no romance-folhetim *Os Retirantes*, de José do Patrocínio e jornais das províncias do norte entendeu e complementou o pensamento sobre a seca de 1877-1879 como:

O evento marca o momento no qual as autoridades passam a se interessar por esse fenômeno, tirando-o do âmbito regional para transformá-la em “problema nacional” não só pelo pedido das autoridades locais por ajuda, mas principalmente por causa da ampla repercussão que a imprensa conferiu a essa seca e isto se deve a uma série de fatores que pouco são levados em consideração como problemas sociais, políticos e financeiros. [...] É inegável a existência da seca de 1877-79, mas a versão construída

¹⁰⁸ Relatório de Presidente Província, Cidade da Parahyba. 01 de janeiro de 1879.

¹⁰⁹ Para os Relatórios de Presidente de Província da Parahyba do Norte havia um grande número de braços ociosos na capital da província. Ver, Relatório de Presidente de Província (01 de março de 1878, p. 9-14), disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/605/000009.html>. Acesso em: 28/04/2017. Ver também, Relatório de Presidente de Província (01 de janeiro de 1879, p. 26-29), disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u518/000023.html>. Acesso em: 28/04/2017.

¹¹⁰ Manoel Pedro Cardoso Vieira faz uma fala na Câmara dos Deputados em 12 de março de 1879, questionando ao governo sobre o apoio as vítimas da seca na Parahyba do Norte. Disponível em: [http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/.](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/) Páginas 3-4. Acesso em: 15/03/2018. Além desse discurso proferido, Cardoso Vieira também fez parte da Comissão de Socorros Públicos da capital da Parahyba do Norte, nomeado pelo presidente de província. Ver, Relatório de Presidente de Província (01 de janeiro de 1879, p. 50-51). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/606/000051.html>. Acesso em: 15/03/2018.

¹¹¹ Alguns desses jornais eram pernambucanos, como: *A Província, Diário de Pernambuco e Jornal de Recife*.

¹¹² FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993, p. 16.

¹¹³ Ibidem, p. 126.

sobre esse fenômeno confere uma maior credibilidade e legitimidade à construção histórica da grande seca.[...]¹¹⁴

A nomeação de Dulcídio aconteceu em um momento de alvoroço econômico e procura de recursos para atender as demandas da seca. Contudo, foi também um momento de se consolidar auxílios para o governo parahybano, beneficiando as elites políticas que estavam no poder e se aproveitaram necessariamente dos auxílios oriundos da visibilidade da província e do seu problema.

Dulcídio, mesmo jovem, ia ganhando certos privilégios ou assumindo determinados postos que eram frutos de estreitas ligações com as elites que possuíam o poder na Parahyba do Norte, demonstrando assim, suas redes de sociabilidades para firmar-se em tais espaços.

Além de sua atuação como amanuense, Dulcídio César exercia outro cargo no ano de 1884 na província da Parahyba do Norte. Foi secretário e ator do Theatro Santa Cruz¹¹⁵, que ficava sob responsabilidade da Sociedade Santa Cruz.¹¹⁶

A Sociedade Particular Dramática Santa Cruz era uma organização filantrópica, que exibia peças teatrais beneficentes e comemorativas de datas simbólicas no então Theatro Santa Cruz. Em seu estatuto de funcionamento mencionado no *Jornal da Parahyba*, constava a obrigação de tal entidade de organizar dois espetáculos mensais, salvo alguma circunstância inesperada¹¹⁷.

O Theatro Santa Cruz era um local de encontro de membros da sociedade política paraibana do período: “Realizou-se em a noite de 10 do corrente no theatro <<Santa Cruz>> a reunião promovida pelos Srs.: Annibal Falcão, Constantino Pereira, Franklin Rabello e Antonio Camillo para o fim de ser organizado um <<Club Abolicionista>> n’esta capital. [...]”¹¹⁸. A atuação no Theatro proporcionou a Dulcídio ter ainda mais contato com os diferentes segmentos partidários que se reuniam no local.

Afirmamos que os membros da Sociedade Santa Cruz que administrava o Theatro faziam parte dos detentores do poder ou possuíam relações com tais nomes na Parahyba do Norte em períodos distintos. Dulcídio provavelmente utilizava-se desse espaço para formular novas alianças.

¹¹⁴ BURGARDT, Camila Machado. **A invenção da seca no século XIX**: a imprensa do Norte e o romance Os Retirantes. Dissertação em Letras (PPGL - UFPB), João Pessoa, 2014, p. 52-53. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6270/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

¹¹⁵ O Theatro Santa Cruz era o atual Theatro Santa Roza. Recebeu o nome Santa Cruz enquanto esteve sob a responsabilidade da Sociedade Santa Cruz.

¹¹⁶ Diário da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 97. Domingo, 01 de junho de 1884.

¹¹⁷ Jornal da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano XXVIII, N. 2775. Quarta-feira, 29 de maio de 1889.

¹¹⁸ Diário da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 208. Terça-feira, 14 de outubro de 1884.

Em episódio de desentendimento ocorrido no Theatro, vemos um momento de atuação de Dulcídio como membro da Sociedade e Theatro, além de mostrar-nos como era bem visto pelos jornais da época:

Sociedade Santa Cruz
Teve lugar no sabbado ultimo, o espectaculo desta sociedade.
Subiu a scena o magnifico drama *Mysterios de Familia* e a chistosa comedia, *Uma caçadora de Noivos*.
A concorrência foi de animar e a execução muito agradou.
O corpo scênico sahiu-se da melhor forma, o que muito concorre para mais credito e protecção de nosso público.
Teria o espectaculo ainda mais agradado, se não fosse a imprudência de um moço que, querendo celebrisar-se, apesar de ser filho da Parahyba entendeu estar no camarote de chapéo na cabeça do que resultou uma grande algazarra de péus e mais péus e... a nada disso...
Felizmente graças a attenção que merece um membro da sociedade, o Sr. Dulcídio César terminou, por sua intervenção, a celeuma, ficando o silêncio restabelecido.
Sempre há desses e d'outros episódios entre nós.¹¹⁹

Ainda em 1884, Dulcídio César era deslocado para outra função: “Foi removido a seu pedido para o lugar de conferente externo do Consulado Provincial, o Amanuense da secretaria do governo, Dulcídio Augusto César.”¹²⁰. A sua atuação como conferente do consulado se deu até o ano de 1889, quando foi nomeado novamente para outro cargo na Parahyba do Norte.

Dulcídio era um sujeito que possuía múltiplas ocupações. Ele se propunha a uma diversidade de atuações, indo de funcionário público (amanuense), a responsável por peças teatrais no capital da província (secretário), ator nas horas vagas, conferente do consulado e etc.

Cinco anos mais tarde, em 1889, Dulcídio A. César foi nomeado para mais uma diferente função administrativa na província: “Foram nomeados: [...] Administrador do Correio da província do Ceará, Antonio Moreira de Souza, e da província da Parahyba, Dulcídio César.”¹²¹. Como observamos, Dulcídio possuía relações de poder na província que proporcionaram a sua nomeação para variados cargos públicos na província da Parahyba do Norte, caminho para poucos no século XIX.

Poucos são os estudos sobre o papel dos Correios no século XIX, como também o seu lugar na sociedade. Pérola Castro apontou resumidamente a função e contexto dos Correios do século XIX:

Aparelho integrante dessa infraestrutura de comunicação, os Correios constituíram-se em importantes instrumentos de integração nacional, ao viabilizarem a existência de uma rotina burocrática que se materializava na troca sistemática de correspondências entre os governos provinciais e a Corte. Eles também proporcionaram à sociedade

¹¹⁹ Diário da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 132. Terça-feira, 15 de julho de 1884.

¹²⁰ Diário da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 141. Sexta-feira, 25 de julho de 1884.

¹²¹ Diário de Pernambuco, Cidade de Recife. Ano LXV, N. 96. Terça-feira, 30 de abril de 1889.

civil um canal institucionalizado de comunicação a distância, contribuindo, com isso, para a transformação da opinião pública¹²².

A importância dos Correios no século XIX ocorria devido o papel que ele tinha de levar as informações diplomáticas e estabelecer relações entre pessoas de estados diferentes. O administrador era o responsável do governo por criar e organizar essas rotas de circulação, de informações e negociações. Atrasos, roubos e perda de cartas poderiam gerar incidentes políticos de grande escala, sabendo que os Correios eram um dos principais meios de conversação das elites.

A administração dos correios, recém assumida por Dulcídio, foi iniciada com reclamações direcionadas a repartição, mas que caíam sobre a responsabilidade e resposta de seu atual administrador. Vejamos:

Administração do correio

Já uma vez reclamamos providencias no sentido de ser augmentado o numero de viagens dos correios entre essa cidade e a capital: parece que ninguém tomou em consideração nosso pedido.

Repetimos hoje essa reclamação e brevemente exporemos algumas considerações sobre a irregularidade com que esta sendo feito o serviço postal nesta cidade, unicamente por culpa da administração central, segundo estamos informados.

Chamamos para o assumpto a atenção do novo administrador, seño. Dulcídio César, a fim de estudar devidamente a matéria.¹²³

O jornal fazia menção à dificuldade com a qual se encontrava o contato entre a capital da província da Parahyba do Norte e as cidades do interior. No caso específico o jornal a *Gazeta do Sertão* era da cidade de Campina Grande, que aparecia como polo importante do interior. Como mencionado, alguns meses depois dessa publicação o jornal reiterou sua reclamação, apresentando mais argumentos quanto a esse “esquecimento” ou “desconsideração” para com as cidades do interior parahybano:

O correio

É caso de lastima o modo extravagante porque é feito nesta província o serviço da repartição do correio, justamente aquelle que devia primar pela celeridade, pela confiança e pela pontualidade.

Actualmente acha-se confiada a repartição dos correios aos cuidados de um novo administrador, o Sr. Dulcídio César, que gosa geralmente do nome de bom empregado, activo e laborioso.

Comquanto não tenha tido tempo sufficiente para pôr em evidencia os predicados de que é dotado, quer nos parecer que o serviço publico esta urgindo da parte de S. S.^a se

¹²² CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. O império dos correios: notas de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX. In: **I Encontro de Pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**, 2016, São João Del Rey. Anais do I Encontro de Pós-graduandos da SEO. Niterói - RJ: Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO, v.1, 2015, p. 13. Disponível em: http://www.seo.org.br/images/Perola_Goldfeder.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

¹²³ Gazeta do Sertão, Cidade de Campina Grande. Ano II, N. 26. Sexta-feira, 21 de junho de 1889.

applique desde já a grandes reformas na repartição que em tão boa hora parece ter sido confiada a seu zelo e dedicação.

[...] Outras reformas há que S. S.^a só por si poderá promover com brevidade.

[...] Uma dellas, a principal, é tornar útil a repartição do correio.

Não duvidamos que seja regulamente feito o serviço da capital; não o conhecemos: o do interior, porem, permitta-se-nos a expressão, é de extrema insensatez.

[...] Resulta d'ahi que para certas zonas da província as relações com a praça de Pernambuco são mais frequentes do que com a Parahyba.

[...] Não reclamamos para esta cidade tão somente o augmento do numero de correios, mas para todas as agencias da província O cidadão paga o mesmo imposto em todo o território; tem, portanto, direito, ás mesmas vantagens de que possa gozar seu visinho. [...] Outra medida que temos a reclamar e essa da alçada do Sr. administrador é a correcção da irregularidade seguinte.

Os estafetas, portadores das malas, chegam muitas vezes a horas e ate dias irregulares nas respectivas agencias: nesta cidade, pelo menos, chegam ás vezes ao meio-dia, outras á noite e não raro no dia seguinte.

Isto é inconvenientíssimo; porque, quanto mais se atrasem elles em caminho, menos se demoram nas agencias, dando lugar a que as cartas recebidas nesse dia deixem de ser respondidas na volta do estafeta, que é sempre o mesmo.

Dahi resulta extraordinária perca de tempo, que o commercio sobretudo não pode supportar e com razão. [...] ¹²⁴.

O jornal refletia as visões de alguns membros da cidade de Campina Grande, cidade que se firmava como ponto central no interior e buscava maiores considerações e investimentos da província, sabendo do seu lugar de importância para com a região que estava geograficamente inserida.

O jornal não poupou críticas e pedidos a repartição dos correios, chegando a atingir quem eles desejavam, o administrador Dulcídio César, que respondeu:

Ilm.º Senr. – Li na << Gazeta do Sertão >>, conceituado jornal, do qual é V. um dos seus conspícuos redactores, um segundo artigo sob o título << Correio >>. Tomei em toda consideração as observações nelle feitas. Não me é possível como ardentemente desejo, melhorar de uma só vez e em pouco tempo os diversos ramos do serviço postal á meu cargo; entretanto o irei fazendo petit à petit, e, se continuar na gerencia desta importante repartição, conseguirei alguns melhoramentos. Acabo de expedir a portaria, cuja copia remetto á V. providenciando provisoriamente sobre a viagem dos estafetas, etc. [...] ¹²⁵.

A resposta dada por Dulcídio foi complementada com a cópia da providência tomada por ele para atender a questão da demora, colocando os estafetas para saírem unicamente depois de seis horas após a sua chegada na cidade de Campina Grande, podendo dessa forma, receber as cartas e sair com elas em tempo. A atitude demonstrava em duas mãos a importância que tomavam algumas matérias nos jornais, chegando a atingir os órgãos administrativos do governo, como também o papel exercido pela cidade de Campina Grande no interior, consolidando-se como ponto central de relações sociopolíticas.

¹²⁴ Gazeta do Sertão, Cidade de Campina Grande. Ano II, N. 42. Sexta-feira, 11 de outubro de 1889.

¹²⁵ Gazeta do Sertão, Cidade de Campina Grande. Ano II, N. 46. Sexta-feira, 08 de novembro de 1889.

Dulcídio prosseguia se firmando na sociedade paraibana do período, conquistando influências e tecendo redes sociais mais firmes. Em 06 de março de 1891, foi noticiado no *Diário de Pernambuco*, em coluna direcionada pelo Ministério da Justiça, sua nomeação como major comandante da 1ª seção da reserva da capital da Parahyba.¹²⁶

Um ano depois da sua nomeação como major, aos 27 de março, Dulcídio A. César foi exonerado do seu cargo na administração dos correios na Parahyba do Norte, substituído pelo Tenente-coronel Amador Lins¹²⁷. Dulcídio permaneceu no cargo dos Correios por três anos (1889-1892) e o motivo de sua exoneração não foi divulgado ao certo.

Quando Dulcídio foi nomeado para o cargo nos Correios, o Juiz de Direito Venâncio Neiva era o Presidente do Estado. Venâncio governou durante o período em que Dulcídio passou no cargo, saindo em 1892, quando assumiu o major do Exército, Álvaro Machado. Venâncio Neiva e Álvaro Machado eram inimigos políticos e disputavam o controle do estado na Parahyba do Norte. Desta maneira, a demissão de Dulcídio pode ter acontecido por ele estar aliado à oligarquia Neiva, sendo demitido no primeiro ano do mandato de Machado.

Poucos meses depois, o parahybano conseguiu provar a força das suas redes de sociabilidades, constando agora como administrador dos Correios de outro estado brasileiro: “Já se acha também entre nós, administrando a repartição dos Correios, o cidadão Dulcídio A. César, a quem dirigimos os nossos cumprimentos”¹²⁸. O Rio Grande do Norte entrava na trajetória de Dulcídio como o segundo território brasileiro no qual ele conseguiu galgar espaço na sociedade e com cargos administrativos de importância no período (o mesmo exercido anteriormente na Parahyba do Norte).

No velho cargo e em novo estado, Dulcídio César pareceu estar mais bem conformado com a situação local. A imprensa, desta vez, diferentemente da Parahyba, na qual ele recebeu críticas e pressões; no Rio Grande do Norte, ele mantinha relações iniciais mais amistosas.

Pelo distinto administrador dos correios, cidadão Dulcídio A. Cezar, foi-nos oferecido um exemplar n. 7 do << Boletim Postal >> relativamente ao mez de julho ultimo. É editado na Capital federal por empregados da Directoria Geral do Correios. Esta boa revista trata com especialidade de todo o movimento occorrido pelo Ministério da repartição postal.

Agradecemos cordialmente o mimoso presente.¹²⁹

A aparente boa recepção de Dulcídio no Rio Grande do Norte mostrava que tinha relações sociais melhor estabelecidas. Em poucos meses, já assumia outro cargo público em

¹²⁶ Diário de Pernambuco, Cidade de Recife. Ano, LXVII, N. 52. Sexta-feira, 06 de março de 1891.

¹²⁷ A Pinça, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 3. Domingo, 27 de março de 1892.

¹²⁸ O Santelmo, Cidade de Natal, Ano II, N. 13. Sexta-feira, 05 de agosto de 1892.

¹²⁹ O Santelmo, Cidade de Natal, Ano II, N. 15. Quinta-feira, 25 de agosto de 1892.

novo estado brasileiro, aumentando suas redes de influências e possibilidades futuras. O Rio Grande do Norte era o primeiro caminho de mobilidade social entre diferentes estados que Dulcídio traçou.

A Diretoria Geral dos Correios no Rio de Janeiro consistia no órgão responsável por administrar, fiscalizar e promover todos os Correios do Brasil no período. Dulcídio, enquanto administrador dos Correios, respondia diretamente a duas autoridades superiores: administrativamente ao diretor geral dos correios e financeiramente ao governador do estado, que desde o Império, poderia nomear ou suspender interinamente os administradores nas províncias sob sua jurisdição. Desta afirmação, percebemos que o cargo de Dulcídio tinha relação direta com o governo do estado e os mandatários políticos locais.

Na Parahyba, logo nos primeiros momentos no seu cargo de administrador dos Correios, Dulcídio sofreu cobranças de algumas ações por meio de jornais locais. Na sua passagem pelo mesmo cargo no Rio Grande do Norte, fez questão de apresentar-se ativo com ações, devido a sua experiência anterior, evitando dessa forma, possíveis reclamações.

A administração geral dos correios deste Estado, no intuito de desenvolver quanto possível, o serviço postal e de proporcionar ao publico todos os meios a seu alcance, que tendão a facilitar a transmissão das correspondências faz sciente que, de accordo com a superintendência da via férrea, mandou collocar na respectiva estação central uma caixa com a necessária segurança para deposito das que tiverem de seguir para os diversos pontos servidos pela mesma linha férrea.

Outro-sim, que, diariamente, uma hora antes da partida dos trens, ali se achará installado em um compartimento próprio, um estafeta ambulante desta repartição (munido de sellos de diversos valores) afim de receber e dar destino as correspondências, que á ultima hora, lhe forem confiadas.

Faz publico ainda: que as malas com destino áquelles pontos fechar-se-hão nesta mesma repartição até 11 horas do dia. [...] ¹³⁰.

A experiência que trazia nos três anos de cargo que teve na Parahyba do Norte, possibilitavam a Dulcídio tomar algumas direções que possibilitassem o melhor funcionamento de sua repartição, assim como maiores elogios a sua performance na administração atual.

Outras ações no pouco tempo que estava no cargo no estado do Rio Grande do Norte foram tomadas:

Tendo a digna superintendência da via férrea de Nova-Cruz, accedendo a solicitação d'esta Administração, mandado fazer em um dos seus wagons um compartimento exclusivamente destinado ao serviço do Correio, faço publico as disposições contidas no §3º do artigo 64 do Regulamento em vigor:

<< **Nos carros dos correios ambulantes pessoa alguma estranha ao serviço postal, nem mesmo autoridade, poderá viajar nem ter entrada.** >> (grifos nossos) ¹³¹.

¹³⁰ Rio Grande do Norte, Cidade de Natal. Ano III, N. 152. Quinta-feira, 01 de dezembro de 1892.

¹³¹ O Caixeiro, Cidade de Natal. Ano I, N. 18. Quarta-feira, 07 de dezembro de 1892.

No pronunciamento de Dulcídio, intriga-nos o nível de segurança referente às entregas das correspondências e até que ponto poderia se dizer que não haveriam alterações ou interceptações de tais cartas, muitas vezes extremamente relevantes para contextos políticos ou administrativos das províncias no Império e dos estados no início da República.

Sua atuação na repartição dos Correios no Rio Grande do Norte chegou a receber elogios de seu desempenho em tão pouco tempo no novo cargo:

O sr. major Dulcídio César, digno administrador dos correios do estado, merece louvores pela actividade, zelo e competência com que vae gerindo os negócios da importante repartição a seu cargo. [...]
[..] Parece que, em tão pouco tempo que o sr. major Dulcídio César dirige o serviço do nosso correio, não se pode desejar mais de sua actividade, que o torna digno de merecidos elogios por todos esses actos, que provam quanto vivamente se interessa pelos negócios de sua repartição.¹³²

O jornal teceu grandes elogios a Dulcídio, pontuando todas as melhorias efetuadas por ele nesse intervalo curto de tempo, no qual administrava a repartição. Algumas ações, das quais descrevemos anteriormente, colocavam o administrador em situação mais confortável no exercício do cargo.

Em 1894, Dulcídio conseguiu uma distinção no Rio Grande do Norte, recebendo a honra de major (em outro estado), juntamente com José Ignácio Jatobá. As relações sociais e políticas de Dulcídio no estado proporcionaram a conseguir tal título, que era atribuído a poucos cidadãos no período¹³³. O título de major era uma atribuição de chefia militar do exército brasileiro no século XIX, sendo uma patente alta na hierarquia militar. Dulcídio, ao receber tal honraria, mostra-nos como ele possuía relações diretas com as elites no período em que viveu no Rio Grande do Norte, mesmo sem ser um membro direto delas. A patente militar recebida no estado só propagava os seus acessos e definia as suas redes sociais que transitavam entre vários meios (militar, artístico, público).

O ano de 1895, na passagem e atuação de Dulcídio César no Rio Grande do Norte, caracteriza-se como o mais agitado, indo de demitido a readmitido com elogios e por fim, com sua saída em definitivo do cargo. O episódio da sua primeira saída do cargo de administrador dos Correios do Rio Grande do Norte apresenta-se como emblemático para o contexto político do estado na época. Um jornal noticiou o episódio.

Nomeação desfeita

¹³² Diário de Natal, Cidade de Natal. Ano I, N. 2. Domingo, 02 de julho de 1893.

¹³³ O Estado, Cidade de Natal. Ano I, N. 7. Quinta-feira, 15 de novembro de 1894.

Por telegramma do Rio, que nos foi mostrado, sabemos que foi desfeita a nomeação do Sr. João Tavares de Lyra para Administrador dos Correios. O sr. João Lyra é parente e amigo político do Dr. Pedro Velho, Governador do Estado. Fica permanecendo no cargo o nosso amigo Major Dulcídio Cézar, a quem damos sinceros parabéns por esse acto de justa reparação do Governo Federal.¹³⁴

O ocorrido mostra-nos as relações clientelísticas no início da República, apontando a influência que os governadores dos estados possuíam na nomeação dos cargos públicos. O desfecho do episódio possibilitou Dulcídio continuar no cargo em meio as brigas políticas das elites norte-rio-grandenses.

Sobre a demissão e readmissão, um jornal escreveu sobre o que teria de fato ocorrido no episódio da questão da administração dos Correios. Foi insinuado que Dulcídio, com 25 anos de serviço, havia sido demitido para que no seu lugar fosse colocado João Lyra, que era correligionário do Governador do Estado e consequentemente, lhe favoreceria. Os oposicionistas políticos do chefe político estadual temiam tal atitude e recorreram a outro nome forte na política do Rio Grande do Norte. Além de Dulcídio, o comandante superior da Guarda Nacional também foi demitido e nomeado outro para seu lugar.

Ao saber destes factos, o nosso prestimoso e honrado chefe, o senador José Bernardo, que a este tempo estava no Rio, dirigiu-se ao Itamaraty, para, pela primeira vez entender-se com o eminente e honrado Presidente da República, o Dr. Prudente de Moraes, sobre os negócios do Rio Grande do Norte.

Depois de ter ouvido o senador José Bernardo, o seu ex-collega de representação no Senado, o benemérito brasileiro, que hoje dirige os destinos desta Patria, prommeteu providenciar sobre os factos, mandando desfazer aquelles actos, que certamente foram extorquidos a boa fé do governo.

Effectivamente, foi cassada a nomeação do sr. João Lyra para Administrador dos Correios, não tendo sido nem sequer publicada no *Diario Official*; e o decreto de nomeação do sr. Juvino para coronel commandante superior da 1º brigada mixta do Estado foi revogado, tendo sido S. S.^a nomeado chefe do estado maior da capital, sob o commando superior do coronel José Domingues. [...] ¹³⁵

O caso da nomeação de João Tavares de Lyra substituindo Dulcídio, não foi o único desentendimento relacionado a ação do então governador Pedro Velho¹³⁶ (1856-1907). O fato repercutiu nas entrelinhas políticas do Rio Grande do Norte, necessitando de uma intervenção

¹³⁴ O Estado, Cidade de Natal. Ano II, N. 16. Domingo, 20 de janeiro de 1895.

¹³⁵ O Estado, Cidade de Natal. Ano II, N. 17. Domingo, 27 de janeiro de 1895.

¹³⁶ Pedro Velho de Albuquerque Maranhão foi um político norte-rio-grandense formado em medicina e com fortes influências no estado. Um dos fundadores do partido republicano no Rio Grande do Norte, assumiu o cargo de governador logo após a proclamação por um curto espaço de tempo, retornando novamente mais tarde; além de governador, tramitou pelos cargos de deputados e senador federal até sua morte. A sua influência no estado foi de organizar sistemas políticos sólidos que lhe davam o poder de favorecer correligionários e familiares. PEIXOTO, Renato Amado. Pedro Velho. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VELHO,%20Pedro.pdf>. Acesso em: 11/02/2018.

do senador José Bernardo¹³⁷ (1837-1907), junto ao presidente da República no período, Prudente de Moraes.

O estado do Rio Grande do Norte, durante boa parte do período no qual Dulcídio esteve como administrador dos Correios do estado, estava sob a presidência de Pedro Velho, um político influente que conseguiu perpetuar-se no poder depois da saída de Dulcídio do cargo. As redes políticas que se estabeleceram no poder do estado potiguar no período por meio de Pedro Velho conseguiram se perpetuar no estado por longos anos, no qual eram nomeados e retirados de cargos pelo consolidado político, quem bem viesse a lhe calhar.

As relações políticas entre os poderes federais, estaduais e municipais são notadas nesse ocorrido. Um caso isolado na capital do estado, de decisão política do governador, chegou à esfera federal, que necessitou intervir numa escala municipal para atender as solicitações políticas de seus aliados.

Dulcídio angariou apoios políticos na imprensa do Rio Grande do Norte no período que esteve como administrador dos Correios, evitando pressões como havia ocorrido na Parahyba, acontecendo que, inclusive no caso de sua demissão desfeita, ele ainda contou com a defesa do jornal e em seguida no mês de março de 1895, recebeu mais uma vez elogios por sua administração¹³⁸.

A passagem de Dulcídio A. César pelo estado do Rio Grande do Norte acabou poucos meses depois do episódio, quando ele deixou o cargo de administrador dos Correios em 09 de julho de 1895. Provavelmente, o fato consistiu num reflexo das desavenças anteriores na política de nomeação.¹³⁹

Dulcídio teve êxito no seu trabalho nos Correios do Rio Grande do Norte por um certo período (1892-1895), mesmo não sendo natural do estado. Normalmente, as elites locais preferiam um “natural” do estado à frente da repartição dos correios, devido este ser um cargo de importância para os interesses políticos. Dulcídio certamente estava protegido e respaldado por algum mandatário local que possibilitou sua nomeação e atuação com méritos por esse tempo. Os jornais do estado, alguns deles supostamente administrados por colegas e aliados no

¹³⁷ José Bernardo de Medeiros ou conhecido como bispo do Seridó, foi um político norte-rio-grandense favorável a causa dos abolicionistas no Império e aliado do partido Republicano ao lado de Pedro Velho, depois do fim da Monarquia. Começou sua carreira como senador em 1890, indo até 1904 no cargo, quando saiu por doença. PEIXOTO, Renato Amado. José Bernardo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERNARDO,%20José.pdf>. Acesso em: 11/02/2018.

¹³⁸ O Estado, Cidade de Natal. Ano II, N. 22. Domingo, 03 de março de 1895.

¹³⁹ Diário de Pernambuco, Cidade de Recife. Ano LXXI, N. 157. Sábado, 13 de julho de 1895.

Rio Grande do Norte, faziam elogios a sua passagem no estado, provando que suas redes sociais iam além da Parahyba do Norte.

Dulcídio A. César, depois da saída do Rio Grande do Norte, chega a outro estado brasileiro, dessa vez mais distante e com novas funções. Em 1896, ele iniciava uma trajetória curta no Pará, lugar onde faleceu, sendo o ponto final de sua mobilidade social pelos estados brasileiros.

Entre 1895 e 1896, Dulcídio constava atuando no Pará como chefe da seção de Inspetoria de Águas de Belém, sendo responsável em conferir os orçamentos feitos para obras relacionadas à pasta do governo. O cargo de administração da seção de águas correspondia a uma função central e de importância na logística diária do município¹⁴⁰.

Em 1896, ele chegou a assumir outro cargo no estado do Pará, deixando temporariamente o lugar de Inspetor de Águas:

O sr. Dulcídio César é quem vae, durante o impedimento do sr. Hygino Amanajás servir na administração do *Diario Official*. [...] Com a saída temporária do sr. Dulcídio Cesar da Inspectoria de Águas vae servir de chefe da secção o sr. José Maria Camisão e de 1º escripturario o sr. João José Teixeira Marques. [...] ¹⁴¹

A escolha de Dulcídio para exercer o cargo de administrador da imprensa e direção do Diário Oficial do estado se deu devido ao seu anterior ocupante, Hygino Amanajás (1852-1921)¹⁴², que estava exercendo funções no Congresso. Como homem letrado, notamos a versatilidade de atuação de Dulcídio em sua trajetória, assumindo funções variadas em diversas localidades, coisa que era comum no século XIX entre os setores médios e as elites.

No ano seguinte a sua mudança de cargo, ele se envolveu em uma contenda política, na qual era presidente de uma seção eleitoral em Belém. O jornal que noticiou o ocorrido insinuou negligência por parte de Dulcídio na sua ação:

O sr. major Dulcídio Augusto Cezar, para com quem a *Folha* só pode e quer ter deferências, como presidente da secção eleitoral que, a 30 de dezembro, funcionou no Conservatorio de Musica, escreveo hontem, em uma folha desta capital, umas linhas contestando a exactidão de um local que sobre os trabalhos daquela secção a *Folha* escrevera.

Ora a *Folha* não tolera um desmentido, pelo simples facto de não dar motivo a elles. Assim sendo, releve o sr. major Dulcídio que sustentemos quanto dizia a local: - os trabalhos da secção eleitoral, sob sua presidencia, foram precipitados, encerraram-se de modo a prejudicar o voto de muitos eleitores, e essa precipitação foi tanto mais censurável quanto nem ao menos havia opposicionistas no pleito.

¹⁴⁰ Ofícios da Inspetoria de Águas e Companhias de Seguros do ano de 1895. Arquivo Público do Pará, caixa 91.

¹⁴¹ Folha do Norte, Cidade de Belém. Ano I, N. 33. Domingo, 02 de fevereiro de 1896.

¹⁴² Antonio Hygino Cardoso Amanajás foi um deputado estadual, administrador do diário oficial do estado do Pará e intelectual paraense do período republicano que se destacou na política e com seus livros na área educacional. Foi deputado estadual e administrador do diário oficial do estado do Pará.

Poderíamos apontar outras provas, mas, para mostrar ao sr. major Dulcídio, a quem só temos motivos para querer tratar com deferência, o desastre de sua contestação basta apontar-se-lhe os srs. dr. Cypriano Santos, Honório Santos, Anníbal Marques, Candido Santos e outros, que não votaram porque às 10 horas já estava concluído o serviço todo.

E para concluir uma eleição em uma hora é preciso, ou não fazel-a, ou fazel-a [...] ¹⁴³

Dulcídio mostrou-se aliado da situação local como diretor do Diário Oficial, além dos cargos anteriores. Seria comum questioná-lo em detrimento de sua função de presidente de seção nas eleições, sabendo que isso abriria possibilidades de interferência no resultado final.

As eleições sempre foram palco de extremas disputas políticas dos chefes locais no século XIX, não importando o sistema de governo ao qual o Brasil encontrava-se (Império ou República). Ocasionalmente, acabavam com problemas de cunho sério, como acusações de fraude, em detrimento de alguns candidatos.

Dulcídio César morreu no Pará em 1897 com 46 anos de idade, quando seu filho conseguiu o primeiro cargo de destaque ao Centro-Sul do Brasil:

Após algum tempo de cruéis padecimentos, falleceu também hontem o sr. major Dulcídio Augusto Cezar, chefe de secção de da Inspectoria das Aguas, actualmente exercendo, em commissão, o cargo de director interino da imprensa official. O finado, não havia muito, residia n'esta capital, tendo vindo do Rio Grande do Norte, onde desempenhara as funcções de administrador dos correios d'aquelle Estado. Era aqui geralmente estimado pelos seus modos lhanos e animo expansivo. Enviamos pezames a sua família. [...] – Dulcídio Augusto Cezar, parahybano do norte, branco, casado; periencephalite difusa ^{144, 145}

No noticiário de sua morte, foram descritos alguns momentos de sua atuação que se iniciou na Parahyba do Norte, ainda no período imperial, passando pelo Rio Grande do Norte e terminando no estado do Pará, já na República. No Pará, sua morte também saiu em documento oficial da Inspetoria de Águas, a qual nomeava um novo nome para o cargo que havia deixado, mas que aparentemente, ele ainda exercia no ano de 1897, juntamente com o cargo de diretor do Diário Oficial. ¹⁴⁶

Na Parahyba, estado que já havia deixado há alguns anos, sua morte também foi noticiada com grande pesar, o que significava laços e contatos ainda existentes com sua terra natal:

¹⁴³ Rasura no final da reportagem do jornal que impossibilitou a leitura da última linha. Folha do Norte, Cidade de Belém. Ano II, N. 372. Quinta-feira, 07 de janeiro de 1897.

¹⁴⁴ A doença consistia no século XIX a paralisia geral, causada por uma inflamação na membrana do cérebro, que geravam lesões. Existiam três tipos clínicos da doença que foram reconhecidos no período, eram eles: maníaco-ambicioso, hipocondríaco melancólico e demência

¹⁴⁵ Folha do Norte, Cidade de Belém. Ano II, N. 467. Segunda-feira, 12 de abril de 1897.

¹⁴⁶ Ofício da Inspetoria de Águas e Companhias de Seguros de 12 de abril de 1897. Arquivo Público do Pará, caixa 91.

Dulcídio Augusto Cezar

O telegrapho acaba de nos transmittir a dolorosa noticia do fallecimento d'esse nosso illustre patricio, ultimamente a servir como director do <Diario Official> e chefe da secção da Empreza d'aguas, no Estado do Pará.

Contava 45 annos de idade, a maior parte dos quaes consagrará á causa publica, tendo deixado um dos mais suggestivos exemplo de correcção, zelo e competência, no funcionalismo brasileiro, quer estadoal, quer federal.

Espirito finamente cultivado, acima da media conhecida na sua classe, lhano e captivante no trato, pae de família cumpridor de seus deveres, amigo certo na adversidade, cidadão prestante, Dulcídio César tem a sua melhor sepultura na saudade eterna do meio parahybano, que tanto o respeitou e amou.

Viuva e orphãos, que esse passamento agora envolve de luto inconsolável, teem um consolo na comprehensão d'essa intensa quão sincera manifestação de saudade. [...](grifos nossos)¹⁴⁷

Dulcídio foi um sujeito que se moveu socialmente e atuou publicamente, moldando-se às necessidades da época ao qual esteve inserido. Um ano depois de sua morte, foi concedido monte-pio¹⁴⁸ à viúva de Dulcídio¹⁴⁹, dona Maria Candida Cezar.

A mãe de Elyseu César era Maria Joaquina de Freitas, porém, seu pai Dulcídio faleceu casado com Maria Candida Cezar. Se pegarmos o assento de batismo de Elyseu, Maria Joaquina consta como mulher solteira, sendo assim, entendemos que Dulcídio não se casou com a mãe de Elyseu e talvez por isso, não teve como atuar muito na criação do filho. A situação de solteira de Maria Joaquina, refletia o lugar da mulher negra na sociedade que eram em grande parte solteiras nos registros.

Dulcídio, mesmo não tendo sido um dos protagonistas políticos de seu tempo, foi um homem de dinâmica atuação e com extensas relações sociais, que lhe possibilitaram exercer tantos e tão variados cargos. Sua vida auxiliou a perceber que um pai bem engajado nos meandros sociais e políticos, interferia nas alternativas que seu filho poderia ter. Elyseu, como homem negro, teria extremas dificuldades de percorrer os caminhos que percorreu, se não tivesse uma família bem alijada e que conhecia os acessos para buscar a ascensão as elites.

Christiano Fojos Correia César teve uma carreira como fiscal na câmara da capital da província da Parahyba do Norte, que lhe possibilitou contatos e refletiu isso na carreira do seu filho. Dulcídio, que recebeu essa herança de influências, expandiu-a, tendo o acesso ao ensino secundário no Lyceu Parahybano, exercendo os cargos de amanuense, conferencista do consulado, administrador dos correios na Parahyba do Norte e Rio Grande do Norte, como administrador da seção da inspetoria de Águas e com a direção do Diário Oficial no Pará.

¹⁴⁷ A União, Cidade da Parahyba. Ano V, N. 1058. Quinta-feira, 15 de abril de 1897.

¹⁴⁸ Montepio consistia basicamente em uma pensão dada a família em caso de morte ou impossibilidade de trabalhar do servidor público estadual.

¹⁴⁹ O Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 96. Quarta-feira, 23 de março de 1898.

A diversidade de atuação de Dulcídio refletia as redes que seu pai construiu, as quais ele alargou e que Elyseu César deu continuidade, com sua capacidade de socialização. Elyseu, mesmo sendo um homem de “cor”, num período no qual o preconceito racial se propagava, teve alguns caminhos semelhantes e alcançou outros lugares que o pai e o avô não conseguiram. Devemos também pensar se essa herança seria possível se fosse outra configuração familiar. Como também se os pais de Elyseu fossem casados poderia ter sido mais efetiva e servido ainda mais ao parahybano.

Christiano e Dulcídio não delimitam que a única maneira que Elyseu conseguiu ascender foi por meio deles. Os dois serviram para analisarmos que os arranjos e vivências familiares, por menores que fossem, garantiram a chance de um homem negro trilhar uma atuação junto aos donos do poder na Primeira República. Elyseu César potencializou sua herança imaterial (de contatos e noções de atuação), chegando ocupar em alguns momentos os lugares das elites (como carreira política ou atuação na promotoria e advocacia) que seu pai e avô não conseguiram, isso já na República.

2.2 Elyseu César e as últimas décadas do século XIX na Parahyba do Norte

A juventude de Elyseu passou-se entre um período conturbado com a instabilidade da República recém-inaugurada. Sua trajetória na Parahyba do Norte servirá para analisarmos as possibilidades de acessos de um homem negro letrado na Primeira República. Esse período de indefinições e redefinições reduziam o horizonte de possibilidades para Elyseu.

As primeiras redes de sociabilidade que Elyseu César conseguiu foram estabelecidas na Parahyba do Norte e estavam ligadas as suas qualidades como homem de letras. A literatura nos Oitocentos fazia-se presente na trajetória dos homens que chegavam ao poder. Era uma maneira de comprovar sua distinção e porquê merecia tal lugar.

Esse protagonismo nas letras, de acordo com Machado Neto, estava associado a atuação nos jornais no início da República. A popularidade adquirida para alguns desses intelectuais serviria como iniciador e arcabouço para o princípio de sua carreira política, como é o caso de Elyseu César¹⁵⁰.

No ano anterior ao nascimento de Elyseu César, em 03 de dezembro de 1870, era publicado o Manifesto Republicano no jornal *A República*. Foi o início de discussões sobre um sistema de governo republicano que provavam um certo descontentamento com o sistema

¹⁵⁰ MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura Social da República das Letras**. Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo, Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 22.

monárquico. A República de fato, só chegou 19 anos após o manifesto, mas Elyseu cresceu em meio a essas novas ideias, que refletiriam em alguns momentos de sua trajetória.

Elyseu Elias César nasceu na província da Parahyba do Norte em 20 de junho de 1871, filho de Dulcídio Augusto César (homem branco) e Maria Joaquina de Freitas (mulher negra e solteira)¹⁵¹. Sua mãe foi definida por alguns memorialistas como escrava e quitandeira. Seus padrinhos foram pessoas de distinções, na sociedade parahybana (segundo seu memorialista), o Capitão Caetano Daniel de Carvalho (um rico comerciante¹⁵²) e a Dona Silvana Augusta Pessoa de Carvalho.

Como dito anteriormente, pelo que consta, tiveram grande influência nas fases iniciais de sua criação seu avô e avó paternos, Christiano Fojos César e Vicência Ferreira de Albuquerque. Nóbrega os definiu como uma “distinta família da Província”, que provavelmente teriam proporcionado a Elyseu adentrar alguns espaços incomuns para jovens negros no período. A fala dos memorialistas em relação a família e os padrinhos de Elyseu, colocando-os como “distintos”, pode ser vista também como uma maneira de embranquecimento de sua memória, retirando o caráter da superação de dificuldades que um homem de “cor”/mestiço enfrentou para ascender e delegando características mais próximas das elites imortalizadas.

Questionamo-nos também até que ponto a família de Elyseu era “distinta” ou membra das elites, sendo que não ocuparam nenhum cargo de destaque central ou posto político. Foram mais o que podemos definir como integrantes das camadas médias urbanas. Também sem dúvida souberam se utilizar dos espaços que estiveram e foram proporcionando a cada geração alcançar postos mais altos nas hierarquias sociais. Elyseu foi o que chegou mais longe, chegando as elites em alguns estados que atuou.

O ano do nascimento de Elyseu César foi extremamente significativo para a população negra brasileira no XIX, sendo aprovada em 28 de setembro de 1871, a lei do Ventre Livre,¹⁵³ que libertava os filhos de escravizados. Elyseu César, como filho de homem branco e de família situada nas camadas médias urbanas, não foi beneficiado diretamente pela lei, pois não era escravizado.

A infância e mocidade de Elyseu César foram permeadas de agitações no contexto sócio-político do Império brasileiro nos fins do XIX, reunindo momentos de contestação ao

¹⁵¹ Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB). Paróquia de Nossa Senhora das Neves (1871-1875). Assento de batismo de Eliseu Elias César, livro de batismo 7, Folha 47-frente.

¹⁵² NÓBREGA, Op. Cit., 1955. Talvez possa haver um exagero do seu memorialista na questão da distinta família ou riqueza dos seus padrinhos.

¹⁵³ BRASIL. **Lei nº 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 04/03/2018.

regime monárquico, como a escravidão. Um desses momentos foi a aprovação, em 1885, da lei dos Sexagenários, que consistia na libertação dos escravizados com mais de sessenta anos. A lei mostrava a resistência das elites à abolição, libertando os escravizados aos poucos, do mesmo modo que também mostrava que a escravidão estava com sinais de esgotamento. A abolição começava a difundir-se como uma questão de tempo.

Elyseu César, segundo Nóbrega, teria tido contato com a educação quando jovem, a partir das aulas particulares com o professor João Licínio Velloso, que ministrava suas aulas desde 1864 na Cidade da Parahyba. Elyseu era considerado como uma criança que teve dificuldades para aprender as primeiras letras, contexto que se inverteria na mocidade, na qual destacou-se exatamente pela habilidade com as letras e versos.

Nóbrega comenta sobre as dificuldades que Elyseu enfrentou e sofreu para se relacionar quando criança:

Eliseu César teve na infância, o repúdio de seu mestre. Achincalhava-o o motejo dos meninos da cidade. E quase todos contavam histórias bonitas de seus pais. Eram filhos legítimos, de heróis da Guerra do Paraguai, de comerciantes, de políticos, de magistrados, de advogados, de senhores de engenho e de senhores de escravos. **E Eliseu era apenas um moleque bastardo criado por uma família de brancos.** [...] (grifos nossos)¹⁵⁴

Elyseu, mesmo sendo de uma família que não estava entre os níveis de pobreza da sociedade paraibana, ainda sofreria os vestígios do preconceito de cor, por ser uma criança negra, criada pelos avós e sem as devidas atenções do pai.

Teria sido seu pai, segundo Nóbrega, que conseguiu seu primeiro trabalho, numa tipografia na Cidade da Parahyba. A possibilidade dada a Elyseu por seu pai em atuar na tipografia, auxiliou o seu letramento. Ainda mais, porque as tipografias eram espaços importantes e privilegiados para as conversas entre os intelectuais no século XIX¹⁵⁵. Isso possibilitava a troca de ideias e estabelecimento de amizades/alianças.

Sobre a relação entre Dulcídio e Elyseu, Nóbrega acrescentou: “Seu pai natural não o perfilha, mas, também não o despreza. [...] Manda-o para a escola. Ensina-lhe religião, sentimento que transparece no misticismo exaltado de sua poesia¹⁵⁶”. Dulcídio proporcionando essa oportunidade a Elyseu, mostrou-nos que mesmo não criando diretamente o filho, fez com que suas influências e contatos facilitassem ao jovem se educar e criar relações importantes.

¹⁵⁴ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 284.

¹⁵⁵ PRADO, Op. Cit., 2005, p. 144.

¹⁵⁶ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 281.

Depois de ter experiência e tecer contatos com o trabalho na tipografia, Elyseu começou a colaborar com os jornais parahybanos, com matérias e poesias. Os jornais eram uma importante ferramenta de atuação, sendo sua segunda forma de atuação profissional. Dentre esses jornais que ele atuou, temos: *O Sorriso*; *O Estado da Parahyba*; *O Parahybano*; *O Cysne*; e *Arauto Parahybano*.

O jornal *O Parahybano*, que Elyseu colaborou, era partidário de Venâncio Neiva, chefe de oligarquia no estado que havia nomeado o seu pai, Dulcídio, para o cargo de administrador dos Correios no ano que assumiu, em 1889¹⁵⁷. O espaço dado a Elyseu no jornal demonstra com quais membros das elites políticas a família de Elyseu estivera aliada. A oligarquia Neiva eram os aliados na Parahyba do Norte, agregando futuramente a oligarquia dos Pessoa. Epitácio, o líder da oligarquia Pessoa, apareceu apoiando Elyseu no Rio de Janeiro.

Sobre a constante produção desses jovens nos jornais, é pertinente dizer que: “Como regra geral não desmentida em um só caso, não se viveu de literatura (ou outra atividade cultural assemelhada) salvo exceção por algum período da vida e, assim mesmo, acumulando com o jornalismo¹⁵⁸”. A vida literária correspondia dessa forma em mais um meio de distinção, caminhando ao lado do jornalismo, pois não existiria uma profissão literária em si, um “trabalhador da pena”, a rentabilidade de seus trabalhos não era o suficiente.

A vida literária estava sempre ligada a outra atividade, como cargos públicos na burocracia, o magistério, o jornalismo e outras. Os intelectuais se locomoviam por diversos espaços. Elyseu César, como intelectual negro, enfrentou maiores dificuldades, tendo em vista o racismo que era gerado, em substituição a legitimidade da escravidão.

No ano de 1888, aos seus 17 anos, Elyseu César vivenciou o momento do fim da escravidão no Brasil, encerrando um ciclo de leis que aboliam a escravidão gradualmente. Como deveria situar-se um homem negro livre em um momento desses? Qual seria seu posicionamento e percepção?

Elyseu devido sua origem menos difícil do que o comum para as populações negras, poderia simplesmente ter ignorado tal fato, contudo, analisamos um pouco de sua percepção do momento quando ele publicou no mesmo ano, uma poesia em celebração à abolição. A poesia intitulada “Liberdade”, apareceu no jornal *Arauto Parahybano*, que se intitulava abolicionista e trazia nessa edição, homenagens ao 13 de maio, com poemas, crônicas e matérias sobre o fim da escravidão.

¹⁵⁷ NOVAIS, Celso Otávio de. Discurso de posse. *Revista da Academia Paraibana de Letras*: João Pessoa, nº 8, p. 15-27, setembro de 1978, p. 24.

¹⁵⁸ MACHADO NETO, Op. Cit., 1973, p. 77.

**Cahiram os ferros do escravo,
Vestiram-se os corpos nus,**
Surgiram nos horisontes
Imensos discos azues.

Como a ave que aos pés do caçador,
**Fulminada pelo tiro, cae sem vida,
Morreu a escravidão!**
E após, nos horisontes d'esta pátria,
Surgio, como a luz que espanca a treva,
O sol da Redempção!

E o homem já livre como o espaço,
Já respira novo ar embalsamado
Pelo orvalho matutino;
E a esposa, sem temer o azorrague,
Já pode acalantar o filho seu,
Com sorriso mais divino!

Gosando a paz do lar, o ex-escravo,
Que sentira os espinhos da tortura,
Ferir-lhe o coração,
Já pode, com vôo immenso d'aguia,
Mandar sua alma, ao seio do Eterno,
Dizer uma oração.

E eu saúdo a vós que, na peleja,
Combatestes as fúrias do inimigo
Com a arma dos heróis.
E eu vejo lampear em vossas frentes,
Como o raio da luz sobre o chrystall,
Os raios de mil sóes.

**Remistes, como Christo, a humanidade,
Esta raça que o algoz trazia preza**
Ao tronco, qual galé
Que innocente, das grades da prisão,
Olha o mundo e chora pelo pezo
Dos ferros sobre o pé.¹⁵⁹

A publicação da poesia de Elyseu por um jornal abolicionista, há poucos dias pós-abolição, mostrou o que a data representou para o jovem, como também para as lutas da população negra e do grupo dos abolicionistas que viam a data como o dia da redenção, quando caíram “os ferros e as correntes”. A escravidão findava, a raça negra, de acordo com o poeta, estava “remida pelos heróis” (provavelmente referindo-se aos abolicionistas), o 13 de maio e sua representação era descrita em versos, sob as percepções dos contemporâneos na edição do jornal. Elyseu César especificamente, escreveu o poema sob um lugar social incomum a outros homens de cor no período, todavia, mostrava-se favorável e defensor de tal decisão.

¹⁵⁹ Arauto Parahybano, Cidade da Parahyba. Ano III, N. 18. Domingo, 20 de maio de 1888.

Lucian Silva, que pesquisou o movimento abolicionista na Parahyba do Norte, ajuda-nos a compreender o lugar do movimento abolicionista na província, e consequentemente, destes intelectuais que pouco após tal ato, dão graças ao fim da escravidão. Dentre esse movimento abolicionista, insere-se também o próprio jornal *Arauto Parahybano*. Sobre o movimento abolicionista parahybano, ele diz:

O Movimento Abolicionista da província atuou de forma nítida se comparado com a vitalidade de outros lugares, como em São Paulo ou no Rio de Janeiro, muitas vezes agindo ou se posicionando de forma conservadora e gradualista em relação ao fim da escravidão, ou mesmo reiterando a Cultura Política Escravista, a insistência na escravidão da sociedade paraibana foi assunto recorrente na imprensa abolicionista da província, mas mesmo assim, não deixou de contribuir para minar a escravidão dando sua contribuição para seu término e libertando alguns escravizados¹⁶⁰.

A percepção dessa Cultura Política Escravista revela a importância da atuação desse jornal, como também desta edição que celebrou o 13 de maio e juntamente a poesia de Elyseu César. Todos esses fatores salientam que existiu uma parcela da população favorável a abolição. Para Elyseu César, um homem negro livre e letrado, o seu lugar social de fala era diferente, porém, significativo para analisarmos como ocorreu a percepção dessa parcela negra livre e engajada com as elites.

Devido a sua origem livre no Império, Elyseu não enfrentou o trabalho forçado da escravidão ou a privação de direitos que assolou as populações negras no Brasil. As mazelas da escravidão apareceram em sua trajetória por meio do racismo que lhe impedia a ter acesso a postos mais altos. Na República, que surgia com promessa de igualdade de direitos (igualdade que não incluía as populações negras, mas sim outros setores da sociedade que ansiavam por espaço no fim do Império), encontrou em alguns momentos de sua trajetória, elementos de um racismo que não estava mais atrelado à condição de trabalho servil, mas sim, biológico e científico.

O jovem poeta, ainda em 1888, publicou no jornal *Arauto Parahybano*, algumas outras poesias como: “Meu canto”, “A honra”, “Porque soffro?” e “Soneto” (dedicado a Antônio Elias Pessoa)¹⁶¹. Esta última mostra as relações que Elyseu possuía com alguns nomes do período.

Antônio Elias Pessoa (1865-1909) foi um jornalista e professor de Areia, que colaborou com alguns jornais e periódicos parahybanos, destacando-se por ter sido um opositor de

¹⁶⁰ SILVA, Op. Cit, 2016, p. 75.

¹⁶¹ *Arauto Parahybano*, Cidade da Parahyba. Ano III, N. 22-27-28-30, 17 junho/09 de agosto/19 de agosto/02 de setembro (respectivamente).

Augusto dos Anjos¹⁶² e por suas poesias¹⁶³. Machado Neto sobre essa característica dos poetas afirmou que:

Elogios e ataques eram as armas desses competidores da pena. [...] E como um regime comutativo da guerra e do comércio também governa esse ambiente das letras, proteções aos do “nosso grupo” e perseguições aos integrantes dos *comitatus* adversos são sempre as táticas mais utilizadas¹⁶⁴.

A relação de troca de gentilezas entre poetas no período, correspondia dentre alguns fatores, como uma forma de projetar o amigo e quando conveniente, ser retribuído. Essa política da “boa vizinhança” auxiliou Elyseu nos primeiros anos de sua trajetória literária nos jornais e nas poesias, construindo laços com outros membros da intelectualidade paraibana.

Na poesia “Porque soffro?”, Elyseu em um de seus versos tocava nas questões de cor.

[...]
E quem diria que **eu nascendo livre**,
Bem como a ave que no espaço vôa,
Trouxesse um peito para as maguas leito
-Secco deserto que o soffrer povôa?!... (grifos nossos)¹⁶⁵

Neste verso notamos Elyseu tocando no assunto de sua liberdade. A liberdade para Elyseu aparecia como uma facilitadora para as alegrias, estranhando que mesmo com ele (nascendo livre), ainda sofria por outros males (desamores). Para a população negra a usurpação de sua liberdade vivida em África foi uma das principais mazelas da escravidão. Além de que, Elyseu conviveu com escravidão na sua infância, sendo uma criança negra livre, em meio a uma população escravizada. A abolição havia a poucos meses sido proclamada, estando recente na consciência do jovem.

Os versos de Elyseu apareciam como forma de externar seus desamores e seu cotidiano. Escrevendo essas sensações Elyseu acabou tocando em questões sociais que circundavam a sua volta e na sua trajetória. Percebemos essa característica como importante elemento para entender a trajetória de Elyseu.

Em 1889, Elyseu foi nomeado para um cargo que se ligava diretamente ao seu pai (Dulcídio César), que era administrador dos Correios na então província da Parahyba do Norte:

¹⁶² Augusto dos Anjos (1884-1914) foi um poeta paraibano reconhecido principalmente pela sua obra intitulada “EU”, a qual o consagra como um dos nomes da poesia paraibana da Primeira República. Foi eleito o paraibano do século XX em 2001, por votação popular.

¹⁶³ BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org). **Pequeno dicionário dos escritores/ jornalistas da Paraíba do século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009, p. 116. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/pequeno_d.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

¹⁶⁴ MACHADO NETO, Op. Cit., 1973, p. 136.

¹⁶⁵ Arauto Parahybano, Cidade da Parahyba. Ano III, N. 22, 17 de junho de 1888.

“Por acto de hontem foi nomeado o Sr. Elizeu Elias Cesar para lugar de correio da secretaria do governo. Ao nomeado não faltam actividade e aptidão para bem desempenhar-se do cargo que lhe foi confiado.”¹⁶⁶. As redes de influência do pai de Elyseu começavam a ser utilizadas para a inserção do filho nos círculos do poder, iniciando com um cargo relacionado a sua administração.

A República Velha na Parahyba do Norte, como em outros estados, foi um período histórico onde as oligarquias dominaram o cenário político local com embates pelo poder. Dentre esses grupos, destacaram-se os alvaristas, os venancistas e os epitacistas; sendo que o jogo do poder se dividiu entre esses três nomes que alternavam na liderança do estado. A respeito das oligarquias, acrescenta que:

Na Paraíba, a República dos coronéis conheceu três etapas das oligarquias que a controlaram. A primeira, venancista, do nome do primeiro presidente republicano do Estado, Venâncio Neiva, foi muito rápida e perdurou apenas de 1889 a 1891. Sua importância derivou da posterior instrumentalização do epitacismo. A segunda, alvarista, extraída do nome do seu primeiro presidente e chefe da oligarquia, Álvaro Machado, durou vinte anos, 1892 a 1912. Após transição, representada pela presidência Castro Pinto, que, debalde, tentou equilibrar oligarquias descendente e ascendente, isso entre 1912 e 1915, sobreveio a oligarquia epitacista. Sob o comando de Epitácio Pessoa, estendeu-se até 1930, ou 1928, como pretendido por historiadores revisionistas. Cada uma dessas oligarquias nomeou a crescente massa de funcionários e “elegeu” os Prefeitos Municipais e, evidentemente, os Presidentes do Estado. [...] A rigidez das oligarquias fazia com que os adversários fossem colocados no ostracismo¹⁶⁷.

As oligarquias existiram nos estados brasileiros ditando os contornos políticos nos quarenta anos de República Velha. A oligarquia que tem relação direta com a atuação de Elyseu César na Parahyba do Norte é a de Venâncio Neiva e Álvaro Machado, no período de 1891 a 1897, sequencialmente. Alves discutindo trabalhos sobre a Paraíba na Primeira República afirma:

A Paraíba viveu, de forma abrangente, a chamada política coronelística, devido em grande parte, à sua essência agrícola, pois a maior parte de sua população estava concentrada no campo, sob o domínio dos donos de terras que as arrendavam. A maioria desses coronéis paraibanos estava vinculada às famílias locais com poder e atuação política na região onde moravam¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Gazeta da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano II, N. 371. Domingo, 18 de agosto de 1889.

¹⁶⁷ MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/ SEC/ A União, 1994, p. 140.

¹⁶⁸ ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. Construções e concepções sobre a cultura política na Paraíba republicana: reflexões historiográficas. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política republicana**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2012, p. 54.

Os principais nomes políticos em meio a esse sistema coronelístico, eram os do alvarismo e do epitacismo que comandaram e ditaram os rumos da Paraíba durante a Primeira República. Entendido esse contexto, para Santos Neto: “Na Paraíba, as manobras políticas da Primeira República nos remetem ao entendimento de que houve a consolidação de uma conduta enraizada de protecionismo e compadrio nas relações políticas¹⁶⁹”. Essas oligarquias teriam se mantido no poder a partir de práticas de protecionismo e propagação dos “seus” no poder.

A economia parahybana na Primeira República também passou por mudanças com os processos de modernização e industrialização no estado. O algodão nesse período apareceu como saída para o açúcar, que estava em crise no Norte. Algumas autoridades políticas do estado, em conjunto com alguns latifundiários e comerciantes, procuravam a independência e o maior desenvolvimento econômico da Parahyba do Norte, livrando-se da dependência de Pernambuco e outros estados¹⁷⁰.

A instauração da República foi marcada por uma busca de embelezamento das capitais e principais cidades. A Parahyba do Norte também aderiu a esses símbolos da modernidade, como o trem, o telégrafo, a luz elétrica e outros. Esses signos do novo sistema foram instalados e trazidos para as cidades brasileiras que almejavam se inserir na lógica do progresso¹⁷¹.

Em 15 de novembro de 1890, o jornal republicano *O Estado da Parahyba* publicou sua edição diária, celebrando o primeiro ano do regime republicano brasileiro. Elyseu César, nessa edição, demonstrou seu regozijo em favor da República, posicionamento que levou por sua trajetória política nos anos posteriores, estando ao lado de outros políticos nos partidos republicanos de diversos estados. Em matéria intitulada “15 de novembro”, dizia:

Commemora-se hoje o aniversário da ascensão maravilhosa da República.
Festeja-se hoje com flores o aniversário da época em que a força poderosa da soberania popular, interpretada pelo exercito e pela armada, despio os andrajos da ultima das misérias humanas. [...]
Todos previam a queda do despotismo, todos sonhavam a queda da olygarchia, que sacrificava os créditos da nação aos insaciáveis interesses particulares.
A poderosa acção da superioridade popular tendia a desmoronar o castello feudal, sob cujo absolutismo gemia o incauto povo brasileiro, que era victima da prepotência descommunal da devastadora família Orleans.
Não houve necessidade de derramamento de sangue. O alto edificio levantado pelo despotismo não tinha base onde podesse sobreviver aos grandes terremotos que lhe

¹⁶⁹ SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. O poder e as mutações da política na Paraíba pós-1930. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política republicana**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2012, p. 90.

¹⁷⁰ GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

¹⁷¹ ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: Ó, Alarcon de Agra do (org.). **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003.

eram destinados pela indignação do povo que de longa data soffria a falta de completa liberdade.

Homens de pouca educação, embriagados pelo esplendor da fortuna que lhes sorria, os do throno cavavam o próprio tumulto fazendo cahir sobre o povo - que é também rei – o desprezo [...]

Felizes os reis que choram quando o povo geme!

A principesca família que dirigia os destinos da sociedade brasileira não olhava para a miséria que corroía o seio das classes pobres que são o sustentáculo das elevadas camadas sociaes.

A indiferença que parta do throno pouco a pouco aquecem o coração dos brasileiros, gélidos pelo constante soffrer de longos annos; e um dia a audácia da liberdade ressaltou a indignação dos que padeciam, levando de vencia a prepotência, que, em holocausto a sua nobreza, não trepidava em sacrificar o corpo nacional. [...]

A condição de servilismo a que se impunha o espirito nacional era indubitavelmente consequência da ignorância que vae abandonando-nos.

Os africanos curvaram-se a usurpação de seus direitos de liberdade primitiva, não porque deixassem de sentir a perda do que lhes era mais sublime e tivessem, pela inferioridade da raça, um espírito acanhado; mas pela ignorância que lhes escurecia o cérebro e arrancava-lhes a força moral que nasce do estado de illustração cada povo.

O levantamento da República, do governo do povo, symbolisa um dos grandes períodos de revolução progressista do espirito brasileiro. [...] (grifos nossos¹⁷²)

Como sublinhamos, Elyseu César, mais uma vez, tocou em assuntos referentes aos homens de cor, indo contra à visão de que a escravidão se constitui pela inferioridade da raça, que não os permitira perceber o furto de sua liberdade como algo ruim. Pelo contrário, a posição do jovem parahybano caminhou pela perspectiva da ignorância dos povos africanos (seria uma crítica aos acessos das populações negras a educação?), que não viabilizou agirem em prol de suas liberdades.

O texto de Elyseu César teve alguns outros elementos interessantes referentes a como a proclamação foi vista por contemporâneos da época, e no caso dele, por um homem de “cor” livre e membro das elites intelectuais. Foram reflexões importantes no seu texto o desgaste da monarquia perante a sociedade; a passagem pacífica do sistema, diferente de outras nações que proclamaram a República a custo do sangue nacional; e a República como fruto dos desejos do povo que não aguentava os abusos da nobreza.

Esse texto toca no que discutimos acima sobre o contexto de proclamação e instauração da República. Achava-se a monarquia em total vulnerabilidade e sem capacidade de reação? A passagem sem confrontos do sistema representou apatia do povo perante o contexto da época? O povo realmente desejava a República e a ação militar refletiu seus anseios?

A monarquia e o imperador já vinham em processo de questionamentos por parte de sua elite política devido a fatores diversos. A falta de confrontos ou de participação popular, narrada por Elyseu, não se resumia numa passividade do povo brasileiro, mas configurava mais uma

¹⁷² Estado da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 99. Sábado, 15 de novembro de 1890.

ausência de conhecimento e talvez interesse em tal ato por parte do povo. Desse jeito, considera-se que o povo não demonstrou interesse no novo sistema, não lhes cabiam anseios sobre a República, os interesses maiores viriam das elites, que almejavam uma mudança na lógica do poder.

Nos primeiros anos da República na Parahyba do Norte, outro caminho de atuação de Elyseu César foi o teatro. Provavelmente sobre a influência de seu pai, o jovem tinha nesse espaço, oportunidades de se mostrar ao cenário intelectual e político local. Uma de suas produções para o teatro foi a comédia publicada em novembro e dezembro de 1890, no jornal *O Estado da Parahyba*. “A República no Matto”, dividida em dois atos, foi uma produção que retratou de outra maneira como Elyseu enxergava a Monarquia e a República. O título “no Matto”, possivelmente referiu-se a chegada da República no interior do estado, sendo que os atos da peça se passam em uma fazenda.

No discorrer da peça, conseguimos notar elementos interessantes que denotam observações de Elyseu César a respeito do período representado¹⁷³. De acordo com a personalidade de alguns personagens da peça, encontramos no mais velho, medroso e debilitado, uma associação à Monarquia; já a República como o mais jovem e vívido, corajoso e querido. Elyseu, como favorável à República, utilizou-se da peça como meio de mostrar à intelectualidade e aos políticos locais a sua adesão aos princípios do novo regime.

A mocidade de Elyseu César foi marcada pela sua relação com as artes (teatro e literatura), as quais eram suas bandeiras de divulgação enquanto homem de letras. Foi a partir do cenário artístico, que Elyseu começou a se destacar na sociedade do pós-abolição.

No ano de 1891, foi noticiado no jornal carioca *Gazeta de Notícias* a efetivação de Elyseu César no seu terceiro cargo, como praticante dos correios¹⁷⁴. Por trás de nomeações para cargos públicos, haveria sempre um contexto maior.

Quem exercesse autoridade literalmente possuía-a, e podia legitimamente concedê-la, ou parte dela, a outrem. O cargo público tornava-se, portanto, um recurso a lançar mão, como qualquer outro. Podia "pertencer" a alguém, ser concedido ou retirado. Aquele que recebesse um cargo, recebia-o como um presente. [...] Até mesmo para se assegurar das posições menores era preciso apadrinhamento¹⁷⁵.

O avô e o pai de Elyseu já haviam tecido alianças com nomes políticos no estado anteriormente que lhes permitiram ocupar públicos. Dulcídio, nesse caso específico, trabalhava

¹⁷³ A peça foi acompanhada da publicação 03 até a 19 no jornal *O Estado da Parahyba*. A conclusão da trama não pode ser apresentada devido à falta de fontes.

¹⁷⁴ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVII, N. 255. Sábado, 12 de setembro de 1891.

¹⁷⁵ GRAHAM, Op. Cit., 1997, *passim*.

nos Correios e nada mais comum seria nomear seu filho para uma função pública, por menor que fosse. Esse ato auxiliava o jovem a ter contato com nomes influentes locais e se projetar socialmente.

No ano de 1891, ele também escrevia frequentemente poesias publicadas em jornais parahybanos, principalmente no *O Estado da Parahyba*¹⁷⁶. Outros artistas ilustres tinham seus versos publicados no mesmo jornal: Castro Pinto, Cruz e Sousa, José Rodrigues de Carvalho, José Américo, Júlia Lopes de Almeida e etc. A presença de outros poetas nas publicações nos jornais parahybanos auxilia-nos a complexificar a constituição literária do período, com publicações de poesias e textos que circulavam os jornais do Brasil.

Cruz e Sousa (1861-1898) foi um homem negro e poeta brasileiro, conhecido e intitulado como “Dante Negro” ou “Cisne Negro”, sendo um dos precursores do simbolismo no Brasil. A presença das suas poesias nos jornais parahybanos, mesmo ele não sendo natural da Parahyba, mostra-nos a participação de outros homens negros letrados em publicações de jornais e na constituição de uma intelectualidade brasileira e por que não, intelectualidade negra. José Américo de Almeida (1887-1980) foi um parahybano que se destacou no mundo das letras como cronista, poeta, romancista, entre outros. Teve também diversos cargos públicos ao longo de sua vida que o fizeram galgar títulos e honrarias¹⁷⁷. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi uma mulher abolicionista brasileira e poeta que teve destaque no período do fim do século XIX e início do século XX. Seus escritos são importantes por demonstrarem a presença de algumas mulheres letradas em espaços normalmente tomados por homens.

Desses nomes citados acima, devemos destacar a relação direta de Elyseu com dois: José Rodrigues de Carvalho e Castro Pinto. José Rodrigues de Carvalho (1867-1935) foi um parahybano de trajetória bastante diversa, como a de Elyseu César. Teve atuação intelectual na Parahyba do Norte; foi deputado estadual no Ceará, onde consagrou-se como poeta; além de exercer alguns outros cargos no funcionalismo público do Ceará. Dividiu ao longo de 1891, com Castro Pinto e Elyseu César, várias publicações no jornal *O Estado da Paraíba*, tendo uma poesia de Elyseu dedicada a J. Rodrigues de Carvalho¹⁷⁸, e uma poesia dele para Elyseu, intitulada “O Gênio”.

¹⁷⁶ Elyseu César tem poesias publicadas nos jornais: *O Estado da Parahyba*; *O Parahybano*; *Arauto Parahybano*; *O Cysne*. Ver, lista feita pela Dra. Socorro Barbosa, disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/estudos/A_literatura_nos_jornais_paraibanos.pdf. Acesso em: 05/03/2018.

¹⁷⁷ BARBOSA, Op. Cit., 2009, p. 21-24.

¹⁷⁸ A poesia que Elyseu dedica a José Rodrigues de Carvalho se chama *Renúncia*. Ver, *Estado da Parahyba*, Cidade da Parahyba. Ano III, N. 467. Quarta-feira, 24 de fevereiro de 1892. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/ESTADO_DA_PARAHYBA/ANO%20III/ESTADO%20DA%20PARAHYBA_24-02-1892.pdf. Acesso em: 17/03/2018.

Bemdicta a maldição que o fado imprime
 Na fronte em que se estampa o gênio, a luz...
 Bemdicta a desventura que conduz
 Camões a mendigar. Que dor sublime.

A magoa faz gerar no peito ingente
 D'aquelle que da lama d'e-ta vida
 A fronte scismadora traz despida,
 As turbas a olhar indifferente.

Qu' importa a maldição? É leda a sorte
 Do vale para quem do berço a morte
 A lyra foi o peso de uma cruz

Qu' importa a libação de amargo fel
 Si a urze do soffrer se faz laurel
 Na fronte em que se estampa o gênio, a luz!?¹⁷⁹

A poesia demonstra como haveria, entre alguns jovens parahybanos aspirantes às elites, uma troca de gentileza e uma articulação intelectual e política por meio dos jornais. Elyseu tinha conexões diversas na sua juventude na Parahyba do Norte com outros nomes do cenário literário local que figurariam em outros espaços de poder na sociedade brasileira do início da República. O próprio Rodrigues de Carvalho criou, na Parahyba do Norte, um grupo para reunir os jovens da intelectualidade parahybana no período, chamado de *Grêmio Literário Cardoso Vieira*, uma forma de organização intelectual dos jovens parahybanos letrados no período da Primeira República.

O nome dado ao grêmio remetia a um outro nome do cenário político parahybano do fim dos Oitocentos de um período anterior a Elyseu. Reiteramos que Cardoso Vieira (1848-1880)¹⁸⁰ foi um homem negro político e poeta parahybano, que fazia parte das elites oitocentistas da Parahyba do Norte. Sua escolha como patrono do título do grêmio demonstra o seu lugar social demarcado devido sua trajetória. Além disso, devemos atentar que Elyseu César, um homem negro letrado do pós-abolição, fez parte de um grupo que levava o nome de Cardoso Vieira, homem de “cor” letrado parahybano que também se destacou no século XIX.

O clube situava-se na Maciel Pinheiro, no 1º andar, nº 50. Segundo a Revista do Academia Paraibana de Letras, constavam como fundadores e diretores os nomes:

A sua primeira diretoria eleita e logo empossada ficou assim constituída: José Rodrigues, presidente; José Holmes, vice-presidente; Idalino Júnior, 1º secretário; Francisco Vidal, 2º secretário; Antônio Lyra, tesoureiro; Elyseu César, orador;

¹⁷⁹ Estado da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano II, N. 410. Domingo, 13 de dezembro de 1891.

¹⁸⁰ Ver, SANTOS (2016) e ROCHA (2012).

Diomedes Cantalice, 1º procurador; Antônio Espínola, 2º procurador; Manoel Antônio, zelador¹⁸¹.

Como vemos, a juventude parahybana buscou se inserir na lógica nacional da propagação das Academias de Letras, grêmios e clubes literários, formando uma intelectualidade local. Elyseu César, como em boa parte de sua trajetória, estava atribuído à função de orador, apontado sempre como exímio nessa função. José Rodrigues de Carvalho era o presidente da instituição e viria a tornar-se homem influente na política, assim como Elyseu César, que também conseguiu alçar outros voos.

João Pereira de Castro Pinto (1863-1944) foi um professor, político, advogado e jornalista, contemporâneo de Elyseu César. A sua trajetória em alguns momentos se assemelha com a de Elyseu, conseguindo espaços de poder na Primeira República e circular socialmente por outros estados. Espíndola aponta que Castro Pinto chegou a fundar um Clube Abolicionista na Parahyba do Norte, demonstrando a sua atuação política, além de possibilitar-nos uma interpretação do pensamento desse intelectual, que teria como amigo e figura digna de admiração o até então poeta negro Elyseu César¹⁸².

Entre 1889 e 1892, Castro Pinto trabalhou como redator no jornal *O Estado da Parahyba*, período no qual Elyseu César mais publicou suas poesias nesse jornal. Elyseu César e Castro Pinto tiveram uma relação muito próxima no período em que estiveram morando na Parahyba do Norte. Ambos estavam costumeiramente publicando poesias nos jornais parahybanos, dividindo inclusive alguns versos em homenagem à padroeira do estado¹⁸³. A literatura era uma forma de se destacar numa sociedade que continuava semelhante ao Império, com um grande número de analfabetos, cabendo aos poucos letrados despontarem e chegarem ao topo das hierarquias sociais.

A relação que os dois intelectuais criaram auxiliava-os a dinamizar relações nos primeiros anos da República na Parahyba do Norte. De acordo com Espíndola, ele foi nomeado, em 1896, para professor do Lyceu Parahybano, por meio de relações políticas de apadrinhamento com o então governador do Estado, Álvaro de Machado.

Castro Pinto também atuou e morou no Pará, em 1899, pouco antes de Elyseu César se mudar para lá. Cooperou por lá no jornal *A Província do Pará*, mesmo jornal que Elyseu colaborou anos depois como redator. Vemos dessa maneira, mais uma possível relação prévia

¹⁸¹ MARTINS, Eduardo. Instituições paraibanas de cultura 1880-1941. In: **Revista da Academia Paraibana de Letras**. João Pessoa, nº 8, p. 175-180, setembro de 1978, p. 176.

¹⁸² ESPINDOLA, Máira Lewtchuk. **Primeira República, Intelectuais e Educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE, João Pessoa, 2012.

¹⁸³ O Parahybano, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 134. Quinta-feira, 04 de agosto de 1892.

de Elyseu César com o estado do Pará, cogitando a possibilidade de ter sido Castro Pinto um dos elementos decisivos nas redes de relações sociais de Elyseu em Belém.

Segundo Nóbrega, Castro Pinto, que era um dos grandes nomes da província no século XIX, era fascinado pela inteligência de Elyseu, tendo comentado certa vez que:

Certa vez perguntaram-lhe, ainda na juventude de Elyseu, se na Paraíba, havia águias. Respondeu que **a águia da Paraíba era um corvo**. Foi uma alusão não grotesca, mas, consagradora ao intelectual negro a quem comparou a uma ave que, embora sem o Remígio da águia, seu vôo se arroja muitos aos céus. (grifos nossos)¹⁸⁴

A comparação feita pelo político e intelectual parahybano entre Elyseu e um corvo demonstra elementos de certo preconceito de cor com o jovem negro. Entretanto, em meio ao contexto do período, interpretamos a fala pelo tom de admiração, sendo Castro Pinto um de seus apreciadores e amigo.

Comparar Elyseu a um corvo seria uma espécie de “elogio preconceituoso”, o qual demonstrava os embates raciais existentes entre brancos e negros no pós-abolição. A desqualificação do negro, mesmo Elyseu sendo amigo de Castro Pinto, aparecia em pequenos detalhes. Nesse caso, Elyseu não poderia ser uma águia como os demais intelectuais parahybanos (brancos) do período, mas sim, no máximo um corvo (ave negra).

A relação de Elyseu César e Castro Pinto indica-nos a importância das redes de sociabilidade entre intelectuais e políticos no limiar da Primeira República. Elyseu César também viu seu amigo Castro Pinto chegar ao cargo de governador do estado em 1912, logo após a morte de Álvaro Machado. A relação que os dois poetas e funcionários públicos tiveram mostrou a articulação de uma intelectualidade paraibana. Seriam nomes como os deles que levariam a origem parahybana a outros estados e espaços de poder.

Além de Castro Pinto e José Rodrigues de Carvalho, Elyseu César teve o apoio, na Paraíba do Norte, de Arthur Aquiles, outro nome importante no cenário político local. As redes de sociabilidade de Elyseu tinham extrema importância na sua atuação.

Arthur Achilles (1864-1916) foi um importante e atuante nome do jornalismo parahybano, envolvido em diversas questões políticas com os líderes locais. que atuou e publicou dentre alguns jornais, em *A Paraíba*, *O Comércio*, *A Voz do Povo*, *O Parahybano*. Este último consistia num impresso de oposição ao nome do governador Álvares Machado. Elyseu também contribuiu com o jornal, provavelmente por intermediações de Arthur Achilles, o que pode indicar com mais clareza a sua posição em oposição ao nome do governador. Aquiles

¹⁸⁴ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 288.

também foi opositor do governo Venâncio Neiva e do Clero na Paraíba¹⁸⁵. A relação dos dois jornalistas foi apontada por Nóbrega, a partir de uma colocação de Elyseu a respeito de Arthur: “vivía como as águias que só amam as alturas e, nas alturas os grandes temporais”¹⁸⁶. Dessa maneira, Elyseu César descrevia o amigo e partidário de ideais, conhecido pelas desavenças políticas na capital parahybana¹⁸⁷.

Em janeiro de 1891, Elyseu César foi citado em uma contenda sua com o sr. Antônio Joaquim de Vasconcelos:

Achando-se o Ilm. Sr. Eliseu Elias Cesar incomodado por se dizer por ahi que o ??? pituitoso, **semelhante ao orangotango, tem referência a sua pessoa**, declaro com a franqueza, que não caracteriza, que a alusão de que lancei mão, vai ter directamente a certo **estudante paupérrimo**, que tendo estudado comigo diversas matérias, sem haver eu recebido d'elle um só real, ??? tem tem pago tão assignalado serviço com a mais requintada ingratidão.
É preciso que todos saibão que o Sr. Cesar que me fez a honra de dirigir uma carta assignada por Isaac, é um moço a quem consagro a mais sincera amizade, e d'isto lhe tenho dado as mais inequívocas provas. (grifos nossos)¹⁸⁸

Antonio J. de Vasconcelos remeteu a questões importantes sobre a identidade de Elyseu César, citando diretamente a questão de cor, comparando o jovem poeta negro à figura de um orangotango, além de enfatizar a sua origem pobre. Esse episódio ajudou-nos a compreender como Elyseu era visto por alguns membros das elites políticas parahybanas. Destacamos o quanto, seria incomodo alguns desses homens verem um homem negro, de “poucas condições financeiras”, inserir-se em alguns lugares destinados aos donos do poder (normalmente, brancos).

A abolição havia acontecido há pouco tempo e o pós-abolição não foi a redenção da escravidão. Se levarmos em consideração que poucos eram os homens negros que “ascendiam” ou se “inseriam” nesses espaços, quando isso acontecia, geravam para alguns membros, estranhamento e muitas vezes, resistência.

Por outro lado, da mesma forma como os republicanos da propaganda pouco se preocupavam com a questão social expressa pela escravidão, os republicanos do governo não se mostraram interessados nos mecanismos capazes de integrar os escravos e tampouco percebiam a necessidade de se lidar com a pobreza e a miséria¹⁸⁹.

¹⁸⁵ SANTOS, Idellete Muzart Fonseca dos Santos (org.). **Dicionário Literário da Paraíba**. Conselho Estadual de Cultura - SEC, A União: João Pessoa, 1994, p. 58.

¹⁸⁶ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 287.

¹⁸⁷ BARBOSA, Op. Cit., 2009, p. 26-27.

¹⁸⁸ Estado da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano II, N. 139. Terça-feira, 13 de janeiro de 1891.

¹⁸⁹ PRADO, Op. Cit., 2005 p. 218.

Enfrentar as dificuldades da sociedade no pós-abolição era o que cabia ao jovem Elyseu César na Paraíba. Sua participação desde cedo em diversos espaços e dialogando com influências locais variadas, ajudaram-no a saber a melhor forma de circular nessa sistema sócio-político que excluía pouco menos que a anterior.

Elyseu César apareceu mais uma vez nas páginas dos jornais parahybanos, especificamente *O Parahybano*, em 22 de março de 1892, envolvido em outra contenda, dessa vez com um nome político forte do cenário parahybano da Primeira República¹⁹⁰.

DIZ-SE AO CERTO

...que o Elyseu Cezar, em contra-posição a comedia *A Republica no matto*, vae escrever uma outra: *A republica na cidade*.

... que o mesmo Elyseu diz que *A Republica no matto* era alusão a República do tabaréo de Cathole do Rocha; e *A República na cidade* será uma zumbaia ao dr. Alvaro.

... que o Dulcídio affirma não acreditar que seu filho desobedeça-lhe as ordens dirigindo encômios ao governador do Estado.

... que todo mundo acredita que d'esta vez o Dulcídio falou a verdade, attento aos desaforos que diariamente dirige o Elyseu ao dr. Alvaro em versos chulos publicados no Estado... [...]

As provocações, dessa vez, foram ao chefe do governo do Estado da Parahyba do Norte no período, o dr. Álvaro Lopes Machado. Até seu pai, Dulcídio César (que havia há pouco tempo deixado o cargo de administrador dos Correios do Estado), incomodou-se com as ações do seu filho, que provocava diariamente nos jornais um membro das elites políticas do estado e que lhe poderia gerar implicações futuras. Elyseu e Dulcídio possuíam relações diretas com a oligarquia de Venâncio Neiva, além de Dulcídio ter sido demitido do cargo nos Correios no ano em que Álvaro Machado assumiu o poder na Parahyba do Norte. Esse contexto de ressentimentos e escolhas políticas mostrava-se nas entrelinhas de tais atos provocativos de Elyseu para com o então, Presidente de Estado.

O episódio nos indicou e acentuou a relação próxima que Elyseu possuía com a outra oligarquia na Parahyba. O jornal *O Parahybano*, onde trabalhou e colaborou, apoiava o ex-governador Venâncio Neiva¹⁹¹. Neiva e Machado correspondiam a dois dos nomes políticos mais influentes da Parahyba do Norte no período, como as oligarquias dominantes. Desta maneira, relacionar-se com uma, seria opor-se a outra nas entrelinhas.

Venâncio Augusto de Magalhães Neiva (1849-1939) era filho de influente família na capital da Parahyba do Norte. Formou-se em Direito em Recife, exercendo cargos de promotor

¹⁹⁰ *O Parahybano*, Cidade da Parahyba. Ano I, N. 33. Terça-feira, 22 de março de 1892.

¹⁹¹ NOVAIS, Op. Cit., 1978, p. 24.

público e juiz na terra natal e em São Paulo¹⁹². Sua família tinha tamanha influência, que seu irmão foi governador na Bahia também.

[...] o primeiro presidente republicano da Paraíba, Venâncio Neiva, pouco tivesse a ver com a República. Juiz de Direito em Catolé do Rocha, tinha por si a condição de irmão de dois coronéis do estafe do Marechal Deodoro da Fonseca, na capital da República, amigo do ex-chefe monarquista, Barão do Abiahy. Era de extração conservadora e se impôs sobre o federalista Albino Moreira.

Com o poder nas mãos, Venâncio agiu como típico oligarca. Assessorado pelo Secretário-Geral Epitácio Pessoa e Chefe de Polícia Coelho Lisboa, ambos indicados pela Presidência da República, nomeou à vontade, interveio nos municípios e elegeu deputados estaduais e federais de sua inteira predileção¹⁹³.

Era central a relação de Elyseu com a oligarquia dos Neiva, pois o jovem parahybano precisava de apoio para ser notado na intelectualidade e política local. A mudança de Elyseu para outros estados deve ter ocorrido devido a suas oportunidades terem sido minadas, devido a oligarquia de Álvaro Machado permanecer no poder por longos anos.

Álvaro Lopes Machado (1857-1912) era parahybano de origem e cursou engenharia na Bahia. Foi governador do estado por duas vezes, entre 1892-1896 e 1904-1905, e foi um nome forte da política na Parahyba do Norte. Suas tramas políticas eram divididas ao lado do padre Valfredo Leal (1855-1942), que juntos formavam uma oligarquia poderosa na Parahyba. Almeida define o governo de Álvaro Machado no período do ocorrido com Elyseu da seguinte maneira:

O governo de Álvaro Machado foi dos mais operosos que a Paraíba teve. Encontrou o funcionalismo em atraso de onze meses nos seus vencimentos e pôs em dia o pagamento. Aumentou o efetivo da força pública e, além de melhorar o soldo, de fardamento gratuito às praças. Instalou o Tribunal de Justiça da Paraíba. Abriu estradas. Construiu açudes públicos em diversas localidades, tais como Areia, Guarabira, Itabaiana, Campina Grande, São João do Cariri, Piancó e Sousa. Criou a diretoria de obras públicas e a Junta Comercial. Criou a Imprensa Oficial do Estado, com o jornal “A União”. [...]

Do ponto de vista político, fundou o partido republicano na Paraíba, atraindo para essa agremiação os nomes mais tradicionais das antigas parciaisidades do Império. Firmou-se como chefe do partido e manteve esse domínio por mais de vinte anos. [...] ¹⁹⁴

Sua atuação foi maior nos primeiros anos da República na Parahyba, consolidando-se como liderança política local, a qual Elyseu acabava de desagradar. Era o contexto de alianças que ditava os rumos da política.

¹⁹² LOPES, Raimundo Helio. Venâncio Neiva. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NEIVA,%20Venâncio%20Augusto%20de%20Magalhães.pdf>. Acesso em: 27/10/2018.

¹⁹³ MELLO, Op. Cit., 1994, p. 141-142.

¹⁹⁴ ALMEIDA, Op. Cit., 1978, p. 213-214.

As duas oligarquias que se firmaram na Parahyba do Norte na Primeira República correspondiam a Machado-Leal e a Neiva-Pessoa, que se alternavam no poder e disputavam a sucessão do cargo de governador. A aliança de Venâncio Neiva com Eptácio Pessoa indica-nos a relação de Elyseu com Eptácio quando ele foi Presidente da República, anos mais tarde, no Rio de Janeiro. Na Paraíba, Eptácio ditou os rumos da política durante a Primeira República, aliando-se e firmando sua família como uma poderosa oligarquia¹⁹⁵.

[...] na Primeira República, foi desenhado a partir do personalismo individual de homens que se colocaram como “os capazes” de conduzir a política estatal paraibano. O personalismo de Álvaro Machado e de Eptácio Pessoa consolidaram hábitos e vícios políticos de grupos oligárquicos como expressão da coletividade social¹⁹⁶.

Essa política personalista e de parentela, para o autor guiou os rumos da Parahyba na República Velha. Relevante enfatizar o protagonismo político de Eptácio, que viria a tornar-se Presidente da República. O autor ainda acrescenta que a política paraibana na Primeira República era baseada numa farsa representativa e na conformação de forças de particulares baseados em suas parentelas¹⁹⁷. Eram avôs, filhos, netos, irmãos, genros e outros graus de linhagem próxima se alternando no poder.

Ainda em 1892, em meio as suas poesias rotineiras no jornal *O Estado da Parahyba*, encontramos primeira referência da esposa de Elyseu na sua trajetória. Na época, o jovem parahybano escrevia versos intitulados em formas de Acróstico para a pretendente:

Bemdigo, meu amor, essa tu'alma
Emula pura do luar de prata,
Rica de sonhos, que, sublime e calma,
Na minha vida amor e paz desata
Amo essa lyra que em canções saudosas
Rompe da tarde as virações chorosas,
Da noute a briza que balança as flores,
Irmã tu'alma das estrellas cuido,
Nadando sempre n'um celeste fluido,
Ambula santa de ideaes amores! (grifos nossos)¹⁹⁸

A jovem da poesia era a parahybana Bernardina Honorato César, a futura esposa de Elyseu, a qual a origem familiar não identificamos. A esposa de Elyseu o acompanha em toda sua trajetória pelo Brasil. Os casamentos eram importante mecanismo social entre integrantes da sociedade política. A cor ou condição social de Bernardina poderiam contribuir ou dificultar as redes sociais de Elyseu César. A ausência de dados a respeito de Bernardina, indica-nos que

¹⁹⁵ Ver, LEWIN (1993).

¹⁹⁶ SANTOS NETO, Op. Cit., 2012, p. 90.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 89.

¹⁹⁸ Estado da Parahyba, Cidade da Parahyba. Ano III, N. 592. Domingo, 04 de dezembro de 1892.

ela provavelmente não era das elites. Essa hipótese se baseia na percepção de que se ela fosse das elites, provavelmente existiria um “nome de família” que deixaria vestígios.

Elyseu, no ano de 1893, apareceu como correspondente da *Gazeta Postal*, um jornal de alcance no estado do Pará¹⁹⁹. Essa era mais uma relação de Elyseu César com esse estado, mostrando um contato prévio com as coisas do Pará, lugar que no futuro seria morada de Elyseu por longos anos.

No ano de 1894, como boa parte dos intelectuais do período, Elyseu César publicou um livro com aproximadamente 59 poesias intitulado de “Algas”. Algumas poesias contidas no livro já haviam sido publicadas por Elyseu nos jornais parahybanos. Segundo Flores, Rocha e Domingues, o livro *Algas* reúne as poesias românticas de Elyseu, todavia, esta produção literária não implica dizer que ele pode ser compreendido unicamente pelo romantismo²⁰⁰. De acordo com as características românticas, vemos as poesias de Elyseu César, dotadas pelo sentimentalismo, a religiosidade, a idealização da mulher, o subjetivismo e por debates sociais. Seu nascimento ao fim do XIX não só o colocava entre um recorte sócio-político de transição, a cultura, mais especificamente a literatura também passava do romantismo (e suas diferentes gerações com temas diversos) ao realismo. Foi esse contexto intelectual que refletiu não só no livro *Algas*, mas como na vida intelectual do parahybano ao longo dos anos. Entendemos então o *Algas* como um livro dotado da essência subjetiva de Elyseu na sua mocidade, com seus ideais, sonhos e contexto social.

A escolha do nome *Algas* remeteria a algum simbolismo para Elyseu? Por que ver seus versos ou a si como uma alga? Nossa hipótese seria da relação das algas com sua vida, enxergando-as como seres que “rastejam” ou são levadas pela correnteza, com dificuldade de se firmar (homens negros ou das camadas populares/um jovem poeta), diferente das árvores frondosas (elite branca/intelectual) que se estabelecem e dão frutos e sombra.

Se olharmos o livro também pelos interesses relacionais de Elyseu, veremos que entre as poesias escolhidas, existem cerca de 19 poesias dedicadas explicitamente a diferentes pessoas, sendo duas a sua noiva e uma a sua irmã. Dentre os homenageados destacamos: Silva Jardim, Abel da Silva, Thomas Mindello, Eutiquiano Barreto entre outros homens do contexto parahybano e regional do período. No caso desse livro, os escritos laudatórios em forma de panegírico de Elyseu funcionavam como uma maneira de contraprestação dos favores e apadrinhamentos que ele recebeu até então. A dedicação de alguns versos a nomes do meio social que vivenciava, servia pelo que compreendemos, como maneira de ser aceito, atrair

¹⁹⁹ *Gazeta Postal*, Cidade de Belém. Ano IV, N. 83. Sexta-feira, 11 de agosto de 1893.

²⁰⁰ FLORES, DOMINGUES e ROCHA, Op. Cit., 2017, p. 1 e 7.

olhares e exaltar amigos que lhes fizeram favores ou poderiam. Resumia-se no ato da projeção intelectual e na concepção de que para os amigos todas as homenagens.

Dentre algumas poesias contidas no livro, destacamos algumas que tocam na questão racial como “Moreninha” e “Mulatinha”. Outra questão interessante de se apontar nas características poéticas de Elyseu, era a sua frequente dedicação de poesias a colegas poetas ou intelectuais parahybanos, característica comum como já enfatizamos anteriormente.

Na poesia de Elyseu César presente no livro *Algas* intitulada de “Mulatinha” vemos diretamente que o poeta tocou na questão da cor e do preconceito.

Vejo-te a um canto amuada,
Bem como a flor desbotada
Pelo calor do verão...
Minha bella mulatinha
Que aguda magua espesinha
Teu ridente coração?

**Acaso a cor do teu rosto
É que produz o desgosto
Que assim te faz padecer?**
Ah! Tu nem sabes, florinha,
Que essa cor de mulatinha
Faz a gente enlouquecer!

[...]
Não queiras nunca ser branca
Pois tens um olhar que arranca
Muito doido coração;
Tens d’esse olhar nas scentelhas
A doçura das abelhas
E as garras do gavião.

Há muita moça bonita
Que a tua graça infinita
Desejara, meu amor:
**Esse cabelo annelado!
Teu quadril arredondado!
Dos lábios a rubra cor!**

**Deveras ser orgulhosa
Como a jandaia garbosa,**
Minha flor do manacá;
Porque, como tu, que a gente
Torne escravo de repente,
Por Deus do céu que não há! [...] ²⁰¹ (grifos nossos).

Nos versos, notamos elementos que dizem mais sobre o posicionamento de Elyseu quanto às questões de cor na sua trajetória, mesmo utilizando o termo “mulatinha” para dar título a sua poesia. O poeta negro parahybano mostrou na poesia a sua afirmação de identidade,

²⁰¹ CEZAR, Op. Cit., 1894, p. 127-129.

ênfatizando pontos como questionar se a sua cor a incomodava ou afirmando para ela que deveria ter orgulho de sua cor e não se sentisse mal. Além disso, o poeta ainda destacou alguns traços físicos das mulheres negras como os cabelos, o quadril e os lábios.

Em outra poesia contida no livro *Algas* nomeada de “Moreninha” e dedicada a Eutiquiano Barreto²⁰², Elyseu demonstrou sua característica romântica por meio da exaltação de uma mulher de negra.

Moreninha, se soubesses
Como eu te amo em segredo,
Este temor, este medo
Que me gela o coração!...
Ah! **Morena dos meus sonhos!**
O teu olhar tão clemente
Talvez que fosse indulgente,
Como a aurora do perdão.

Adoro teu pé formoso,
Tua trança negra e pura,
A delicada cintura,
O brilho do teu olhar;
A noute do cabelo,
Que aromas do céu exhala,
Adoro-te a meiga falla
E o encanto do teu andar!

Moreninha, se soubesses
Como eu te amo em segredo,
E como é grande este medo
De declarar meu amor!
Talvez dissesses: “sou tua,
Vem beijar a minha boca!”
Ilusão d’est’ alma louca!
Moreninha! Minha flor! ²⁰³(grifos nossos)

Desde o título podemos ver Elyseu se dirigindo a figura feminina de uma mulher negra. No decorrer da poesia vemos o tom romântico que o poeta negro se refere a “moreninha”. Traços da mulher negra como seu cabelo com suas tranças, sua cintura, são apresentados como arrebatadores ao coração do jovem poeta. Se problematizarmos a escolha dos termos “morena” e “mulata”, poderemos compreender a partir da poesia de Elyseu as especificidades da sociedade na época com suas categorias raciais. No mais, questionamo-nos quanto o porquê da escolha de tais termos e não a mulher negra/preta? Seria uma maneira de demarcar a sua

²⁰² Eutiquiano Inácio de Loiola Barreto (1868-1933) foi um jornalista e serventário de justiça da Paraíba. Também foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Disponível em: http://www.ihgp.net/socios_fundadores.htm. Acesso em: 09/09/2018.

²⁰³ CEZAR, Op. Cit., 1894, p. 102-103.

identidade se vendo nas figuras que retratava? Moreno e mulato, seriam termo menos carregados de teor inferiorizador do que preto ou negro.

A poesia de Elyseu acompanhou os seus primeiros momentos de atuação. Esse desempenho literário, além de acentuar seu lugar como poeta, seria também uma “válvula de escape” que utilizava para exprimir as suas percepções e sensações em ser um homem negro em meio as elites brancas da República. Sua poesia mostrava as impressões de Elyseu sobre o racismo em ser um homem de negro letrado em um “mar de brancos”.

Nóbrega, em discurso anos depois da morte de Elyseu, comentava sobre o livro “Algas”: “Algas ressumbra misticismo, melancolia, desventura, evocações da infância, sonhos inatingidos e destroçados”²⁰⁴. O prólogo do livro foi feito por Castro Pinto e a dedicatória do livro havia sido destinada à sua mãe adotiva Vicência Ferreira de Albuquerque.

Castro Pinto, que já dividia amizade e as páginas dos jornais com jovem negro, refere-se ao livro de Elyseu em seu prólogo da seguinte forma:

[...] A lyra de Eliseu Cezar é uma das mais brilhantes promessas que conheço nas letras brasileiras.

Eliseu forja todos os seus versos incomparáveis com a única matéria prima de sua imaginação, desajudada quasi inteiramente de leitura.

[...] **A sua idiosyncracia de mestiço**, como a de Gonçalves Dias, Natividade Saldanha, Gonçalves Crespo, Tobias Barreto, essa modalidade singularíssima de temperamento, que só conhece de perto quem teve o prazer de privar com José do Patrocínio ou André Rebouças, duas grandes almas messianicamente inspiradas, servidas pelo gênio culminante, revê, em seus versos, n’uma extraordinária vibratibilidade, em que o trabalho de expressão parece chegar ao superlativo de nos dar conta de todas as modificações mais intimas de seus systema nervoso.

[...] E esse nome a que se prende um futuro tão brilhante, teria mais ecco, si, em vez de poetar pela Parahyba, o auctor d’este livro estivesse collaborando em um dos nossos órgãos de grande circulação.

[...] A Parahyba tem um poeta. Graças lhe sejam dadas.

E saiba o publico, por um differenciação judiciosa, animar o cantor de Algas, e, vencidos os primeiros obstáculos, com a perseverança do primeiro êxito, o nome de Elyseu Cezar há de ser uma gloria d’esta terra.²⁰⁵ (grifos nossos)

Para além das palavras de Castro Pinto, é importante pensarmos os significados da publicação de um livro de poesias por um homem negro no pós-abolição. Elyseu foi considerado um dos maiores poetas do romantismo parahybano, mesmo estando em um período na qual se destacavam os versos do simbolismo e do parnasianismo²⁰⁶. O jovem negro permaneceu no estilo literário que foi mais característico no século XIX, assemelhando-se a outros homens negros que publicavam no Império.

²⁰⁴ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 298.

²⁰⁵ PINTO, João Pereira de Castro. Em vez de prologo. In: CEZAR, Elyseu. **ALGAS**. Cidade da Parahyba: Typ. Lith. Encadernação e Pautação de Jayme Seixas & C., 1894, p. 08-09.

²⁰⁶ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 297.

A literatura servia como demonstração dos dotes intelectuais de um jovem aspirante perante as elites políticas no século XIX: “A exibição de status era um instrumento para a manutenção da relação adequada entre aqueles que ocupavam lugares sociais diferentes²⁰⁷”. Até mesmo Elyseu, que sofria com a discriminação por ser um homem negro, possuía um lugar diferente na hierarquia social, comparada com as outras pessoas negras. A publicação frequente de poesias e participação como orador em eventos seria sua maneira de justificar o status e lugar ocupado socialmente.

Política e literatura eram próximas a ponto de que vários protagonistas políticos nos Oitocentos, como Joaquim Nabuco, André Rebouças, Machado de Assis e etc., escreviam textos literários enquanto ditavam os rumos da política no país. Na Primeira República, a literatura e a política continuam interligadas, como identificamos na trajetória de Elyseu e seus companheiros.

A publicação e aceitação desse livro e de seus versos seria a mesma em comparação com outros homens do período? Sobre isso, analisamos algumas críticas positivas e negativas a respeito do livro “Algas”.

O livro de Elyseu recebeu grandes elogios da figura de Castro Pinto, um amigo e homem que se firmou politicamente no cenário nacional e parahybano nos anos seguintes. A linha tênue que firmava a relação das letras e a carreira pública e política foi o que vivenciaram esses jovens parahybanos no período. Sobre os elogios de Castro Pinto à poesia de Elyseu César, devemos atentar para uma característica dos intelectuais do período, segundo Machado Neto:

Os amigos são sempre uns gênios. Ou pelo menos são um talento bonito, um escritor de talento, um artista de rara sensibilidade e coisa pelo estilo. Essa é a regra número um da estratégia mantida *intra muros* pelas *coteries* literárias na luta pela vigência. O período da mais intensa vida literária de nossa história intelectual não faria exceção a essa regra de ouro de ajuda mútua.²⁰⁸

Não pretendemos com essa citação, desmerecer ou diminuir as qualidades literárias de Elyseu César, mas sim, problematizar até que ponto os elogios entre amigos e membros de mesmo grupo político ou círculo de agentes sociais estaria presente por trás da visão de propagação e divulgação dos dotes e das qualidades do correligionário.

No Rio de Janeiro, seu livro era anunciado na *Gazeta de Notícias* com louvores, em 22 de outubro de 1894: “Das oficinas dos Srs. Jayme e Seixas & C., sahiu, a poucos dias, um nítido volume de versos de lavra de Elyseu César, o mais festejado dos poetas parahybanos.”²⁰⁹. O

²⁰⁷ GRAHAM, Op. Cit., 1997, p. 60.

²⁰⁸ MACHADO NETO, Op. Cit., 1979, p. 137.

²⁰⁹ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XX, N. 292. Segunda-feira, 22 de outubro de 1894.

jornal carioca tinha como característica a publicação de poesias dos jovens escritores do período.

Um jornal pernambucano, em contraponto ao apresentado acima, anunciava o lançamento do livro de Elyseu César, fazendo duras críticas à qualidade de seus versos:

Nas cento e cinquenta paginas desse novo volume de poesias há muitos versos maus, alguns soffríveis e poucos bons.
Elyseu Cesar gyra como poeta naquelle círculo atrofiante de que nos falla Guerra Junqueiro no prologo da segunda edição de D. João – sofrer, chorar, morrer.
[...] Estamos, pois, em completo desaccordo com o prefaciador do livro, o Sr. Dr. Castro Pinto, que, no entretanto, tem competência bastante.
Mas, como dizia um escriptor, cousa ruim é a amizade, e a amizade desta vez ainda foi ruim.
Impediu que o Sr. Dr. Castro Pinto fosse mais útil conselheiro do que amigo cego.
[...] Elyseu César tem, contudo, muito que estudar para que não desmint a o augúrio do prefaciador, que o chama de poeta. A sua forma resente-se de inúmeros descuidos e alguns erros graves.
Há versos detestáveis no seu livro; mas há também quem os escreva peiores e goze apezar disto de fama e proveito.²¹⁰

A fala dos dois jornais nos permite perceber como construíram-se as imagens no período, no qual os amigos recebiam os mais avolumados e brilhantes elogios, enquanto que aos demais as críticas eram ferrenhas.

Em 1896, Elyseu César recitava suas poesias no Teatro Santa Roza em um espetáculo beneficente em prol do artista Antônio Lopes²¹¹. O Teatro Santa Roza era o antigo Teatro Santa Cruz, no qual seu pai trabalhava como secretário e atuava como ator. O Teatro, da mesma maneira que servia para o seu pai estabelecer contato com as elites, proporcionou a Elyseu apresentar suas qualidades de intelectual para os escalões mais altos do poder.

Ainda em 1896, ele alistou-se para as eleições na 1ª seção da capital no 4º bairro²¹². As eleições de 1896 deram a vitória o cargo de governador do estado ao político parahybano Antônio Alfredo da Gama e Melo (1849-1908). De acordo com a lei eleitoral nº 35 de 26 janeiro de 1892, poderiam se alistar eleitores todos os cidadãos brasileiros que não fossem mendigos, analfabetos, alunos de escolas militares e religiosos de ordens monásticas. Suspensia também os que estavam sob “incapacidade física e moral” ou por condenação criminal²¹³. O alistamento de Elyseu mostrava como ele tinha certas distinções para um homem de “cor” no pós-abolição,

²¹⁰ Jornal do Recife, Cidade de Recife. Ano XXXVII, N. 235. Domingo, 14 de outubro de 1894.

²¹¹ A União, Cidade da Parahyba. Ano IV, N. 822. Quarta-feira, 03 de junho de 1896.

²¹² A União, Cidade da Parahyba. Ano IV, N. 874. Terça-feira, 11 de agosto de 1896.

²¹³ BRASIL. **Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-35-26-janeiro-1892-541218-publicacaooriginal-44167-pl.html>. Acesso em: 10/01/2019. Ver também, FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005, p. 281. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf. Acesso em: 10/01/2019.

gozando de direitos eleitorais. Ser alistado partia também de interesses políticos como a troca de votos, pois a lei não obrigava o alistamento eleitoral.

Gama e Melo foi um influente político parahybano, sendo deputado provincial, senador e governador no período republicano. Foi contemporâneo do parahybano Cardoso Vieira e de Castro Alves no curso de Direito de Recife²¹⁴. O seu governo foi marcado pelas disputas políticas em torno da sua sucessão. Os denominados venancistas²¹⁵ buscavam o poder de volta, da mesma forma que os seguidores de Álvaro Machado e Valfredo Leal não pretendiam perder influência. As disputas das oligarquias na Paraíba foram intensas na Primeira República.

Elyseu foi convocado para tribunais no estado da Parahyba do Norte, mesmo estando ainda em formação acadêmica na cidade de Recife²¹⁶. Atuou também como promotor interino em um julgamento de dois réus no dia 04 de outubro de 1896, sendo um dos julgados condenado a 30/35 anos de prisão²¹⁷. A participação de Elyseu nesses tribunais mostrava como o jovem acadêmico parahybano começava a conseguir espaço no estado e iniciar sua atuação como advogado e promotor, o que seria comum nos anos seguintes de sua trajetória.

Em 1897, a trajetória de Elyseu César foi agitada com constantes viagens entre os estados da Parahyba do Norte, Pernambuco e Espírito Santo. As atuações do jovem começaram a se multiplicar e sua participação no cenário local se expandiu. Nesse mesmo ano, Elyseu estava próximo da sua conclusão do curso de direito em Recife, e ainda tinha também fortes laços sociais com a Parahyba e era nomeado para um cargo público no Espírito Santo.

Até o ano de 1897, Elyseu César já havia trabalhado como tipógrafo e nos Correios na Parahyba do Norte, além de colaborar com jornais. Da mesma maneira, já cursava Direito em Recife e havia sido nomeado para seu primeiro cargo de destaque, como promotor público em Vitória, no Espírito Santo.

O jornal parahybano *A União*, em 15 de abril de 1897, noticiava a nomeação de Elyseu César para o cargo de promotor público no estado do Espírito Santo:

Dr. Elyseu Cezar

Seguiu para a Capital do Espírito Santo, onde vae exercer o cargo de promotor publico, este nosso jovem coestadano, que tantas provas tem dado do talento de que é dotado, tendo já nesta capital exercido interinamente com proveito para a causa publica o cargo de que agora acaba de ser investido.

Fazemos votos pela boa viagem do nosso distincto collaborador e que as suas aspirações, seus sonhos de moços sejam sempre realizados.²¹⁸

²¹⁴ BARBOSA, Op. Cit., 2009, p. 92.

²¹⁵ Correspondiam aos seguidores de Venâncio Neiva que já havia governado a Paraíba anteriormente.

²¹⁶ *A União*, Cidade da Parahyba. Ano IV, N. 817. Quinta-feira, 28 de maio de 1896.

²¹⁷ *A União*, Cidade da Parahyba. Ano IV, N. 918. Domingo, 04 de outubro de 1896.

²¹⁸ *A União*, Cidade da Parahyba. Ano V, N. 1058. Quinta-feira, 15 de abril de 1897.

A nomeação de Elyseu neste ano colocou-o em uma situação de mobilidade pelos três estados, partindo de atuações aos estudos durante todo o ano. O jornal referiu-se a Elyseu com elogios e referência a sua atuação na Parahyba, mostrando a inserção dele no cenário parahybano como acadêmico e poeta. Na mesma edição que foi noticiada a nomeação de Elyseu César, também era informada a morte de seu pai Dulcídio César.

Em 06 de junho de 1897, Elyseu César foi alistado pelo presidente da comissão eleitoral da primeira sessão para as eleições²¹⁹. Como sabemos alistamento era sempre um momento de interesses políticos, sabendo que poucos tinham direito ao voto.

Era noticiado também que Elyseu, no dia 07 de outubro, estava na Parahyba do Norte em ato com o seu amigo Castro Pinto:

No dia 07 effectuou-se animada festa cívica, depois que nesta capital foi conhecida a victoria das forças leaes em Canudos.

Os Srs. Capitão João Nabuco e Drs. Elyseu César e Castro Pinto, constituíram-se em comissão e distribuíram boletim convidando o povo a comparecer no Paço do Conselho Municipal, as 6 horas da tarde, d'onde sahiram a percorrer as ruas e saudar a imprensa, os clubs, o presidente do Estado, etc, etc...

E às 6 horas grande era effectivamente o numero de pessoas agglomerados nas proximidades do Conselho Municipal, d'onde em passeata sahira as 7 horas mais ou menos, acompanhados da banda de musica, e depois de ter brilhantemente orado o Dr. Elyseu Cesar.

No percurso eram saudados os vultos mais proeminentes da Republica e do exercito, sem distincção de partidos. [...] ²²⁰

Elyseu César figurava nesse período da política parahybana, sempre atribuído à causa republicana, ao lado de nomes como o de Castro Pinto. As suas redes de sociabilidade estavam em expansão e o homem negro de poucas condições figurava como partícipe dos espaços de poder, aos quais se encontravam as elites políticas.

Um dia depois, aos 14 de outubro de 1897, o jornal *A União* divulgava a participação de Elyseu César em mais um evento em festejo a República, ao lado de Castro Pinto e outros nomes do cenário político local, como Arthur Achilles, Sá Andrade²²¹ e Antonio de Vasconcelos. Nesse evento, ele era mais uma vez orador, ao lado de Castro Pinto, apresentando a sua faceta que lhe caracterizou durante sua trajetória política e literária, a facilidade e talento como orador nos eventos que participava.

²¹⁹ A União, Cidade da Parahyba. Ano V, N. 1093. Domingo, 06 de junho de 1897.

²²⁰ Diário de Pernambuco, Cidade de Recife. Ano LXXIII, N. 229. Quarta-feira, 13 de outubro de 1897.

²²¹ João Batista de Sá Andrade (1865-1912) foi um político paraibano, eleito deputado estadual pela Parahyba do Norte em 1890, ficando no cargo até 1893. Era na Câmara dos deputados, opositor ao governo de Floriano Peixoto. Ver, ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (Ebook): 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

A's Exmas. Senhoras Alumnas do Externato Normal

A Comissão abaixo assignada resolveu confiar à gentileza do bello sexo escolástico a incumbência de conduzir a bandeira da Pátria Republicana, á frente do préstito cívico a realizar-se domingo próximo, ás 4 horas da tarde, tendo a praça Bento da Gama como ponto de partida. [...]

Os encarregados dos festejos em honra ao exército brasileiro esperam que as dignas patrícias a quem pedem este favor, em nome da Pátria, não faltem com seu indispensável concurso.²²²

Como vemos, essa elite política que se propagou na Parahyba do Norte buscava estabelecer uma relação de louvores ao regime republicano e ao Exército, tentando firmar o novo sistema para as camadas populares, que se acostumavam com algumas novas relações que se estabeleceram há menos de dez anos. No mesmo ano, em 11 de dezembro, Elyseu havia ido a Recife prestar exames do curso de Direito e um jornal parahybano noticiou a sua volta a Parahyba do Norte²²³.

2.3 O Brasil na virada do XIX para o XX

A Primeira República foi o auge da atuação de Elyseu César, principalmente no estado do Pará onde ocupou um cargo político e no Espírito Santo com cargo no Judiciário. Esse período compreendeu a sua mocidade e fase adulta, com a situação política de transformações que o Brasil passava ditavam as possibilidades do para um home negro, ainda que letrado. Tecer redes de sociabilidade e saber se articular com nomes influentes do período proporcionou um homem negro, como Elyseu, a destacar-se na Primeira República. Como Prado destaca, mesmo com as modificações da República, a sociedade brasileira permaneceu com as desigualdades como traço marcante da sociedade brasileira²²⁴.

Os primeiros momentos da República no Brasil foram permeados por práticas e ações comuns ao Império, que tomaram novos contornos e dinamizaram-se. A monarquia agora ficaria malquista e a República seria defendida por intelectuais e políticos que buscavam o poder no novo regime.

O novo sistema trouxe consigo novas relações entre os Estado e suas unidades administrativas. O modelo de federação com regime presidencialista foi o escolhido, substituindo o sistema provincial (dependente do governo central) pelo sistema de estados (com maior liberdade de negociação e com dependência mútua entre o poder central, estadual e

²²² A União, Cidade da Parahyba. Ano V, N. 1189. Quinta-feira, 14 de outubro de 1897.

²²³ A União, Cidade da Parahyba. Ano V, N. 1226. Sábado, 11 de dezembro de 1897.

²²⁴ PRADO, Op. Cit., 2005, p. 19.

municipal). Além disso, na reorganização do Estado, acrescenta-se o rompimento com a Igreja Católica, transformando o Brasil em um país laico e sem religião oficial.

República era a regeneração; República era o caminho do progresso e da prosperidade. O Brasil republicano não poderia ser confundido com as repúblicas “platinas”; segundo os próprios constituintes, o Brasil era ordeiro e pacífico e se diferenciava das demais repúblicas vizinhas. A proclamação da República precisava ser laureada e legitimada e esse acontecimento não poderia estar associado a uma simples quartelada. Além das constantes referências e explicações de que a proclamação havia ocorrido na “ordem”, sem “perturbações” e “sem sangue” devido às características particulares do povo brasileiro, era preciso justificar tal acontecimento sem a referência explícita à ação predominante dos militares.²²⁵

A imagem a qual a República surgiu no Brasil remetia a má impressão da Monarquia e a esperança que era vista o novo regime. A proclamação da República para o autor, era a salvação e a entrada do Brasil na modernidade, de fato. A implementação dos princípios da modernização fora medida tomada por várias capitais brasileiras, trazendo os signos do “moderno” para o seu cotidiano.

Um ano após aprovada a abolição da escravidão, em 15 de novembro de 1889, estava proclamada a República no Brasil. A proclamação aconteceu em um ato que viria ganhando adesões, mas que não se sabia o momento que aconteceria. Almeida, sobre esse momento, afirma que: “A República chegou à Paraíba sem ter quem a recebesse. Os cavalheiros mais credenciados para festejar o acontecimento acolheram a notícia com incredulidade. Mais que isto, com indiferença. Nem mesmo curiosidade pública despertou [...]”²²⁶. Não só a Paraíba, mas também outros estados brasileiros receberam a notícia da proclamação da República, sem saber ao certo como reagir ou que posições tomarem. Um novo momento de incertezas e de reorganização da burocracia e do Estado brasileiro se iniciava.

A república não veio porque a ela estávamos predestinados ou porque era fruto da execução de um bem-planejada obra de engenharia política. O golpe que viabilizou o 15 de novembro, derrubando a monarquia e estabelecendo a república, teve certo grau de articulação entre militares e civis adeptos da ideia republicana. Mas a proclamação da república foi um ato repleto de improvisos. [...] Sob a espada de Deodoro, o apoio do povo e a perplexidade da plebe, o império se transformava, naquela manhã de 15 de novembro de 1889, na República dos Estados Unidos do Brasil²²⁷.

Sobre o episódio específico da proclamação, vários autores utilizam-se da fala do contemporâneo Aristides Lobo, referindo-se a esse momento como se a população em grande

²²⁵ FERNANDES, Jorge Batista. A Constituinte de 1890-1891: a institucionalização dos limites da cidadania. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 19, p. 53-68, 2006, p. 61-62.

²²⁶ ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1978 [1966], p. 207.

²²⁷ PRADO, Op. Cit., 2005, p. 167-168.

escala estivesse, bestializada, surpresa e atônita, fora do ato que definiu como uma parada militar. O próprio Elyseu em sua sessão diária no jornal *A Província do Pará* tocou em tal assunto dizendo que:

Quem escreve estas linhas, republicano dos mais convictos dos mais convictos, tem affirmado bastas vezes que a Republica não foi a consequencia de um levante de casernas, nem encontrou, como pretende a phrase do sr. Aristides Lobo, o povo completamente bestializado.

[...] Se é verdade, assim, que a República não é um deplorável enxerto nas nossas tendências políticas, cabe-nos o dever de quererl-a e respeitl-a, contribuindo efficazmente para que as suas auctoridades sejam prestigiadas no exercício de suas funcções²²⁸.

Elyseu contraria nesse trecho, de certa maneira, a tese de José Murilo de Carvalho que concorda com a afirmação de Aristides Lobo da bestialização do povo brasileiro diante do golpe que trouxe a República. De fato, não ocorreu participação popular direta no golpe que estabeleceu a República, como em outros episódios durante todo o Império. Contudo, não se deve afirmar erroneamente que a população ficou apática ao golpe e que não havia pessoas dispostas a morrer pela Monarquia²²⁹. O momento de insatisfação que gerou a mudança de sistema atingia principalmente as elites políticas, que não mais desejavam o Imperador e a Monarquia. As tramas haviam sido traçadas de casos anteriores de descontentamento das ações do monarca para com seus sustentáculos sócio-políticos.

A República começou procurando se firmar e se organizar aos poucos. Seus modelos de administração e reprodução política foram tão bem estabelecidos, que chegaram até 1930. A República chegou por uma conjuntura que transformou a possibilidade de mudança do sistema em realidade. José Murilo de Carvalho, sobre o impacto da proclamação, fala:

Mais difícil de avaliar é o impacto da proclamação do novo regime a nível das mentalidades. Entre as elites, houve sem dúvida a sensação geral de libertação, que atingiu não só o mundo das ideias, mas também dos sentimentos e das atitudes. Não há estudos sobre este ponto, mas não seria exagerado dizer que a saída da figura austera e patriarcal do velho imperador, que imprimia forte marca em toda a elite política e mesmo em setores mais amplos da população, significou a emancipação dos que seriam simbolicamente seus filhos²³⁰.

²²⁸ *A Província do Pará*, Cidade de Belém. Ano XXVIII, N. 8.315. Sábado, 23 de maio de 1903. Jornal Microfilmado.

²²⁹ DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 145.

²³⁰ *Ibidem*, p. 26.

A queda do imperador servia para as elites que buscavam mais espaços e oportunidades de chegar mais longe no poder. A ausência de um monarca como chefe maior do estado viabilizava outras conjunturas políticas e novos conchavos que enchiam os olhos dessas elites.

Em relação a população negra, a chegada da República teve outro impacto nas mentalidades, tendo em vista o contexto recente da abolição da escravidão pelo Império:

Eu diria mesmo que a Monarquia caiu quando atingia seu ponto mais alto de popularidade entre esta gente, em parte como consequência da abolição da escravidão. A abolição deu ensejo de imensos festejos populares que duraram uma semana e se repetiram no ano seguinte, cinco meses antes da proclamação da República. A simpatia popular se dirigia não só à princesa Isabel, mas também a Pedro II [...] A reação da população negra à República manifestou-se antes mesmo da proclamação, através da Guarda Negra organizada por José do Patrocínio.²³¹

Diversas eram as expectativas sobre como seriam os contornos sócio-políticos que a República traria: para uns, esperança; para outros, temor. A República se estabeleceria no Brasil a partir de ações políticas, dentre algumas heranças do Império que ganharam novas roupagens e consolidaram-se no novo sistema.

Os Paços Municipais das cidades paraybanas logo após proclamada a República fizeram questão de enfatizar a boa recepção ao sistema. As elites políticas do estado não perderam tempo em se adequar ao novo sistema e sendo assim, recebê-lo bem²³²:

Il^{mo}. Exc^{mo}. Sr.

Accusando a recepção do officio circular V. Exc.^a a 18 do corrente mês, no geral communica ter sido instituído um novo Governo da Nação Brasileira pela instincção da dinastia do senhor Dom Pedro segundo e consequentemente abolição do sistema monarchico representativo e tem sido proclamado o Governo Provizório d'este Estado da Parahyba, cumpre a esta Câmara como interprete dos seus Municpez que adhire, digo, scienteficar a V. Exc.^a que adhire a resolução patriótica que extinguiu aquele systema monarchico e gostosamente manifesta o seu aprasio no reconhecimento do mesmo Governo Provizório d'este Estado protestando pôs em acção todo o seu auxilio para manter a ordem e a tranquillidade publica deste município.

Saúde e Liberdade. [...]

Manoel Gomes da Cunha Mello (Prezidente).²³³

Como podemos perceber, as vilas e cidades paraibanas, assim que receberam o comunicado do fim do Império, logo prestaram-se a demonstrar simpatia e adesão ao sistema republicano e ao governo provisório que se instaurava no estado. Almeida, citando conferência de Manoel Tavares Cavalcanti no IHGP, diz: “[...] a Paraíba aderiu à República, toda de uma

²³¹ *Ibidem*, p. 29-30.

²³² Outras cidades e vilas da província/estado da Parahyba do Norte também fizeram officios demonstrando adesão a República. Ver, Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte: Fundação Espaço Cultural da Paraíba - FUNESC, Cx.001, ano 1889.

²³³ Offício. Paço da Câmara Municipal de Areia. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte: Fundação Espaço Cultural Da Paraíba – FUNESC. Cx. 001, ano 1889.

vez, a 16 de novembro de 1889²³⁴”. Quando o autor se refere “a Paraíba”, entendemos como as elites políticas parahybanas, se atentarmos a documentos das câmaras municipais, demonstram realmente adesão ao novo sistema, logo assim que foram informados.

A República seria responsável por trazer ao poder novas elites agrárias do Oeste paulista e por repartir o país com o modelo federativo, que daria a autonomia que alguns estados tanto desejavam. Essa visão, um tanto positiva da Proclamação e da chegada da República, pode ser entendida a partir dos seus idealizadores, que imaginavam o regime por um viés romantizado e politizado de novas possibilidades.

Gomes, falando sobre a causa da República, compactua com a percepção de que o novo sistema não se instaurou por meio de uma revolução, mas sim, de um golpe.

A Proclamação, se não é um momento de política revolucionária, é ao menos um momento de crise política que guarda uma característica fundamental dos episódios que inauguram novas experiências históricas: a instabilidade.

A construção de um novo Estado idealizado por atores sociais tão diversificados não poderia suscitar rapidamente um amplo consenso. Por isso, o período inicial do experimento republicano pode ser entendido como o da busca da definição de seus próprios contornos. As crises sucessivas – políticas, econômicas e sociais – que pontuam as duas primeiras décadas da República denotam a vivência do sentimento de permeabilidade do regime, e, mais que isso, de que o poder não estava ocupado. Se no antigo regime o poder estava definido e até materializado na pessoa do Imperador, sendo ele o árbitro da sociedade, com a República a situação se inverteu.²³⁵

A falta de definição do novo sistema denota o caráter de instauração da República, contando com um período correspondente de mais de duas décadas de turbilhões políticos e a aparente instabilidade do novo sistema. A República precisava mostrar a que veio e a quem atenderia, as incertezas eram seu maior desafio.

A falta de reação da Monarquia ao golpe de Estado sofrido na Proclamação da República pode ser explicada de diferentes contextos e visões. Em seu livro, Costa, no capítulo intitulado “Sobre as Origens da República”, buscou apresentar, a partir dos textos dos contemporâneos, como a Proclamação da República foi abordada pelos diferentes grupos participantes desse momento, os vitoriosos e os derrotados. A autora apresentou que na visão dos republicanos, a Monarquia teria ruído devido à ação de homens idealistas que atenderiam a uma demanda popular. Esses homens demonstrariam a insatisfação contra o sistema, associado à corrupção e aos abusos do poder contra o povo. Já os monarquistas foram caracterizados pela autora como aqueles que viam no Império as características da ordem e do progresso, conservando sempre

²³⁴ ALMEIDA, Op. Cit., 1978, p. 209.

²³⁵ GOMES, Op. Cit., 2005, p. 33.

a paz; para eles, a Proclamação foi basicamente um levante militar e de fazendeiros ressentidos pela abolição.²³⁶

Logo após a Proclamação da República, civilistas e militaristas que conspiraram contra o governo imperial ocasionando o golpe de Estado, de 15 de novembro de 1889, dividiram-se, como era esperado.

Segundo Prado relacionar a campanha republicana com a crise que causou o fim do escravismo é uma tarefa difícil, entretanto, para a autora, com a abolição proclamada ressoaram mais fortemente insatisfações sobre o controle monárquico²³⁷. Neste contexto, podemos relacionar a crise no escravismo como um indício dos primeiros abalos a Monarquia. Para Eisenberg o processo de crise do escravismo ocasionou também numa crise social, afetando as relações da sociedade com a eminente libertação das populações negras escravizadas²³⁸.

Várias foram as versões do que teria motivado o golpe da Proclamação, dentre algumas delas temos: a de Oliveira Vianna, que afirmava que sem o apoio militar, os republicanos não teriam forças para concretizar o golpe e que o mesmo só foi possível devido à falta de resistência do Governo Imperial, tudo proporcionou o momento; temos também a de Pandiá Calógeras, apontando que a República seria fruto de vários ressentimentos acumulados (a Questão Religiosa, Questão Militar e a Abolição); Licínio Cardoso dizia que o 15 de novembro surgiu de premissas há tempos estabelecidas, pois a monarquia já estava condenada, a abolição foi o golpe final; Caio Prado Jr. colocava que a queda da Monarquia seria fruto de suas instituições inadequadas aos avanços do país, que faziam o império agonizar, sendo que uma simples passeata o findou; Nelson Werneck Sodré afirmou que não houve uma revolução ou mudança de classe no poder, as mesmas elites e os três pilares que apoiavam a monarquia continuavam no poder²³⁹. A autora nos mostrou a complexidade de reflexões que surgiram sobre esse momento histórico, sendo vista de diferentes maneiras por historiadores contemporâneos que viam o ocorrido cada qual com suas particularidades, contribuindo para formar a historiografia acerca do tema.

As pesquisas que dizem respeito ao ato da Proclamação da República, como já vimos, tem diversas versões sobre os envolvidos, o que foi feito depois, como foi encarada pelos grupos participantes e etc. Atentamos aos motivos que poderiam ser atribuídos a esse desfecho:

É opinião corrente que a proclamação da República resultou das crises que abalaram o fim do Segundo Reinado: a Questão Religiosa, a Questão Militar e a Abolição.

²³⁶ COSTA, Op. Cit., 1999, *passim*.

²³⁷ PRADO, Op. Cit., 2005, p. 157.

²³⁸ EISENBERG, Op. Cit., 1977, p. 169.

²³⁹ COSTA, Op. Cit., *passim*.

Afirma-se que a prisão dos bispos do Pará e de Pernambuco incompatibilizou a Coroa com extensas camadas da população. A Abolição, por sua vez, indispsôs os fazendeiros contra o regime, levando-os a aderir em massa às idéias republicanas. Finalmente, a Questão Militar, que se vinha agravando desde a Guerra do Paraguai em virtude do descontentamento crescente dos militares em relação ao tratamento que lhes dispensava o governo, levou-os a tramar o golpe de 15 de novembro que derrubou a Monarquia e implantou o regime republicano no país.²⁴⁰

A historiografia brasileira, que consagrou esses três pilares como motivos do golpe, acabou por esquecer a multiplicidade de relações e disputas para a real concretização desse momento. Entender esses pontos como centrais, não quer dizer que eles foram as únicas causas da desarticulação do sistema, só possibilita um norte inicial de análise.

Costa teceu alguns reparos a esses pilares que teriam sido cruciais para a chegada da República. Sobre a Abolição, que teria afetado o modo de produção que sustentou o Império por anos enfraquecendo, foi colocado que outros setores que utilizavam do trabalho livre não sofreram tanto impacto; a Questão Religiosa não seria tão crucial para a queda da Monarquia, mas no máximo, para ser pensado na necessidade de um governo laico (condizente com a República); o partido republicano não poderia ser superestimado por ter mais adeptos em poucos núcleos do país, com pouca força a nível nacional; o Exército, que não foi apenas coadjuvante no golpe e que carregava o princípio de “salvar a Pátria”; o Poder Pessoal (do imperador) era absoluto, causava incômodo nas elites, contudo, por si só não teria forças para causar o ruir do sistema²⁴¹. O Império não caiu devido a um fator isolado e de extrema relevância, mas por um grupo de fatores que foram deteriorando a imagem da Monarquia a ponto de ela não ter mais forças para se manter no poder.

Sobre o início do governo republicano, Costa acrescenta:

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.²⁴²

A República iniciou-se com a continuação de práticas do regime imperial, utilizando-se de novas roupagens e artifícios para conseguir manter suas mesmas elites no poder. A maior autonomia em relação ao poder central do regime federalista criou uma relação de dependência entre os coronéis municipais, as oligarquias estaduais e o governo federal: “Com a proclamação da República, não se estabelecia uma mudança radical da sociedade, mas sim organizava-se um

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 447.

²⁴¹ *Ibidem*, *passim*.

²⁴² *Ibidem*, p. 490.

jogo para incorporar novos parceiros e continuar mantendo do lado de fora aqueles que nunca haviam participado dele.”²⁴³.

O novo sistema instaurado não pretendeu mudar significativamente as práticas da sociedade, as elites políticas desejavam atender as demandas que o governo imperial não dava conta mais.

Em novembro de 89 a república foi apenas proclamada. Só anos mais tarde, no governo de Campos Salles (1898 a 1902) [...] que tornar-se-ia o grande arquiteto e o executor da obra engenharia política que faria funcionar azeitadas as engrenagens da primeira república que, anos mais tarde, o Estado Novo qualificaria de república velha, serenaria a turbulência da primeira hora republicana no Brasil. Só então o terreno movediço e ainda indefinido da república brasileira se assentaria para que fossem lançadas as bases de um equilíbrio político complexo, frágil, mas eficiente até a década de 30.²⁴⁴

A República começou sem contornos pré-estabelecidos e precisou da atuação de um político que enxergasse as novas demandas e mecanismos necessários para lidar com o novo sistema político e administrativo brasileiro. O período posterior à proclamação foi repleto de tensões e instabilidades, até que novos caminhos e saídas fossem tomadas na consolidação da República. O coronelismo se tornou grande aliado do governo brasileiro nas primeiras décadas do século XX, unindo as três esferas do poder numa troca de favores em diversas escalas.

Para Graham, a mudança de sistema não alterou uma das principais formas de relações sociais do século XIX:

[...] não vejo que o fim do Império tenha sido causado pela ascensão de uma nova classe com uma ideologia distinta. Tanto os proprietários de terra do começo quanto os do fim do século XIX sentiram a pressão da economia mundial capitalista, tendo todos desenvolvidos relações senhoriais com seus trabalhadores dependentes. Por isso é que a procura de cargos públicos por parte da autoridade local continuou a caracterizar a República, como ocorrera durante o Império²⁴⁵.

O clientelismo e sua forma de organizar uma teia de dependência entre os chefes locais e seus aliados permaneceu presente na República. Para fazer parte dos escalões médios ou mais altos da sociedade oitocentista, assim como também da republicana, as famílias e jovens deviam aliar-se a um padrinho político forte.

²⁴³ FERNANDES, Op. Cit. 2006, p. 54.

²⁴⁴ NEVES, Margarida de Sousa. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4. P. 14 a 44, 2003, p. 20.

²⁴⁵ GRAHAM, Op. Cit., 1997, p. 20.

Dois anos após a Proclamação da República, o governo brasileiro aprova a sua primeira Constituição Republicana, em 1891. A Constituição representava a entrada do Brasil no mundo dos países civilizados e o colocaria no rumo do “progresso”. A participação política na República continuava mínima, pois mendigos, analfabetos e religiosos não poderiam votar ou se candidatar.

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.²⁴⁶

As pessoas negras que desejassem votar, deveriam estar enquadrados no que seriam pela Constituição, os cidadãos brasileiros. Entretanto, percebemos que a condição do letramento dificultava a possibilidade dessas populações votarem, sabendo-se que a educação sempre foi destinada para as elites políticas brasileiras. A participação política dessas pessoas ficaria minada e poderia ser contornada só se fosse por homens ou mulheres negras de posses, que alcançaram de alguma maneira, os requisitos para serem considerados cidadãos no país.

A Constituição brasileira só veio reforçar as práticas excludentes já existentes, dando maior controle e poder político para as elites políticas. Antigos e novos atores sociais se emaranhavam nesse sistema com novas práticas de dominação, ganharam forças as oligarquias estaduais com a descentralização política prevista no texto da Constituição.

Esse empecilho explícito na lei, ajudou-nos a perceber a centralidade da formação educacional de Elyseu. Sem esse acesso conseguido, ele provavelmente não circularia e não chegaria aos lugares que ocupou. Notamos desta maneira, como as populações negras que foram libertas no 13 de maio de 1888, não estavam incluídas no projeto de nação idealizado pelas elites políticas.

Como no Império: “A República nascera com a obsessão pela ordem²⁴⁷”. Essa fixação pela ordem, ficou evidente nos primeiros momentos do sistema republicano, como em toda a história do Brasil. A população negra que circulava nos grandes centros, deveria ceder as

²⁴⁶ BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 27/05/2018.

²⁴⁷ PRADO, Op. Cit., 2005 p. 198.

imposições e andar conforme os padrões sociais estabelecidos pelos detentores do poder no intuito da preservação da ordem, que com a abolição, estaria ameaçada.

A república declarada visava a permanência das hierarquias sociais: “[...] A imensa maioria da população que vivia nesta república tropical estava à margem, precisando construir seus próprios mecanismos de ordem e solidariedade e, principalmente, formas alternativas de participação²⁴⁸.” Essa massa citada pela autora, correspondia a população negra, pobre e que ficava marginalizada, necessitando se reagrupar e reestabelecer estratégias de sobrevivência e inserção. O contexto era que: “A ideia de que havia diferentes raças humanas fundamentou as expectativas e os planos para a sociedade que se inaugurava²⁴⁹”. Foram nessas condições que a população negra entrou na República, e era essa situação que Elyseu enfrentaria no sistema, carregando os “males da raça”.

O contexto da implementação da República no Brasil prometeu a igualdade e a liberdade, tendo em vista os preceitos democráticos e a recente abolição da escravidão, contudo, na prática:

Ante a liberdade prometida pela abolição e a igualdade oferecida pela nova Constituição – que transformava todos em cidadãos -, parecia imperativo repensar a organização desse novo país. [...] Transformada em utopia pelos cientistas nacionais, a igualdade conseguida mediante as conquistas políticas era negada em nome da natureza²⁵⁰.

A inserção de homens negros na sociedade republicana em seus primórdios era afirmada pela liberdade que foi garantida na legislação, porém, na prática, os negros e mestiços, eram considerados inferiores na evolução das espécies. Era a época das teorias raciais, como o darwinismo social, antropometria criminal, craniometria e etc., que inferiorizavam os negros e seus descendentes. Notamos que em alguns momentos, Elyseu em suas poesias ou falas, tentou amenizar as concepções negativas sobre os mestiços, exaltando as mulheres morenas e mulatas e etc.

A adversidade enfrentada com o racismo científico ditou possibilidades de ascensão e inserção de homens negros e mestiços na sociedade da Primeira República. Elyseu César, nesse contexto, utilizou-se de diversos mecanismos para driblar as dificuldades devida a sua cor, conseguindo ser um homem negro que ocupou locais de distinção no período. O mestiço na ordem hierárquica das cores estaria acima do preto, por apresentar o elemento branco, todavia, sofria com o racismo por sua origem ou cor.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 207.

²⁴⁹ ALBURQUERQUE, Op. Cit., 2009, p. 241-242.

²⁵⁰ SCHWARZ, Op. Cit., 1993, p. 316.

As teorias raciais direcionavam o Brasil para uma lógica de pensamento nacional-racial na construção do seu povo: “Em meio à conturbada situação de finais do século XIX, o tema racial se apresentava como um argumento verdadeiro para se pensar um projeto de cunho nacional”²⁵¹. O Brasil se constituiria para esses cientistas e pensadores, como uma nação miscigenada e doente, que deveria ser eugenizada, trazendo imigrantes europeus e evitando a relação com outras raças, tidas como inferiores. Elyseu teve que conviver e driblar essas teorias durante toda a sua atuação, nascendo em fins do XIX, igualmente com a origem de tais linhas de pensamento.

Rafael Bezerra analisou a situação legal dos loucos a partir dos debates médicos-jurídicos de Raimundo Nina Rodrigues nos primeiros momentos da República no Brasil, situando também a questão racial nesse período. Segundo o autor, devido aos negros e indígenas serem consideradas um grau inferior no desenvolvimento sociológico, não compreenderiam os elementos da irresponsabilidade penal²⁵². Desta maneira, o código penal não se aplicaria da mesma forma que era feito às pessoas brancas, pois para Nina Rodrigues, elas eram as “raças puras” e seus comportamentos mais fáceis de determinar. O mestiço, o negro e o indígena seriam os problemas da raça brasileira. Essas foram as maneiras que o negro foi visto e compreendido na República Velha.

O federalismo como forma de organização política tirou do poder central o controle total sobre as decisões das províncias, dando agora aos estados e suas elites locais a liberdade para decidir os melhores rumos do seu estado. Essa liberdade possibilitou a consolidação de verdadeiros “impérios locais”, com governantes centralizando poderes e escolhendo ao seu bem-querer os seus funcionários.

Elyseu conviveu com políticos locais que ditaram os rumos nos estados por onde percorreu. Na Parahyba, opôs-se à Álvaro Machado e esteve próximo a Venâncio Neiva; no Espírito Santo, esteve ao lado de Moniz Freire e Augusto Calmon; e com Antônio Lemos no Pará, que ditou por mais de uma década a política do Estado. Elyseu foi um sujeito que vivenciou os limites que a República possuía, sabendo estar ao lado dos protagonistas políticos.

O sistema de dominação das oligarquias interligava os poderes, fazendo com que o governo federal dependesse dos governos estaduais e os governos estaduais dependessem dos

²⁵¹ *Ibidem*, p. 319.

²⁵² BEZERRA, Rafael Santana. **A República dos Incapazes: Nina Rodrigues e a situação legal dos loucos no Direito Civil brasileiro (1899-1916)**. Dissertação em História – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2017, p. 77. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25602/1/DISSERTAÇÃO%20Rafael%20Santana%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

municipais, uma verdadeira “teia do poder”, perpetuando as exclusões e o domínio. Os currais eleitorais eram as regiões nas quais determinados coronéis comandavam, utilizando-se nas eleições de ações violentas por meios de seus capangas, o “voto de cabresto”.

O coronelismo costurava assim, pela base, o sistema político da Primeira República. E se, nos municípios, os coronéis teciam as malhas iniciais dessa rede de compromissos, ela tornava-se mais complexa e mais firme ao passar pelos arranjos entre as oligarquias regionais nos Estados e chegar até a definição de quem presidiria o governo federal. Para arrematá-la pelo alto, Campos Sales maneja com destreza o princípio do federalismo e a prática da política dos governadores²⁵³.

Esse sistema de dominação organizado por Campos Salles baseado nos favores políticos trouxe um certo equilíbrio até o fim da Primeira República. O coronelismo, que era o carro que conduzia as práticas políticas na Primeira República, foi definido por Leal: “Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”²⁵⁴. Para o autor, o coronelismo representava uma perda de poder dos senhores, diferente do que se imagina, o senhor necessitava do apoio político do Estado para enfrentar seus adversários locais.

Ibarê Dantas diverge da análise de Leal, colocando o problema do coronelismo dissociado da questão dos votos, mas sim, ligado principalmente a utilização da força ou violência com seus eleitores: “A supremacia de um chefe político municipal sobre outros na Primeira República e essa é nossa hipótese, não estava correlacionada com o número de votantes, mas antes com a capacidade de controlar e impor a coerção”.²⁵⁵ A força nesse caso, seria mais importante, pois as eleições poderiam ser facilmente fraudadas e necessitavam de reconhecimento do governo federal, retirando sua importância.

²⁵³ NEVES, Op Cit., 2003, p. 25.

²⁵⁴ LEAL, Op Cit., 1975, p. 23.

²⁵⁵ DANTAS, Op Cit., 1987, p. 23.

3 O PARAHYBANO ELYSEU CÉSAR: UM INTELECTUAL NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO

Elyseu César foi o Ruy Barbosa Negro e como orador, talvez amior do que o mestre. [...] Elyseu dava vãos de eloquência com a mesma expressão rythmica que tinha nos pés [...] Elyseu Cesar quando orava fazia-se branco [...] A arte não distingue raças [...]. É o Patrocínio nº2 [...] ²⁵⁶

O enquadramento de Elyseu Elias César no que definimos como uma intelectualidade negra, remete a multiplicidade de sua atuação como homem letrado. A reordenação das elites intelectuais e políticas na Primeira República foram o contexto que Elyseu vivenciou, com seu diploma de Direito, livro lançado e cargos públicos.

O pós-abolição foi o momento subsequente à libertação dos escravizados no Brasil. Algumas estratégias foram traçadas por homens de cor, como Elyseu, para serem protagonistas no período em que a “sombra da escravidão” ainda persistia. Ser um intelectual no século XIX, assim como no início do XX, não era um caminho comum a homens e mulheres negras.

A sua atuação na imprensa como redator, espaço que iniciou na Parahyba do Norte com suas poesias publicadas e seu trabalho de tipógrafo, foi o ponto de partida para sua inserção no mundo da intelectualidade letrada e política. A atuação nos jornais e periódicos aconteceu em todos os estados que viveu, Parahyba do Norte, Pernambuco, Espírito Santo, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro.

Além de sua atuação nos jornais, Elyseu escrevia textos literários e exerceu cargos públicos de destaque. Esses elementos servem-nos para considerarmos sua trajetória como a de um intelectual negro da Primeira República. Existiam limites devida sua cor para chegar a condição de intelectual, sendo que uma das possibilidades era a adequação a códigos sociais rígidos das elites brancas.

A discussão em torno da intelectualidade negra nesse contexto de formação da República brasileira requer pensarmos também a atuação de alguns outros homens negros que viveram no século XIX. A partir desses homens do XIX, refletimos as permanências e rupturas que o pós-abolição proporcionou para as questões de mobilidade e possibilidades de ascensão social ou incorporação de homens negros às elites que eram majoritariamente brancas.

O pós-abolição constitui-se como um período de emergência de direitos e possibilidades da cidadania para as pessoas negras que foram beneficiadas com a abolição ou também as que já eram livres. Alternativas de famílias e indivíduos negros foram ditadas por práticas comuns

²⁵⁶ Evolução, Cidade de São Paulo. N. 6. Sábado, 13 de maio de 1933.

no século XIX, como também pelas teorias raciais de inferiorização das pessoas não-brancas do século XX. O nosso pós-abolição teve elementos e características próprias: “Diferentemente, dessa maneira, do processo vivenciado em outros países, onde a libertação foi absorvida como uma conquista, aqui ela representou a continuidade e a reposição de hierarquias que, de tão assentadas, pareciam legitimadas pela própria natureza²⁵⁷”. O caso de Elyseu, no pós-abolição, configurou-se a parte, sendo ele um homem de “cor” letrado e que pertencia a uma oriunda das camadas médias na Parahyba do Norte. Foram esses alguns elementos que facilitaram suas relações.

O início da sua vida intelectual foi na Paraíba, com o seu livro de poesias publicado e a atuação em jornais com matérias e versos. Em Pernambuco, Elyseu se consolidou como intelectual com sua formação acadêmica na Faculdade de Direito de Recife. Nesse período, ele também foi escolhido para exercer a função de promotor público no Espírito Santo, demonstrando as suas efetivas influências políticas e redes de sociabilidades intelectuais.

Esses elementos iniciais serviram-nos para não olharmos o pós-abolição pelo viés exclusivo da marginalização e impossibilidade de acessos a pessoas negras. Os espaços não eram possíveis a todos, mas alguns poucos que conseguiam adequar-se aos padrões intelectuais das elites eram “aceitos” ou “tolerados”. Esses homens negros, por diversos meios, logravam lugares de protagonistas no pós-abolição, chegando as elites que eram compostas predominantemente, por pessoas brancas.

Na tentativa de construir um panorama de interpretação da incorporação de alguns homens de “cor” nas elites, devemos assinalar o nome de alguns desses homens que atuaram tanto no período anterior a abolição, como também no pós-abolição. Nomes como o de José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças, Cardoso Vieira, entre outros, remetem a homens de cor que puderam no século XIX, em meio a escravidão, participar dos espaços de poder, alguns lutando na política pela causa da abolição, outros destacando-se nas letras como poetas ou jornalistas.

No pós-abolição, também encontramos homens de cor letrados que tiveram trajetórias semelhantes, transitando entre as elites intelectuais, são alguns desses: Monteiro Lopes, Elyseu César, Perillo D’Oliveira, entre outros. Esses homens provocam-nos inquietações sobre como foi possível protagonizarem trajetórias em meio as elites, com todas as adversidades proporcionadas as pessoas de “cor”. Por mais diversas que suas atuações foram, a partir deles,

²⁵⁷ SCHWARCZ, Liliam Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologia do pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 26.

percebemos características comuns entre os homens de “cor” inseridos nas elites intelectuais. A imposição de limites devido a cor na ascensão desses intelectuais foi o principal traço em comum em suas trajetórias.

Os três nomes mais lembrados da intelectualidade negra no século XIX foram José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama. Os três representaram as lutas sociais das populações escravizadas tanto na imprensa, como na política e nos tribunais. Na Parahyba do Norte, tivemos também um intelectual negro de participação nas elites dos Oitocentos, chamado Cardoso Vieira.

José do Patrocínio (1854-1905) foi um intelectual negro brasileiro nascido na então Província do Rio de Janeiro e de grande renome no século XIX, tendo sua trajetória exaltada por contemporâneos e memorialistas. Sua origem negra era oriunda de sua mãe, uma escravizada de apenas treze anos, chamada Justina. Seu pai, entretanto, possuía os meios sociais de poder, sendo um vigário escravocrata, chamado João Carlos Monteiro. Segundo Pinto, Patrocínio cresceu como livre, mas não foi reconhecido pelo pai, mesmo todos tendo certeza que ele era filho do vigário²⁵⁸.

Patrocínio formou-se em Farmácia e tornou-se um dos principais líderes na imprensa da causa abolicionista. Na imprensa, ficou conhecido como o “Tigre da Abolição”; na política, atuou ao lado de Joaquim Nabuco e André Rebouças. Era um homem articulado e influente no século XIX, mas a cor ainda lhe impunha limites: “Os conflitos políticos vivenciados por Patrocínio levavam os seus adversários a utilizarem a cor e a origem de José do Patrocínio como uma marca negativa”²⁵⁹. Patrocínio defendia a sua origem negra, combatendo as mazelas persistentes da escravidão.

Elyseu César e José do Patrocínio muito tinham em comum, apesar de não terem convivido diretamente. Ambos foram filhos de pais brancos e tinham nas mães a ascendência negra. Também foram homens negros que souberam se articular e inserir-se socialmente em espaços que os negros não teriam acesso facilmente. Elyseu em Direito e Patrocínio em Farmácia, os dois utilizaram-se do diploma e da atuação em meio as letras, com a imprensa

²⁵⁸ PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Tese em História – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281270/1/Pinto_AnaFlaviaMagalhaes_D.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

²⁵⁹ VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. **República Sim, Escravidão Não: O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República**. Dissertação em História – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2011, p. 89. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1464.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

redigindo jornais de destaques nos estados que viveram. Até o fim dos dois foi semelhante, terminando os seus dias com poucas condições financeiras.

A semelhança entre a trajetória dos dois intelectuais negros foi apontada por contemporâneos e memorialistas de Elyseu César. O parahybano só não gozou do mesmo reconhecimento a nível nacional de Patrocínio, que viveu na capital do país por mais tempo. Santos Netto, que foi contemporâneo de Elyseu, dizia “Esse mestiço admirável, pelo temperamento e pela imaginação, é bem um irmão gêmeo de José do Patrocínio [...]”²⁶⁰. Elyseu, comumente era comparado a Patrocínio, devido a seu temperamento e atuação. Ser comparado com o famoso Patrocínio, representava uma forma de distinção, sendo ele um dos nomes mais respeitados na intelectualidade negra.

Luís Gama (1830-1882) foi outro nome importante da intelectualidade negra no século XIX, atuando mais diretamente no âmbito jurídico-legal. Pinto diz que Gama nasceu na Bahia, filho de uma africana livre e do que talvez fosse um fidalgo português. O jovem vivenciou na infância e na adolescência a realidade da escravidão, sendo vendido e trocado de donos algumas vezes. Atuou no exército e conseguiu, a partir disso, inserir-se em redes de sociabilidades que fizeram extrema diferença em sua trajetória²⁶¹.

Gama teve destaque maior na sua atuação como rábula, lutando pela causa da liberdade e emancipação dos escravizados, deixando evidente o seu posicionamento contra o sistema. Elyseu César, assim como Gama, também atuou nos tribunais como advogado e promotor público. Já não teria como defender a causa da emancipação das pessoas escravizadas, porque quando concluiu o curso de Direito, a abolição já havia sido decretada. Diferentemente de Gama no Império (ou no Primeiro Reinado), no qual a separação social por meio da escravidão era visível, no fim do Segundo Reinado e República de Elyseu, a exclusão das pessoas negras acontecia pelo caminho da intolerância racial, dado o alto número de libertos. Era mais fácil como aconteceu na trajetória de Elyseu César, advogar integrantes das elites.

André Rebouças (1838-1898), diferente dos citados acima, conviveu diretamente com o poder maior do Império brasileiro. O imperador D. Pedro II fez parte do seu círculo de amizades e suas redes de sociabilidades. Baiano de origem, conseguiu no Rio de Janeiro maior destaque com a formação em Engenharia e a atuação como abolicionista fervoroso. Rebouças

²⁶⁰ NETTO, Op. Cit., 1910, p. 104.

²⁶¹ PINTO, Op. Cit., 2014, p. 58-61.

experimentou os limites de sua cor ao longo de sua trajetória, com um caso emblemático vivenciado nos Estados Unidos, no qual quase não conseguia se instalar em nenhum hotel²⁶².

[...] mesmo sendo um homem que se destacava na Corte do Rio de Janeiro, a sua cor era em alguns momentos motivo de empecilho para que o mesmo alcançasse um maior status social. Ele era sempre lembrado de sua cor através de situações ligadas ao preconceito racial. Mesmo assim, procurava, através das relações e dos laços com a elite se manter e alcançar seus objetivos²⁶³.

Rebouças, mesmo estando tão próximo das elites do século XIX, suportou as dificuldades em se ser negro no Brasil Oitocentista. Escravizado ou livre, a ascendência negra impunha um horizonte de possibilidades sociais limitadas, que normalizava a exclusão negra do poder. As alternativas possíveis, tanto no século XIX como no XX, correspondiam no dever de adequar-se aos padrões sociais das elites majoritariamente brancas e masculinas.

Elyseu César, no pós-abolição, necessitou fazer-se com meios semelhantes aos que Rebouças utilizou no período escravista. O pós-abolição só modificou as maneiras de dominação, mas os detentores do poder continuaram os mesmos. As relações com essas elites foram os mecanismos que possibilitaram Elyseu e Rebouças chegarem ao poder.

Cardoso Vieira (1848-1880) foi um parahybano membro das elites oitocentistas. Como intelectual negro, teve atuação na política como Deputado Geral e nas letras por meio dos jornais que redigiu e foi diretor, além da participação no movimento literário do condoreirismo. Cardoso era proprietário de terras, mas defendia a causa da abolição, dividindo espaços e debates com Joaquim Nabuco na Câmara dos Deputados²⁶⁴.

Cardoso Vieira e Elyseu César comungavam a experiência de serem homens negros letrados de origem parahybana e que obtiveram sucesso em alguns momentos de suas trajetórias. A Parahyba do Norte constituiu-se como lugar de destaque na presença de intelectuais negros nas letras e na política no final do século XIX e início do XX.

A diferença do século XX para o XIX em relação as pessoas negras, era na condição social. A mudança nas relações humanas de trabalho foi importante para essas populações. Todavia, sabe-se que a libertação não trouxe consigo igualdade de direitos, pois para homens e mulheres negras serem protagonistas no pós-abolição, era preciso adequar-se aos padrões das elites brancas dominantes (quando não se era impedida tal ascensão).

²⁶²NEVES, Luciana Rumão. **Memória e esquecimento**: André Rebouças para o Movimento Negro Brasileiro. Dissertação em Memória Social – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Dissertações/Diss350.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

²⁶³ *Ibidem*, p. 54.

²⁶⁴SANTOS, Op Cit., 2016.

No pós-abolição também tivemos homens negros participando das elites como protagonistas sociais. As possibilidades de atuação se diversificaram, e mesmo com o preconceito racial aflorado na sociedade brasileira, esses afro-brasileiros articularam-se a ponto de contornar as dificuldades de ascensão e colocarem-se nos espaços do poder. Mais uma vez, a política e as letras eram os caminhos mais viáveis para serem aceitos em meio as rodas intelectuais e políticas.

Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910) foi um dos exemplos de homens negros que chegaram a espaços de poder. Pernambucano de cor, filho de dois afrodescendentes, traçou diversos caminhos entre alguns estados brasileiros, alcançando destaque no período do pós-abolição. Além de Pernambuco, onde se formou em Direito, viveu mais ao norte do país, no Pará e no Amazonas e por fim mudou-se para o Rio de Janeiro, a capital do país, lugar que se acreditava terem mais sucesso profissional²⁶⁵.

Monteiro Lopes obteve destaque na política carioca, conseguindo ser eleito para intendente municipal e deputado federal (perdeu as eleições numa primeira tentativa). Sua eleição para Deputado Federal, transformou-o no primeiro “homem de cor” a chegar ao parlamento da República, se afirmando racialmente²⁶⁶. O destaque na política para um homem de “cor” como Monteiro Lopes era difícil, a discriminação e intolerância racial restringiam os acessos ao poder. Elyseu César sofreu com barreiras semelhantes as impostas a Monteiro na sua trajetória. O parahybano conseguiu eleger-se deputado no Pará e concorrer a dois cargos políticos no Rio de Janeiro (sem êxito). Diferente de Monteiro Lopes, não teve oportunidade de tentar uma segunda vez a candidatura a deputado federal.

Perillo D’Oliveira (1898-1930) foi um homem de “cor” letrado parahybano, destacando-se principalmente no âmbito literário como principal poeta modernista do estado. Em vida, lançou três livros que reuniam a sua obra: *Canções que a Vida me Ensinou*; *Caminhos Cheios de Sol*; e *A Voz da Terra*.

Elyseu, assim como Perillo, lançou um livro de poesias (*Algas*) no começo de sua trajetória, demarcando seu espaço social de destaque nas letras, mesmo carregando as dificuldades associadas à sua cor. Convivendo em períodos próximos, tiveram suas obras literárias inseridas em movimentos distintos. Elyseu aproximava-se mais do romantismo,

²⁶⁵SILVA JUNIOR, Juarez Clementino da. **Um negro de poder no Amazonas da Primeira República**: Monteiro Lopes, o jurista e deputado (1892-1910). Manaus-AM: UFMA-Programa de Pós-Graduação em História [Dissertação de Mestrado], 2016. Disponível em: https://bdtd.ufam.edu.br/bitstream/tede/6552/6/Dissertação_Juarez%20Silva%20Junior. Acesso em: 03/09/2018. Ver também, DANTAS, Op. Cit., 2011.

²⁶⁶ DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 153.

sabendo-se que conviveu com esse movimento literário na sua infância e adolescência. Perillo diferentemente, nascido um pouco depois, carregou a bandeira do modernismo, que surgiu em sequência ao romantismo.

A comparação de aspectos da trajetória de Elyseu César com a de outros intelectuais negros consistiu numa maneira de identificarmos elementos semelhantes na vida de pessoas negras que chegaram ao poder.

Na trajetória desses intelectuais negros, tanto do período da escravidão, como os do pós-abolição, vemos as dificuldades impostas às pessoas negras na história do Brasil. Para o negro, os acessos as posições de destaque eram negadas, restringindo o horizonte de possibilidades de ascensão. As letras e a política eram as escolhas de ascensão que esses homens negros utilizaram, apropriando-se dos mecanismos sociais dos brancos.

Alguns desses intelectuais compartilharam momentos em suas trajetórias ou viveram em períodos próximos, mas o que identificamos como característica comum na história desses homens de cor letrados, foi que o elemento racial esteve presente em suas lutas ou atuações, sofrendo com o racismo. Os limites eram impostos de uma maneira que esses intelectuais “a duras penas”, conseguiam chegar às elites. Além disso, se manter em meio a elas era difícil, acontecendo que alguns desses homens, mesmo letrados e com carreiras públicas consolidadas, terminaram suas vidas em condições difíceis.

Elyseu César, como veremos, fez valer-se dos espaços por onde percorreu no pós-abolição para chegar a lugares sociais de poder importantes. Ganharam-se novos contornos sua trajetória, que começou na Parahyba do Norte com os trabalhos em jornais e a relação com a literatura. Na mocidade, em Pernambuco, formou-se em Direito e próximo a formar-se, foi para o Espírito Santo exercer função de promotor público. Firmou-se enquanto intelectual nesse período, destacando-se na sociedade do pós-abolição.

3.1 Adeus à escravidão: estratégias e trajetórias negras no pós-abolição

Elyseu Elias César foi um homem negro parahybano que vivenciou o pós-abolição. Estudamos a sua trajetória para acrescentar novas visões acerca do período em diferentes regiões do Brasil. A trajetória de Elyseu César serviu-nos para notarmos a participação e protagonismo negro no período do pós-abolição, mesmo não sendo ele beneficiado direto pela abolição.

O período denominado de pós-abolição foi ditado por resquícios da escravidão e do preconceito de cor, que limitavam e determinavam possibilidades de ascensão social a pessoas

negras livres ou recém-egressas do cativeiro. O passado da escravidão afetava as relações, tanto para os que haviam se beneficiado com a abolição da escravidão, como para com os homens negros que já eram ou nasceram livres.

Entendemos o pós-abolição enquanto aquele momento na história do Brasil em que as populações negras não obtiveram a plena cidadania. A nação que foi proclamada e a liberdade adquirida não vinham com a igualdade de possibilidades. Os projetos de povo e nação para o Brasil, não pensavam o negro como parte importante. Desta maneira, destacamos que o pós-abolição foi aquele momento onde a negação ao negro, tomou o viés do racismo, deixando os egressos do cativeiro “as margens” da sociedade. Enquadramos esse trabalho mais especificamente no que denominamos como pós-abolição devido a Elyseu não ter adquirido liberdade (com as outras leis emancipatórias), mas sim nascido livre e vivido mais especificamente o recorte do pós-abolição e a Primeira República.

A historiografia brasileira do pós-abolição vem se consolidando no cenário científico brasileiro nos últimos anos, atentando para as trajetórias dos ex-escravizados (as) e mulheres e homens negros livres no período imediato e posterior a abolição da escravidão no Brasil. A perspectiva, como o historiador Petrônio Domingues colocou, era da falta de registros historiográficos, ficando sob a responsabilidade de sociólogos, antropólogos e folcloristas esses estudos iniciais sobre o pós-abolição²⁶⁷.

O escravizado saíria do sistema servil, e em consequência, “desaparecia da história” em meio ao novo sistema e suas relações. O “desaparecimento” dessa população dos registros historiográficos ocorreu devido a diversos fatores que marginalizaram os negros (as) da participação na sociedade brasileira da Primeira República.

[...] o “preconceito de cor” não só existia, como era manifestado cotidianamente, contribuindo para a preservação da ordem escravocrata. Os negros eram alvo da discriminação racial e levavam desvantagem na estrutura socioeconômica em relação aos brancos, o que limitava suas chances de mobilidade social.²⁶⁸

Entender o período do pós-abolição é perceber as tramas que continuaram e se modificaram do contexto imperial. A primeira fase da República brasileira aproximou-se acentuadamente de elementos centrais no século XIX.

A racialização foi, a um só tempo, o sinal mais evidente da decadência do escravismo e da arrojada tentativa de garantir que o edifício social montado durante a escravidão fosse preservado, mantendo-se privilégios, desmarcando-se fronteiras e recompondo

²⁶⁷ DOMINGUES, Op. Cit., 2011, p. 120.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 120.

antigos territórios. Como bem disse o jornalista do Recôncavo no dia 13 de maio de 1888, era preciso preservar a palavra *senhor*²⁶⁹.

A perda financeira já afetava os ex-senhores, a perda do lugar social apavorava ainda mais. A hierarquização social, as diferenciações raciais, entre outras, permaneceram no cotidiano social e foram definidoras nos primeiros momentos da República, que alterou o sistema político, mas as práticas tiveram poucas mudanças. No Império as pessoas negras eram separadas por sua categoria jurídica, entre livres, libertos e escravizados; no pós-abolição existiam novas categorias baseadas na racialização, criando hierarquias sociais a partir das tonalidades de cores de pele como o preto, negro, pardo, mulato, mestiço, homem de “cor” entre outras, diferenciavam o lugar social das pessoas negras.

A racialização também poderia ser vista na associação dos libertos a criminalidade pós-cativeiro. As prisões e o conceito de vagabundagem serviam como mecanismos para controlar as grandes massas de pessoas negras.

A consolidação do pós-abolição nos meandros da historiografia brasileira, só aconteceu após a década de 1980, subsequente aos trabalhos dos sociólogos e antropólogos sobre o período. Outro momento importante para entendermos o conceito de pós-abolição surgiu no ano de 2013, com a fundação junto a ANPUH (Associação Nacional de História) do GT “Emancipações e Pós-Abolição”, desvinculando os pesquisadores desse período das discussões relacionadas a escravidão. Essa recente afirmação nos campos de pesquisa historiográficos brasileiros abriu um leque de pesquisas a serem feitas. Novos problemas surgiram para serem analisados e discutidos, colaborando para novas compreensões da participação das populações negras na história do Brasil.

O termo pós-abolição, ao longo dos anos, acabou tornando-se generalizante, por englobar todas as discussões em torno da liberdade da escravidão. Contudo, a nomenclatura dada ao GT da ANPUH atentou para esse problema, delimitando-se os limites do termo. Os termos pós-emancipação e pós-abolição trazem pontos de convergência relacionado aos interesses de pesquisas, porém, ao mesmo tempo, divergem em alguns objetos e objetivos, constituindo dessa forma, uma ampla variedade de trabalhos englobados por esses conceitos.

O termo pós-abolição é mais utilizado como maneira de se distanciar e “marcar território” nas abordagens históricas, consolidando os pesquisadores e a linha de estudos sobre identidades e trajetórias negras pós-cativeiros.

²⁶⁹ ALBUQUERQUE, Op. Cit., 2009, p. 243.

O termo pós-emancipação, por sua vez, inclui análises das trajetórias negras após a conquista de suas condições de liberdade, não necessariamente conseguidas após 1888. O pós-emancipação insere-se em discussões do século XIX de conquista por liberdade dos escravizados, com as compras de alforrias, as leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, havendo uma relação mais direta com as discussões destinadas a pensar propriamente a escravidão e as liberdades nos Oitocentos.

O pós-abolição e o pós-emancipação compreendem, em grande escala, a mesma visão das estratégias e trajetórias negras depois da aquisição de suas liberdades. Todavia, divergem no recorte temporal, pois como o termo apresenta, o pós-abolição se atenta para os escravizados livres depois da lei áurea de 13 de maio de 1888. O pós-abolição como definição temporal, estaria nas últimas décadas dos Oitocentos e nas primeiras décadas dos Novecentos, abrangendo discussões do período da chamada Primeira República brasileira.

[...] um diferencial marcante nos modernos estudos do pós-abolição: os projetos dos libertos, sua “visão” do que seria a liberdade, os significados deste conceito para a população que iria, finalmente, vivenciá-la, e não apenas para os que o definiram nos diferentes momentos do processo de emancipação. Em termos concretos, a liberdade alcançada com o fim legal da escravidão teve significados diferentes para ex-escravos urbanos e rurais, com habilitações profissionais ou “de roça”, homens ou mulheres²⁷⁰.

Este alargamento nas discussões englobadas pelo pós-abolição atenta as particularidades e as distintas estratégias utilizadas pelas populações negras no período. Os estudiosos deste momento histórico devem ater-se também as diferenças regionais da abolição, pois cada localidade possibilita entender de formas diferenciadas os vestígios da escravidão no pós-abolição.

Os estudos sobre o pós-abolição alargaram o recorte consagrado, que seria de 1888 (fim da abolição) a 1930 (fim da Primeira República), passando a englobar as outras leis emancipatórias. Além de abarcar as populações negras egressas do cativeiro, ateu-se também aos homens e mulheres negras livres e/ou letradas que vivenciaram o período de uma ótica diferente, já sendo livres.

O escravismo estava impregnado na sociedade brasileira, mais nitidamente sobre o signo do racismo na República e pós-abolição, dificultando a ascensão social e provocando a necessidade de criação de diversos mecanismos e estratégias pelas populações negras para alcançar outros espaços. Foi esse o processo de racialização que Albuquerque afirma que se intensificou no fim do século XIX e ditou rumos na Primeira República²⁷¹. Importante saber

²⁷⁰ MATTOS; RIOS, Op. Cit., 2004, p. 173.

²⁷¹ ALBUQUERQUE, Op. Cit., 2009.

que mesmo em meio a essa racialização da sociedade, existiam pequenas aberturas no corpo social que esses protagonistas negros se utilizavam, chegando a algum lugar melhor nessa estrutura rígida e aparentemente fechada.

O pós-abolição foi visto por Mattos e Rios como um “problema histórico”, no qual a historiografia brasileira deveria atentar para as visões e destinos dos últimos escravizados brasileiros. Essa noção de “problema histórico” foi pensada a partir das possibilidades e limites sobre o pós-abolição, que dessa maneira superaria a noção exclusiva da marginalização dos ex-escravizados na Primeira República. As populações negras devem ser vistas como agentes históricas que tiveram direitos negados, mas que traçaram estratégias para inserção no novo sistema político.

As visões da última geração de escravos brasileiros sobre seus planos e destinos, após o 13 de maio, finalmente começam a emergir como um dos problemas históricos cruciais na historiografia brasileira sobre o período. Até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas. Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus²⁷².

Um dos desafios de se pesquisar o pós-abolição é o problema com as fontes, havendo uma “escassez” em comparação a outros campos de pesquisas mais consolidados e antigos. Muito dessa dificuldade é devido o desaparecimento da cor nos registros, com a chegada da República²⁷³. Dessa ausência do quesito “cor” na documentação pós-fim da escravidão, aumentam-se os obstáculos na qual os pesquisadores devem trabalhar com o material possível e existente, traçando os indícios e retirando as possíveis falas da documentação. Uma alternativa recente para alguns pesquisadores do período é a utilização da História Oral com os familiares dos ex-escravizados, pensando na formação de uma memória do cativeiro e do pós-cativeiro²⁷⁴.

Numa sociedade com estigmas raciais fortes como a do Brasil do início do século XX, uma pessoa negra conseguir se inserir numa sociedade hierarquizada, com as características herdadas do Império, consistiria em um trabalho árduo, tanto por meio de “embranquecimento” (incorporação das práticas das populações brancas), como principalmente pela sua afirmação de cor e lutas raciais.

²⁷² MATTOS; RIOS, Op. Cit., 2004, p. 170.

²⁷³ *Ibidem*, p. 176.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 175.

Um exemplo de homem negro que conseguiu ascender socialmente, afirmando-se enquanto negro e fazendo dessa identidade a sua luta, foi o deputado Monteiro Lopes. De maneira diferente, outros homens negros inseriram-se nas elites, mas não diretamente utilizando-se da identidade racial (isso não significa a negação de tal identidade), temos o caso do nosso sujeito de estudo o parahybano Elyseu César.

Diversas pesquisas já demonstraram que o preconceito e a discriminação contra os negros tinham (e ainda têm) motivações que não se esgotam nas relações escravistas. É equivocado, assim, estabelecer uma ligação causal direta entre as relações raciais do pós-abolição e o passado escravista. O racismo não permaneceu intacto depois do regime de cativeiro, tendo sido ajustado e reajustado em dissonâncias, assumindo novas funções, vertentes e roupagens dentro da nova ordem. Definitivamente, a emergência de uma sociedade capitalista e moderna não garantiu o desaparecimento das desvantagens associadas à cor da pele. Como a história de outros grupos subordinados indica, aqueles que ocupam as posições dominantes raramente se revelam inclinados a abrir mão de seus privilégios e aceitar uma ordem social mais justa como “simples” decorrência de ideais democráticos²⁷⁵.

No pós-abolição, mesmo alterando algumas dimensões da sociedade, politicamente, socialmente e culturalmente, mantiveram-se algumas relações e dinâmicas sociais do poder que atrapalhavam a ascensão social de homens e mulheres negras. A permanência no poder, mesmo com o processo de mudança do sistema de monárquico para republicano, era um dos objetivos das elites que faziam parte do topo social nos Oitocentos.

As condições favoráveis a esta capacidade de negociação dos libertos tinham, entretanto, como principal limite, exatamente a continuidade das identidades sociais, construídas ainda durante o cativeiro; as distinções entre ex-senhores, libertos e homens nascidos livres, que os próprios libertos buscavam arduamente tornarem obsoletas²⁷⁶.

A atuação dos ex-escravizados e ex-senhores no período do pós-abolição foi direcionada pelo traçar de novas lutas: um grupo buscando alargar seus direitos e espaços na sociedade, experimentando os limites e possibilidades de sua nova condição de liberdade. Já o outro grupo, buscando a permanência da divisão social do XIX, garantindo assim, suas permanências como protagonistas políticos.

Chegando a abolição pelas vias de fato, devemos discutir as primeiras implicações desse fato no Brasil. Fraga, situando o contexto dos festejos e comemorações da abolição nos engenhos do Recôncavo, pontuou:

Uma análise mais apurada dos festejos do 13 de maio de 1888 pode revelar sentimentos e expectativas dos ex-escravos em relação à nova condição de liberdade.

²⁷⁵ DOMINGUES, Op. Cit., 2011, p. 121.

²⁷⁶ MATTOS; RIOS, Op. Cit., 2004, p. 180.

[...]. Ao afirmarem sua nova condição, os libertos se defrontaram com os limites materiais e simbólicos oriundos da velha ordem escravista. Mesmo sem modificar a ordem hierárquica vigente, a abolição havia abalado as bases das relações cotidianas nos engenhos e alhures. [...] Aos olhos dos ex-senhores, as reações dos libertos não passavam de atos despropositados, frutos da "embriaguez" e do entusiasmo. Inegavelmente, os dias que se seguiram à abolição foram momentos ricos, pois estavam em disputa as possibilidades e limites da condição de liberdade²⁷⁷.

Eram atribuídos adjetivos e características tidas “perigosas” para as pessoas negras, marginalizando-as depois do cativeiro. A abolição era recebida pelos ex-escravizados e ex-senhores de maneiras diferentes, cabendo agora renegociações referentes as questões de liberdade e trabalho. Desses inquietamentos, refletimos sobre: Até qual ponto o senhor ainda teria ou se teria controle sobre os egressos do cativeiro? Qual o limite da liberdade e inserção na cidadania para os ex-escravizados? Esses questionamentos são pontos cruciais nos estudos do pós-abolição, contudo, acrescentamos outro problema ao conceito: O pós-abolição deve englobar estudos referentes também a homens e mulheres negras que se inseriram nas elites, que não tiveram relação direta com a escravidão? Essa perspectiva alargaria o conceito ou o colocaria em contradição? Alguns encaminhamentos sobre esses questionamentos serão tocados novamente no decorrer do texto.

Nos princípios da nova condição adquirida pelos ex-escravizados, anterior às discussões sobre cidadania, nos deparamos com uma das primeiras questões levadas a disputa no pós-abolição pelas pessoas negras: as renegociações e alterações nas condições de trabalhos. Esse interesse se baseava na perspectiva de compreensão da liberdade e até que ponto ela seria garantida.

Quando o governo imperial finalmente decretou a abolição definitiva, os senhores protestaram contra a lei, alegando que a mesma foi promulgada de forma precipitada e sem medidas coercitivas complementares que garantissem a obrigatoriedade da oferta de trabalho pelos libertos. [...] As vivências no cativeiro serviram de parâmetros para os libertos definirem o que era "justo" e aceitável na relação com os antigos senhores, inclusive estabelecer condições de trabalho que julgavam compatíveis com a nova condição. Foi nestes termos que os ex-escravos rejeitaram a continuidade de práticas ligadas ao passado escravista ou que ensejassem maior controle sobre suas vidas. Ao reclamarem da "desorganização do trabalho" nos engenhos após- a abolição, os ex-senhores estavam se referindo à recusa dos antigos cativos em se submeterem à velha disciplina, especialmente as longas jornadas de trabalho²⁷⁸.

Libertar os escravizados no caso do Brasil, dizia respeito a mudar toda a lógica do sistema econômico brasileiro, pautado em séculos com o trabalho forçado. O Estado teria agora que se reorganizar e atender as demandas da nova sociedade. Os ex-escravizados almejavam

²⁷⁷ FRAGA FILHO, Op. Cit., 2006, p. 118-119.

²⁷⁸ *Ibidem*, 204-205.

fazer parte das novas noções de trabalho no pós-abolição e na República. Estratégias e ações nos primeiros anos da abolição foram traçadas por essas pessoas, na tentativa de resistir a qualquer investida dos ex-senhores na imposição de relações trabalhistas semelhantes ao passado escravista. Retirada de mulheres e crianças dos trabalhos, proteção para a família e evitar qualquer tratamento semelhante a escravidão com os castigos físicos, eram algumas das lutas do ex-escravizados no imediato pós-abolição²⁷⁹.

Simultaneamente com o processo da negação a trabalhos semelhantes ao passado da escravidão, como a tentativa negociação com os senhores por melhores condições, surgia o vagabundo²⁸⁰. Tal categoria perseguida principalmente pelas forças policiais, serviria para reprimir o negro que não desejava mais trabalhar sob determinadas condições pela associação direta com a escravidão.

Essas renegociações para a inserção das populações negras na lógica de trabalho livre criada na “República Velha”, trouxeram consigo a proximidade entre duas vertentes do campo historiográfico brasileiro: mundos do trabalho e escravidão. Esses campos de pesquisa, acabaram que ao longo da história, mantendo relações de aproximação e distanciamento, sendo que apresentam elementos que deveriam lhes aproximar. Estudos refletiram essa proximidade entre as duas abordagens, inclusive acrescentando as percepções do pós-abolição. Challoub e Silva, em artigo, reuniram princípios próximos entre as abordagens dos dois campos de pesquisa, provocando pesquisadores de ambos os lados a refletirem aproximações e problematizações nessa relação.

Afinal, não ocorreria a nenhum historiador social da escravidão pensar que a experiência de trabalhadores escravizados poderia ser outra coisa que não capítulo crucial da história do trabalho — no Ocidente, no capitalismo, no planeta de mercados globalizados. [...]. Afinal, por mais separados que estivessem em seus nichos institucionais específicos, historiadores sociais sempre souberam que compartilhavam com seus pares a ênfase nos modos de os sujeitos históricos dominados — ou oprimidos, subordinados, subalternos, segundo o pedantismo teórico de cada um — lidarem com as estruturas de reprodução de injustiças e desigualdades às quais, via de regra, não podiam escapar²⁸¹.

A História Social seria nesse caso, um ponto de união entre as duas formas de análise, tendo o período da Primeira República como elemento de pesquisa de ambos os campos, convergindo em algumas discussões. O pós-abolição é, dessa maneira, um campo

²⁷⁹ MATTOS; RIOS, Op. Cit., 2004, p. 174.

²⁸⁰ SCHWARCZ In: CUNHA e GOMES, Op. Cit., 2007, p. 27.

²⁸¹ CHALLOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, 2009, p.44-45. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/acl/article/viewFile/2558/1968>. Acesso em: 03/09/2018.

historiográfico que se situa entre as duas perspectivas (tanto a escravidão, quanto o trabalho livre), refletindo estratégias pautadas na experiência da escravidão e levadas a arena de disputas nas práticas do trabalho livre no século XX. A predominância da História Social nos estudos referentes ao pós-abolição não restringe o período a uma única perspectiva teórica, cabendo novas visões acerca do período e objetos de estudo a serem pensados de maneiras diferentes.

Além das disputas em torno das novas relações de trabalho, o pós-abolição também acrescentou aos debates históricos a constituição das pessoas negras enquanto “novos cidadãos”. Muito se esperava no XIX, devido aos direitos adquiridos com a mudança do sistema e da condição social. As disputas de poder entre escravizados e senhores passaram a ser entre trabalhadores e patrões, com bagagens da escravidão e o racismo.

A libertação dos que ainda se encontravam na condição de escravizados em 13 de maio de 1888, trouxe problemas até então ignorados pelo governo brasileiro. Um dos principais questionamentos foi de como se introduzir os ex-escravizados no ideal de nação desejado. O processo de passagem do sistema monárquico para o republicano acompanhou os debates sobre a abolição da escravidão e como deveriam ser incorporados esses “novos cidadãos” na sociedade.

Trata-se, fundamentalmente, de reconhecer que o processo de destruição da escravidão moderna esteve visceralmente imbricado com o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania nos novos países que surgiam das antigas colônias escravistas. E que, por sua vez, a definição e o alcance desses direitos esteve diretamente relacionado com uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categorias raciais²⁸².

Os estudos do pós-abolição vêm atender a uma demanda na historiografia brasileira por perceber esses projetos de cidadania, não pela ótica das elites, mas pelas ações, estratégias e escolhas dos ex-escravizados ou das populações negras no geral (livres, anteriormente livres ou recém-egressas do cativeiro). A questão nessa lógica, não é negar a visão “de cima”, mas perceber também as ações dos “de baixo”, complexificando as relações humanas do período.

Carvalho, em seu estudo sobre a cidadania no Brasil, reflete sobre a questão da abolição da escravidão e do período do pós-abolição em relação a cidadania para as elites e os ex-escravizados dizendo:

Do ponto de vista que aqui nos interessa - a formação do cidadão -, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se

²⁸² MATTOS; RIOS, Op. Cit., 2004, p. 191.

considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática²⁸³.

No período imediato posterior a abolição, ocorreu a mudança no regime de governo, complexificando ainda mais as relações entre ex-senhores e ex-escravizados. Ambos os lados traçavam seus interesses no novo sistema que se iniciava. Contudo, o que podemos dizer sobre o período da “República Velha” é a continuidade de algumas práticas, extremamente comuns ao período Oitocentista que eram o coronelismo, paternalismo, clientelismo e as práticas discriminatórias com as populações negras. Nesse contexto adverso, a formação e expansão do que os ex-senhores e ex-escravizados consideravam cidadania é objeto de estudo dos historiadores que adentram estudos sobre o período.

Criativos e versáteis, apropriaram-se seletivamente da retórica da cidadania, tentaram tirar vantagens dos interstícios do sistema racial e batalharam por ampliar posições de liderança. Para tanto, dialogaram com segmentos da sociedade civil e do Estado, costuraram alianças circunstanciais e negociaram questões diversas, sem, contudo, abdicarem da capacidade de pugnar por sua autodeterminação. É chegado o momento, portanto, de considerar o negro como o principal protagonista de sua história e, ao mesmo tempo, como sujeito histórico que contribuiu para a produção de narrativas, cenários e enredos [...].²⁸⁴

Como o autor aponta acima, no caso de Santa Catarina, podemos ampliar o foco de visão e trazer essas questões para outras localidades, procurando nos “silêncios” da historiografia, entender as articulações e disputas de poder existentes nesse período, colocando o confronto entre elites e a massa, na busca por direitos que lhes eram considerados justos na República recém-nascida.

Libertos e ex-senhores tinham percepções e expectativas diferentes acerca das relações a serem forjadas depois da abolição da escravatura. [...] A abolição do cativeiro recolocou o problema da mão-de-obra no centro da discussão sobre o processo de “transição” para o trabalho livre no setor açucareiro²⁸⁵.

Boa parte das relações forjadas no pós-abolição foram fruto de problemáticas e contextos provenientes do século XIX. Essas relações constituíram-se com o alargamento de identidades e direitos, projetando no futuro incerto, as opções que lhes achavam cabíveis e importantes.

As trajetórias e estratégias de famílias ou grupos de pessoas negras no período são estudados utilizando-se do uso das genealogias. O uso das genealogias como metodologia “[...]”

²⁸³ CARVALHO, Op. Cit., 2001, p. 53.

²⁸⁴ DOMINGUES, Op. Cit., 2011, p. 131.

²⁸⁵ FRAGA FILHO, Op. Cit., 2006, p. 203.

permitiu acompanhar verdadeiras sagas familiares que remontam ao início do século XIX e desdobram-se até as últimas décadas do século XX”²⁸⁶. Essa expansão das percepções e alternativas para se refletir o pós-abolição trouxeram a “luz”, visões novas sobre como os ex-escravizados galgaram seus espaços na sociedade republicana.

A busca coletiva de legalizar as relações familiares constituídas ainda sob o cativeiro é um índice expressivo das expectativas formadas a partir dessa nova condição de liberdade. Esta atitude se ligava a uma preocupação ainda maior. A de construir uma imagem positiva da pessoa e da família como parte de um conjunto de valores socialmente reconhecidos e reforçados, a que chamaremos de “reputação”.²⁸⁷

A família era importante na consolidação do status de livre para essas pessoas egressas da escravidão. O século XIX teve como uma de suas principais instituições de poder, a família, um dos elementos centrais nas relações sociais e políticas. Dito isso, a permanência da família na centralidade das ações no século XX consolidou oligarquias entre as elites que só viriam a perder forças (algumas) no fim do período chamado de Primeira República.

As famílias de ex-escravizados tentaram articular-se, de modo que mantivessem em alguns casos, suas pequenas roças ou outras conquistas da época do cativeiro. A importância de se perceber as famílias negras e suas ações no pós-abolição ampliaram-se ao perceber a importância de tal organização social.

As visões que tendiam a retirar da “teia de retalhos” da história as articulações das famílias egressas da escravidão, acabaram sendo substituídas por percepções das diversas estratégias criadas por essas pessoas negras para galgarem novos espaços. No entendimento da família, Costa acrescenta: “Outro indicador do fortalecimento da família no pós-abolição é o compadrio. Como afirmei, ele foi adotado como importante estratégia de ampliação dos laços familiares, assim como de mobilidade social, durante o cativeiro”²⁸⁸. As relações de compadrio permaneciam como ponto importante na vida dos ex-escravizados, sendo caracterizadas como possibilidades de ajustes as realidades sociais do período.

Outra análise destacada na compreensão da organização de famílias negras, é a de Weimer. Nela, o autor percebeu as relações do campesinato negro e as noções de cidadania que constituiriam elementos importantes nas ações das famílias negras no pós-abolição.

Os camponeses negros daquela família regularizaram a situação de sua propriedade frente ao imposto territorial, de forma sistemática, ao longo da Primeira República.

²⁸⁶ MATTOS; RIOS, Op. Cit., 2004, p. 178.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 187.

²⁸⁸ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Revisitando “Família e Transição”: Família, Terra e Mobilidade Social no Pós-Abolição. Rio de Janeiro (1888-1940). **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 34, 2015, p. 41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00035.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

Essa prática pode ser vista como uma atividade extorsiva por parte dos governantes que, não há dúvidas, os onerava; contudo, representou também uma maneira de regularizar e comprovar a propriedade sobre a terra. Não foi por outro motivo que esses papéis foram preservados por seus descendentes, aliás analfabetos. Eram mais do que um recibo de uma taxa desagradavelmente quitada: eram também símbolos de orgulho por uma busca por participação nos canais estatais e demonstrativos da propriedade da terra e da sua regularidade frente ao governo²⁸⁹.

Alternativas foram criadas, como também noções de liberdade e cidadania que poderiam ser utilizadas pelas famílias negras. Elementos legais dessa forma dariam maior credibilidade e aceitação na sociedade a essas famílias, que buscavam superar o revés do passado e conseguir traçar novos caminhos. O autor acrescenta ao seu pensamento que:

Ao se tornarem contribuintes – e seria muito fácil não pagar os impostos –, faziam-se cidadãos. [...] Ora, a cidadania estava umbilicalmente ligada à questão fundiária. Era diretamente proporcional à autonomia conquistada em relação aos grandes proprietários²⁹⁰.

O pagamento dos impostos nessa ótica para as famílias negras do pós-abolição, não consistia necessariamente em ônus, mas pelo contrário, traria o bônus de uma possível participação cidadã em meio a sociedade brasileira nos Novecentos.

Para além das famílias, devemos situar outro tipo de organização de ex-escravizados, que eram os clubes, federações, associações e jornais dos homens de cor. Essas organizações surgiam como táticas dos “novos cidadãos” para inserirem-se na sociedade pós-abolição. Cada espaço desses, criados pelos libertos, consistiria em meios para melhor adentrarem a nova sociedade que se iniciava.

A Federação dos Homens de Cor que originalmente localizava-se em São Paulo²⁹¹ e depois transferiu-se para o Rio de Janeiro, foi uma dessas organizações de pessoas negras do pós-abolição.

Em 1909, um grupo de “homens de cor” lançou a ideia de fundar, na cidade de São Paulo, uma associação em defesa de seus interesses sociais, políticos, econômicos e culturais. A ideia foi amadurecendo, ganhando consistência até adquirir força e coesão suficientes para ser materializada. Na noite do dia 28 de novembro de 1909, um domingo, aquele grupo de “homens de cor” se reuniu no centro de São Paulo, próximo à atual Praça das Bandeiras. Depois de um debate profícuo acerca da natureza, da estrutura, dos objetivos e do plano de atuação, o Centro da Federação dos Homens de Cor foi instituído na qualidade de sociedade beneficente, com a finalidade de prestar assistência social aos membros afiliados, sem, contudo, olvidar da dimensão político-cultural dos problemas que afetavam a maioria dos afro-brasileiros. [...] Um ano depois, publicou A Federação, o jornal da agremiação, e continuou investindo, quer

²⁸⁹ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Sr. Sidão Manoel Inácio e a conquista da cidadania: o campesinato negro do Morro Alto e a República que foi. **Revista Brasileira de História** (Online), v. 35, p. 59, 2015, p. 64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00059.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 68.

²⁹¹ Ver Silva (2015).

nas iniciativas culturais, quer nas comemorações da “descoberta do Brasil” e da Lei do Ventre Livre (de 28 de setembro de 1871), que garantiu a liberdade a filhos de escravos nascidos no Brasil. Contudo, o principal evento histórico comemorado pela agremiação era a Lei Áurea (de 13 de Maio de 1888), que decretou extinta a escravidão no Brasil²⁹².

A Federação agiu nos entremeios da sociedade brasileira na Primeira República, servindo para alguns homens e mulheres negras elaborarem e ressignificarem as possibilidades de ascensão social e auxílio mútuo no período. Essas associações buscavam direitos sociais para os recém-libertos, aspirando lugares de poder para as pessoas de cor, rememorando o passado de lutas com os abolicionistas e intelectuais negros do XIX. A Federação dos Homens de Cor evocava diversos ícones negros do Império, utilizando-os como exemplos a serem seguidos pelo povo negro.

Sayão estudou um outro tipo de associação negra no início do século XX, que foi o associativismo operário, focando principalmente na análise da Recreativa União Operária (1903), de Santa Catarina. Nesse estudo, o autor buscou demonstrar a relevância do pós-abolição na criação desses espaços de sociabilidades e recreações:

Ela representou a conquista de um novo território negro no centro da cidade. [...] Além dos atos públicos envolvendo a comunidade, a associação também ganhava respeitabilidade ao adotar um conjunto de atos formais e solenes em suas reuniões e festividades. O uso de símbolos e práticas formalizadas seguia os preceitos de civilidade e boa conduta. Os cerimoniais eram formados por uma série de rituais, como: discurso proferido por personalidades (convidados ilustres e membros da diretoria), leitura da ata de fundação, execução do hino, reverência à bandeira, baile e retreta. [...] A mudança de posição social de uma pessoa podia implicar até mesmo uma nova identificação étnico-racial. Associar-se na Operária poderia significar “embranquecer”. Assim, tornar-se mulato/moreno representaria uma marca de ascensão social.²⁹³

O autor apresentou uma problemática a mais nos estudos do pós-abolição, inquirindo sobre a afirmação étnico-racial nos primeiros momentos do pós-abolição no município catarinense de Laguna. Em alguns casos, ocorreriam um “ocultamento da cor”, ou o processo de “embranquecer-se” como uma alternativa e estratégia de ascensão ou inserção social para as pessoas de cor. Essas ações não podem ser vistas como falta de identificação étnico-racial, mas sim como forma de resistência perante a marginalização sofrida por essas pessoas no período.

²⁹² DOMINGUES, Petrônio José. Federação dos Homens de Cor: notas de pesquisa. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013, p. 1-2. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371180661_ARQUIVO_AnaisAnpuhFederacaoCor.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

²⁹³ SAYAO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 35, p. 131-154, 2015, p. 139-140. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00131.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

Também devemos analisar essa associação pela perspectiva dos trabalhadores negros, indo na contramão da visão de uma primeira República com maioria de trabalhadores imigrantes (sendo notado em município do sul do país, nos quais a imigração se deu mais acentuada), em detrimento do desaparecimento dos trabalhadores negros. Existiu uma luta de operários negros para terem melhores condições de viver no pós-abolição.

Reiteramos a importância nesse caso, das associações e grupos de pessoas negras dos mais diversos tipos. Para as pessoas negras que foram marginalizadas, ou como a historiografia consolidou, foram “largadas a própria sorte”, mostrar a criação e articulação de grupos desse tipo, remete a outra concepção de papel na história. A superação da visão do vencido ou do esquecido pela história, pelo agente social que criou maneiras de atuar no sistema, agindo em conjunto, tanto por meio de relações familiares ou com as associações negras.

Mostramos ao longo desse tópico a complexidade do termo pós-abolição que passou por reflexões, rupturas, alargamentos para atender a multiplicidade de realidades que a população negra vivenciou com o fim da escravidão. Domingues afirma que era uma situação particular brasileira: “Não havia, entre os libertos, comportamento homogêneo nem pensamento único.”, existindo monarquistas e republicanos de cor depois do fim da escravidão. Isso implica dizer que não houve um pós-abolição, mas sim, vários, vivenciados por diversos sujeitos e grupos sociais, num país com proporções continentais que traziam realidades regionais que acrescentavam um tom particular a esse momento da história do Brasil.

3.2 Trampolim político e intelectual: a formação de Elyseu César no Recife

Elyseu César, entre os anos de 1895 e 1898, construiu redes de influência com alguns colegas ou professores do curso de Direito em Recife. A Faculdade de Direito de Recife era extremamente importante no Império para formação da intelectualidade e burocracia brasileira. Nos primeiros anos da República, a Faculdade pernambucana continuou como formadora de líderes políticos, mas não mais apresentava o mesmo protagonismo de antes.

A passagem de Elyseu César por Recife não se restringiu unicamente ao curso de Direito, tendo algumas atuações na cidade em outros espaços. Tentamos desta maneira, retratar um sujeito multifacetado que se envolveu em atividades políticas e intelectuais nos diversos estados aos quais passou. A escrita nos jornais foi uma de suas marcas no estado, desempenhando essa função principalmente em *A Província*, segundo Martins²⁹⁴.

²⁹⁴ MARTINS, Op. Cit., 1975, p. 18.

Antes de Elyseu César, outro parahybano negro havia cursado Direito em Recife, Manoel Pedro Cardoso Vieira concluiu o curso em 1873. Cardoso Vieira, ao contrário de Elyseu, tinha origem de proprietário de terras, sendo membro das elites dos Oitocentos, alcançando cargo de deputado geral e trabalhando em jornais como redator e dono.

No contexto político do XIX, as faculdades de Direito surgiram com propósitos bem definidos para a nova nação que havia ficado independente de Portugal. Esses objetivos versavam sobre a construção de uma intelectualidade brasileira diferente da anterior, fruto de Portugal:

Profundamente vinculados à lógica e dinâmica que marcaram a independência política brasileira em 1822, já em seu momento de nascimento esses estabelecimentos pareciam responder a necessidade de conformar quadros autônomos de atuação e de criar uma *intelligentsia* local e apta a enfrentar os problemas específicos da nação [...] Era necessário provar “para fora e para dentro” que o Brasil imperial era de fato independente, faltando para tanto “não apenas novas leis, mas também uma nova consciência”.²⁹⁵

As faculdades obedeciam ao objetivo de libertação definitiva da ex-colônia da sua metrópole, criando pensadores e líderes nacionais que pudessem atender as demandas internas, colocando a nova nação nos rumos do progresso. Os cursos deveriam atender uma demanda de consolidação intelectual e burocrática do Brasil como nação.

A respeito dos cursos de ensino superior adotados no Brasil, após a Independência de Portugal, para José Murilo de Carvalho, eles tiveram um objetivo central, que condiz em:

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e incluía neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil.²⁹⁶

O processo de criação dos cursos era uma tentativa do Estado brasileiro em firmar uma elite unificada, fazendo com que os jovens que pretendessem cursar o ensino superior, se deslocassem para centros estrategicamente pensados. Um ao norte e outro ao sul, reunindo os membros das elites locais, considerando uma realidade regional e não local/provincial. Os

²⁹⁵ SCHWARCZ, Op. Cit., 1993, p. 185.

²⁹⁶ CARVALHO, Op. Cit., 2008, p. 65.

membros dessas elites comungariam do mesmo espaço social e partilhariam as ideias, fazendo com que, independentemente de quem estivesse no poder no século XIX, ele estaria condizente em grande parte com os pensamentos de toda uma região ou de todo o resto do país. Essa unificação, homogeneização e centralização do poder político partia das letras e do diploma de bacharel.

As duas primeiras instituições foram criadas com um decreto em 1826, com início das aulas só em 1828. Dedicadas a formação em Direito no Brasil, encontravam-se em dois centros distantes um do outro, localizando-se um em Olinda/Recife (ao norte) e outro em São Paulo (ao sul)²⁹⁷. Para os jovens que entravam na faculdade de Direito no século XIX, boa parte não almejava diretamente a formação profissional ou a atuação especificamente nos tribunais, mas sim:

O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito. Com efeito, das fileiras dessas duas faculdades saíram grandes políticos – entre ministros, senadores, governadores e deputados –, pensadores que ditaram os destinos do país. Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política.²⁹⁸

Esse prestígio e notoriedade dado aos bacharéis em Direito perdurou todo o XIX, podendo dizer que os alunos desses cursos correspondiam as elites intelectuais nacionais, para as visões dos contemporâneos. A carga simbólica do título era almejada, pois a carreira burocrática e política no Império, como no início da República, muito dependia da formação intelectual, relacionada principalmente aos cursos de Direito e em menor escala aos de Medicina e Engenharia.

Os cursos de Direito reuniam os membros da sociedade que almejavam “alçar voos” mais altos, como os cargos públicos e as carreiras políticas. Filhos de homens que pertenciam aos setores médios urbanos também conseguiam entrar nos cursos de Direito, como o caso de Elyseu César. Contudo, isso não implica dizer que o curso não fosse voltado as elites políticas dos Oitocentos, pois a educação não era acessível a todos os membros da sociedade no XIX, principalmente para jovens negros como era o caso de Elyseu. Nesse ponto, as redes de sociabilidade, o poder aquisitivo e as cargas simbólicas de poder da família auxiliariam adentrar esses espaços.

²⁹⁷ O curso de Direito inicialmente localizava-se em Olinda, mas depois mudou-se para a capital da província, Recife, onde se firmou como importante centro aglutinador de ideias e de importantes nomes das elites do XIX.

²⁹⁸ SCHWARCZ, Op. Cit., 1993, p. 186.

Elyseu César, um jovem negro parahybano, letrado e de poucas condições, mas com algumas redes de sociabilidade estabelecidas, estudou na Faculdade de Direito de Recife entre 1895 e 1898. A formação de Elyseu na Faculdade nos fez questionar-se até que ponto o curso de Direito da capital pernambucana, apontado por Schwarcz (entre a de São Paulo e a de Recife) como a que mais atentava para as discussões sobre as questões raciais, refletiu essa marca nas suas ações.

Para a autora, o curso de Recife, provido de intelectuais da época, como Silvio Romero, pensava a respeito da mestiçagem que: “Empregando uma terminologia até então desconhecida – retirada de autores como Haeckel, Darwin e Spencer –, esse intelectual de Recife acreditava ver na mestiçagem – tão temida – a saída para uma possível homogeneidade nacional.”²⁹⁹ Essa mestiçagem seria o que caracterizaria o Brasil como seu “produto final”.

Rafael Bezerra apontou o impacto dos estudos de Nina Rodrigues no período, mais especificamente “Os africanos no Brasil”, no qual ele coloca o negro num patamar de inferioridade. Este trabalho proporcionou um forte impulso no racismo da época, somado a eugenia das raças, que chegava ao Brasil neste período. Isto tudo criava um ambiente adverso ao jovem estudante negro. Para Nina Rodrigues: “Os mestiços seriam um tipo híbrido de difícil conceituação, eles ainda não formaram uma raça própria e, também, “degenerariam” os tipos puros.”³⁰⁰. Para o autor, o médico maranhense colocava os mestiços numa escala inferior da evolução humana, delegando a eles a culpa das desordens e moléstias. A mistura das raças ocorridas no caso dos mestiços, atrapalhava na compreensão da biologia dos considerados “puros”.

Elyseu César, filho de mulher negra e homem branco, seria esse mestiço, o resultado de duas raças distintas. Desta maneira, Elyseu teria que conviver e traçar estratégias de contornar tais afirmações, tentando sempre se destacar e provar a sua participação nos lugares do poder. A cor e a origem mestiça lhe obrigavam a sempre ter que ser o melhor, tendo que se afirmar constantemente como “digno” de dividir os espaços dominados pelos brancos.

O período de 1895 a 1898 foi um período de intensa mobilidade social de Elyseu César, que circulou três estados brasileiros: Parahyba do Norte, Pernambuco e Espírito Santo. Nesse período, ele apareceu participando de eventos republicanos na capital paraibana, como também em atos em Pernambuco e por fim, tinha sido nomeado para cargo público no município de Vitória-ES.

²⁹⁹ SCHWARCZ, Op. Cit., 1993, p. 203.

³⁰⁰ BEZERRA, Op. Cit., 2017, p. 29-30.

Em 13 de abril de 1895, Elyseu Elias César, aos 23 anos de idade, era matriculado na primeira série do Curso Jurídico-Social da Faculdade de Direito do Recife. Interessante que no ato de sua matrícula, o jovem parahybano foi matriculado por sua mãe Maria Joaquina de Freitas, coisa que não era muito comum entre os alunos do curso. Além disso, no mesmo período, seu pai Dulcídio Augusto César, encontrava-se no Rio Grande do Norte, como administrador dos Correios, o que pode ter levado Elyseu a ter sido matriculado por sua mãe³⁰¹.

A mãe de Elyseu que aparentemente sumia de sua vida quando ele foi ser criado pelos avós paternos, reapareceu em meio as fontes matriculando o filho em Recife. Enfatizamos tal fato para mostrarmos que o jovem não perdeu o contato total com sua mãe, mas que possivelmente por ela ser pobre e negra, não apareceu em outros momentos na documentação. Deduzimos que dessa forma seu pai e mãe naturais, mesmo não criando-o diretamente, participaram de momentos pontuais e importantes na trajetória do filho. Mesmo que sua mãe desejasse criar o filho ou participar mais assiduamente de sua trajetória, deveria saber que para Elyseu as oportunidades que seus avós paternos poderiam lhe dar com a educação seria importante para que ele pudesse ascender socialmente.

A matrícula de Elyseu no curso de Direito mostrava que, mesmo não sendo um homem de “cor” membro das elites políticas diretamente, por meio de controle de terras ou outra forma de poder aquisitivo, ele conseguiu espaço nessa sociedade por meio de suas redes e condições herdadas do avô e do pai. Além do mais, sua capacidade de articulação era perceptível, se inserindo em espaços (como os cursos de Direito do Brasil e as reuniões ou eventos das elites) que eram pouco frequentados pela maioria da população negra.

Dentre alguns nomes que se matricularam no mesmo ano de Elyseu César, destacamos Jose Augusto Meira Dantas (1873-1964)³⁰², um norte-rio-grandense que atuou em diversos segmentos na Primeira República, como: deputado estadual, delegado de polícia, promotor público, senador e etc. O espaço da Faculdade de Recife era propício a construção de alianças e amizades que eram levadas para a arena política e social, desta maneira, estar ao lado desses nomes significava ser um dos “eleitos” da nação.

O Curso de Direito, quando Elyseu César ingressou, possuía duas seções: uma voltada para Ciências Jurídicas e outra para as Ciências Sociais. O curso de Ciência Jurídicas compreendia: Direito natural, Direito romano, Direito constitucional, Direito eclesiástico,

³⁰¹ Lista de matriculados do ano de 1895. Arquivo da Faculdade de Direito de Recife.

³⁰² Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-meira-dantas>. Acesso em: 18/03/2018.

Direito civil, Direito criminal, Medicina legal, Direito comercial, Teoria do processo criminal, civil e comercial. Já o de Ciências Sociais constava: Direito natural, Direito público universal, Direito constitucional, Direito eclesiástico, Direito das gentes, Diplomacia e história dos tratados, Direito administrativo, Ciência da administração e higiene publica, Economia política, Ciência das finanças e Contabilidade do Estado. Essa reorganização das cadeiras do curso de Direito havia se dado devido o decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que veio a implementar novas medidas no ensino primário e secundário da Corte e no ensino superior de todo o país.³⁰³

Recente de sua entrada no curso de Direito em Recife, Elyseu protagonizou um caso curioso apontado por um contemporâneo. Esse caso representou sua capacidade na oratória para se articular em espaços onde não era bem visto ou aceito.

Uma vez, nos corredores da Academia, deram-lhe um trote formidável. Os veteranos queriam que elle fizesse um discurso provando como a sua própria cabeça era uma pedra bruta onde não penetrava um raio de ideia. Outro, em taes contingências, sahiria desconfiado ao som estridente das vaías e dichotes da rapaziada folgasã. Cesar ascendeo n'um tamborete e foi desenvolver a these estapafúrdia que se lhe exigia. Disse bellamente que a sua cabeça era uma pedra bruta que se havia transformado n'um brilhante desde o momento em que se sentio em contacto com os colegas. O desenvolvimento de semelhante these foi a sagração de Elyseu, como orador consumado, na Academia. Os trotes não mais o alvejaram e elle se vio cercado da profunda admiração dos companheiros e dos lentes³⁰⁴.

O episódio mostra-nos como um jovem negro e calouro era recebido no curso de Direito dominado pelas elites políticas e brancas. A capacidade na oratória de Elyseu permitiu que contornasse tais provocações, mas não significa que não tenha sofrido com o ocorrido. A capacidade de improvisação de Elyseu mostra como o parahybano era esperto e estava atento as suas condições sociais perante os colegas de curso. A sua desenvoltura com as palavras e nas relações pessoais proporcionaram que logo se inserisse nos círculos intelectuais e mais ativos do curso.

A utilização da retórica como no caso de Elyseu, era muito comum no século XIX entre os grandes nomes da política e da imprensa. A retórica de Elyseu, assim como sua capacidade na oratória, compõe uma das principais características na sua trajetória. As letras e a fala serviam para Elyseu, enquanto homem de “cor”, se mostrar aos seus “pares” como capaz de estar entre eles.

³⁰³ BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 17/03/2018.

³⁰⁴ NETTO, Op. Cit., 1910, p. 90-93.

Enquanto cursava Direito em Recife, Elyseu aparecia nos jornais pernambucanos e brasileiros, participando de atos na faculdade com outros nomes da sociedade do fim dos Oitocentos. Boa parte de sua atuação nesse período esteve envolvida em prol dos ideais republicanos.

Em 05 de dezembro de 1895, foi registrado que Elyseu César prestou exames da 1ª série, sendo aprovado nas disciplinas de Direito Constitucional, Filosofia e História do Direito. O jovem parahybano obtinha bons resultados nas matérias que cursava, logrando destaque. No seu primeiro ano de curso, Elyseu tecia suas primeiras redes de sociabilidade na capital pernambucana.

Ainda em 1895, Elyseu César começava a articular relações com os seus colegas de curso e angariar ligações amistosas e de admiração entre professores e funcionários. Aos 28 de dezembro de 1895, o jornal carioca *Gazeta da Tarde*, menciona um ato dos alunos de Direito de Recife: “Os alumnos da faculdade de direito de Recife, offereceram aos seus lentes drs. Pereira Júnior e Eugênio de Barros³⁰⁵ o retrato a crayon³⁰⁶ de cada um deles, orando, em nome de seus collegas os acadêmicos Gaspar Menezes e Elyseu César”³⁰⁷. A participação de Elyseu César logo no primeiro ano de matriculado no curso, mostra como o jovem de cor parahybano articulava-se e atingia espaços com a participação em atos sociais e políticos. Outra coisa importante era a aparição de Elyseu sempre atrelado a função de orador, característica que trazia desde a juventude na Parahyba do Norte, sendo ao lado de Castro Pinto, orador em eventos republicanos.

Aos 22 de abril de 1896, Elyseu César foi aprovado na 2ª série do curso de Ciências Sociais, nas disciplinas de Direito Internacional, Higiene Pública e Economia Política. O contato com a disciplina de Economia Política foi retomado por Elyseu na função de professor, no estado do Pará³⁰⁸. O ano de 1896 na atuação de Elyseu foi dividido entre a Parahyba do Norte e Pernambuco, com o curso e suas atividades na terra natal.

Elyseu, em 1897, já próximo de concluir o curso de Direito e com redes de sociabilidade melhor estabelecidas, gozava de certa admiração por seus colegas de curso. Elyseu chegou a ser responsável por uma Conferência Pública em Olinda.

³⁰⁵ Eugênio de Barros Falcão de Lacerda foi um pernambucano que formou-se em 1887 na FDR e começou a lecionar em 1891. Também foi professor na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ver, BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito de Recife**. 3.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

³⁰⁶ O retrato a crayon corresponde a uma forma de desenho com um lápis específico chamado crayon, semelhante ao tom do lápis grafite.

³⁰⁷ *Gazeta da Tarde*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVI, N. 357. Sábado, 28 de dezembro de 1895.

³⁰⁸ Julgamento dos exames da 2ª série do ano de 1896. Arquivo da Faculdade de Direito de Recife.

Conferência pública: Amanhã as 7 horas da noite no salão de honra do Instituto Litterário de Olinda, fará o Sr. Elyseu César, inteligente acadêmico de nossa Faculdade de Direito, uma conferência pública sobre a memorável data 6 de março de 1817, á convite d'aquella benemérita associação³⁰⁹.

A responsabilidade dada a Elyseu de discursar em homenagem a uma data histórica tão relevante para os pernambucanos, mostra como o moço parahybano destacava-se na sociedade da Primeira República. Um homem de “cor” e não sendo necessariamente filho de membro da elite, obtinha aos poucos o seu espaço social e político no pós-abolição. As conferências caracterizavam-se por reunir nomes importantes da sociedade local, sendo um bom lugar para se projetar socialmente e politicamente.

O 06 de março, tema da fala de Elyseu em Olinda, marcava a data da conhecida Revolução de 1817, a qual Mourão definiu como:

Internamente, a Revolução de 1817 significou, antes de tudo, para a administração portuguesa da Corte do Rio de Janeiro, o sinal inequívoco da insurgência independentista na América portuguesa. Nada de semelhante ocorrera antes, e do que ocorrera, tivera a administração central de então conhecimento remoto, considerando tais movimentos sublevações locais e sinal de insatisfações tópicas. Para o resto da sociedade, no Brasil, igualmente, a Revolução representou um primeiro sinal variado de alerta: alerta para o início da luta pela emancipação, alerta para a força da idéia republicana, alerta para o poder do apelo à liberdade, alerta para a descentralização do poder administrativo, alerta para o espírito constitucionalista, alerta, enfim, e sobretudo, para o Brasil. Mais do que no que concretamente fez, a importância da Revolução de 1817 reside no que provocou, no que semeou, mesmo se não colheu, no que fundou na História do Brasil³¹⁰.

O lugar da Revolução de 1817 ou do 06 de março, está na constituição da ideia de um orgulho local para os pernambucanos, sabendo que a data atingia o âmbito nacional no contexto de pensa-lo como marco para a emancipação do Brasil de Portugal. A data significava um dos momentos de lutas do povo brasileiro, sendo rememorada na República com eventos cívicos. O lugar de fala dado a Elyseu nessa data mostra também o seu protagonismo no estado de Pernambuco.

Elyseu protagonizava momentos de destaque no cenário político-intelectual brasileiro no pós-abolição recifense. Neste caso, pensemos o seu protagonismo, que mesmo sendo um parahybano negro, foi escolhido para discursar em ato oficial na comemoração da Revolução Pernambucana. Dar lugar de fala a um não nativo e homem de “cor” em uma das datas mais

³⁰⁹ Jornal de Recife, Cidade de Recife. Ano XLI, N. 50. Sábado, 05 de março de 1897.

³¹⁰ MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho Mello e. **A Revolução de 1817 e a História do Brasil: um estudo de história diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 173-174. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/595-Revolucão de 1817 e a Historia do Brasil A.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

celebradas pelos pernambucanos, atestam quão bem inserido Elyseu estava no estado e como recorrentemente era lembrado.

Em 14 de março de 1897, era noticiado no *Jornal de Recife* a presença de jovens da Faculdade de Direito de Recife em uma reunião, dentre eles apareciam os nomes de Elyseu César, Álvaro Ottoni, Affonso de Barros, Gaspar Menezes e dr. João Elysio. “[...] foram feitos muitos protestos de adesão a Republica e redigido um manifesto ao paiz. [...]”³¹¹. Nos primeiros momentos da República, era perceptível a adesão de vários membros das elites emergentes, como também das elites tradicionais da República. Ambos pensavam dessa forma atrair a simpatia dos líderes políticos nacionais e firmar alianças importantes.

O manifesto citado pelo jornal pernambucano é apresentado na íntegra em um periódico parahybano (retirado do jornal *A Província* – PE), estando assinado por Elyseu César e outros colegas seus de curso. Elyseu também foi um colaborador do jornal “*A Província*”, de Pernambuco, respeitado jornal da capital que divulgou a fala dos alunos no primeiro momento.

O manifesto era dotado de um teor republicano exacerbado, construindo um ideal de República imaginado para um sistema que a pouco se instaurava. Dentre o que antecedeu o manifesto e apareceu em suas linhas como motivador, estão as questões em torno do território de Canudos e seus desdobramentos no interior da Bahia no período.

Nas palavras dos alunos do curso de Direito, era nítida a tentativa de glorificar a chegada da República como sistema que traria a democracia e que deveria ser defendido, já que ainda, estava em seus primeiros momentos.

[...] Dos martyres que se sacrificaram pelo ideal republicano, enchendo a nossa história dos mais fecundos exemplos, herdamos, para a honra d’essa legião de apóstolos da liberdade, o grande amor as instituições, cujo advento assignalou grande passo no caminho da evolução nacional.

[...] De utopia que muita vez pensavam sepultada com os trucidados, a aspiração republicana, tornando-se a 15 de novembro a mais feliz das realidades para o povo brasileiro, pertence-nos hoje; é o ambiente da democracia e da liberdade; habitou-nos a desenvolver as mais bellas energias pela prosperidade da pátria, por cujo futuro tudo faremos, já no estudo a colheita sagrada das idéas, já na luta, quando de nós solicite a República mais um esforço para sua salvação.

Nas circumstâncias actuaes, o silencio é talvez um motivo de suspeição. A Republica, sob cuja luz esta pátria inda será grande e feliz, precisa conhecer os que por ella não medem sacrificios.

A todas as classes sociaes corre o imperioso dever de se manifestarem franca e lealmente, collocando-se ao lado da República, para que, ante a resistência de tantas dedicações, recue o vagalhão negro das ambições dos que ainda querem no solo americano ressuscitar a oppressão e o privilegio.

[...] A nossa independência, a abolição do elemento servil e a República serão eternamente os factos em torno dos quaes a alma popular, cheia da mais santa emoção palpitará, orgulhosa da sua conquista e embriagada nas suas victorias.

³¹¹ Jornal de Recife, Cidade de Recife. Ano XL, N. 59. Domingo, 14 de março de 1897.

[...] De que accusam a República? Porventura os erros commettidos naturalmente ao iniciar-se um regime de liberdade n'um paiz acostumado á escravidão, podem ser levados á conta do systema republicano.

Esquecemos as divergências partidárias, essas nugas que absolutamente não podem preterir o interesse unânime da República: e, assim, collocando-nos ao lado dos republicanos sinceros, identificamo-nos com os que cerram fileiras contra os inimigos da nossa instituição.

Por ella, pela idolatrada Republica, sejam as nossas aspirações e os nossos estímulos; os nossos sonhos e todas as grandes esperanças da mocidade estudiosa, o nosso combate incessante em nome do futuro e a nossa ambição de libertar os opprimidos castigando os tyrannos; a visão da liberdade e da gloria; o ideal da justiça e da paz, do amor e do bem – tudo seja pela República, a mais fascinadora tentação do espírito moderno³¹².

A República era, para os jovens estudantes e os intelectuais da época, a exaltação dos princípios da liberdade e tendo em vista o contexto, o episódio de Canudos era uma ameaça a esse sistema. Esse grupo de alunos da Faculdade de Direito de Recife acusava Canudos de defender o retorno da Monarquia e os seus princípios, que deveriam ser combatidos, pois ameaçavam o regime republicano que havia há pouco se instaurado.

Na mesma fala dos estudantes, foi possível observarmos como o movimento de Canudos era visto por alguns membros da intelectualidade e da política brasileira no período, os jovens se referiam da seguinte forma:

Em face dos últimos acontecimentos desdobrados no centro da Bahia e que cobrem de luto a alma republicana do paiz, a mocidade acadêmica, para quem a República é a própria dignidade nacional, não pode conservar-se silenciosa e vem, n'esta hora de angustias para a pátria, erguer a voz pela instituição, a cuja sombra vivemos e que é o resultado do nosso glorioso passado histórico.

[...] Sem o nosso protesto, sem que o nosso amor á República se torne ódio implacável contra os saudosos do antigo regimen, os quaes, n'este momento abrigam-se á sombra do fanático Conselheiro, semeando a dôr e a desolação no interior da Bahia, jamais conseguirão substituir a democracia e a fraternidade pelas misérias de um throno, annullando assim a liberdade e mareando os esplendores da nossa civilisação.

[...] Não se diga que o grupo de Conselheiro não visa a restauração. Aquelles de cuja alma ainda não desapareceu a esperança monarchica, em favor de suas aspirações, para a realização de seus planos, exploram a mais triste circumstâncias; e pouco lhes doeria a conflagração da pátria, com tanto que sobre os destroços de uma nação esphacelada lhes fosse permitido levantar o symbolo de uma dynastia.

E é honrosa essa hypocrisia com que exploram o sentimento do povo, afim de fazel-o odiar a instituição vigente, passando a propaganda da lucta das ideias pela imprensa, á lucta material, nos sertões distantes, com auxilia de armas assassinas, confiadas á ignorância torpe do fanatismo?

Quando o desespero da causa monarchia chega a esse odioso e estranho recurso, a reacção é um direito que nos pertence, a nós, os republicanos, a quem cumpre velar pelos destinos da pátria tudo fazendo pela República. [...] ³¹³.

A forma como o movimento de Canudos foi representada na fala dos estudantes da FDR, denotava uma visão do episódio por parte das elites republicanas como um ato simplesmente

³¹² A União, Cidade da Parahyba. Ano V, N. 1038. Quinta-feira, 18 de março de 1897.

³¹³ *Ibidem*.

de fanatismo, seguindo os princípios monarquistas de seu líder Antônio Conselheiro³¹⁴. A Monarquia era apresentada com todos os sinônimos negativos, enquanto a República era a salvação.

Elyseu César apareceu nesse manifesto como o primeiro a assinar, representando a sua posição de liderança, juntamente com os outros três nomes citados na primeira notícia sobre a publicação do manifesto. Esse comportamento retratava a tentativa desses jovens das elites de se posicionar e firmar. Eles eram herdeiros de influências e redes de sociabilidade dos familiares do Império, que tentavam se rearticular e expandir essas relações na República, demonstrando-se favoráveis a tal sistema e combatentes das possíveis tentativas de volta da Monarquia.

Ainda em março, na capital pernambucana, Elyseu César participa de um *meeting*³¹⁵ intitulado “Pela República”, demonstrando mais uma vez, a adesão do jovem estudante negro a causa republicana:

Realizou-se hontem á tarde, ao largo do Saldanha Marinho, o *meeting* de afirmação republicana, convocado pelo Sr. Dr. José Izidoro Martins Junior.

A reunião teve lugar pelas 4 horas, a ella concorrendo representantes de todas as classes sociaes, com grande concurso de pessoas do povo.

O Sr. Dr. Martins Junior, expondo os fins da reunião, pronunciou um extenso e inspirado discurso, terminando por ler um telegramma que ia transmitir em nome do povo, ao governo federal, affirmando a solidariedade dos pernambucanos com a causa republicana.

O discurso do Dr. Martins Junior, cheio de patriotismo, foi por vezes interrompido por calorosos applausos da parte do povo.

[...] Fallaram mais, no quartel-general, o Sr. Dr. José Mariano, a instantes pedidos do povo, e o acadêmico Elyseu Cesar, que pronunciou longa e eloquente oração.

[...] Em seguida o Exm. Sr. Dr. Correia de Araujo, governador do Estado, discursou brilhantemente, affirmando as palavras do Dr. Martins Junior e recommendando ao povo toda a prudência e calma perante os acontecimentos que se desenrolavam no paiz.

[...] Todos esses discursos foram calorosamente applaudidos pelo povo entre vivas a República, ao governo federal, ao governador, ao general Arthur Oscar e ao povo pernambucano. [...] ³¹⁶.

Elyseu, sempre que podia, estava presente e fazia seus discursos nos eventos que era convidado. A capital pernambucana, com toda sua efervescência política e cultural, proporcionava arena para o parahybano mostrar suas qualidades intelectuais. Elyseu César,

³¹⁴ Antônio Vicente Mendes Maciel ou Antônio Conselheiro (1830-1897) foi um líder religioso brasileiro que esteve à frente do povoado de Canudos no interior da Bahia e vivenciou um episódio de confronto direto contra o governo brasileiro na Primeira República. O episódio ficou conhecido como Guerra de Canudos e constitui-se de um massacre para com os moradores do povoado. Conselheiro era visto pelas autoridades contemporâneas era visto como fanático e monarquista.

³¹⁵ Os *meetings* constituíam-se de uma reunião pública, normalmente convocada para discutir questões de ordem política ou social no século XIX, reunindo os principais nomes da sociedade política e o povo.

³¹⁶ Gazeta de Notícias, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXIII, N. 86. Sábado, 27 de março de 1897.

como republicano, mantinha-se sempre como figura certa nos eventos políticos em consonância e defesa da República do Brasil nos estados que passou.

O episódio de Canudos continuava efervescente no período, colocando-se um pedido de calma ao povo, que não se agitasse em virtude do que acontecia na Bahia. O governador de Pernambuco compactuou com a fala do intelectual pernambucano Martins Junior³¹⁷. Outro momento importante na publicação do jornal, foi a menção ao general Arthur Oscar³¹⁸, um dos líderes militares que foram designados em expedição a Canudos.

Em 01 de dezembro de 1897, aprovava-se nas disciplinas de ciência da Administração, Direito Administrativo, em Finanças e Contabilidades do Estado e em Legislação Comparada sobre Direito Privado. Elyseu conseguia dar segmento ao curso de Direito, mesmo tendo uma vida agitada no período³¹⁹.

Aos 13 de março de 1898, Elyseu César era mais uma vez orador em um *matiné* na cidade de Recife. O parahybano aparecia costumeiramente nesses momentos, demonstrando como era lembrado por nomes das elites locais (além de compô-las) para comparecer a esses eventos sociais e políticos, prestando-se como orador oficial. Esse evento correspondia a busca de donativos financeiros que auxiliassem a Escola Normal para Senhoras, que se encontrava a cargo na época da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Na matéria do jornal pernambucano foi feito: “[...] um caloroso appello aos generosos sentimentos das Exmas. Famílias pernambucanas e de todos os membros das classes activas e operosas desta Capital. [...]”³²⁰. A conjuntura de apoio financeiro por meio desses membros das elites, compactuava com a construção de uma boa imagem perante a sociedade.

Ainda em março de 1898, em um *meeting* organizado por Martins Junior, que reuniu a atenção do povo acompanhando-o em passeata, um jornal de Pernambuco noticiou a passagem de tal movimento na redação de alguns periódicos e jornais de Recife na época:

[...] Dirigio-se então o povo em passeata ás redações d’*A Provincia, Cidade, Gazeta da Tarde e Jornal do Recife*, orando da varanda da primeira os Srs. Estevão de Oliveira e Elyseu César; d’*A Cidade*, o Sr. Dr. Affonso Costa; da *Gazeta da Tarde*, os Srs. Drs. Martins Junior e Elviro Dantas³²¹.

³¹⁷ José Isidoro Martins Júnior (1860-1904), foi um jurista, professor e político de Recife. Fundou em 1888 um Diretório Republicano apoiando as causas da abolição e da República; em 1889 foi nomeado professor da Faculdade de Direito de Recife; foi eleito deputado federal em dois mandatos, 1894 e 1897, sendo também professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Ver, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Martins Júnior**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/martins-junior/biografia>. Acesso em: 17/03/2018.

³¹⁸ Arthur Oscar de Andrade Guimarães (1850-1903) foi um militar/general do exército brasileiro responsável pela 4ª expedição com destino a Canudos, a qual conseguiu destruir o povoado.

³¹⁹ Arquivo da Faculdade de Direito de Recife. Julgamento dos exames da 3ª série do ano de 1897.

³²⁰ Jornal de Recife, Cidade de Recife. Ano XLI, N. 57. Domingo, 13 de março de 1898.

³²¹ Jornal de Recife, Cidade de Recife. Ano XLI, N. 68. Domingo, 27 de março de 1898.

Elyseu Elias César, além de participar como orador em alguns atos e movimentações das elites sócio-políticas de Pernambuco, também tinha atuação em jornais do estado. Acabava utilizando-se desse espaço para mostrar a sua qualidade enquanto homem de “cor” letrado. Além da formação, os jornais e as qualidades literárias eram suas maneiras de se mostrar e de exibir suas distinções. Um homem de “cor” como Elyseu, precisava sempre estar se reafirmando em meio ao contexto adverso que se encontrava perante as escalas raciais da sociedade. A sua inserção na elite não significava o total esquecimento de sua identidade racial.

Em 07 de junho de 1898, no *Jornal de Recife*, já atuando no estado do Espírito Santo, Elyseu César, de passagem por Recife, era divulgado:

A bordo do S. Salvador, e com destino ao Estado do Espírito Santo, onde exerce o cargo de promotor público, passou por esta cidade, vindo da Parahyba, em companhia de sua Exma. Família o distinto e talentoso Sr. Dr. Elyseu Cezar. O digno moço teve a gentileza de nos visitar, pelo que sentimo-nos penhorados, desejando-lhe uma viagem feliz e brilhante futuro que merece pelas suas bellas qualidades moraes e intellectuaes³²².

No período de 1895 a 1898, Elyseu César percorria a navio os estados da Parahyba do Norte, Pernambuco e Espírito Santo. A movimentação entre esses estados acontecia boa parte por meio do mar, adiantando o percurso que por terra, no período, duraria mais tempo. Normalmente, as embarcações tinham destino inicial e final, fazendo paradas nos portos das capitais para subida e descida de passageiros, ocorrendo muitas vezes, relações e passeios nas cidades por meio dos que estavam a bordo. Essa mobilidade e circulação social possibilitava ao jovem aspirante à elite política, conseguir criar novas redes de sociabilidade que lhe serviriam em um outro momento na sua trajetória. Além disso, notamos a boa relação criada por Elyseu com alguns jornais e periódicos pernambucanos.

No ano de 1898, Elyseu Elias César, aos 26 anos de idade, recebia o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais:

Aos 10 de maio de 1898 n'esta secretaria da Faculdade de Direito do Recife, presente o senhor Dantas Joaquim Tavares de Mello Barreto, director da mesma faculdade, foi por este de conformidade com os artigos 113 e 114 do Decreto 2226 de um de fevereiro de 1896, conferido o grão de bacharel sciencias jurídicas e sociaes ao senhor Elyseu Elias César. E para constar lavrou-se o presente termo em que assigna o Dantas, director. [...] ³²³.

³²² *Jornal de Recife*, Cidade de Recife. Ano XLI, N. 124. Terça-feira, 07 de junho de 1898.

³²³ Registro de bacharel do ano de 1898. Arquivo da Faculdade de Direito de Recife.

O título de bacharel ainda era um lugar alcançado por poucos, principalmente para homens negros, como Elyseu. A formação em Direito, como no século XIX todo, auxiliou Elyseu a dinamizar e expandir suas possibilidades de ascensão no período. O título de bacharel dava prestígio e respeito, além de abrir o caminho da política, sabendo que boa parte dos protagonistas políticos brasileiros no século XIX possuíam essa formação.

Já empregado no Espírito Santo, com atuação e relação com outros estados por meio das questões republicanas, Elyseu César conseguia o título de bacharel, que o permitiu desejar espaços mais próximos ao poder.

O curso só durou 4 anos, indo de 1895 a 1898, tendo em vista que a reforma na duração do curso só ocorreu meses depois da sua matrícula, ficando dessa forma, fora do que englobava o novo decreto. O decreto de 30 de outubro de 1895, que reorganizava o ensino das Faculdades de Direito no Brasil, tendo como uma das principais mudanças, a duração do curso que era de 4 anos, para 5 anos³²⁴.

Voltando um pouco, lembremos da reforma de 1879, comparando a conclusão de Elyseu César com a percepção de José Murilo de Carvalho sobre a função de tal reforma, pensamos:

[...] A reforma de 1879 dividiu o curso em ciências jurídicas e ciências sociais, as primeiras para formar magistrados e advogados, nas segundas diplomatas, administradores e políticos.

A mudança era em parte forçada pelos desequilíbrios entre oferta e demanda de graduados. Já bem cedo começou a haver excesso de bacharéis em relação ao número de empregos abertos na magistratura. [...] O problema de excesso de bacharéis gerou o fenômeno repetidas vezes mencionados na época da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar o caráter clientelístico da burocracia imperial³²⁵.

Interessa-nos levantar a questão de que Elyseu, tendo conseguido o grau nos dois modelos (jurídicas e sociais), possibilitaria um leque maior de opções, coisa que o acadêmico negro fez na sua trajetória, atuando como advogado e conseguindo uma carreira política. Outro ponto que consideramos pertinente a Elyseu César, foi relacionarmos esse seu período de formação acadêmica como um ponto máximo do que seria esse excesso de bacharéis, cabendo aos novos candidatos às elites diversificarem mais suas atuações, devido à falta de ofertas suficientes para dar conta dos novos letrados. Neste sentido, Elyseu atuou em vários momentos como advogado, o que não consistia em um caminho comum para as elites de períodos anteriores do XIX, que pretendiam mais as cadeiras de magistrados. O excesso de bacharéis

³²⁴ BRASIL. Lei nº 314, de 30 de outubro de 1895. Reorganiza o ensino das Faculdades de Direito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-314-30-outubro-1895-540752-publicacaooriginal-41651-pl.html>. Acesso em: 17/03/2018.

³²⁵ CARVALHO, Op. Cit., 2008, p. 86-87.

abria a necessidade de atuação em outras áreas oriundas da formação em Direito, no caso de Elyseu, a advocacia. Como boa parte não conseguia o espaço como magistrados, restava a função de advogado que se aumentava.

Segundo Nóbrega, depois de formado em Direito e estando atuando em outro estado, Elyseu ainda participou de um evento na Faculdade de Direito Recife:

Naquela faculdade numa grande manifestação a José Joaquim Seabra³²⁶, que voltava do exílio, discursavam vários oradores. Eliseu falou representando os calouros, produzindo seu discurso, o mais eloquente de todos, de inapagável impressão. Abel da Silva³²⁷, seu companheiro de <<república>> e colega de estudo, a propósito, afirmou: << Eliseu estava eletrizante: sua voz de trovão, seus gestos largos, a vibração dos olhos, a inspiração de sua frase, a felicidade dos conceitos, tudo encantou o auditório. O próprio Seabra, observando-o, confessou-se admirado pelo talento do mestiço paraibano>>. ³²⁸

Elyseu, como podemos ver, da mesma maneira que agiu na Parahyba do Norte, fez em Pernambuco alianças e conchavos, que lhe permitiram destacar-se no período em estados distintos e distantes, cada vez mais expandindo relações e provando a sua mobilidade social e sua capacidade de criar redes de sociabilidade.

3.3 Espírito Santo e São Paulo: atuação profissional e carreira pública no início da República

Elyseu Elias César viveu em três estados brasileiros ao sul do país e três ao norte. No Espírito Santo e São Paulo, a sua passagem foi curta, porém, percorrendo espaços de destaque. A escolha de discutir a passagem de Elyseu pelo Espírito Santo e São Paulo em um só ponto, aconteceu devido a terem sido menos duradouras do que nos demais estados que atuou.

Elyseu no Espírito Santo, assim como em outros estados que viveu, estabeleceu relações com as elites dominantes, exercendo algumas funções e comungando em eventos com as elites. Dentre os cargos que teve no estado, ele foi promotor público da capital espírito-santense, além de ser redator de jornais, ter escritório de advocacia e ser secretário da Comissão de Terras da capital. Sua passagem pelo estado foi curta, permanecendo entre 1897 e 1900, tempo suficiente para circular e disputar espaços de poder no estado. A sua ida para Vitória ocorreu provavelmente, por influência política de um outro parahybano que morava e tinha cargo

³²⁶ José Joaquim Seabra (1855-1942) foi um político e jurista baiano que conseguiu altos cargos na política brasileira, como: deputado federal, senador e ministro. Ver, COUTINHO, Amélia. José Joaquim Seabra. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-seabra>. Acesso em: 18/03/2018.

³²⁷ Abel da Silva era filho do jornalista e político Joaquim José Henrique da Silva que conseguiu uma carreira como deputado provincial. Ver, Barbosa (2009).

³²⁸ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 289.

importante no estado. Foi para o Espírito Santo e pouco depois, sua família (esposa e filhas) também o seguiu.

Em São Paulo, Elyseu César não alcançou muito sucesso profissional e ficou menos de um ano no estado. Nesse curto intervalo de tempo, foi redator de um jornal na cidade de Santos e atuou como advogado em um caso de repercussão na cidade.

A trajetória de Elyseu no Espírito Santo, como dito anteriormente, ocorreu em meio a um período em que ele circulava frequentemente entre três estados. Suas alianças políticas, estudos e profissão o faziam circular entre a Parahyba do Norte, Pernambuco e Espírito Santo.

O Espírito Santo, no início da República, enquadrava-se no padrão do período, como um estado que como outros, almejava inserir-se em um processo de industrialização e modernização, saindo da dependência do seu vizinho, o Rio de Janeiro. Contudo, Rostoldo, que discutiu o período da *Belle Époque* do Espírito Santo, diz sobre Vitória que: “[...] A Capital do Espírito Santo, no início da República, era uma cidade sem expressão e, praticamente, de estrutura colonial. [...]”³²⁹. O Espírito Santo era visto como um território atrasado e que precisava se inserir na construção do estado moderno e civilizado brasileiro. A cidade de Vitória nesse contexto, iniciou um processo de modernização, dedicando-se a sair do atraso em comparação a outros estados.

O estado e a capital do Espírito Santo possuíam suas oligarquias fortes e grupos políticos dominantes que se revezavam no poder. Dentre os nomes dos políticos que comandaram o estado e a capital nesse período, temos José de Melo Carvalho Moniz Freire, homem forte do estado, que construiu uma trajetória no topo do poder provincial/estadual desde o Império. Ele foi deputado provincial no Império, e na República, comandou o Partido Republicano Constructor, sendo Presidente de Estado por duas vezes e senador durante dez anos. Graciano dos Santos Neves (1868-1922), Constante Gomes Sodré (1850-1921) e José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (1864-1902) foram três nomes que assumiram o cargo de Presidente do Estado, respectivamente em 1896, 1897 e 1898, com mandatos curtos, mas dominando o cenário local ao lado de Moniz Freire e o Partido Constructor. Todos esses nomes locais transitavam nos mesmos lugares que Elyseu passou no estado durante os três anos que esteve no Espírito Santo.

Sueth, que estudou o período que compreende a Primeira República no Espírito Santo, atentou principalmente para dois nomes fortes no estado: Moniz Freire e Jerônimo Monteiro,

³²⁹ ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na belle époque capixaba**: espaço urbano, poder e sociedade. São Paulo: Tese (doutorado), USP, 2008, p. 196. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-140816/pt-br.php>. Acesso em: 03/09/2018.

no espaço-temporal de 1892 a 1912. O signo de tentativa da “libertação” da dependência ditava as aspirações das elites espírito-santenses no período.

A hipótese sobre a qual pretende-se trabalhar é a de que existiu efetivamente, entre 1892 e 1912, uma heteronomia, uma dependência, uma subordinação do Espírito Santo [...] Ora, se o Brasil é o Rio de Janeiro, então este é o planeta e os outros, entre os quais está o Espírito Santo, recebem sua influência e, portanto, tem sua autonomia limitada³³⁰.

A dependência era ao estado do Rio de Janeiro que, como capital do país, concentrava as decisões e poderes, além de que, vizinha ao Espírito Santo, exercia sua influência de forma mais acentuada no estado. A economia do estado no período que Elyseu esteve atuando na cidade, girava em torno do café, que enriquecia alguns fazendeiros no estado. Contudo, o café nas primeiras décadas do século XX, diferente do final do XIX, passava por uma crise estrutural, atrapalhando o processo de modernização do Espírito Santo, que depositava suas esperanças na produção do café.

O Espírito Santo passou por uma mudança na dominação estadual no fim da primeira década do século XX. Chegou ao poder Jerônimo Monteiro, que tinha o apoio de Afonso Pena e que havia articulado influências no estado. Jerônimo conseguiu o apoio do partido dominante, o Partido Republicano Constructor e candidatou-se à presidência do estado. Muniz Freire continuava como o homem mais politicamente influente do estado do Espírito Santo, pois ocupava o cargo de senador no período e o PRC estava sobre seu domínio.

Pires, sobre o processo de modernização na cidade de Vitória, acrescentou sobre o período e o contexto da cidade no início do século XX e da República que:

Em Vitória, como na maioria das metrópoles modernas, o projeto da modernidade promovido pelas instituições públicas foi alicerçado no discurso proferido por intelectuais, através da imprensa, e acatado pela elite local, embora confrontado cotidianamente pela memória viva da sociedade. [...] Com base na constatação deste evento “modernizatório”, imposto em Vitória no começo do século XX torna-se possível argüir que tais reformas, apesar do tom autoritário e do cunho essencialmente burguês, eram imprescindíveis para a consolidação do caráter de pólo comercial da Capital, bem como foi um momento de suma importância para a renovação dos hábitos higiênicos e sanitários da sociedade capixaba. Em todo este conjunto de remodelações, cujo objetivo principal foi “urbanizar e civilizar”, ficou explícito a necessidade de converter Vitória numa metrópole moderna, conforme os moldes estéticos, urbanístico e econômico europeus, atraindo os investimentos externos³³¹.

³³⁰ SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Dissertação (mestrado), UFES, 2004, p. 16. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/3396/1/tese_3397_José_Cândido_Rifan_Sueth.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

³³¹ PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernização na construção da capital capixaba. **Saeculum** (UFPB), v. 01, p. 94-106, 2006, p. 104. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/11344/6458>. Acesso em: 03/09/2018.

Esse processo de modernização e de consolidação de Vitória iniciava-se desde os fins do XIX, com a expansão do café na economia, acontecendo no primeiro mandato de Moniz Freire e tendo continuidade na sua segunda passagem pelo cargo de administrador do estado. Esse era o contexto do estado quando Elyseu tornou-se funcionário espírito-santense. Elyseu chegava em um estado recém-comprometido com um projeto de crescimento econômico, que no final das contas, não aconteceu como esperado.

Em 17 de março de 1897, era anunciado a nomeação de Elyseu César para o cargo de promotor público da cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo³³². A nomeação foi concedida por meio do Procurador Geral do Estado, Getúlio Serrano. Getúlio Augusto de Carvalho Serrano (1850-) foi um parahybano formado em Direito em Recife, que atuou na Parahyba do Norte como promotor público, no Pará como juiz municipal e no Espírito Santo como procurador-geral, chefe de polícia, desembargador do Tribunal de Justiça e por último, presidente do Tribunal de Justiça³³³.

Getúlio Serrano era um homem influente no estado do Espírito Santo e articulado com outros estados brasileiros. Os cargos que exerceu comprovam como ele possuía poder para nomear Elyseu. Essas constatações indicam-nos que Getúlio Serrano pode ter sido o “padrinho” político de Elyseu no estado, sabendo que não seria comum um “não nativo” ser escolhido para exercer um cargo crucial e central na administração pública e nos interesses políticos de quaisquer estados no período.

Ser promotor público no Espírito Santo era estar a um passo da Capital. O estado capixaba era vizinho do Rio de Janeiro e tinha relações diretas com a política dominante no Brasil. Para Elyseu, por ser um homem negro, ser capaz de ocupar um cargo como o de promotor, comprova o seu protagonismo e inteligência perante os mecanismos sociais aos quais precisava adequar-se. Este lugar de poder assumido era reservado para poucos, principalmente um homem de “cor” e nativo de outro estado distante.

Lugar de confiança das elites políticas locais, a função de promotor da capital do estado do Espírito Santo comprova que alguma relação Elyseu possuía com o estado, pois era comum escolher um nome natural espírito-santense que já comungasse da lógica de dominação do estado.

³³² O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 63. Quarta-feira, 17 de março de 1897.

³³³ **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. Memorial: Getúlio Augusto de Carvalho Serrano.** Disponível em: http://www.mpes.mp.br/memorial.2.0/procuradores/pdf/Getulio_Augusto_de_Carvalho_Serrano.pdf.

O cargo de promotor público no Império, de acordo com a lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841, seria de nomeação e demissão por parte do Imperador ou dos Presidentes de Província, servindo pelo tempo que esses achassem conveniente, dando preferência aos que já fossem formados³³⁴. Na República ocorreu uma mudança, o cargo ficava sob responsabilidade da nomeação do procurador-geral do estado.

As relações que Elyseu começava a articular no estado apareceram logo no mês seguinte a sua nomeação, quando o jovem visitou o jornal *Commercio do Espírito Santo*, como foi noticiado no jornal:

Promotor de Justiça

Tivemos hontem o prazer de conhecer o dr. Eliseu César, illustre moço a quem vem exercer nesta capital o cargo de promotor de justiça.

Inteligente e dedicado, é de esperar que s. s. desempenhe com brilhantismo as funções do árduo cargo para o qual fôra nomeado.

A vida prática é a pedra de toque dos caracteres trabalhadores e honrados, e no Espírito Santo o dr. Eliseu encontrará um vastíssimo campo para revelação dos seus dotes moraes³³⁵.

O dia 23 foi o dia em que assumiu o cargo na capital capixaba. A nomeação de Elyseu César mostra que, além de seus dotes como intelectual, a expansão das suas redes de sociabilidade, antes restritas ao Norte, entre Parahyba e Pernambuco, agora já atingiam outras regiões do país.

A sua primeira atuação noticiada em jornais como promotor público da cidade de Vitória, ocorreu em 11 de junho de 1897, quando participou do tribunal e venceu o julgamento do réu Francisco Schmidt, que foi condenado a 24 anos de prisão³³⁶. Em 11 de julho de 1897, atuava novamente em outro caso no tribunal, obtendo a condenação também a 24 anos, do réu Marcellino Jeronymo da Silva, que havia assassinado um soldado na capital do estado³³⁷. Aparentemente, em suas atuações como promotor, Elyseu conseguia êxito, demonstrando a sua habilidade na oratória e o domínio nas questões do Direito.

Elyseu ocupou-se bastante em criar relações e alianças nos estados que percorreu. No Espírito Santos não foi diferente, procurando desde o princípio de sua chegada no estado, expandir as redes que o levaram a ocupar tal cargo. Era divulgado em 27 de abril, pouco depois

³³⁴ BRASIL. Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm. Acesso em: 27/03/2018.

³³⁵ Commercio do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano VII, N. 95. Sexta-feira, 23 de abril de 1897.

³³⁶ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 159. Domingo, 11 de julho de 1897.

³³⁷ Commercio do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano VII, N. 161. Domingo, 11 de julho de 1897.

de assumir o cargo de promotor, que Elyseu havia sido convidado pelo tenente-coronel Barbosa Brandão³³⁸ para uma solenidade na Loja Maçônica União e Progresso:

Loja União e Progresso

Com a maior solennidade realizou-se na noite do dia 24 do corrente, a posse das Luzes e Dignidades da Loja Maçônica <<União e Progresso>>.

O orador official nosso prestimoso amigo e dedicado companheiro de trabalho, sr. Elpídio Boamorte, fallou de modo apreciável, sendo justamente applaudido ao terminar a sua bem elaborada oração.

Fallaram ainda os srs. drs. Estevão de Siqueira e Eliseu Cezar, que foram saudados com salvas de palmas.

O dr. Elyseu revelou os seus dotes oratórios em extenso improviso, comprovando assim a lisonjeira nomeada que o circunda.

O sr. tenente-coronel Barbosa Brandão, em nome da Loja e na qualidade de Venerável, agradeceu aos convidados presentes a acceitação dos convites, dirigindo ainda os seus agradecimentos ás exma. senhoras pelas suas honrosas presenças á festa de tão útil associação [...] ³³⁹.

Esses eventos e reuniões organizadas por membros da sociedade da Primeira República, demonstravam como as elites se organizavam e costuravam relações sociais entre si, convidando amigos e correligionários para fortalecer alianças. Elyseu César, participando desses eventos, comprovava como estava alijado e ciente dos mecanismos precisos para se firmar enquanto homem negro numa sociedade racista. A sua constante mobilidade social apresentou-nos uma característica dos Oitocentos para as elites, como também mostra que um homem negro, mesmo letrado, necessitava filiar-se a outros membros da sociedade para circular nos espaços de poder.

Nos seus primeiros momentos na cidade de Vitória, foi organizado um banquete, no qual estavam presentes os membros da elite do estado, para a comemoração da posse do bispo D. João Nery:

O banquete

As sete horas da noite, presentes os representantes dos poderes do Estado, do clero espírito-santense, do commercio d'esta capital, médicos, advogados, funcionários públicos e jornalistas, deu-se começo ao banquete em commemoração da posse do nosso primeiro bispo.

Na mesa, em forma de T, assumiu a presidencia s. ex. o sr. D. João Nery, tendo a sua direita o dr. Graciano Neves, presidente do Estado, o sr. Estevão de Siqueira, ministro presidente da Côrte de Justiça, dr. Elyseu Cezar, promotor de justiça da capital e a esquerda, monsenhor Pedrinha, monsenhor Marty, secretario geral da Diocese, conego Meirelles [...]

[...] Seguindo com a palavra o dr. Elyseu Cezar, discursou brilhantemente, saudando ao espírito superior, ao grande brasileiro e estadista, dr. Moniz Freire, cujos títulos de benemerência eram reconhecidos em toda a federação brasileira. Este brinde foi

³³⁸ João Antunes Barbosa Brandão (1836-1902) foi um importante chefe militar do estado do Espírito Santo, que participou da Guerra do Paraguai.

³³⁹ Commercio do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano VII, N. 97. Terça-feira, 27 de abril de 1897.

correspondido delirantemente, executando a banda de música Hymno Nacional. [...] ³⁴⁰.

A presença de Elyseu ao lado de outras autoridades locais, mostra a relevância do cargo ocupado por ele, como a necessidade de estar sempre presente nesses momentos de confraternização e conformações sócio-políticas do estado. Elyseu aprendeu, durante seu período no curso de Direito de Recife e em sua mocidade na Parahyba, a relevância de se estabelecer na sociedade, apresentando-se sempre como orador, lugar de destaque nos eventos. Na cerimônia, Elyseu César dirige saudações a Moniz Freire, que representava o poder dominante e político no estado do Espírito Santo. Tal ato manifestava a aceitação de Elyseu ao domínio das elites locais, as quais tentava inserir-se nas redes de sociabilidade.

Depois de concluída a eleição e a nomeação dos deputados espírito-santenses em 1897, o Partido Republicano Constructor, o qual Elyseu compactuava, elegeu três membros. Em 10 de junho de 1897, ao lado de outros nomes locais, Elyseu assinou uma fala no jornal *O Estado do Espírito Santo*, protestando quanto a nomeação de um deputado que perdeu nas urnas:

O povo espírito-santense, representado pela população de Victoria, em meeting na praça publica, lamentando que a cadeira confiada no seio da representação nacional, pela maioria dos seus suffragios, ao dr. José Monjardim, esteja indevidamente occupada pelo dr. Torquato Moreira³⁴¹, repta este cidadão, em nome da integridade e princípios republicanos, para que restitua a soberania eleitorado espírito-santense mandato que usurpou³⁴².

Assinam a fala/protesto outros nomes como o do Coronel Augusto Calmon³⁴³, diretor político do jornal *O Estado do Espírito Santo*. O envolvimento político das elites era nítido na trajetória de Elyseu, que sempre buscou ter acordos e posicionar-se perante contextos sociais e políticos por onde passou.

A neutralidade política para as elites ou aspirantes dela, no início da República, seria uma atitude pouco provável e até malvista. Normalmente, escolhia-se um lado ao qual defender e raramente mudava-se de opinião. Elyseu, conquistando um cargo público de importância no Espírito Santo, dificilmente não se utilizou de alianças políticas. Contudo, em uma manifestação depois do reconhecimento pela Câmara Federal dos deputados do Partido Constructor: Galdino Loreto, Jeronymo Monteiro e Pinheiro Júnior, o jornal o apontou sua

³⁴⁰ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 117. Terça-feira, 25 de maio de 1897.

³⁴¹ Torquato Moreira era diretor-político do jornal *Commercio do Espírito Santo*.

³⁴² O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 110. Quinta-feira, 10 de junho de 1897.

³⁴³ Augusto Calmon foi secretário geral do estado do Espírito Santo; diretor e escrivão do Tesouro; deputado estadual pelo Espírito Santo e diretor político de alguns jornais no estado. Ver, Revista “Revista da Semana”, 24 de maio de 1908. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/025909_01/7562. Acesso em: 27/03/2018.

participação e posicionamento como: “[...] Nessa ocasião fallaram por parte dos manifestantes o dr. Elyseu Cesar, promotor público, recentemente chegado, **sem profissão de fé política, e sem ligação ao Estado** [...]”³⁴⁴ (grifos nossos). Como é possível entender a nomeação para um cargo de tamanha relevância para a sociedade sem influência política ou ligações com redes de relações sociais em torno do Estado? Compreendendo que a historiografia consagrou esse momento da história do Brasil como aquele dominado pelas oligarquias e conchaves políticos entre as três esferas políticas que se complementavam e auxiliavam no domínio do poder. Dificilmente poderemos entender que Elyseu não exercia “profissão de fé política” na cidade de Vitória. Como comentado acima, existiam contrerrâneos parahybanos em cargos de poder no Espírito Santo e que possibilitaram Elyseu chegar a este estado.

No estado do Espírito Santo, em meio as pesquisas, notamos uma divergência política entre dois jornais que atuavam na capital Vitória. Esses jornais eram *O Estado do Espírito Santo* e o *Commercio do Espírito Santo*. Os redatores trocavam acusações e provocações entre os dois órgãos nas páginas diárias de seus jornais, utilizando os nomes que estavam atribuídos a suas lideranças ou confrades. Elyseu chegou a colaborar com *O Estado do Espírito Santo*, como redator do jornal.

Em um episódio narrado no *Commercio do Espírito Santo* em 08 de agosto de 1897, o jornal devolveu acusações que provavelmente foram feitas pelo seu opositor da imprensa, citando nomes como o de Elyseu César e de Augusto Calmon (diretor-político do *O Estado do Espírito Santo*):

[...] Esses altos funcçionarios não têm sido atacados do modo por que phantasia o sr. Gonçalo. Os seus actos é que tem sido simplesmente stigmatisados, isto é, a impunidade de criminosos, como sejam os srs. Elyseu Cezar, Augusto Calmon e os membros da commissão de desforço colectivo pessoal, que foram intimar o nosso prestimoso amigo dr. José Horácio Costa, cuja responsabilidade cabe inteira à s. s. e aos demais funcçionarios que cita – pela indiferença que mantiveram e continuam a manter. [...] ³⁴⁵.

Teria sido o episódio um dos momentos de confronto político protagonizado por Elyseu nas terras espírito-santenses, na qual a sua recém-chegada ao estado não o impediu de posicionar-se e apoiar determinado grupo. O jornal na mesma edição ainda acusou Elyseu de ter ameaçado de morte o redator chefe do *Commercio do Espírito Santo*, caso que comprovava as contendas políticas dos dois jornais e partidos políticos, como também a qual lado do poder no Espírito Santo Elyseu estava vinculado.

³⁴⁴ O Cachoeirano, Cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Ano XX, N. 24. Domingo, 20 de junho de 1897.

³⁴⁵ Commercio do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano VII, N. 185. Domingo, 08 de agosto de 1897.

Os dois partidos do estado no período correspondiam aos dois jornais de maior circulação na capital. O primeiro chamava-se Partido União Republicana Espírito-Santense, que reunia nomes do estado referentes aos interesses agro fundiários e a membros da burocracia militar. O segundo era do Partido Republicano Constructor, agregando membros com interesses mercantil-exportadores devido a questão do café no estado. Ambos os partidos foram fundados em 1890, contudo, o domínio das decisões políticas do estado esteve, na maioria do tempo, nas mãos do Partido Constructor, que se consolidou no poder com outras alianças até 1930³⁴⁶. Elyseu, enquanto esteve no Espírito Santo, relacionou-se ao Partido Constructor, demonstrando que estava consequentemente mais próximo do poder e das elites dominantes locais. Era impossível não se inserir nas redes sociais, mas no conjunto existir-se-ia o ônus ou bônus de ter partido nas disputas.

Com atestado médico em novembro de 1897, Elyseu tirava trinta dias de licença com metade de seus ganhos no cargo. A doença lhe assolou próximo a seus exames na Faculdade de Direito de Recife, que ocorreram no mês de dezembro, em Pernambuco. A notícia não citava qual a doença que assolou Elyseu³⁴⁷.

No começo de 1898, o jovem parahybano recebeu em sua homenagem um opúsculo³⁴⁸ do dr. Pessanha Póvoa (1837-1904)³⁴⁹, o qual constava também de uma biografia do dr. Barros Júnior (1832-1912)³⁵⁰. Ambos os nomes que aparecem associados a figura de Elyseu César constituíam-se de sujeitos articulados e consolidados nas elites do poder³⁵¹.

Como dito em outros momentos, a circulação social de Elyseu no período era agitada, tendo que prestar exames na FDR, trabalhar no Espírito Santo e visitar amigos na Parahyba do Norte (reforçando alianças). No mês de abril, em Vitória, sabia-se que ele prestou exames em Recife³⁵². Em junho, ele já estava voltando com sua família (esposa e filhas) a bordo da embarcação Maranhão³⁵³. Essa constante circulação pode ter contribuído para difundir as redes

³⁴⁶ ROSTOLDO, Op. Cit., 2008, p. 56.

³⁴⁷ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 262. Domingo, 07 de novembro de 1897.

³⁴⁸ Opúsculo é um folheto ou livro pequeno de cunho literário/artístico.

³⁴⁹ José Joaquim Pessanha Póvoa, nascido no Rio de Janeiro foi um jornalista, advogado, funcionário público e literato. Faleceu na cidade de Vitória-ES. LITERATURA DIGITAL. **Pessanha Póvoa**. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=5522>. Acesso em: 27/03/2018.

³⁵⁰ João Antônio de Barros Júnior nasceu no Rio de Janeiro, foi um advogado, juiz, desembargador, jornalista, pintor e poeta. Faleceu em Curitiba-PR. MARQUES, Joaquim Ricardo. Des. João Antônio de Barros Junior. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-joao-antonio-de-barros-junior/397262?inheritRedirect=false. Acesso em: 27/03/2018.

³⁵¹ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVI, N. 76. Sexta-feira, 01 de abril de 1898.

³⁵² O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 92. Sexta-feira, 22 de abril de 1898.

³⁵³ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 136. Domingo, 12 de junho de 1898.

de sociabilidade de Elyseu, sendo esses espaços utilizados por membros com determinadas distinções.

As constantes idas e vindas de Elyseu eram noticiadas nos jornais, auxiliando-nos a entender como eram feitos os trajetos entre esses estados e como eram complexas suas redes de sociabilidade. Primeiro vejamos como foi relatado sua visita de passagem ao jornal *Commercio de Alagoas*:

<<Esteve hontem nesta capital, vindo do estado da Parahyba, onde se achava a alguns mezes, o sr. dr. Elyseu Cezar.

Seus amigos e admiradores foram após a chegada do paquete³⁵⁴ recebê-lo, sendo hospedado no hotel Nova Cintra, onde **foi-lhe oferecido um lauto almoço, trocando-se entusiasticos brindes, erguidos por distintos cavalheiros dentre os quaes notavam-se o dr. João Cavalcante, Capitão Manoel Nolasco, coronel Faria Maia, Marques de Carvalho, vigário José Teixeira e outros.** O dr. Elyseu Cezar é um jornalista de mérito e um notável tribuno, bastante conhecido em todo o paiz. Occupa o cargo de promotor público na capital do Estado do Espírito Santo, onde há se distinguido pelo seu grandioso talento e muito amor e civismo pela causa santa da democracia brasileira.

É atualmente um dos redactores do jornal *O Estado do Espírito Santo*, onde tem feito jus aos encômios da população daquelle Estado.

Ao dr. Elyseu Cezar agradecemos a gentileza da visita com que fomos honrados e desejamos-lhe ótimo viagem.>>³⁵⁵ (grifos nossos).

O jornal alagoano nos deu indícios de como Elyseu era articulado, sabendo cultivar alianças políticas e amizades com pessoas do poder em vários estados diferentes. No caso de Alagoas, sua passagem pela capital foi noticiada com recepção de alguns membros das elites locais, com um representante militar, uma autoridade religiosa e um coronel (mandatário local). Elyseu César firmava seu nome no cenário nacional à medida que se movia socialmente entre tantos estados e se relacionava com tantos nomes políticos e literários. Na mesma viagem, outro jornal, chamado *Quinze de Novembro*, noticia a passagem de Elyseu:

<<Tivemos hontem o prazer da visita o eminente orador parahybano dr. Elyseu Cezar, uma das mais promissoras glórias da mocidade actual.

O talentoso moço, recentemente formado, foi distinguido com uma nomeação para o Estado do Espírito Santo, para onde seguiu hontem.

Agradecendo a satisfação que nos deu, auguramos ao jovem orador boa viagem.>>³⁵⁶.

A aparição do nome de Elyseu no noticiário desses jornais possibilitou-nos entender como dava-se a troca de informações e elogios entre os jornais e seus membros. As notícias foram ambas divulgadas pelo *O Estado do Espírito Santo*, que tinha Elyseu como seu redator, o que garantiria mais prestígio ao jornal espírito-santense, usando o nome do parahybano.

³⁵⁴ Paquete era a denominação dada a antigos navios de luxo de grande velocidade, geralmente movidos a vapor. Eram frequentemente utilizados no período.

³⁵⁵ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVII, N. 141. Sábado, 18 de junho de 1898.

³⁵⁶ *Ibidem*.

O jornal *Gazeta Litteraria*, em 01 de janeiro de 1899, trouxe a notícia da criação de um novo periódico chamado *Gazeta do Povo*, que teria como redator Elyseu Cesar³⁵⁷. No dia 15 de janeiro, a *Gazeta do Povo*³⁵⁸ ganhou o seu primeiro exemplar em Vitória³⁵⁹. Nas páginas do periódico, foi agradecida a notícia de sua circulação, além de anunciar o escritório de advocacia de Elyseu César e Estevão Siqueira na rua Domingos Martins.

Em abril de 1899, Elyseu regressava de uma visita feita ao Rio de Janeiro. Tal visita indica um dos primeiros momentos do parahybano no Rio de Janeiro, talvez iniciando redes de sociabilidade ou aprofundando-as para futuros próximos, criando alternativas, coisa que se concretizou mais adiante na sua trajetória³⁶⁰.

A sua oratória caracterizava-o como grande intelectual e tribuno, sendo convidado para falar em manifestações, reuniões e eventos nos estados que viveu. No Espírito Santo permaneceu com esse estilo de atuação, em 20 de abril de 1899, dizia-se que seria um dos responsáveis pelas falas em homenagem a Tiradentes em uma festa literária que ocorreria no dia seguinte, com arrecadação de fundos para a Santa Casa da Misericórdia da capital³⁶¹.

No Espírito Santo, em junho de 1899, encontramos outra atuação de Elyseu em função pública, correspondendo a designação de secretário da Comissão de Terras de Vitória. Tal atribuição demonstra a versatilidade de atuações do intelectual negro³⁶². A posição de secretário colocava-o mais próximo dos líderes estaduais, sendo cargo de nomeação e confiança.

O cargo na Comissão de Terras exigia uma minuciosa articulação com as elites locais, uma vez que iria titular terras. Como no Império, a Lei de Terras³⁶³ na Primeira República não teve sua aplicação devida, sendo que muitos proprietários permaneceram na ilegalidade diante do governo republicano.

A ideia de fracasso da Lei de Terras esteve presente nas mais diversas regiões do Império, conforme mostram os relatórios de presidentes de província, especialmente em razão da falta de trabalhos expressivos de demarcação das terras públicas e do “baixo” número de processo de revalidação e legitimação de terras. [...] O Governo Imperial estava ciente de que a “aplicação rigorosa” da Lei certamente lhe traria um ônus político³⁶⁴.

³⁵⁷ *Gazeta Litterária*, Cidade de Vitória. Ano I, N. 1. Domingo, 01 de janeiro de 1899.

³⁵⁸ A Hemeroteca Nacional Digital só possui o primeiro exemplar do jornal disponível no seu site.

³⁵⁹ *Gazeta do Povo*, Cidade de Vitória. Ano I, N. 1. 15 de janeiro de 1899.

³⁶⁰ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVIII, N. 78. Quinta-feira, 06 de abril de 1899.

³⁶¹ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVIII, N. 89. Quinta-feira, 20 de abril de 1899.

³⁶² O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVIII, N. 128. Quarta-feira, 07 de junho de 1899.

³⁶³ BRASIL. **Lei nº 601 de 18 setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 29/06/2018.

³⁶⁴ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p. 214. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1249.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

A República era governada pelas elites rurais locais e os governadores de estado, dificultando ainda mais qualquer mudança na demarcação de terras. O provável revés na política com tais imposições restringia a cobrança por parte do governo de ter de fato a Lei de Terras aplicada.

Sobre a presença de um setor organizado de terras no Espírito Santo, Bernardo Neto diz: “A ausência de mercado de terras parece ter persistido no Espírito Santo mesmo após a abolição da escravidão, dada a imensa extensão de terras devolutas e a dificuldade ou mesmo desinteresse das autoridades em efetivar, na prática, a Lei de Terras de 1850”³⁶⁵. O Espírito Santo no começo do século XX estaria passando por um momento de crise no café. A crise no café para o autor, fazia com que terra não tivesse o mesmo valor de outrora, sendo de pouco interesse ocupa-la ou regulariza-la³⁶⁶. Entretanto, discordamos de tal afirmação, sabendo que a posse da terra no período dominado pelos coronéis era um dos elementos principais na sua legitimação política no poder.

Elyseu, como secretário da Comissão de Terras, teria contato direto com os detentores do poder local, que poderiam lhe buscar na tentativa de regulamentação de terras. A função seria central na articulação do poder na Primeira República, mesmo que o Espírito Santo não possuísse um mercado de terras forte como outros estados brasileiros.

Em 10 de março de 1900, o jornal *O Estado do Espírito Santo* noticiou a apuração da votação para a escolha de Presidente e Vice-presidente do estado do Espírito Santo³⁶⁷. Foi eleito pela votação para Presidente do Estado, o dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire (1861-1918) com 739 votos e para Vice-presidente, o dr. Constante Gomes Sodré (1850-1921) com 718 votos. Elyseu César candidatou-se ao cargo de Vice-presidente nesse ano, conseguindo apenas um voto na eleição. O protagonismo e articulação de Elyseu colocaram-no em condição de se candidatar a um cargo de extrema importância na política no período. Elyseu enquadra-se na característica do excepcional normal, um homem negro que chegou a concorrer a tal cargo no Espírito Santo, uma província vinculada diretamente ao Rio de Janeiro e conseqüentemente, à Corte. Contudo, consegue tal façanha por meio da sua capacidade articulatória nas relações sociais com os membros do poder.

³⁶⁵ BERNARDO NETO, Jaime. **Pequenas Propriedades Rurais e Estrutura Fundiária no Espírito Santo**: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas. Monografia em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009, p. 90. Disponível em: http://www.geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/m_jaimeneto.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 77-78.

³⁶⁷ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XVIII, N. 58. Sábado, 10 de março de 1900.

Vencedor para Presidente do Estado, Moniz Freire voltava a ocupar o cargo e continuar como principal nome das elites locais, como mandatário do partido Constructor. Da mesma maneira, o Vice-presidente eleito também já havia ocupado o cargo, assim como também já tinha sido Presidente. Elyseu não teria chance alguma contra adversários tão estabelecidos e fortes no estado, principalmente sendo ele aliado de alguns desses nomes.

Nos anos de 1901 e 1902, Elyseu ainda aparecia alistado como votante na capital do Espírito Santo. Relevamos isso em sabermos que nesse mesmo período, Elyseu se encontrava vinculado a outro estado brasileiro, o Pará³⁶⁸. Abordamos os motivos da mudança e atuação de Elyseu no Pará no capítulo seguinte.

Saímos momentaneamente da sequência cronológica da atuação de Elyseu para chegarmos a sua passagem rápida pelo estado de São Paulo. Elyseu desembarcava na cidade de Santos, onde desempenhou por um curto espaço de tempo a função de jornalista e advogado no estado.

Em 1914, depois de saído do Pará e de uma passagem pelo Rio de Janeiro, Elyseu desembarcou em Santos, vindo a bordo do vapor nacional *Orion*³⁶⁹. A mudança para Santos foi mais uma tentativa de Elyseu se reinventar politicamente e criar novas relações sociais. Saído do Pará depois de derrota na política, passa rapidamente pela capital da República e vai tentar a sorte em Santos.

O jornalista, político e poeta negro parahybano, chegava a cidade de Santos para desempenhar o cargo de redator do jornal *A Tribuna*. Esse jornal santista chamava-se anteriormente *A Tribuna do Povo*, tendo sido fundado em 1894, pelo maranhense Olímpio Lima e desde seus primórdios, tomou partido contra o governo republicano. O jornal foi empastelado duas vezes devido a posicionamentos políticos. Mudou de dono em 1907, depois da morte de Olímpio e em seguida foi vendido em 1909³⁷⁰. O jornal era um dos maiores do estado e o maior da cidade de Santos, tendo espaço de destaque na imprensa do período.

Em 05 de junho de 1914, era dito que deixava o cargo que a pouco chegou para ocupar, dedicando-se unicamente no momento à advocacia na cidade de Santos³⁷¹. Um mês depois, outro jornal paulista afirmava: “[...] Informamo-nos que esse jornalista assim procedeu por não ser solidário com a actual orientação política daquela folha”³⁷². Notamos mais uma vez filiação

³⁶⁸ O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XX, N. 62. Sexta-feira, 12 de julho de 1901.

O Estado do Espírito Santo, Cidade de Vitória. Ano XXI, N. 153. Quarta-feira, 02 de julho de 1902.

³⁶⁹ Correio Paulistano, Cidade de São Paulo. N. 18.163. Quarta-feira, 11 de fevereiro de 1914.

³⁷⁰ ALVES, Alexandre. A imprensa na cidade de Santos: 1849-1830. **Projeto História** (PUCSP), v. 35, p. 39-62, 2007. Disponível em: <http://novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0318y15.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

³⁷¹ A Gazeta, Cidade de São Paulo. Ano IX, N. 2.490. Sexta-feira, 05 de junho de 1914.

³⁷² Correio Paulistano, Cidade de São Paulo. N. 18.276. Sábado, 06 de junho de 1914.

partidária de Elyseu, que não concordando com as posições do jornal, preferiu deixar a sua redação e tentar a sorte de outras maneiras na cidade.

A advocacia não lhe rendeu os frutos desejados por Elyseu César em Santos, saindo ainda no mesmo ano e voltando ao Rio de Janeiro, onde sua trajetória findava com a participação em outros cenários e espaços. Sua trajetória foi marcada principalmente por cargos públicos, aos quais lhe permitiam mais protagonismo e dependiam diretamente de suas redes de sociabilidade.

Os cargos públicos eram o que os aspirantes ao poder buscavam, sabendo que nesses espaços ocorriam as negociações e se firmavam alianças políticas e sociais para definir os rumos do Estado. O funcionalismo público era reservado diretamente para essas pessoas que seriam os aspirantes às elites do poder.

4 O ÁPICE E O FIM DA TRAJETÓRIA DE UM HOMEM DE “COR” NAS ELITES POLÍTICAS BRASILEIRAS

[...] Ali foram grandes a sua ascensão e sua queda, em que se arrojou por fidelidade partidária aquele senador, de que se foi sempre intransigente e amado prosélito. [...] Caiu com o eminente senador Lemos, embora a sedução dos traidores procurasse envolvê-lo na teia maldita da ingratidão.

[...] Em 1912, na derrubada de Antônio Lemos, Eliseu deixa para sempre Belém. Foi se exilar no Rio de Janeiro. [...] Eliseu Cesar, no Rio, sofre a mais intensa agrura, a pobreza³⁷³.

Neste capítulo, propomos acompanhar a trajetória de Elyseu mais especificamente nos estados brasileiros do Pará e do Rio de Janeiro. As facetas do parahybano que mais se fizeram presentes nesse período foram as de intelectual e político. Redigir jornais, ser professor de faculdade, advogar, ser orador em eventos, vencer e perder eleições, foram alguns dos enredos que envolveram Elyseu César nesse período da sua vida.

Em cada um dos dois estados, ele protagonizou tramas diferentes. No Pará, alcançou o ápice de sua carreira política, vivendo entre as elites, devido a sua filiação ao líder político do estado no período. Já no Rio de Janeiro, batalhou por espaços sociais melhores, mas o máximo que conseguiu foi estar próximo às elites, atuando ao lado de grandes nomes da política carioca, além de disputar duas eleições e se consagrar como intelectual. A pobreza talvez seja demais para definir a passagem de Elyseu pelo Rio de Janeiro, sendo mais correto vê-lo em mais dificuldades por não ter o protagonismo político ou cargo público.

Outro ângulo importante para compreendermos a trajetória de Elyseu César, diz respeito ao contexto político que o Brasil passava. Além do pós-abolição e da Primeira República, acompanhando a experiência individual do parahybano, veremos como conceitos como coronelismo, mandonismo e clientelismo aparecem em momentos de sua vida.

O Pará reservou-lhe o apoio do oligarca estadual e coronel influente Antônio Lemos, que a partir da lógica clientelística, apadrinhou Elyseu César no estado e garantiu que o parahybano conseguisse êxito e penetrasse nas elites locais. Para alguns dos seus biógrafos, foi a época do glamour na vida de Elyseu, quando vivenciou o cotidiano das elites paraenses, chegando a cargos políticos, administrando a intendência de Belém (ao lado de Lemos) e escrevendo para os maiores jornais da capital. Afirmamos que no Pará, vivenciou os benefícios de quem estava ao lado dos líderes estaduais e locais na época do coronelismo e mandonismo local.

³⁷³ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 291 e 293.

No Rio de Janeiro, a situação se invertia. Devido à falta de espaço político, teve que seguir por outros caminhos que não os das elites. Porém, não quer dizer que não tentou chegar novamente ao topo, estabelecendo ao longo dos anos, redes de sociabilidades que fizeram-no acreditar que a política poderia ser esse trampolim social para sua vida. De fato, se tivesse obtido êxito em tal empreitada, provavelmente teria mais oportunidades de viver o topo social. Contudo, acabou restando-lhe a sua firmação como intelectual brasileiro da época, produzindo em diversos jornais da capital do país, advogando casos que repercutiam na sociedade e exibindo sua capacidade oratória. A classe dos coronéis ou mandões locais, que antes apoiaram e sustentaram seu nome na política no Norte do país, no Rio de Janeiro, atrapalharam sua retomada na política brasileira. As duas moedas do sistema político brasileiro foram vividas por Elyseu, do ápice à derrocada.

Para situarmos nosso sujeito de estudo, devemos compreender como ocorreu o fenômeno do coronelismo, do mandonismo e do clientelismo na Primeira República. Daí, perceberemos como, em alguns momentos da sua vida, esses conceitos seriam aplicados à sua realidade.

Começamos pelo conceito mais amplo de clientelismo. O clientelismo, segundo Graham, era um sistema de preenchimento de cargos no governo ou de proteção, uma espécie política de trocas de favores, baseados na lealdade entre “cliente e patrão”. Os mecanismos que fundamentavam o clientelismo, tanto no XIX como no XX, agiam nas escalas locais e nacionais³⁷⁴. Beneficiar alguém em troca de seu apoio incondicional, foi o que encontramos em alguns políticos e pessoas das camadas médias ou populares também na Primeira República. Elyseu foi um desses favorecidos por um chefe local, ao qual acompanhou-o até o fim, emaranhando-se nas teias das trocas de favores típicas do clientelismo.

O clientelismo serve-nos para entender como se estabeleciam essas relações de trocas na sociedade da Primeira República. Os interesses de um coronel ou mandão local, em agrupar nomes da intelectualidade ao seu lado, em troca de cargos públicos e espaços de poder. A relação de Elyseu e Lemos compactuava com esse conceito.

Outro conceito que foi consagrado como “cria” da Primeira República, é o do coronelismo. Leal, em seu estudo clássico sobre o coronelismo, definiu o conceito como³⁷⁵:

Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa

³⁷⁴ GRAHAM, Op. Cit., 1997, p. 16.

³⁷⁵ LEAL, Op. Cit., 1975, p. 20.

história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.

O autor considera o coronelismo como um regime de interdependência entre o governo e os coronéis, sendo interessante para ambos a permanência dos *status* sociais e políticos. A relação política no Brasil pautava-se nesse momento em três pilares que se emaranhavam em trocas: o governo federal dava liberdade aos governadores em troca de apoio, os governadores agiam com os chefes locais para que fossem eleitos os indicados pela União e em troca, os oligarcas e os chefes locais mantinham seu poder sobre os estados e municípios. Nessa lógica, a busca por estar ao lado do governo era o principal ponto do sistema.

Elyseu atuou ao lado de coronéis no Pará, que permitiam e apoiavam a sua candidatura e a do senador Lemos, seu padrinho político. O chefe do estado do Pará era Lemos, o qual negociava com os mandões locais a eleição dos “seus” e de si.

Para Leal, uma das principais atribuições dos coronéis era garantir a vitória nas eleições dos candidatos que tinham o respaldo do governo e do oficialismo³⁷⁶. A garantia de domínio do coronel era dada, contanto que retribuísse mostrando sua influência para eleger os candidatos desejados pelos oligarcas ou chefes estaduais. Na trajetória de Elyseu pelo Pará e Rio de Janeiro, sentiu o peso da influência dos líderes estaduais e coronéis nas eleições que disputou. No Pará, quando esteve ao lado da situação, venceu e foi deputado estadual. No Rio de Janeiro, sem enraizamento suficiente para angariar apoio total, perdeu duas eleições, inclusive sob alegação de interferência dos mandões locais.

Na visão de Leal, as eleições eram centrais para a existência do coronelismo. O governo federal precisava das eleições para manter a perspectiva da democracia que a República prometeu³⁷⁷. Dantas divergiu da visão de Leal, sobre como o papel central dos coronéis centrava-se nos votos. Para o autor, o poder dos coronéis não emanava da sua interferência nas eleições, mas sim, a força ou capacidade de usar da coerção pra demonstrar prestígio e poder³⁷⁸. As duas visões divergem quanto ao elemento central na compreensão do fenômeno do coronelismo. No entanto, se trouxermos para o universo prático da experiência de Elyseu, veremos como tanto as eleições, como o poder de coerção eram primordiais para o

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 37,

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 253.

³⁷⁸ DANTAS, Op. Cit., 1987, p. 14.

estabelecimento de um coronel e conseqüentemente, de um líder estadual. Veremos neste capítulo, que Antônio Lemos portava as duas competências no Pará, por isso foi mais vitoriosa a trajetória de Elyseu César a seu lado. Já no Rio de Janeiro, Epitácio Pessoa, mesmo sendo cotado como um dos que esperavam e tentavam influenciar na eleição de Elyseu no estado, não logrou resultado. Epitácio, mesmo possuindo o poder coercitivo, não chegou a interferir nas eleições a ponto de obter a vitória do “amigo” nas eleições (talvez por falta de interesse ou por ausência de domínio, longe da terra natal).

A compreensão de Dantas sobre a ineficácia das eleições pautou-se em³⁷⁹:

O próprio sufrágio universal, recém-instaurado, se tornou logo cedo uma formalidade sem eficácia para as classes subalternas. As práticas eleitorais de voto a bico de pena, atas falsas e comissões eleitorais controladas pelos coronéis tornaram o sistema representativo extremamente viciado.

As práticas eleitorais de fraudar os votos, interferindo direto nas eleições na nossa percepção, não retiravam o caráter também central do processo eleitoral. Mesmo que para a sociedade fosse evidente a influência de mandões e coronéis no pleito, no final de tudo, aclamava-se o candidato eleito pelo sistema “democrático” brasileiro. Para a maioria dos postos políticos brasileiros, faziam-se necessárias as eleições, tentando convencer o povo de que a República trazia igualdade de oportunidades baseadas nos preceitos da cidadania, pautados na Constituição Federal. Por mais que se fosse necessário recorrer à força nas eleições, eram elas que legitimavam um líder federal e estadual, cabendo ao coronel demonstrar sua utilidade ao poder público. Se a eleição do candidato do coronel representaria a força e capacidade de coerção desse para com a localidade que vivia, ele mesmo assim necessitava do caráter simbólico das eleições perante os demais escalões da sociedade.

O mandonismo é também um termo recorrente na Primeira República, permeando a realidade política do período. De acordo com Carvalho, refere-se a uma característica da política tradicional, onde³⁸⁰:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.

Esse conceito foi o que mais se adequou ao decorrer da experiência de Elyseu no Rio de Janeiro. Os caciques políticos locais impossibilitavam a entrada de nomes na política, que

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 23.

³⁸⁰ CARVALHO, Op. Cit., 1997, p. 03.

não fossem os já enraizados. Esses mandões agiam, segundo Leal, perseguindo seus adversários, pautados no princípio de que “para os amigos pão e para os inimigos pau”³⁸¹. A base da força dos mandões estava na capacidade de coerção para elegerem os seus ou a si.

O contexto político da Primeira República, segundo consagrado pela historiografia, se preenche de sentidos e conceitos que prometem compreender as ações dos sujeitos e protagonistas sócio-políticos imersos no período. As eleições, que terão destaque em alguns momentos deste capítulo, eram outro momento considerado de cartas marcadas. Contudo, achamos mais pertinente seguir a percepção de Domingues, sobre como era complexo o processo eleitoral, mesmo no coronelismo³⁸². As regras existem, mas cabe aos pesquisadores estarem atentos às exceções, complexificando a compreensão dos períodos estudados.

Elyseu já era naturalmente uma das poucas exceções antes mesmo de lançar carreira política, vencendo e perdendo pleitos. Ser um intelectual negro em meio ao racismo científico, era uma oportunidade que poucas pessoas negras teriam. Eram raras as exceções em que alguém conseguia burlar de alguma forma ou por algum momento as teias do coronelismo e do mandonismo, ainda mais se tratando de um homem de “cor” que tentava ascender. A adequação seria o caminho mais provável para Elyseu Elias César, como ocorreu de fato.

4.1 “O Guajarinu”: Clientelismo, Coronelismo e consolidação político-jornalística de Elyseu no Pará

O nome Guajarinu foi utilizado por Elyseu César em sua atuação na coluna intitulada “O Dia” no jornal *A Província do Pará*, remetendo a uma ligação com a Baía do Guajará. Determinado pseudônimo que o parahybano se utilizou, mostrou-nos como ele soube se fazer de elementos simbólicos nos primeiros anos de sua atuação no estado. Para se firmar ainda mais em solo paraense, ele dispôs-se do mecanismo de criação de um vínculo com o estado do Pará, por meio da identidade de um dos seus principais centros econômicos, a Baía do Guajará.

O envolvimento de Elyseu César com a política existiu em todos os locais em qual morou ou atuou, estando ao lado de homens importantes. Entretanto, o Pará representou o auge de sua trajetória política, sendo no estado um homem influente, aliado e membro das principais elites dominantes, conseguindo exercer cargos públicos e ocupar lugares políticos. Foram mais

³⁸¹ LEAL, Op. Cit., 1975, p. 39.

³⁸² DOMINGUES, 2013, Op. Cit., p. 153.

de dez anos no estado, sempre estando nos espaços de poder que fizeram-no ser respeitado às margens da Baía do Guajará.

No início do século XX, o estado do Pará consistia, juntamente com o Amazonas, em as duas principais economias situadas mais ao norte do país. Elyseu atuou no Pará, assim como seu pai havia atuado pouco tempo antes de sua chegada ao estado. Possivelmente, a passagem de seu pai pelo Pará proporcionou a Elyseu uma referência e conhecimento sobre o estado e nomes influentes do cenário político local.

No período em que Elyseu atuou, o Pará estava agrupando membros das elites brasileiras de vários estados. Foi o período da ascensão e queda do comércio da borracha Amazônica, como também do crescimento populacional de Belém e das obras modernizadoras no domínio Lemos³⁸³. Segundo Castro, para os estudiosos contemporâneos de Elyseu no Pará, a borracha era o centro da economia do estado³⁸⁴. Contudo, o próprio autor acrescentou que o produto era de fato, o mais exportado na época, mas não o único que sustentava a economia paraense e da região, visto que alternativas eram tentadas com medo de crises na exportação do produto³⁸⁵. Esse foi o período da *Belle Époque* da borracha que Elyseu vivenciou, do auge econômico ao início da decadência, simultânea à saída do parahybano do Pará. Destacamos que era um sujeito negro republicano parahybano que vivenciava um projeto elitista no Pará. A *Belle Époque* restringia a modernização para as camadas dominantes que eram normalmente ocupadas por homens brancos.

A busca por oportunidades financeiras e políticas pode ter levado Elyseu a se dirigir ao Pará. Entretanto, era pouco possível que esse deslocamento acontecesse sem nenhuma garantia prévia. Uma possível motivação da ida de Elyseu ao estado do Pará, consiste na constatação de que o estado se tornou uma espécie de rota frequente seguida por alguns parahybanos no início da República. Dentre os homens que atuaram no Pará na Primeira República (alguns simultaneamente a Elyseu), temos Carlos Dias Fernandes, Castro Pinto e Romeu Mariz. Contudo, a mais provável causa da mudança de Elyseu tenha sido porque seu pai já havia vivido no estado em um período pouco anterior ao de Elyseu, ocupando até cargo público e circulando entre as camadas médias urbanas paraenses. Foi um caminho já traçado por outro César,

³⁸³ VIEIRA, Op. Cit., 2015, p. 29.

³⁸⁴ CASTRO, Anna Raquel de Matos. **Do Ponto de Vista do Cientista: Jacques Huber e a borracha na Amazônia (1907-1914)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2013, p. 16. Disponível em: <http://pphist.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/MS%202011%20ANNA%20RAQUEL%20MATTOS.pdf>. Acesso em: 04/01/2019.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 21.

possivelmente mais uma herança imaterial, as novas redes de sociabilidades que se mostravam no Pará.

Dos paraenses influentes que Elyseu César conviveu, destacamos os políticos que comandaram o governo do estado. Além de Antônio Lemos, figura mais próxima e presente na trajetória de Elyseu, podemos relacionar sua vida com Augusto Montenegro, João Antônio Luiz Coelho, Arthur Lemos, Paes de Carvalho, entre outros.

Paes de Carvalho (1850-1943) foi um dos republicanos históricos do Pará, junto com Sodré, os Chermont (Justo e Pedro), Sabino Luz e etc. Ao lado de Sodré, criou o Club Republicano em 1886 e também exerceu a função de governador do estado e senador em dois períodos distintos³⁸⁶.

Carlos Dias Fernandes (1874-1942) foi um parahybano nascido no município de Mamanguape e que atuou em outros estados como o Rio de Janeiro, o Pará e Pernambuco³⁸⁷. No Pará, trabalhou em *A Província do Pará*, levado por Elyseu César, que era conterrâneo e amigo íntimo³⁸⁸. A presença de outros parahybanos no estado no período que Elyseu esteve e atuou no estado, auxiliou-nos a complexificar essa mudança do parahybano para lá.

Arthur de Sousa Lemos (1871-1945) nasceu no Maranhão e era sobrinho e genro de Antônio Lemos. Ocupou os cargos de deputado federal de 1900 a 1908 e de 1921 a 1930, e o de senador de 1909 a 1917. Conseguiu, com o apoio do tio, chegar a cargos políticos e com a experiência adquirida, continuou no protagonismo político, mesmo depois de sua queda no Pará³⁸⁹. Para Rocque: “[...] Antônio Lemos encontrou em seu sobrinho e genro, Arthur Lemos - também maranhense de nascimento - o seu herdeiro político. Poeta, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, bom orador e dono de muita cultura, Arthur logo sobressaiu-se [...]”³⁹⁰. Para os líderes políticos locais na Primeira República, quanto mais angariasse intelectuais e

³⁸⁶CUNHA, Marly Solange Carvalho da. “**Matutos” ou Astutos?** Oligarquia e Coronelismo no Pará Republicano (1897-1909). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008, p. 22. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4374/1/Dissertacao_MatutosAstutosOligarquia.pdf. Acesso em: 04/01/2019. Ver também, SETEMY, Adrianna. Pais de Carvalho. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Pais%20de.pdf>. Acesso em: 19/11/2018.

³⁸⁷ BARBOSA, Op. Cit., 2009, p. 59-63.

³⁸⁸ ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época: história política do Pará**. 2ed. revista e ampliada. Belém, CEJUP, 1996, p. 35.

³⁸⁹ LEMOS, Renato. Artur Lemos. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEMOS,%20Artur.pdf>. Acesso em: 19/11/2018.

³⁹⁰ ROCQUE, Op. Cit., 1996, p. 88.

principalmente familiares, mais seria garantida a lealdade política. Elyseu não era um membro da família Lemos, mas foi um dos seus principais seguidores no estado do Pará.

Cunha, estudando o caso de um coronel do interior paraense, afirmou que ele se utilizou do casamento com a filha de Lemos para firmar-se politicamente. Do mesmo modo, Arthur Lemos, como sobrinho e genro, soube usufruir da influência do “velho” Lemos, pois: “[...] ser um membro da família Lemos dava justamente o respaldo político necessário [...]”³⁹¹. O contexto político do estado era o da centralidade política em torno dos familiares e correligionários de Lemos.

No Pará, foi ao lado do seu “padrinho político”, Antônio Lemos, um dos líderes do Partido Republicano no estado. A união com esse político paraense foi o seu principal trunfo. Suas habilidades relacionais e sua fidelidade ao governo de Lemos construíram a estabilidade necessária a Elyseu durante a “era” do senador no estado. Campos, que conheceu Lemos e Elyseu no período que viveu no Pará, afirmou sobre a relação e importância do parahybano que:

Homem de confiança de Antônio Lemos, era êle, de fato, o prefeito da cidade. Deputado estadual, tornara-se *leader* do govêrno na Câmara e seu *leader*, igualmente, na imprensa. Alimentasse ambição de fortuna ou de mando, e teria sido deputado federal, senador da República, e, talvez, como Antônio Lemos, um dos grandes chefes nacionais³⁹².

Exageros à parte do memorialista de Elyseu, devemos destacar a centralidade da relação dos dois políticos paraenses. Ambos fizeram carreira política no Pará, mas não eram naturais do estado. Lemos criou com Elyseu uma relação clientelística, proporcionando ao parahybano a atuação em cargos públicos, enquanto tinha em volta o apoio de um “Dr.” preparado para discursar em seus eventos e liderar seu partido.

Um memorialista, referindo-se e resumindo o que representou o coronel e político Antônio Lemos para a cidade de Belém e o estado do Pará, diz:

Passaste por Belém como um rio caudaloso: gerando energia, erguendo ilhas belas e fecundas, refletindo as imagens de tuas próprias realizações.
Monumentos, jardins, edifícios levantados por ti conservam o selo de tua personalidade. São como objetos de arte, nos quais víssemos a assinatura do autor: Antônio José de Lemos.
Belém foi a substância do teu destino, foi a motivação suprema da tua vida.
Não nasceste lá, mas estás ligado àquela paisagem urbana, por inumeráveis, misteriosas e profundas raízes³⁹³.

³⁹¹ CUNHA, Op. Cit., 2008, p. 43.

³⁹² CAMPOS, Op. Cit., 1947, p. 78.

³⁹³ PINTO, Côrrea. **Antônio Lemos**. Rio de Janeiro, 1973, p. 17.

Nessas palavras romantizadas de seu memorialista, foi apontado um pouco do que foi a influência, atuação e poder de Lemos. Dentre as principais características da fase Lemos no controle político do estado, sua atuação foi consideravelmente marcante no período denominado de *Belle Époque*, no qual o senador imprimiu uma série de reformas urbanísticas, higienistas, sanitaristas e paisagísticas no estado. Esse projeto de modernização e urbanização foi pensado pelas elites paraenses, deixando as camadas populares em segundo plano, restringindo os benefícios exclusivamente aos membros dos mais altos escalões do poder.

Antônio José de Lemos foi um político de agitada e marcante trajetória. Consagrou-se no estado do Pará, onde exerceu um domínio durante longos anos, contudo, nasceu no vizinho Maranhão e faleceu no Rio de Janeiro³⁹⁴. Foram esses alguns acasos da vida de um homem que viveu 70 anos, sendo uma boa parte destes anos, no centro das decisões políticas paraenses.

Lemos passou quatorze anos consecutivos como Intendente de Belém, além de chefiar o Partido Republicano no estado³⁹⁵. Toda essa concentração de poder, se deu mesmo sem ocupar o cargo político mais importante do estado, que era o de governador. Lemos não poderia ocupar o cargo, devido à Constituição estadual de 1891, que proibia não naturais do estado concorrerem ao cargo de governador³⁹⁶. Os cargos de senador e intendente permitiram que Lemos exercesse o controle desejado. Contudo, era de fato peculiar, pois a maioria dos chefes locais ocupavam os postos de governadores, daí o nome “Política dos Governadores”, devido o papel central dessa função.

Rocque, que traçou uma biografia sobre Antônio Lemos, auxiliou-nos a entender como um maranhense teve tanta influência política no Pará.

Simplesmente porque foi Lemos o chefe da oligarquia que dominou o Pará durante 15 anos. E, em decorrência disso, na política regional, teve maior destaque. Sodré era um político nacional, ficando onze anos ausente do Pará, ou como candidato a Presidência da República, ou liderando a revolta contra a vacina obrigatória, ou representando a cidade do Rio no Senado Federal; Lemos, ao contrário, era um político doméstico, centralizando suas atividades no Pará³⁹⁷.

Como vemos, o político teve como grandes adversários, os aliados de Lauro Sodré. Todavia, como Lemos direcionou sua atuação para o Pará, enquanto o rival dirigia-se a capital,

³⁹⁴ BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. 2ed. Belém: CEJUP, 1986, *passim*.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 309.

³⁹⁶ FERREIRA, Tiago Barros. **Interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015, p. 84. Disponível em: <http://pphist.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/MS%202012%20TIAGO FERREIRA.pdf>. Acesso em: 04/01/2019.

³⁹⁷ ROCQUE, Op. Cit., 1996, p. 12.

conseguiu um predomínio por quinze anos de sua oligarquia no poder, sendo ele que teria mais contato e negociaria diretamente com os coronéis. Vale ressaltarmos e problematizarmos o caráter elitista da escrita de Rocque que exaltava a memória do político paraense, esquecendo as camadas populares em seus escritos.

As disputas entre os lauristas e lemistas pelo poder não deixaram de existir com o domínio de Antônio Lemos. Os adversários buscaram ao longo dos anos, minar o governo de Lemos, até sua queda. Rocque acrescentou dizendo que, na arena política, os lemistas pertenciam ao Partido Republicano, sendo Lemos o seu líder; já os lauristas, estavam unidos no Partido Federal. Ainda em Rocque, o maior expoente da oposição no Pará nem era o Partido Federal em si, mas sim, seu órgão na imprensa, o jornal chamado de *Folha do Norte*, liderada por Cipriano Santos e Paulo Maranhão³⁹⁸. Cabe acrescentar, segundo Cunha, que Sodré e Lemos foram aliados, participando da fundação do Partido Republicano Paraense, separando-se a partir do contexto das eleições presidenciais de 1897, ficando Lemos no PRP e Sodré no PRF³⁹⁹.

Sobre a divisão no estado entre os lemistas e lauristas, Rocque cita uma fala de Carlos Dias Fernandes, que dizia: “[...] ser lemistista era para quem assim agia, uma posição social, talvez um grau honorífico ou coisa equivalente⁴⁰⁰”. Como Rocque comentou, isso só demonstrava o quanto Lemos comandava e tinha um séquito de seguidores dispostos a lhe prestar reverências, se auto afirmando como lemistas. Percebemos que tal ato, além de ser uma demonstração de fraqueza perante o domínio do político, mostrava também que a política coronelística de fato, ditava os rumos na Primeira República. Vemos também que esse reconhecimento de fidelidade era uma forma dos membros das classes dominantes garantirem seu espaço no poder. Elyseu era um dos principais lemistas no período, sendo o seu secretário, redator de duas de suas principais folhas, deputado partidário e líder por um tempo do Partido Republicano no estado.

A relação Lemos-Elyseu consistiu dos diversos cargos de confiança que foram ocupados pelo dr. Elyseu César, vindo da Parahyba do Norte para os domínios do político maranhense Antônio Lemos no Pará. Em uma revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, foi narrado um caso demonstrando que para além das relações políticas, havia entre os dois, um certo grau de amizade e cordialidade.

Antônio Lemos, Intendente de Belém e Redator-chefe da “Província do Pará” estava acompanhado de Elizeu Cezar, Fraga de Castro, Alves de Souza, eu e outros.

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 245.

³⁹⁹ CUNHA, Op. Cit., 2008, p. 18-19.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 50.

Lemos, que se transportara na sua pequena vitória, puchada por aquela esplendida parelha de burras platinas, ao retirar-se relanceou a vista pela turma de amigos e auxiliares de seu jornal, vendo que todos cabiam no seu carro. E, risonho, com aquela linha impecável fêz o convite: “Meus amigos, a manhã está linda e fresca, vamos todos a pé “A Província”⁴⁰¹”.

Elyseu estava sempre ao lado de Lemos no Pará, sendo um de seus fiéis correligionários. Isto, contudo, não consistia numa dependência total dele a Lemos, mas sim, baseava-se mais numa troca de possibilidades e favores. Lemos dispunha do poder político e econômico que Elyseu desejava, já Elyseu possuía o caráter intelectual como doutor e suas habilidades oratórias, jornalísticas e organizativas, além da fidelidade que Lemos buscava para sua perpetuação no poder no Pará. Segundo Leal, os doutores ou padres funcionavam como líderes intelectuais aliados aos coronéis, cabendo exercer a oratória em momentos solenes, debater com a oposição, fazer campanhas nos jornais e etc⁴⁰². Entendemos que desta forma, Elyseu César representava essa legitimação intelectual perante as elites para Lemos.

No entanto, estranhamos a escolha de Lemos por Elyseu para esses cargos de confiança. Por que um doutor de fora e não um paraense? Lemos também não era paraense, talvez temesse que dando poder e espaço ao seu lado a um paraense, com o passar do tempo, este tentasse destroná-lo do controle oligárquico do estado.

A produção intelectual de Elyseu no estado consistiu principalmente em suas matérias e crônicas nos jornais paraenses. Dentre alguns desses jornais, destacamos “*A Província do Pará*” e “*O Jornal*”. Sob o pseudônimo de Guajarino, Elyseu dirigiu uma coluna diária intitulada “O Dia” em “*A Província do Pará*”, discorrendo sobre diversos temas que permeavam no cotidiano da sociedade brasileira e paraense do período. Como um dos mais leais seguidores de Lemos, o impacto da produção intelectual de Elyseu nos jornais no Pará, fundava-se em dar sustentáculo à política do oligarca, além de se divulgar como digno de ocupar os lugares centrais, mesmo sendo de fora.

No seu primeiro ano no estado, Elyseu César teve seu nome anunciado em um jornal paraense, em 08 de dezembro de 1899, no qual constava que sua nomeação para um cargo público no estado gerou trocas de “farpas” entre a imprensa:

Esmagado

Em algumas linhas de impostoria política, a *República* abre hoje uma nova campanha contra a intendência municipal de Belém.

⁴⁰¹ MELO, Aláudio de Oliveira. O centenário de Antônio José de Lemos - O “velho Lemos”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Vol. XIII, Belém, 1952-1965.

⁴⁰² LEAL, Op. Cit., 1975, p. 22.

Duas arguições, cada qual mais fútil, constituem o libello de hoje na exclusão de grande número de lauristas do alistamento eleitoral e a nomeação de chefe da 1ª secção da secretaria.

[...] A publicidade da allegação da *República* é de ordem a causar verdadeiro asco, pela sordidez que é feita no intuito único de magoar o nosso eminente chefe e amigo senador Antônio Lemos, intendente municipal e cujo valor político, estima e confiança que todos os amigos depositam-lhe, são como phantasmas que povoam os sonhos dos seus pequeninos adversários erigidos em inimigos gratuitos.

Em relação ao segundo ponto de accusação a nomeação do dr. Elyseu Cezar para chefe da 1ª secção da secretaria da intendência, não foi ferida ou violada lei alguma, sendo para admirar que o orgam que diariamente escabuja contra todos os funcionarios municipaes, hoje se sinta offendido com a nomeação de que tratamos e que, na forma da disposição legal, é livre a escolha do intendente⁴⁰³.

Da fala do jornal, devemos considerar alguns pontos em especial. Primeiro, o político Antônio Lemos já se encontrava em cargo administrativo no estado, especificamente como intendente da cidade de Belém. A trajetória de Elyseu no estado estava muito ligada ao nome deste político e coronel paraense. Nessa mesma direção, questionamo-nos que redes de sociabilidades levaram Elyseu a ocupar tal cargo em um estado tão distante do seu. Como o parahybano que atuava no Espírito Santo há pouco tempo, foi nomeado para uma função de confiança e de nomeação direta em Belém? Por meio de qual rota Elyseu chegou ao poderoso político paraense? Essas são algumas perguntas que tentaremos compreender no decorrer deste tópico, como também até que ponto essa relação era de confiança e importante na trajetória do intelectual parahybano.

Na mesma fala, conseguimos notar as disputas de poder no estado vendo a crítica direta a Lemos, pontuada na matéria de *O Pará*, que partia em sua defesa. Como vemos, o cargo que foi incumbido a Elyseu César, foi questionado pela matéria referida no jornal paraense, talvez devido ser atribuído a confiança do poder local. Contudo, foi nomeado um homem negro, que atuava na parte do sul do país e era de origem parahybana, sem conhecimento com o estado do Pará e tomando o cargo que poderia ser ocupado por algum nome local.

Em 02 de fevereiro de 1900, Elyseu já atuava no cargo de secretário da intendência municipal de Belém, solicitando de proprietários locais, a matrícula de seus empregados que se descumprida, seria passível de multa. Na mesma edição do jornal, é destacada a participação de Elyseu César em um banquete de homenagem da saída de Santos Estanislau da administração policial e sua nomeação como juiz de direito do 1º distrito de Belém.

Da estação de segurança partiram hontem, ás 8 horas da noite em oito carros, o sr. dr. Paulino de Brito, secretario da chefia de segurança; as auctoridades policiaes e demais empregados, em direcção á residência do sr. dr. Santos Estanislau Pessoa de Vasconcellos. [...] Ali chegados, o dr. Paulino de Brito, offerencendo em nome dos manifestantes, os dois brindes de que já falamos na edição passada [...] Respondeu o

⁴⁰³ O Pará, Cidade de Belém. Ano II, N. 604. Sexta-feira, 08 de dezembro de 1899.

digno magistrado, agradecendo a prova de dedicação e affecto que lhe davam os seus amigos. Em seguida foi servido aos presentes um banquete, onde notamos além dos manifestantes, os srs. Cunha Barreto, Arthur Lemos Amazonas de Figueiredo, João Chaves e Elyseu Cezar.

No momento de servir-se o champagne os srs. drs. Arthur Lemos e Elyseu César levantaram entusiásticas saudações ao illustrado dr. Santos Estanislau. [...] ⁴⁰⁴

Elyseu, como havia feito em outros estados que atuou ou passou, tecia suas redes participando de reuniões e momentos com as autoridades locais, principalmente neste caso, recém-chegado ao estado do Pará. Os banquetes nesse contexto apareciam como elemento central de uma sociedade política, pois: “[...] quem participa como convidado dos banquetes é a elite, e é ela também (somente a mesma) que aparece no discurso do jornal⁴⁰⁵”. Elyseu César demonstrava como, em tão pouco tempo, já havia se tornado membro dessa elite paraense.

Sobre os banquetes, Moura, que estudou as festividades em torno dos primeiros anos da República em Belém, diz:

[...] eram reuniões políticas das quais participavam figuras influentes no cenário político, econômico e social paraense, que objetivavam intimamente, à primeira vista, congregar em um ambiente harmonioso, chefes políticos para decidir sobre questões pertinentes do Estado, assim como exaltar a República, expressando todo o prestígio e a influência dos presentes perante a sociedade, ou seja, uma forma clara de ostentação do poder⁴⁰⁶.

As autoridades locais, como também os membros da intelectualidade do estado congregavam nesses banquetes, servindo para firmar alianças existentes e traçar estratégias futuras.

Ainda em fevereiro, Elyseu César era nomeado para mais um cargo pelo intendente de Belém, mostrando como rapidamente foi se firmando no território paraense, sendo um dos “braços direitos” do político Antônio Lemos. A função a ele confiada desta vez, foi a de lente de direito criminal, comercial e cívico do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho⁴⁰⁷.

Entre os meses de março e agosto, no jornal *O Pará*, encontramos frequentes notícias da secretaria da intendência da capital, a qual Elyseu era incumbido de comunicar à imprensa, referindo-se aos acontecimentos do dia. Dentre as notícias mais comuns, encontramos a de animais apreendidos, sorteios de apólices e os horários de atendimento de Lemos na intendência

⁴⁰⁴ O Pará, Cidade de Belém. Ano III, N. 649. Sexta-feira, 02 de fevereiro de 1900.

⁴⁰⁵ MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em festa (1890-1911)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008, p. 85. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4321/1/Dissertacao_RepublicaParaenseFesta.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 77-78.

⁴⁰⁷ O Pará, Cidade de Belém. Ano III, N. 652. Terça-feira, 06 de fevereiro de 1900.

para assuntos municipais. Segundo Vieira, que estudou as ações dos governos municipais sobre a questão dos animais em Belém de 1892 a 1917, era grande a quantidade de animais em Belém servindo para transporte, alimentação ou companhia⁴⁰⁸.

Para Vieira, Antônio Lemos, com medo de Belém não chegar ao processo de modernização e higienização idealizado por ele, tratou de criar um Código para a Polícia Municipal regulando a relação dos animais e a sociedade paraense. Segundo Vieira, os animais que fossem vistos vagando pelos espaços públicos seriam apreendidos e levados ao Curro Público, sendo que caso o proprietário não aparecesse para reivindicar o animal, ele seria vendido, ficando parte do seu valor com o policial e a outra com os cofres municipais⁴⁰⁹.

Destacamos como o processo sanitário e embelezador de Lemos era buscado a todo custo na capital do estado. Seguindo a moda da época nas capitais: “A administração de Antônio Lemos procurou extirpar os costumes “incivilizados” da população de Belém para renovar a estética da cidade. [...] A higienização da cidade constituiu num dos pontos prioritários da administração lemistá⁴¹⁰”. Essa foi uma das principais marcas deixadas por Lemos na sua “era” no domínio do estado.

Elyseu, como secretário do intendente Lemos, fazia-se necessário em boa parte das atividades diárias no município. Na inauguração da estátua em memória ao Dom Frei Caetano Brandão⁴¹¹ e do hospital de caridade, Elyseu foi responsável pela leitura da ata de inauguração do monumento, como também pronunciou discurso descrito pelo jornal:

[...] Em seguida foi concedida a palavra ao sr. Elyseu Cesar, que falou pela imprensa, representada n’*A Província do Pará* de cujo corpo de redacção faz parte. O discurso do digno moço foi um these sobre a caridade, que melhor não poderiam desenvolver os mais gloriosos oradores. A assistência ouvia-o em meio ao silencio o mais profundo e as palmas que cobriram as suas ultimas palavras valeram por um preito de merecida consagração ao digno moço. [...] ⁴¹²

⁴⁰⁸ VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”**: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015, p. 14. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6236/1/Dissertacao_CidadeBichosPoder.pdf Acesso em: 04/01/2019.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 38-39.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 31.

⁴¹¹ Dom Frei Caetano Brandão (1740-1805) foi um franciscano português que foi indicado para bispo do Grão-Pará em 1782, ficando até 1790. Ver, PINTO, Jefferson de Almeida. Dom Frei Caetano Brandão: historiografia, memória e ideias políticas. In: **XVII Encontro de História da ANPUH-Rio**, 2016, Nova Iguaçu (RJ). XVII Encontro de História da ANPUH-Rio - Entre o local e o global. Nova Iguaçu (RJ), 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471208433_ARQUIVO_JeffersondeAlmeidaPinto.pdf. Acesso em: 18/11/2018.

⁴¹² O Pará, Cidade de Belém. Ano III, N. 791. Quarta-feira, 15 de agosto de 1900.

Nesse evento, notamos que Elyseu César também já se articulava no Pará em um dos meios que mais se destacou ao longo de toda sua trajetória de vida, fazia parte da redação do jornal *A Província do Pará*. Estavam presentes autoridades e intelectuais locais: Augusto Olympio, Carlos Dias Fernandes, Virgílio Mendonça, entre outros.

Augusto Olympio (1867-1927) foi um maranhense, filho de Augusto Olímpio de Castro, que foi um influente político no Maranhão durante o Império. Exerceu cargos como o de Ministro do Tribunal de Contas da União e Ministro do Supremo Tribunal Federal⁴¹³. Virgílio Mendonça trabalhou na secretaria da intendência no período que Elyseu também atuou.

A afirmação de Elyseu no estado constituía-se de um jogo político, pois um parahybano que possuía tantos cargos em um estado distante, precisava provar para as elites locais e alguns opositores as suas qualidades. A constante participação em eventos como orador, só mostra como o intelectual negro dominava as palavras, estando sempre à frente em falas e pronunciamentos. Além disso, devemos levar em consideração que a repetição de convites e elogios a sua figura representava o quão bem alijado com a política local ele estava. Sabendo que esses espaços de destaque e poder só eram permitidos a membros dos grupos restritos estabelecidos pelas redes de sociabilidades das elites dominantes por onde passou.

Uma prova do que afirmamos agora, sobre a relação dos convites com a situação política local, está em mais um momento de Elyseu César no Pará. O parahybano foi convidado por Virgílio Cardoso, que era diretor-geral de Instrução Pública de Belém, para tomar o lugar de orador na Primeira Conferência Pública no Theatro da Paz. A resposta foi dada e divulgada no jornal *O Pará*:

Sr. dr. Virgílio Cardoso – Em resposta ao vosso officio n. 264, de 20 do fluente, tenho a declarar-vos que aceito o vosso honroso convite para realizar, no próximo dia 7 de setembro, a primeira das conferências públicas que essa directoria resolveu instituir com o fito especial de educar a mocidade das escolas no civismo e na veneração dos grandes homens da nossa história.

Devo, entretanto, dizer-vos que, sobremaneira honrado pela distincção do vosso apello, sinto que não posso ir satisfazer em absoluto a vossa generosa expectativa, porquanto, para tal, mister fôra eu possuísse dobrados e mais fortes elementos. [...] ⁴¹⁴

Consideramos a parte que Elyseu coloca-se como não tendo total domínio sobre o assunto, devido a posteriormente, sua fala ser reprovada pelo jornal *A República*, que havia

⁴¹³ SILVA, Izabel Pimentel da. Augusto Olímpio Viveiros de Castro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEMOS,%20Artur.pdf>. Acesso em: 22/11/2018.

⁴¹⁴ O Pará, Cidade de Belém. Ano III, N. 797. Quarta-feira, 22 de agosto de 1900.

criticado também, o episódio de nomeação de Elyseu para o cargo de secretário, matéria que foi respondida pelo *O Pará*.

A Conferência ocorreu em 07 de setembro de 1900, no Theatro da Paz, em Belém. Ministrada por Elyseu César, foi a primeira de uma série de conferências no estado com o intuito de desenvolver o ensino cívico. Importante destacar o lugar de protagonista de Elyseu neste caso, sendo escolhido para ministrar a primeira das conferências. O diretor-geral de Instrução Pública do estado do Pará, Virgílio Cardoso de Oliveira, convidava com uma circular, os professores da capital em 29 de agosto de 1900, escrevendo:

Approxima-se o dia 7 de setembro, data gloriosa e inesquecível, que marca em nossa história o alvorecer brilhante da constituição da nossa nacionalidade. Como sabeis, para esse dia está designada a primeira da série de conferências instituídas por essa directoria com o fim especial de desenvolver o ensino cívico da mocidade, gravando em seu espírito as grandes datas, os acontecimentos notáveis, os grandes vultos de nossa história de modo a interessar-a pelas coisas pátrias e incitar-a a actos de patriotismo, ao amor a liberdade, a veneração aos nossos homens. [...] Bem comprehendeis o grande alcance d'essas conferencias no ensino cívico d'esses pequeninos seres que vos são entregues, e que mais tarde tereis que restituir á sociedade devidamente encaminhados para a vida nacional. [...] Que importa que a linguagem muitas vezes elevada do conferencista no desdobramento dos seus conceitos, possa ficar além da comprehensão d'aquelles meninos cujo desenvolvimento intelectual não o dispôz ainda para bem attingil-a? Eis o vosso segundo papel deante d'essas conferencias. Si sim succeder, a vossa explicação consecutiva na escola, em phrases dóceis e perfeitamente de accordo com o gráu, que, em todo caso, produzirá a vantagem de deixar gravada na alma do menino a impressão d'aquelle acto solenne. [...] ⁴¹⁵

É pertinente pensarmos a ocorrência dessa conferência no âmbito da discussão de uma formação de identidade nacional na Primeira República. Destacamos o objetivo das conferências na fala de Virgílio Oliveira, para que fossem apresentados aos jovens elementos importantes para a exaltação de elementos da nação brasileira, cabendo em segundo plano aos professores transmitirem isso aos seus alunos, caso não compreendessem a erudição dos conferencistas (o primeiro foi Elyseu C.). A conferência ocorreu na data de 7 de setembro, rememorando a Independência do Brasil, tendo depois outras em relação a outras datas simbólicas. Vemos no discurso do diretor, a preocupação com a construção nos alunos de uma ideia de patriotismo, incorporando a concepção de exaltar grandes datas e homens, que muito se enquadrava à perspectiva das teorias positivistas do fim do XIX.

⁴¹⁵ OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Circulares ao professorado da capital em 07 de setembro de 1900. In: CEZAR, Elyseu Elias. **Primeira conferencia pública realizada no Theatro da Paz, na manhã do dia 7 de setembro de 1900**. Belém: Imprensa Official, 1900, p. 3-4. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/primeira-conferencia-publica-realizada-no-theatro-da-paz-na-manha-do-dia-7-de-setembro-de-1900>. Acesso em: 23/09/2018.

Dentre esses homens exaltados na fala de Elyseu César sobre o 07 de setembro, encontramos o imperador D. Pedro I e o estadista José Bonifácio. A proclamação dos nomes desses homens seria a busca das elites intelectuais brasileiras de criar um panteão de heróis a serem exaltados na República. Elyseu se refere aos dois da seguinte forma:

[...] O amigo da liberdade nacional, dom Pedro, depois da segunda leitura das ordens portuguesas, privando-se do laço lusitano, gritou nas margens do Ypiranga: Independência ou morte! Ah! Senhores, nada mais compatível com a nossa situação, com a nossa estatura moral e com a immensidade assombrosa da nossa natureza, de que esse grito que nos desligou de Portugal. [...]

[...] José Bonifácio de Andrada e Silva foi o maior dos precursores de nossa independência, devo chamar a vossa atenção para esse vulto proeminente da nossa história, e pedir que os vossos cuidados se voltem para o seu nome, porque ele é o mais santo, mais alio o dos filhos d'esta terra, na qualidade de organisador da liberdade brasileira. [...] José Bonifácio, caracter forte, de aço, resolutivo, tinha a visão perfeita dos destinos brasileiros. [...]⁴¹⁶

Essa busca por criar ícones nacionais que fossem celebrados e rememorados condiz com a realidade brasileira vivida na Primeira República. A instauração do novo sistema necessitava de ações do governo, para que a aceitação acontecesse rapidamente.

Elyseu César, em seu discurso na Conferência, destacou a importância de tais eventos cívicos para a República alcançar um maior nível de aceitação no país.

[...] No actual momento, por assim dizer ainda de consolidação política, nenhum melhor serviço se pode prestar à República. Chamar o povo as festa cívicas, chamar o coração virgem das mocidades, guiar até o altar democrático crianças e senhoras, a representação de todas as classes sociaes, todos aquelles que nasceram no regaço da nossa natureza e sentem o coração palpitando na dor e na alegria nacional, é prestigiar a República, alicerçando-a na opinião, creando-lhes na alma publica as sinceridades que não recuam mesmo ante o limite supremo do sacrificio. [...]

E para terminar sirvo-me das palavras já pronunciadas pelo illustre sr. dr. director das instrucção pública. << Oxalá que as mães brasileiras embalem os filhos cantando o hymno da República! ">⁴¹⁷

Mesmo após 11 anos da Proclamação da República, o novo sistema político estava em momentos de consolidação. As incertezas que existiam sobre o novo sistema eram vestígios do longo período que o Brasil esteve sob o sistema de governo monárquico, tanto sob o julgo de Portugal, quanto independente.

A Conferência Pública ministrada por Elyseu, ajudou-nos a perceber a capacidade de articulação que o jovem parahybano já chegou no estado do Pará. O lugar de confiança ao lado

⁴¹⁶ CEZAR, Elyseu Elias. **Primeira conferencia pública realizada no Theatro da Paz, na manhã do dia 7 de setembro de 1900**. Belém: Imprensa Official, 1900, p. 17-18. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/primeira-conferencia-publica-realizada-no-theatro-da-paz-na-manha-do-dia-7-de-setembro-de-1900>. Acesso em: 25/09/2018.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 11-20.

de Lemos, permitia-o firmar-se nas elites políticas locais. A sua oratória, que era frequentemente elogiada, foi apresentada nas terras paraenses com o seu discurso na Conferência, que era repleto da erudição comum às elites intelectuais, mas não a todos homens de “cor”. No restante da Conferência, atentamos a menção de Elyseu na questão da declaração de Independência aos povos portugueses e indígenas, mas não à presença negro-africana. Devemos saber que Elyseu foi um homem de seu tempo e que mesmo sendo um homem de “cor”, refletiria em alguns momentos, o racismo da sociedade para poder circular nas elites (mesmo que não fosse totalmente de acordo). Sabendo que em outros períodos de sua trajetória ele citou nomes de intelectuais negros importantes, interpretamos que Elyseu entendia seu lugar social de homem de “cor” entre as camadas médias e elites.

Outro momento relevante na fala do diretor, diz respeito a sua percepção sobre o teor e nível da conferência, que poderia não ser compreendida pelos alunos, referenciando que isso não consistiria numa falta de tato do conferencista, mas sim, de uma fragilidade dos alunos, que o diretor acrescentou o papel dos professores em diluírem essa fala no cotidiano das suas escolas. Destacamos essa parte da atenção do diretor para com a provável incompreensão dos alunos a respeito da fala do conferencista, atentando que a conferência proferida por Elyseu César foi criticada por um periódico paraense (*A República*), devido ao seu teor muito intelectual e de difícil compreensão.

O jornal *A República*, em 13 de setembro de 1900, em sua coluna chamada de *Folhetim das Quintas*, faz uma fala direcionada a criticar o discurso proferido por Elyseu no Theatro da Paz. Assinada por Arthur Benício, em algumas partes da fala, dizia:

[...] É após a applicação, imparcialíssima, d’essa unidade que nos julgamos em ponto de assegurar que o dr. Elyzeu Cezar, andou muito mal d’esta vez.

Muito mal, excellentíssimas senhoras, muito mal!

Em primeiro logar parece-nos que aquella conferencia, não era precisamente aventada para ensejo de o dr. Elyzeu mostrar seus talentos e os conhecimentos que, indubitavelmente, possue. Sim, parece-nos que a ideia clara era antes de tudo, esta: uma solemnidade cívica em a qual um orador expuzesse, sem ambages, com simplicidade mesmo, e muita clareza, o histórico do 7 de setembro e o fizesse de modo que a sua linguagem aproveitasse às crianças que eram o seu legítimo público. [...]

Perguntamos agora: o mais intelligente dos meninos que assistiram a conferencia de sexta-feira comprehendeu sufficientemente que foi o 7 de setembro?

Respondam-nos com isenção de alma e sobretudo de *parti pris*.

Além da calamidade de exageros, alguns, aliás, inócuos e estylulares, na peça do dr. Elyzeu Cezar encontram-se outros d’este quilate. [...]

Quis mostrar mais um lado de sua intelligência (o lado conferencial) e máo grado seu, affirmou o contrário. [...]⁴¹⁸

⁴¹⁸ República, Cidade de Belém. Ano II, N. 516. Quinta-feira, 13 de setembro de 1900.

Como já apresentamos acima, o jornal tinha desavenças com os seguidores de Antônio Lemos, possivelmente por ter como um de seus colaboradores um outro nome influente de Belém no período, que era o sr. Lauro Sodré.

O episódio auxilia-nos mais a percebermos como a imprensa concretizava-se como lugar de disputas políticas e como o estado estava dividido entre os seguidores de Lemos e os seus adversários. O poder e influência do senador no estado blindavam seus aliados e possibilitava-os de conseguir carreiras prosperas no Pará.

Como homem de sua época, Elyseu César era seguidor do catolicismo e seus ritos. O Pará, como estado majoritariamente católico no período, o qual tinha como padroeira Nossa Senhora de Nazaré, anunciava em 30 de setembro de 1900, a festa da santa, realizada no Mosqueiro, tendo como alguns de seus integrantes o senador Antônio Lemos e o secretário da intendência, Elyseu César⁴¹⁹.

No mês de novembro, Elyseu se envolvia na redação de outro jornal na capital do estado, tendo ao seu lado, Alberto Dias e o poeta parahybano Carlos Dias Fernandes como redator⁴²⁰. O jornal que foi criado recebeu o nome de *Gazeta de Belém*. No Pará, Elyseu utilizou os jornais para propagar suas ideias e se firmar ainda mais como intelectual e homem de “cor” letrado na Primeira República.

O influente jornal carioca “*O Paiz*” noticiava em janeiro de 1901, que no Pará surgia um jornal da classe comercial, dirigido por Elyseu César e Carlos Dias Fernandes, chamado de *Jornal do Commercio*⁴²¹. Como na maioria dos estados que viveu, Elyseu tinha a imprensa como uma importante aliada para seu estabelecimento nas cidades. Atuar em diversos periódicos e jornais também servia como uma alternativa financeira, já que ainda estava em seus primeiros momentos no Pará.

Em abril de 1901, encontramos Elyseu escrevendo em nome da Secretaria da Intendência de Belém sobre o lançamento de uma espécie de edital para propostas de serviços de iluminação para a Vila do Pinheiro. A fala trazia algumas condições específicas que deveriam se enquadrar às propostas.

Primeira - O contractante obriga-se a illuminar durante o praso de 2 annos a villa do Pinheiro por meio do gaz acetyleno.

Segunda - Será de quatro mezes, contados da data da assignatura do respectivo contracto [...]

Quarta - A iluminação começará ás 6 horas da tarde, continuando sem interrupção, tanto nas noites escuras como nas de luar, até ás 5 horas da manhã.

⁴¹⁹ O Jornal, Cidade de Belém. Ano I, N. 14. Domingo, 30 de setembro de 1900.

⁴²⁰ O Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 52. Sexta-feira, 09 de novembro de 1900.

⁴²¹ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVII, N. 5939. Sexta-feira, 11 de setembro de 1901.

Sétima - A iluminação ficará sujeita a inspecção de um fiscal nomeado pelo intendente e pago pelo contractante [...]

Nona - Pela interrupção completa da iluminação, pagará o contractante, por noite, multa de seiscentos mil réis [...]⁴²²

Entre as regras para poder se propor o serviço, notamos como a iluminação pública se tornava importante para o período da *Belle Époque* paraense. A modernidade, a urbanização e o embelezamento da cidade dependiam de determinados padrões. O método utilizado ainda não era por meio da energia elétrica, mas sim com gás acetileno. Mesmo assim, destacamos a existência de uma preocupação em se ter as vilas e ruas claras.

No que se refere à iluminação pública, esta passou a ser um dos grandes símbolos da modernidade para o país, sua implantação se deu a partir de diferentes tecnologias e provocou mudanças no cotidiano dos cidadãos e transformações na organização do espaço urbano. Nas cidades brasileiras do século XIX e início do século XX, a implementação do serviço de iluminação pública ocorria de forma lenta, de acordo com a importância econômica da cidade e posterior aos grandes centros urbanos da época, como Londres e Paris⁴²³.

A luz, para os contemporâneos de Elyseu, além de iluminar as cidades, iluminava também a mente do povo. A iluminação pública carregava o lugar simbólico do progresso para as populações das cidades e vilas no fim do século XIX e início da República.

Em meio aos ofícios da Intendência de Belém do ano de 1901, encontramos um referente ao dia 11 de maio, que falava sobre a peste bubônica. O ofício partia do intendente Lemos para o governador do estado, Augusto Montenegro, dizendo autorizar o dispêndio necessário para auxiliar o estado nos cuidados contra a invasão da peste bubônica. Nesse documento aparecia a assinatura de Elyseu César e outros secretários da Intendência⁴²⁴. A presença do nome de Elyseu em meio as documentações da intendência, demonstra o lugar político social que o parahybano estava no estado ao lado de Lemos. Como secretário da Intendência de Belém, os documentos oficiais e alguns de relevante importância, passavam pelas mãos de Elyseu César e eram confeccionados ou assinados por ele.

Segundo Nascimento, sobre a peste bubônica que se temia nas falas do intendente ao governador, ela teria chegado ao Brasil primeiro pelo porto de Santos. Na capital federal, ela tomou maiores holofotes deixando outros estados alertas para eventuais necessidades de

⁴²² Documentação Encadernada, Ofício recebidos. Período: 1901; Notação: 22/23/24; Área: Governo; Fundo: Intendência Municipal de Belém.

⁴²³ MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERREZ, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Moraes. A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. *Fênix* (UFU. Online), v. 6, p. 1-14, 2009, p. 2-3. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_03_Doralice_Satyro_Maia.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

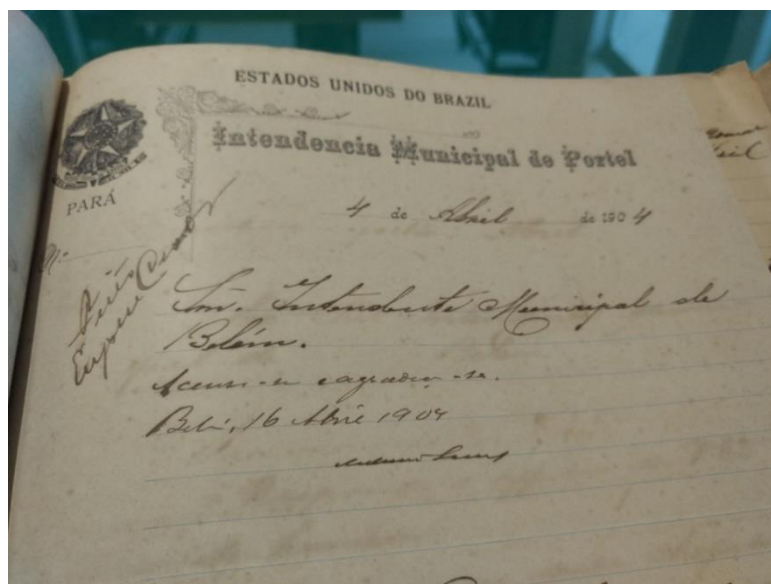
⁴²⁴ Documentação Encadernada, Ofício recebidos. Período: 1901; Data: 11/05/1901. Notação: 22/23/24; Área: Governo; Fundo: Intendência Municipal de Belém.

prevenção e combate⁴²⁵. Como apresentamos, o Pará foi um desses estados que temeroso, adiantou medidas de precaução. Elyseu César, ao lado de Antônio Lemos, acompanhou de perto o desenrolar das medidas de proteção.

Em 31 de agosto de 1901, Elyseu César fazia um convite, em nome da Intendência de Belém como secretário, a alguns membros da administração municipal, dentre eles: o advogado municipal, o diretor da seção de obras e outros homens para receberem o coronel Page Bryan, Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos da América⁴²⁶. Charles Page Bryan (1856-1918) foi um diplomata estadunidense que atuou como Ministro Plenipotenciário na China, Bélgica, Suíça, Portugal, Japão e Brasil (1898-1902)⁴²⁷.

Em meio à documentação obtida no Arquivo Público do Pará, encontramos a assinatura de Elyseu Elias César. Em boa parte do que recolhemos como fontes (ofícios e outros documentos) da Intendência de Belém, destacamos a recorrência do termo: “Feito Elyseu César”. O termo atribuía significado ao trabalho exercido por Elyseu no órgão municipal, onde diversos documentos passavam por sua mão. Esse lugar demonstrava o grau de confiabilidade que Lemos depositava em Elyseu.

Imagem 2 - Documento feito por Elyseu César na Intendência Municipal de Belém



Fonte: SANTOS, Julio César P. **Fotografia do Ofício da Secretaria da Intendência Municipal de Belém**, em 04 de abril de 1904.

⁴²⁵ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVA, Matheus Alves Duarte da. A peste bubônica no Rio de Janeiro e as estratégias públicas no seu combate (1900-1906). **Territórios e Fronteiras** (Online), v. 6, p. 109-124, 2013. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/viewFile/236/pdf>. Acesso em 08/12/2018.

⁴²⁶ Convite. Período: 1901; Data: 31/08/1901; Área: Governo; Fundo: Intendência Municipal de Belém.

⁴²⁷ OFFICE OF THE HISTORIAN. Charles Page Bryan (1856-1918). **United States Department of State**. Disponível em: <https://history.state.gov/departmentshistory/people/bryan-charles-page>. Acesso em: 08/12/2018.

A confecção dessa documentação por Elyseu no cargo de secretário, mostra-nos o papel central do cargo para a Intendência. A grande quantidade de documentos da repartição que passavam pelas mãos do parahybano, confirmam o grau de confiança que Lemos possuía nele.

O relatório anual do Conselho Municipal de Belém, no ano de 1903, trazia o nome de Elyseu César entre os seus funcionários, atuando junto à secretaria. Era um cargo de confiança, que recorrentemente Elyseu era lembrado por desempenhar tal função com qualidade.

Desde o dia 7 de setembro ultimo está a frente dos serviços da secretaria de Intendência o sr. dr. Elyseu Elias Cezar, director da 1ª secção, em virtude de haver o sr. dr. João Antônio Luiz Coêlho, secretario effectivo, deixando o serviço na véspera d'aquelle dia, afim de tomar parte nos trabalhos do Congresso Legislativo do Estado, tendo reassumido seu cargo a 7 de novembro findo, e deixando-o de novo, com parte de doente, no dia immediato.

O sr. dr. Elyseu Cezar tem cumprido, com exactidão e intelligência, os encargos a que está obrigado como chefe da secretaria da Intendência⁴²⁸.

O senador Antônio Lemos, como intendente e chefe local, cercava-se dos seus homens de confiança e correligionários próximos, fazendo com que seu poder se perpetuasse mais no estado. Elyseu César, desde sua chegada a Belém, esteve sempre próximo a Lemos e com isso, se inseriu nas elites que o poderoso político e coronel circulava. Um ofício feito em janeiro de 1903, mostra que Elyseu já atuava na secretaria da intendência, sendo o responsável por fazer os ofícios solicitados que eram dirigidos ao senador-intendente Antônio Lemos.

A trajetória de Elyseu César no ano de 1903 foi marcada pela sua atuação na coluna diária do jornal *A Província do Pará*, chamada de “O Dia”. Analisaremos essas matérias escritas pelo parahybano em um tópico a parte.

No ano de 1904, no *Almanak do Estado Pará*, seu nome compunha a lista de funcionários do município de Belém, sendo o diretor da primeira seção da secretaria da intendência⁴²⁹. Na mesma edição do *Almanak*, é indicado o seu endereço profissional na rua Treze de Maio, à qual recebia os interessados em suas qualidades de advogado.

No Relatório de Intendência de Belém no ano de 1904, Elyseu era elogiado mais uma vez pelo senador Lemos, devido sua atuação na secretaria da repartição.

Durante os impedimentos do Secretario da Intedendência, substituiu-o o director da 2ª Secção da Secretaria, dr. Elyseu Cesar, cuja dedicação ao trabalho me satisfaz animar nas presentes linhas.

⁴²⁸ LEMOS, Antônio José de. **1903, O Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1904, p. 24. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/185036669/O-municipio-de-Belem-Relatorio-de-Antonio-Jose-Lemos-1903>. Acesso em: 04/01/2019.

⁴²⁹ Almanack do Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, 1904.

Em seu Relatório de 1 de setembro de 1904 o sr. dr. Mariano de Aguiar, tratando-se d'este funcionario, manifestou-se pelas seguintes palavras, que sinto verdadeiro prazer em reproduzir: "O sr. dr. Elyseu tem cumprido com bastante intelligencia, exactidão e honestidade seus deveres como chefe da Secretaria municipal"⁴³⁰.

O funcionário que se ausentou no episódio narrado pelo intendente Lemos foi o sr. João Antônio Luiz Coêlho. Tal personalidade paraense chegou ao cargo de governador do estado depois de também ser deputado estadual. Seria demais pensar que Elyseu, seguindo os mesmos passos de Coêlho (secretário da intendência e deputado estadual), poderia ao lado do partido de Lemos, ter chegado ao cargo de senador? Acreditamos que sim, suas alianças mostravam que com o apadrinhamento do coronel Lemos, ele poderia ocupar tal posto político.

O periódico paraense *Folha do Norte* no dia 06 de outubro de 1904 informava em uma coluna sobre política, uma ação dos líderes do partido republicano no estado.

Os delegados do partido republicano, reunidos hontem a noite, escolheram, afim de preencher as duas cadeiras vagas na Câmara estadual e as duas outras que vão vagar por motivo de renuncia dos srs. José Porphirio e Ferreira de Sousa, os srs. Elyseu Cezar, Ignacio Moura, Liberato Castro e Justiniano de Serpa; para as vagas existentes no senado, os srs. José Porphirio, Lyra Castro e monsenhor Muniz⁴³¹. [...]

Vemos aqui o ano que começou a atuação de Elyseu na Assembleia Legislativa do estado. O *Jornal do Commercio* da capital federal, também anunciava a escolha do parahybano para a vaga de deputado⁴³². De 1904 a 1912, Elyseu César permaneceu como deputado pelo Pará. Era um dos líderes do Partido Republicano na Assembleia. Percebemos como o parahybano utilizou-se bem de suas oportunidades e soube ascender socialmente, mesmo num estado distante. Tornar-se homem de confiança do partido e dos chefes políticos locais, possibilitou a ele concorrer a cargos políticos mesmo sem ser um coronel ou chefe local.

Elyseu César no estado do Pará, conseguiu superar os preconceitos raciais, protagonizando com as elites os espaços do poder. As redes de sociabilidades que Elyseu fez no estado fizeram com que ele permanecesse em terras paraenses por mais de uma década, comungando dos privilégios, das festas e do contato com o poder. O Pará foi de fato, o auge da trajetória de Elyseu César.

No final do ano de 1904, Elyseu já possuía relações firmes em solo paraense. Nesse momento, era convidado para a celebração do aniversário do poderoso coronel, intendente

⁴³⁰ LEMOS, Antônio José de. **1904, O Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905, p. 19-20. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/185035138/O-municipio-de-Belem-Relatorio-de-Antonio-Jose-Lemos-1904>. Acesso em: 04/01/2019.

⁴³¹ Folha do Norte, Cidade de Belém. Quinta-feira, 06 de outubro de 1904. Jornal microfilmado

⁴³² Jornal do Commercio, Cidade do Rio de Janeiro. Ano LXXXIV, N. 278. Quarta-feira, 05 de outubro de 1904.

municipal e senador Antônio Lemos. No episódio, estavam reunidos na casa do influente político, além de sua família, as principais autoridades locais como Augusto Montenegro, Lyra Castro, João Coelho e Marques de Carvalho⁴³³. Percebemos o lugar de Elyseu no corpo social paraense, compreendendo também com quais pessoas ele se relacionava, além dos cargos que exerceu.

No início do ano de 1905, mais especificamente no mês de janeiro, em recepção ao deputado Arthur Lemos, Elyseu foi incumbido de falar em sua residência, produzindo “eloquente oração”⁴³⁴. Além das qualidades oratórias de Elyseu, como apresentamos em outros momentos, constatamos que a sua escolha como responsável por discursar nesses eventos seria uma forma de se afirmar, ou quando convidado, de destacar o quão importante era lhe ver falando pelos seus correligionários.

Em fevereiro, Elyseu fundava *O Jornal* na capital paraense (o segundo jornal fundado por Elyseu no estado). Dessa vez, ele seria o redator-chefe e a direção ficaria com Miguel de Barros. *O Jornal* se dizia imparcial, mas na sua primeira edição, já estampava as suas páginas com o retrato de Augusto Montenegro, forte nome político local⁴³⁵. Notamos como a imprensa, e principalmente a partidária, foi um importante espaço para Elyseu mostrar seus talentos com as palavras em Belém.

Ainda em fevereiro, no dia 21 do mês, a *Gazeta de Notícias* apresentava mais uma reunião das elites ocorridas no Pará. O motivo do encontro dessa vez, era a visita do jornalista fluminense Arthur Dias e do comerciante maranhense João Andrade, que estavam de passagem pelo estado⁴³⁶. Elyseu como deputado, estava entre os escolhidos para receber os visitantes. Entendemos que a boa recepção e busca por causar uma boa impressão para esse jornalista fluminense, poderia ser interessante para o governo paraense que, por meio de uma matéria, conseguiria chamar mais atenção do governo federal situado no Rio de Janeiro.

Em 24 de junho de 1905, ocorreu o Congresso do Partido Republicano no Pará, estando presente as principais autoridades do estado. A sessão foi aberta por seu poderoso político, o senador Antônio Lemos. Elyseu César conseguiu destaque no Congresso, pois:

[...] Foram aprovadas por unanimidade de votos, as moções apresentadas pelos delegados Virgílio Cardoso de Oliveira, Antônio Carvalho e Elyseu Cesar, congratulando-se com o sr. presidente da República, com o governador do estado e com a comissão executiva do estado.

O sr. Elyseu Cesar apresentou uma indicação, que foi aprovada propondo que a comissão executiva ficasse autorizada a substituir no caso de necessidade dois

⁴³³ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 354. Segunda-feira, 19 de dezembro de 1904.

⁴³⁴ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XV, N. 14. Sábado, 14 de janeiro de 1905.

⁴³⁵ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. XXXI, N. 37. Segunda-feira, 06 de fevereiro de 1905.

⁴³⁶ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XV, N. 52. Terça-feira, 21 de fevereiro de 1905.

membros eleitos da convenção federal e a sugerir, quando for oportuno os nomes dos candidatos a presidência e vice-presidência da República⁴³⁷.

Como delegado do partido republicano, ele tinha papel de destaque no centro do partido, que dominava a política paraense na Primeira República. Esse espaço de atuação dava mais possibilidades para a trajetória de Elyseu na esfera política. Vemos essa função como extremamente importante na atuação de Elyseu no estado nortista. No ano de 1905, Elyseu, segundo Cruz, também constava como membro do Congresso Legislativo do Pará, participando das sessões de início, da solene e do encerramento⁴³⁸.

Elyseu César foi eleito deputado estadual pelo Pará em 1906, com o mandato de três anos. Entre os 30 deputados eleitos, o parahybano conseguiu ocupar a 13ª colocação entre os mais votados.

Quadro 1 - Eleição para Deputado Estadual do Pará no ano de 1906⁴³⁹

Candidato	Votação
Dr. Bruno de Moraes Bittencourt	11.373
Coronel Vitório Gonçalves de Castro	11.372
Tenente Coronel José Caetano da Gama e Silva	11.370
Dr. João Batista de Vasconcelos Chaves	11.367
Pedro G. Chermont de Miranda	11.329
Higino Cardoso Amanajás	10.346
Dr. João Antônio Luiz Coelho	10.345
Coronel João Rodrigues dos Santos	10.345
Coronel Teodomiro Augusto Martins	10.344
Coronel Diogo Henderson	10.304
Dr. Raimundo da Cruz Moreira	9.862
Dr. Pedro Pereira Chermont Raiol	9.799
Dr. Elizeu César	9.755
Dr. José Nabuco Neiva	9.755
Dr. Alberto Dias	9.629

Fonte: CRUZ, Ernesto. **O poder legislativo do Pará**. Belém: 1978, p. 229.

O estado do Pará possuía, segundo dados do IBGE, no período das eleições e mandatos de Elyseu como deputado estadual, aproximadamente 445.356 (em 1900) a 783.845 habitantes (em 1910)⁴⁴⁰. A votação que Elyseu César conseguiu foi bastante expressiva por não ser um

⁴³⁷ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XV, N. 175. Sábado, 24 de junho de 1905.

⁴³⁸ CRUZ, Ernesto. **O poder legislativo do Pará**. Belém: 1978, p. 226-228.

⁴³⁹ O quadro só consta o nome dos primeiros 15 colocados, havendo mais 15 após o último do quadro que julgamos não serem necessários.

⁴⁴⁰ IBGE. Directoria Geral de Estatísticas: População do Brazil por Estados (1872, 1890, 1900 e 1910). In: **Estatísticas do Séc. XX: populacionais, sociais, políticas e culturais**. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_018.pdf. Acesso em: 03/11/2018.

nativo do Pará e estar no estado há pouco mais de seis anos. Além do mais, devemos frisar que na Primeira República, a população votante era mínima em comparação com o número de habitantes. Ainda segundo dados do IBGE, baseado nas eleições para Presidente da República de 1910⁴⁴¹ e para Deputados em 1912⁴⁴², temos como população votante entre esses anos 57.936 e 61.163 eleitores. Desta forma, a quantidade de quase 10 mil votos conseguidos por Elyseu representam o quão bem-feita era sua articulação sócio-política em Belém.

Elyseu, mesmo não sendo natural, ficou na frente dos coronéis que eram os donos das terras e possuíam a força do poder coercitivo no Pará. Teria sido a força das suas alianças ou sua capacidade intelectual que conseguiu tal feito? Acreditamos que ambos fatores possibilitaram o parahybano ocupar tamanho cargo no poder.

O grupo que Elyseu esteve alijado, como dito anteriormente, era o do senador-intendente Antônio Lemos. Cunha, que estudou o coronelismo e as oligarquias no Pará Republicano de 1897 a 1909, afirmou que: “O controle exercido pelos “lemistas” sobre as eleições - das urnas até o reconhecimento da validade das eleições feitas no Congresso do Estado - era uma barreira para o avanço da oposição nos municípios⁴⁴³”. Como oligarquia dominante em boa parte da Primeira República, Elyseu e os demais lemistas, teriam vantagens no processo eleitoral paraense. Todavia, reiteramos que isso não implicava dizer que o parahybano não possuísse admiradores, seguidores e que sua eleição não significasse uma grande conquista.

Constatamos também que, de acordo com os dados dos vencedores da eleição para deputados e senadores, não foi “à toa” que o período ficou conhecido como “República dos Coronéis” ou da prática do coronelismo. Destacamos que foram quinze coronéis eleitos para o cargo de deputado. Para os coronéis, era de suma relevância a relação com o poder político.

Elyseu conseguiu ficar à frente de influentes nomes locais que dispunham do mecanismo da força e das alianças políticas (os coronéis), comprovando como o parahybano compôs as elites no estado e protagonizou o poder ao lado do senador Antônio Lemos. Dividiram a legislatura com Elyseu no ano de 1906, chefes locais como Pedro G. Chermont de Miranda, Higino Amanajás (1852-1921) e João Antônio Luiz Coêlho (1852-1926). Os três políticos foram nomes que conseguiram destaque no cenário local e nacional. Pedro Giselar

⁴⁴¹IBGE. **Estatísticas do Século XX.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>. Acesso em: 03/11/2018.

⁴⁴² IBGE. Congresso Nacional: Eleição geral dos Deputados e do terço do Senado (1912). In: **Estatísticas do Séc. XX: populacionais, sociais, políticas e culturais.** Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1908_12/rep_polit1908_12aeb_27.pdf. Acesso em: 03/11/2018.

⁴⁴³ CUNHA, Op. Cit., 2008, p. 15.

Chermont de Miranda foi também deputado federal pelo estado da Paraíba no ano de 1918, ficando no cargo até o golpe de 1930⁴⁴⁴. Antônio Higino Cardoso Amanajás era filho de coronel, foi abolicionista durante o Império e membro do partido Conservador, também se destacou como deputado levantando a bandeira republicana, além de ser administrador do Diário Oficial de Belém e de outros periódicos⁴⁴⁵. João Antônio Luiz Coêlho foi um importante político paraense, chegando a ocupar o cargo de governador do estado duas vezes, em 1904 (ocupando o cargo até as eleições) e entre 1909 e 1913⁴⁴⁶.

No início do ano de 1906, entre janeiro e fevereiro, Elyseu esteve doente e se afastou de suas funções na intendência, na Assembleia e nos jornais. A doença que lhe atingiu foi febre perniciosa. Constava também nos jornais cariocas que ele se dirigiu a Barbados⁴⁴⁷ para se recuperar da mazela⁴⁴⁸. Como no Espírito Santo, Elyseu era afastado de suas funções mais uma vez por motivos de saúde. Pensamos que, devido a sua constante circulação e a insalubridade do período da República Velha, o parahybano tornava-se vulnerável às diversas doenças difundidas no período.

Martins, em seu estudo biográfico sobre Elyseu César, apresentou uma edição comemorativa de *O Jornal* de 05 de fevereiro de 1906, destacando a fala do parahybano:

[...] Mas o homem, de que falo, acolheu-me generosamente; deu-me proteção, abrigou-me encheu-me de confiança. E que devo fazer, senão zelar muito, muito, muito essa dádiva preciosa?
Acreditar, porém, que sejam quais forem as circunstâncias, jamais atraíçoarei a mão que me beneficiou. **Mestiço, alma de meridional, posso num momento experimentar as mais desencontradas emoções.** Arrebatamentos, assomos, ímpetos - tudo pode invadir o meu espírito. O erro, a audácia, a impaciência poderão arrastar-me, subjugar-me. Nunca, porém, (eu vo-lo juro) saberei desertar nem trair.
Ah! Tudo pode caber em minha alma de mestiço, menos a deslealdade, esse resíduo do sentimento humano (grifos nossos)⁴⁴⁹.

⁴⁴⁴LOPES, Raimundo Helio. Pedro Giselar Chermont de Miranda. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MIRANDA,%20Pedro%20Giselar%20Chermont%20de.pdf>. Acesso em: 03/11/2018.

⁴⁴⁵CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. Literatura, Cívico Patriótica: República, Educação, e Manuais Didáticos no Pará Republicano. In: **XXVIII Simpósio nacional de História**, Florianópolis, 2015, p. 08. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415499_ARQUIVO_manuaisdidaticospa Anpuh.pdf. Acesso em: 03/11/2018.

⁴⁴⁶SETEMY, Adrianna. João Antônio Coelho. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO,%20João%20Antônio.pdf>. Acesso em: 03/11/2018.

⁴⁴⁷ Barbados é uma ilha e país localizado no Caribe. A capital é a cidade Bridgetown, a religião oficial é o cristianismo e o idioma oficial o inglês. Ver, SANTIAGO, Emerson. Barbados. In: Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/america/barbados/>. Acesso em: 22/11/2018.

⁴⁴⁸A Notícia, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XIII, N. 37. Segunda-feira, 12 fevereiro de 1906.

⁴⁴⁹MARTINS, Op. Cit., 1975, p. 24-25.

Destacamos dois momentos na fala de Elyseu que nos auxiliam a entender pontos importantes de sua trajetória. Primeiro, vemos como Elyseu se referia a Antônio Lemos e à relação criada entre os dois; cumpriu o que falou e acompanhou Lemos até seus últimos dias no estado. Segundo, percebemos mais uma vez, a forma sutil como Elyseu tocava na questão de sua identidade racial; dessa vez ele identifica-se como mestiço (devido ser filho de homem branco e mulher negra), e não como negro (retinto), como de fato suas fotografias apresentam-no. Não entendemos essa negação ou ocultação unicamente como o não reconhecimento de sua identidade, mas também como a percepção de que essa seria uma maneira utilizada para amenizar os efeitos do racismo, além de que ser negro, remetia ainda à escravidão ou inferioridade biológica no período.

Ainda no ano de 1906, no Congresso do Legislativo do Pará, consta que o deputado Elyseu César na sessão solene de encerramento em 06 de novembro foi orador da cerimônia agradecendo ao então Presidente da República Rodrigues Alves⁴⁵⁰. A oratória de Elyseu fazia com que o parahybano se destacasse por onde passava.

No Relatório anual de 1906 apresentado ao Conselho Municipal, o senador Antônio José Lemos citou a atuação de Elyseu na sua secretaria, como responsável pela 1ª seção. Contudo, no ano foi registrado que Elyseu necessitou se ausentar por um período.

Desde o dia 10 de fevereiro até 8 de maio, esteve fora de seu cargo o chefe da 1ª Secção, o dr. Elyseu Elias Cesar, o qual, por motivo de moléstia e em gozo de licença, foi forçado a sahir do Estado e a quem incumbi de um trabalho conveniente no Município, para ser desempenhado quando sua saúde lh' o permitisse. Este illustrado auxiliar da Intendência também esteve afastado do serviço durante o funcionamento do Congresso Legislativo, na qualidade de deputado⁴⁵¹.

O relatório citava a dupla atuação de Elyseu na capital paraense, na intendência e no Congresso. A relação dos poderes municipais e estaduais ficavam consideravelmente visíveis na trajetória do parahybano. Não conseguimos informações sobre a doença que assolou Elyseu.

As sessões legislativas do estado do Pará no ano de 1907 começaram no dia 04 de setembro, reunindo apenas 16 deputados. No dia 09 do mesmo mês, foram eleitos pelos deputados os membros das Comissões Permanentes definidas em:

- 1º Constituição, poderes e leis;
- 2º Orçamento e Fazenda;
- 3º Fôrça Pública;

⁴⁵⁰CRUZ, Op. Cit., 1978, p. 230.

⁴⁵¹LEMOS, Antônio José de. **1906, O Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907, p. 35. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/185032071/O-municipio-de-Belem-Relatorio-de-Antonio-Jose-Lemos-1906>. Acesso em: 04/01/2019.

- 4° Obras públicas, Comércio, Agricultura, Indústria e Artes;
- 5° Instrução Pública;
- 6° Saúde Pública;
- 7° Justiça, Estatística, Divisão Civil e Judiciária;
- 8° Redação das leis;
- 9° **Verificação de poderes;** (grifos nossos⁴⁵²)

Cada uma dessas comissões representava um grupo de deputados escolhidos internamente entre os eleitos pelos votantes, sabendo que eram trinta deputados no período no estado. A comissão destacada representava uma das principais comissões, sendo a ela que caberia o reconhecimento da eleição dos deputados e senadores. No estado do Rio de Janeiro, no ano de 1909, tal comissão (no âmbito federal) foi responsável por protagonizar um caso emblemático nas discussões raciais brasileiras no período. Era a eleição do deputado de “cor” Monteiro Lopes e o risco do não reconhecimento de sua eleição⁴⁵³. Elyseu César, sendo um desses deputados, mostrava como possuía um lugar privilegiado na sociedade paraense. A sua cor não interferiu nos meios políticos que se inseriu no estado do Norte.

No ano de 1907, ele participou de mais dois eventos da elite paraense. O primeiro foi um almoço oferecido pela Divisão Naval ao Governador Augusto Montenegro e o Senador Antônio Lemos, que ocorreu no dia 03 de setembro no couraçado *Riachuelo*. Em tal episódio, Elyseu César “brindou” ao Ministro da Marinha⁴⁵⁴. Dois meses depois, em novembro, Elyseu participava de um Congresso Político no Pará. Nesse evento, ele usou da sua oratória para deixar uma mensagem aos líderes políticos.

Por último usou da palavra o sr. Dr. Elyseu Cesar que fallou arrebatadamente obrigando o auditório a interrompel-o de instante a instante. Referiu-se ao Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro cujo governo aprecia.
Não se descreve o entusiasmo produzido pelo discurso do eminente tribuno cujas palavras enchiam a luz nos ouvidos dos *** attentos presos ao encanto da oração.
[...]⁴⁵⁵

Era comum ele falar nos eventos políticos do estado. Além de ser um orador experiente e preparado, como acompanhamos até aqui, era o delegado do partido republicano, o que o colocava como protagonista político.

Pelo ano de 1908, Elyseu continuou atuando nas duas esferas do poder público no estado do Pará. Foi deputado, fazendo-se presente nas sessões ordinárias. Também foi orador na sessão

⁴⁵²CRUZ, Op. Cit., 1978, p. 233.

⁴⁵³DOMINGUES; GOMES, Op. Cit., 2013, p. 138.

⁴⁵⁴ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVII, N. 247. Quarta-feira, 04 de setembro de 1907.

⁴⁵⁵ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVII, N. 312. Sexta-feira, 08 de novembro de 1907.

solene de encerramento⁴⁵⁶. Na secretaria, no mesmo ano, tinha sua administração e organização elogiada pelo senador Lemos.

A competência, probidade e intelligencia do respectivo secretário, Dr. Elyseu Elias Cezar, auxiliado pelo esforço e dedicação dos demais funcionarios que trabalham sob sua direcção, têm assegurado a esse departamento municipal um regular funcionamento que conserva normalizados e a salvo de reclamações todos os serviços a elle affectos.⁴⁵⁷

Os elogios de Lemos são importantes para destacarmos a capacidade de articulação e os dotes intelectuais de Elyseu, conseguindo organizar um órgão central nos interesses políticos locais. Até o ano de 1908, encontramos vestígios de Elyseu César atuando nas duas esferas. A secretaria ficava encarregada durante todo o ano, se ausentando unicamente quando começava o período das sessões no Congresso Legislativo Paraense.

O jornal *O Século* dizia, em 19 de outubro de 1908, que seriam abertas três vagas para deputados federais no Pará, saindo Justiniano Serpa, Deoclecio de Campos e Arthur Lemos, e sendo tais espaços ocupados por Aarão Reis, Luiz Bahia e Elyseu César⁴⁵⁸. Sabemos que tal oportunidade poderia significar mais poder político para Elyseu. Além da atuação nos jornais, na Assembleia e na Intendência, Elyseu também atuava como advogado no Pará⁴⁵⁹. Era a multiplicidade de atuações que tornavam a sua trajetória plural.

Em 1909, Elyseu continuava no cargo de deputado estadual. A diferença nesse ano foi que o dr. João Antônio Luiz Coêlho havia sido eleito para o cargo de governador do Pará⁴⁶⁰. Elyseu fez parte da sessão solene que deu posse ao governador eleito, sendo escolhido para fazer parte da comissão que acompanhou o governador ao recinto com o ex-governador, Augusto Montenegro. Coêlho também havia sido colega de Elyseu na intendência municipal e na Assembleia Legislativa⁴⁶¹.

Em 27 de outubro de 1909, o importante jornal carioca *O Paiz* chamava Elyseu de “[...] o admirável manejador da palavra, no Pará”⁴⁶². Ficava nítido como Elyseu César havia alcançado os seus maiores admiradores (até em outros estados) enquanto esteve no Pará. Lá, ele foi membro da elite, tendo privilégios e comungando de vitórias políticas.

⁴⁵⁶ CRUZ, Op. Cit., 1978, p. 233

⁴⁵⁷ LEMOS, Antônio José de. **1908, O Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909, p. 48. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/185029880/O-municipio-de-Belem-Relatorio-de-Antonio-Jose-Lemos-1908>. Acesso em: 04/01/2019.

⁴⁵⁸ *O Século*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 658. Segunda-feira, 19 de outubro de 1908.

⁴⁵⁹ Almanak Laemmert, Cidade do Rio de Janeiro. Ano LXV, 1908.

⁴⁶⁰ CRUZ, Op. Cit., 1978, p. 239.

⁴⁶¹ ROCQUE, Op. Cit., 1996, p. 266.

⁴⁶² *O Paiz*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVI, N. 9154. Quarta-feira, 27 de outubro de 1909.

Entre os anos de 1909 e 1911, Elyseu César também atuou na cidade de Belém, em outra importante função. Na Faculdade Livre de Direito do Pará, assumia o cargo de professor do 4º ano do curso, responsável pela cadeira de Economia Política⁴⁶³. Pensamos que a sua atuação especificamente nessa cadeira, ocorreu devido sua experiência com as atividades da Intendência (econômica) e com os cargos políticos (política) que exerceu, além de ter cursado Direito em Recife. O cargo de professor posicionava-o entre os intelectuais do estado.

As atividades do Congresso Legislativo do Pará no ano de 1910 iniciaram suas sessões ordinárias no dia 07 de setembro no salão da Assembleia. A instalação solene do Congresso no ano de 1910 foi presidida pelo senador Virgílio Sampaio e teve como secretários, Elyseu César e Antônio Lemos⁴⁶⁴. Vemos como a trajetória de Elyseu no Pará ficou estabilizada por anos, estando nas elites políticas, tendo influência e protagonizando diversos espaços.

Os senadores e deputados do estado encerraram suas atividades em 06 de novembro, estando Elyseu César presente em tal data. Consta que os membros do legislativo do estado foram à residência do governador para cumprimentá-lo⁴⁶⁵. Era comum essa troca de cumprimentos pelos integrantes do universo político.

Santos Netto, em livro lançado no ano de 1910, dizia sobre a passagem de Elyseu no Pará que: “Actualmente Elyseu César dirig-e no Pará, o Jornal, folha partidária que obedece a orientação lealista. A politica, ás vezes, absorve as grandes individualidades, inutilizando-as por completo⁴⁶⁶”. O parahybano era visto no período como um jornalista de grande qualidade, que devido ao interesse de seus correligionários e seus, escolheu adentrar a política e virar chefe do partido republicano. Desde o ano de 1904, Elyseu era responsável pelo periódico *O Jornal*, que pertencia aos interesses do senador Lemos e seus partidários.

Netto acrescenta a sua fala sobre Elyseu que “O illustre homem de letras, com ter sido um temperamento mais adaptável, vae se mantendo, até hoje, fiel aos dictames do partidatismo ferrenho, que tem, como supremo chefe, n'aquella terra, a figura do sr. António Lemos⁴⁶⁷”. A relação de Elyseu e Lemos era frequentemente lembrada, sabendo que o principal chefe político do estado era o senador, sendo o parahybano um dos seus “braços direito” e líder do seu partido na Assembleia Legislativa.

O Jornal de Elyseu César, que era partidário do governo republicano no poder, era apontado pelo *O Paiz* como uma das três folhas mais importantes do Pará e um dos mais

⁴⁶³ Almanak Laemmert, Cidade do Rio de Janeiro. Anos LXVI, LXVII e LXVIII. 1909, 1910 e 1911.

⁴⁶⁴ CRUZ, Op. Cit., 1978, p. 241.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 242.

⁴⁶⁶ NETTO, Op. Cit., 1910, p. 104.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 94.

importantes jornais do norte do país. Compunham a lista dos jornais importantes paraenses, a *Folha do Norte* e *A Província do Pará*⁴⁶⁸. Este último, também tinha contribuições de Elyseu, principalmente no ano de 1904.

No início do ano de 1911, *O Jornal*, reproduzido pelo *O Paiz*, publicou um artigo desmentindo o jornal carioca *O Século*. Na matéria, versava sobre uma polêmica política no Pará: “O ‘Jornal’ publicou hontem um artigo desmentindo o telegramma daqui enviado ao ‘Século’, dessa capital, dizendo que o Dr. Elyseu Cesar havia sido apresentado candidato a deputado federal, na vaga do dr. Deoclecio de Campos, pelo senador Antônio Lemos.⁴⁶⁹” Ao fim da matéria, afirmava que o candidato seria Aarão Reis, que havia sido combinado entre uma comissão do partido republicano com alguns “caciques” políticos paraenses. Destacamos que mesmo *O Jornal* desmentindo, o nome de Elyseu circulava mais uma vez no protagonismo político do estado, estando entre os possíveis ocupantes do cargo de deputado federal pelo Pará. Seria mais um momento de ascensão política, se o parahybano de fato, tivesse assumido tal posto.

Sobre tal fato, Martins dizia: “Tão necessários eram os seus serviços ao partido que, indicado por mais de uma vez para a representação federal, teve de prescindir da sua candidatura por falta de quem o substituísse no Estado⁴⁷⁰”. Devemos considerar que se Lemos ou algum aliado seu tivesse continuado com o poder do estado, Elyseu provavelmente teria conseguido esse espaço para subir mais um degrau na sua carreira política.

Em 07 de setembro de 1911, segundo Ernesto Cruz, aconteceu a 3ª reunião ordinária da 7ª legislatura, sendo presidida por Inácio Nogueira (Presidente da Assembleia do estado). Estava presente em tal reunião Elyseu César, que continuava como deputado estadual. Na reunião, foi instalado o Congresso Legislativo do Estado⁴⁷¹. Já eram mais de sete anos no cargo de deputado estadual que colocavam Elyseu entre os grandes nomes políticos do Pará na Primeira República.

Segundo Cruz, as sessões ordinárias do Congresso paraense no ano de 1911 iniciaram-se em 11 de setembro e encerram-se em 04 de novembro. Elyseu esteve presente em tais sessões, demonstrando-se assíduo nas suas obrigações com a deputação. A sessão solene que deu por encerrado o ano, aconteceu em 06 de novembro de 1911, com discurso do deputado

⁴⁶⁸ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVII, N. 9523. Terça-feira, 01 de novembro de 1910.

⁴⁶⁹ Gazeta de Notícias, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXVI, N. 104. Sexta-feira, 14 de abril de 1911.

⁴⁷⁰ MARTINS, Op. Cit., 1975, p. 21.

⁴⁷¹ CRUZ, Op. Cit., 1978, p. 242.

Bento Miranda, um influente coronel e deputado federal pelo Pará, ficando no cargo de 1915 a 1929⁴⁷².

Em 08 de julho de 1911, saía no jornal *Estado do Pará*, constando que o projeto nº 11 apresentado ao Conselho Municipal de Belém foi aprovado, concedendo um ano de licença para tratamento de saúde de Elyseu⁴⁷³. Com sua ausência, o cargo de secretário efetivo da secretaria municipal de Belém ficou ocupado por Humberto Campos. Pouco mais de um mês depois, em 21 de agosto de 1911, Elyseu retorna ao cargo, renunciando ao resto da licença, fazendo com que Humberto Campos voltasse a sua função originária de secretário da 1ª seção⁴⁷⁴.

Aos 05 de setembro de 1911, Elyseu César aparecia no jornal *Estado do Pará*, ocupando mais uma vez um cargo político, compondo a sessão da Assembleia Legislativa do estado do Pará: “Estiveram presentes os srs. Alberto Dias, Marques de Carvalho, Bruno Bittencourt, Hygino Amanajás, Ignácio Nogueira, Elyseu César, João Chaves, Rodrigues dos Santos, Gama e Silva, Souza Filho, Cruz Moreira e Raymundo Vianna. [...]”⁴⁷⁵. Aqui continuava a expressão de poder de Elyseu, sendo representante do partido de Lemos na Assembleia.

Devido ocupar o lugar na Assembleia Legislativa, Elyseu foi impedido de ocupar o cargo de secretário efetivo da intendência de Belém, ocupando-se de tal serviço, Humberto de Campos, que recentemente havia estado interinamente nessa função⁴⁷⁶.

De setembro a dezembro de 1911, Elyseu César teve suas participações nas sessões da Assembleia Legislativa noticiadas ao lado dos outros colegas de legislação⁴⁷⁷. Em meio às descrições das pautas das sessões, não encontramos nesse período, qualquer projeto e unicamente uma fala sua. Todavia, podemos levar em consideração que esteve em contato com discussões e decisões que estiveram em pauta na Assembleia em dias que o parahybano esteve presente.

Em 18 de outubro, na sessão da Assembleia, o deputado Bento Miranda pronunciou um longo discurso em oposição ao projeto que fixava a força pública para o ano de 1912, apresentado pelo também deputado Chermont de Miranda⁴⁷⁸. Em toda a sua fala, o deputado Bento buscou convencer os demais colegas que a situação econômica do estado ia bem, o que

⁴⁷² SETEMY, Adrianna. Bento José de Miranda. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MIRANDA,%20Bento%20José%20de.pdf>. Acesso em: 03/11/2018.

⁴⁷³ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 90. Sábado, 08 de julho de 1911.

⁴⁷⁴ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 135. Terça-feira, 21 de agosto de 1911.

⁴⁷⁵ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 149. Terça-feira, 05 de setembro de 1911.

⁴⁷⁶ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 154. Domingo, 10 de setembro de 1911.

⁴⁷⁷ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. Diversos. Setembro, Outubro e Novembro.

⁴⁷⁸ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 192. Quarta-feira, 18 de outubro de 1911.

não justificaria o projeto de Chermont para diminuição da brigada militar. Em um dos momentos de sua fala, Elyseu César concordou com o colega deputado, acrescentando a sua fala:

O Sr. Bento Miranda [...] Encarado sob o ponto de vista da insolvabilidade, o thesouro do Estado pode ser considerado em condições magnificas.

Reconheço, e estou convencido de que a Câmara também o reconhecerá, que a situação não é risonha, que o futuro se nos antolha prenhe de ameaças tremendas; mas estou por outro lado convencido de que, quando chegar o momento em que a situação econômica do Estado fôr de tal ordem que nos obrigue a cercear todo o aparelho administrativo que já havíamos conquistado, nesse momento o deputado que se levantasse nesta casa para propor a diminuição das despesas publicas, devia ter a hombridade precisa para começar por casa a justiça, diminuindo ou supprimindo os nossos subsídios.

O senhor deputado, que passeiou pela Europa, devia ter visto ali, onde se apregoa a perfectibilidade da civilização, em cada esquina de um centro habitado o *sergent de ville*.

O Sr. Elyseu Cesar – Não se comprehende o desenvolvimento de um povo sem o desenvolvimento da sua força pública.

O Sr. Bento Miranda – Si isto de passa em países que estão na primeira fila da civilização, o que não se dirá nesta terra atrazadíssima em que a cada momento vemos os arestos da justiça desrespeitados, os meirinhos espancados; e isto a poucos passos da capital [...] (grifos nossos)⁴⁷⁹

Na breve fala de Elyseu, podemos notar que o deputado compactua com as colocações do seu colega, Bento Miranda. Nesse momento, vemos que conseguimos entender as desavenças políticas e de posições na composição da Assembleia.

Em dezembro, Elyseu acabou pedindo exoneração do seu cargo na secretaria da intendência, devido a não poder exercer o cargo por ser deputado estadual. Virgílio Mendonça, que era o intendente do estado, nomeou Henrique Jorge Hurly para a vaga que surgiu⁴⁸⁰.

Elyseu teve trajetória longa e importante no Pará, lá ele encontrou espaço para se projetar politicamente e jornalisticamente. Atuou ao lado do coronel local, dividindo o palco do poder. Devemos pensar que se os lemistas não tivessem saído do poder, Elyseu César talvez tivesse obtido mais destaque no estado e alcançado outros patamares políticos.

Após a queda de Lemos, Elyseu Elias César deixou o Pará e se deslocou para outros estados brasileiros. Saiu do estado, mesmo podendo permanecer e reestabelecer suas alianças locais. Apropriando-se da fala de Graham sobre o clientelismo e a lealdade no século XIX⁴⁸¹:

A lealdade de um candidato ou de sua família pesava muito. Os contemporâneos consideravam a fidelidade, tanto política quanto pessoal, uma das virtudes mais importantes, e de um homem que detivesse um cargo esperava-se lealdade a seus aliados. [...] Os homens bons “conservam-se fiéis a bandeira jurada”.

⁴⁷⁹ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 192. Quarta-feira, 18 de outubro de 1911.

⁴⁸⁰ Estado do Pará, Cidade de Belém. Ano I, N. 245. Domingo, 10 de dezembro de 1911.

⁴⁸¹ GRAHAM, Op. Cit., 1997, p. 325.

Elyseu permaneceu fiel a Lemos, até sua queda, quando deixou o estado, assim como o coronel e senador, que havia perdido o poder político do estado. A lealdade era levada a sério, pois todos tinham “a certeza” dos horizontes que as redes abriam ou fechavam, numa sociedade onde as relações políticas e sociais eram pautadas em acordos, trocas de favores e apadrinhamentos.

4.2 A produção intelectual de Elyseu no jornal “*A Província do Pará*” (1903)

Os seus artigos na *Província do Pará*, sobre politica, litteratura e outros assumptos assignalam momentos de rutilantes victorias.

« O Dia » secção que elle manteve n’aquelle grande organ, sob o pseudónimo de Guajarino, fez época.

Parece que a phase áurea de sua vida de jornalista e de litterato foi a que elle passou escrevendo na *Província*. [...] ⁴⁸².

Elyseu César atuou no jornal a “*A Província do Pará*” ao lado de Antônio Lemos durante o ano de 1903, como um dos seus principais redatores. O jornal era partidário do Partido Republicano, devido ser propriedade do senador Lemos. Do mesmo modo, *O Jornal*, como órgão do Partido Republicano do Pará e criado por Lemos, era dirigido por Elyseu César, que também era um dos líderes do partido no estado. A criação do *O Jornal* substituiu o caráter partidário de “*A Província do Pará*” por alguns anos⁴⁸³. O objetivo nesse subtópico é apresentar as habilidades intelectuais de Elyseu César nas páginas do jornal *A Província do Pará*, analisando alguns temas que versava na coluna “O Dia”⁴⁸⁴.

A Província do Pará foi fundado em 25 de março de 1876, por Joaquim José de Assis, Francisco de Souza Cerqueira e Antônio José de Lemos⁴⁸⁵. No período em que Elyseu atuou em suas páginas, o jornal já completava mais de 25 anos de existência e havia se consolidado no Pará, sendo uma de suas principais folhas, se não a maior, devido o domínio de Lemos.

O jornal reuniu por muitos anos, nomes políticos e intelectuais do Pará e de outros estados. Rocque apontou que:

A redação de “*A Província*” reunia o que de mais fino existia na época nas letras. Grandes poetas ali encontravam ajuda e se transforavam em excelentes redatores. Entre eles, Humberto de Campos, Eliseu César, Carlos Dias Fernandes - vindos de

⁴⁸² NETTO, Op. Cit. 1903, p. 95.

⁴⁸³ ROCQUE, Op. Cit., 1996, p. 75.

⁴⁸⁴ Tivemos acesso aos exemplares de 27 de março a 31 de maio de 1903 da coluna assinada com Guajarino, por Elyseu César. Disponíveis na Biblioteca Arthur Vianna na Seção de Microfilmes.

⁴⁸⁵ ROCQUE, Carlos. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph Editora Ltda, 1976, p. 08.

fora - e quase todos os intelectuais que pontificavam no Pará. Houve quem afirmasse que “A Província” não parecia um jornal e, sim, um cenáculo⁴⁸⁶.

Como vemos, o espaço do jornal servia aos interesses do senador, possuindo como ele mesmo era, membros de outros estados que lhe garantiram fidelidade pessoal e partidária enquanto ele esteve no poder. O jornal foi tornando-se protagonista no estado do Pará devido a crescente influência do seu proprietário: “Pode-se dizer que a história do crescimento de ‘A Província’ foi a mesma história do crescimento de Lemos. Quanto mais o jornal se impunha a população, às hostes políticas, mais Lemos igualmente se impunha⁴⁸⁷”. Lemos, em determinado momento da história do Pará na Primeira República, dominava a política e a imprensa.

Lemos, como coronel que comandava o Pará no período em que Elyseu viveu no estado, manteve a característica do coronelismo na Primeira República. Era o chefe da oligarquia maior do estado, o que não implicava dizer que não existisse uma oposição à altura. Desta maneira, Lemos necessitou se utilizar dos elementos da força e do voto, os principais itens da República Coronelística ou Velha. Rocque narra um desses episódios de uso da força contra a oposição:

Um belo dia foi retirado do interior de um bonde e surrado por capangas do partido dominante. Em decorrência, passou a residir nos altos prédios do jornal durante oito anos, com sua família, sem nunca mais pôr os pés nem na calçada. [...] Augusto Montenegro dizia aos que o rodeavam:
- Pode escrever o que quiser; tem licença; só não pode é sair a rua, pôr a cara fora da janela⁴⁸⁸.

O ato de violência e intimidação narrado acima, descreve a utilização da força pelo então governador do estado, Augusto Montenegro. Seu alvo era o jornalista da *Folha do Norte*, Paulo Maranhão, que não poupava críticas ao seu governo, sendo partidário de Lauro Sodré. *Folha do Norte* e *A Província do Pará* representavam as forças opostas estaduais se digladiando nas páginas dos jornais. Segundo Cunha, os governantes republicanos se mostravam menos simpáticos e tolerantes às críticas na imprensa⁴⁸⁹. A repressão de quem não fosse aliado, era uma ferramenta de coerção.

Um dos principais nomes do poderoso jornal da oligarquia lealista, era o secretário e Dr. em Direito, Elyseu César. Além de redator e diretor do jornal por um período, escrevia nas seções “O Dia” e “Notas Avulsas” do jornal durante 1903 e 1904, respectivamente⁴⁹⁰.

⁴⁸⁶ ROCQUE, Op. Cit., 1996, p. 21-22.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 57.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 78-79.

⁴⁸⁹ CUNHA

⁴⁹⁰ MARTINS, Op. Cit., 1975, p. 21

Analisaremos a partir daqui a produção intelectual de Elyseu, baseada na sua escrita nessas matérias, percebendo sobre quais temas mais frequentemente ele versava e como tratava os assuntos da sociedade da época.

Dentre os assuntos mais recorrentes na seção, estavam a política e as questões religiosas. O confronto no Acre, rememoração de grandes homens, invenções, diplomacia, eleições e festas religiosas foram alguns dos assuntos específicos que Elyseu escreveu. Nessas matérias, Elyseu assinava com o pseudônimo de Guajarino.

A primeira matéria de que nos utilizamos foi a do dia 28 de março de 1903, na qual Elyseu abordou a candidatura de Domingos de Andrade Figueira ao cargo de senador no período republicano. O destaque de Elyseu esteve na observação de ter sido o candidato um defensor da monarquia e conselheiro do Império.

Esse pedir de suffragios, esse interesse pelas coisas do pleito, todo o empenho manifestado pelo velho conselheiro - tudo isso vale por uma sagração do regimen e deve encher do mais puro contentamento os sinceros legionários da encantadora forma democrática.

[...] Os republicanos saberão vêr na candidatura mallograda uma das mais bellas afirmações do regimen democrático.

[...] A mais bella conquista dos nossos dias é esta: a confiança que a Republica soube inspirar a um dos seus irreductiveis adversários, a Andrade Figueira [...] ⁴⁹¹

Elyseu, como membro do PRP, defendeu a República em sua fala, aproveitando-se do fato acontecido com um grande símbolo do Império. A República, passada a fase de afirmação, caminhava pelo momento de exaltação. Domingos de Andrade Figueira (1834-1910) foi um político monarquista e escravista, repudiado pelos maiores defensores da República, como o caso de Elyseu.

Na edição de 01 de abril de 1903, Elyseu como defensor da República, abordava outro assunto em torno do regime. Afirmava que a imprensa deveria ter cuidado quando versasse sobre os “assuntos nacionais”. Para o parahybano, os jornais fluminenses teriam divulgado informações demasiadas, se referindo ao regime de forma hostil.

A reportagem de certos jornais fluminenses, açodada e sôfrega, extranhou o segredo durante alguns dias mantido pelo governo a proposito dos negócios acreanos.

D’essa vez, não teve razão a imprensa.

[...] As nossas chagas, as mais intimas, são expostas cruamente aos olhos das nações. Ainda há pouco, o espírito de dissensão chegou ao máximo da inconveniência. Quando o governo transacto procurava levantar o nosso crédito, cumprindo rigorosamente as clausulas de um accôrdo em que entrava em jogo a nossa honra, os jornaes hostis, n’uma exaltação perigosa, denunciavam o assalto ao thesoiro. Na

⁴⁹¹ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8259. Sábado, 28 de março de 1903. Jornal microfilmado.

esfera da administração federal, gritava o furor jornalístico, <<prevalece o regimen da ladroice>>.

[...] Mas a imprensa, se verdadeiro o requinte, devia ter evitado a sua divulgação. [...]⁴⁹²

A imprensa, na opinião de Elyseu, deveria ser comedida em períodos de questões diplomáticas ou semelhantes. Como defensor da República, qualquer eventualidade que viesse a atingir essa imagem, seria criticada pelo parahybano. O episódio que ele descreveu remetia, pelo que percebemos, aos assuntos relacionados ao confronto no Acre. Elyseu voltou a falar do Acre em outros dias da sua seção, destacando o seu posicionamento sobre tal fato para a República.

O confronto no Acre foi assunto de quatro sessões de Elyseu em *A Província do Pará* especificamente. Na primeira, no dia 29 de março de 1903, ele se referia a uma matéria de um jornal boliviano que julgava imprudente.

Um jornal boliviano, incitando a nação às armas, censura acremente o nosso procedimento e, ainda em cima, taxa-nos, a nós, de cidadãos traiçoeiros e covardes. Entende a folha que, apesar da superioridade de habitantes, o nosso paiz, caso a guerra se declare, soffrera uma extraordinária derrota, lição a todos os povos fortes, sempre que tenham que ajustar contas com **as nações fracas**.

É, para provar de seu juízo, a folha inimiga, entra phrases de um entusiasmo arrebatador, **refere o caso do Paraguay**, insinuando que a nossa derrota seria fatal, se não houvéssemos contado com auxilio extranho.

Depois, o diário boliviano menciona a bravura, o patriotismo do **general Pando**, o presidente que vem fumegante de ódio, por caminhos ínvios, por entre a lama e os rios applicar a uma tremenda derrota as forças acreanas sob o commando de Placido de Castro.

Ora, ahi está como nossos vizinhos andam enganados! [...] grifos nossos⁴⁹³.

Elyseu, em suas sessões, demonstrou-se um dos maiores defensores do confronto no Acre. Notamos acima como ele referiu-se ao poderio armado e militar da Bolívia no confronto, atribuindo o adjetivo de “nação fraca”. Em seguida, foi citado que o jornal boliviano fez menção à Guerra do Paraguai, querendo minimizar a vitória brasileira, sendo uma nação tão grande, mas precisando de auxilio de outras nações para vencer o exército paraguaio de Solano López. O parahybano afirmou diretamente que o jornal boliviano estaria enganado diante de tais constatações e provocações.

Respondendo as afirmações acima, Elyseu dizia sobre Plácido de Castro e o confronto do Acre que:

⁴⁹² A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8263. Quarta-feira, 01 de abril de 1903. Jornal microfilmado.

⁴⁹³ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8260. Domingo, 29 de março de 1903. Jornal microfilmado.

Em primeiro lugar não nos cabe o epitheto de traiçoeiros ou de covardes. A acção dos acreanos é radicalmente incompatível com essa qualificação deshonrosa. [...] Como a figura de Placido de Castro toma um brilhante relevo de bravura e de misericórdia. [...] Os seus hospitaes de sangue acolhem generosamente o inimigo coberto de feridas. A mão brasileira, carinhosa e doce, tem pensado, com brandura e religião, as úlceras bolivianas, abertas nas duras refregas da peleja contra nós. [...] Se ao nosso orgulho de povo aprouvesse humilhar a nação contigua, bastaria lembrar que a Bolívia inteira tem vibrado nas phrases d'essa contenda melindrosa, organizando expedições, enviado contingentes, tácticos e entendidos, abarrotado de homens a fronteira, sem conseguir, entretanto, bater Placido de Castro, como se os acreanos somente bastassem para afogar o orgulho da soberania visinha⁴⁹⁴.

A resposta ao jornal boliviano foi por momentos explicativa e provocativa. O parahybano chegou a colocar que só o contingente militar que estava no Acre até então, seria o suficiente para vencer os bolivianos. O nacionalismo dos representantes republicanos (tal como Elyseu) era comum na Primeira República, devido ao caráter de confirmação e exaltação do sistema, para que a sombra da monarquia não retornasse.

O assunto continuava em 25 de abril de 1903, quando Elyseu narrava o retorno de quatro oficiais bolivianos, logo após ouvirem os estrondos de canhões saudando um general que chegava para compor a força militar brasileira.

[...] Os canhões estrugiram saudando um general que chegava. Mandatario do brio nacional, para encher com sua auctoridade aquella zona, o valente militar recebia as saudações pragmatica. [...] Os homens podem falar baixo, em segredo. Os canhões falam para os povos, para os continentes e devem ser ouvidos a distancia, seja no mar, seja na terra. Se se aproximassem, haviam de ver os bolivianos que tudo aquillo sumia um aspecto festivo, e não teriam voltado assim precipitadamente, amedrontados, com o terror nos olhos, levando ao acampamento, ás tropas do general Pando, o mesmo pânico que já um dia, no colorido immortal da poesia de Homero, empolgou irresistivelmente as tropas de Ágamennon⁴⁹⁵.

Nesse trecho, notamos a forma romântica com que Elyseu descrevia o cotidiano do confronto no Acre. Elyseu, como republicano, buscava a todos os momentos exaltar as glórias ou força do Estado nacional.

O tema do Acre se tornou tão habitual e reconhecido na escrita do parahybano que na coluna de 19 de maio de 1903, Elyseu destacava o reconhecimento de sua escrita no jornal sobre a questão do Acre.

Esta columna experimenta hoje a doçura d'essa fascinadora e brilhante sympathia. [...] As glorias da imprensa, por via de regra, desaparecem com o sol. Ellas têm o seu ocaso inevitável n'essa diária amargura da luz do dia. Mas, na alma do chronista, não morrerá jamais a demonstração de reconhecimento d'esse exercito de bravos que defendem com a vida tantas léguas da nossa amada terra.

⁴⁹⁴*Ibidem*;

⁴⁹⁵A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8287. Sábado, 25 de abril de 1903. Jornal microfilmado.

Canta como um hymno essa noticia de que *O Dia*, impresso em boletins, foi distribuído a todos os soldados acreanos.

A penna do seu redactor nunca teve a antevisão d'esse destino realmente encantador. Fazendo justiça, acompanhando emocionada esses intrépidos nas incertezas da campanha, ella não esperou merecer consagração tão grande.

Seria demasiado sonhar com esse admirável quadro: a distribuição de uma chronica entre soldados, no acampamento.

É a primeira vez que um chronista vê a sua produção transformada em hymno, n'um campo de batalha.

Elle bem sabe, entretanto, que essa homenagem pertence mais à pátria que ao seu espírito. Grifos nossos⁴⁹⁶.

Na fala de Elyseu, podemos destacar alguns momentos decisivos e alguns desconhecidos sobre o confronto no Acre. A distribuição da coluna de Elyseu no campo de batalha demonstrava o papel que a imprensa desempenhava na sociedade, além de enfatizar as habilidades do parahybano como intelectual negro, tendo escolhido um texto seu para ser levado aos soldados brasileiros.

Ainda nessa edição de sua coluna, para o parahybano, as crônicas dos jornais eram a expressão da sua individualidade intelectual: “O burguez indifferente mal sabe que o jornal, esse clarim diário, leva nas suas páginas, sangrando, o coração do jornalista⁴⁹⁷”. Fica evidente como Elyseu enxergava a sua atuação e escrita nos jornais, sendo a expressão da sua intelectualidade e individualidade. Os temas abordados estavam no cotidiano de Elyseu, demonstrando o contexto político e social que ele esteve inserido.

Em 30 de maio, destacamos a última percepção de Elyseu na sua coluna diária que tivemos acesso sobre o contexto acreano. “[...] Não temos motivos senão para esperar que o Acre continue a ser brasileiro, nosso, dos que lá se batem allucinadamente á sombra da nossa bandeira protectora e amiga⁴⁹⁸.”. Foi evidente em todos esses dias que Elyseu tocou nas questões em torno do Acre, como o governo republicano achava crucial a permanência com o controle do território.

Outro tema recorrente de Elyseu nos seus escritos diários nas páginas da *A Província do Pará*, foram fatos envolvendo os “grandes homens” do seu período ou relembrar os nomes do passado. Luiz Viana, Tiradentes, Barão do Rio Branco, Rosa e Silva, foram alguns dos quais Elyseu citou em sua coluna, que encontramos em nossa pesquisa. Nessas discussões, ele abordou especificamente nomes de “heróis nacionais”, causos políticos, decadência ou morte de alguns desses homens, eleições, partidos, entre outros.

⁴⁹⁶ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8311. Terça-feira, 19 de maio de 1903. Jornal microfilmado.

⁴⁹⁷ *Ibidem*;

⁴⁹⁸ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, 8322. Sábado, 30 de maio de 1903. Jornal microfilmado.

Vemos por exemplo, que em 13 de abril de 1903, Elyseu falava na sua coluna sobre o esquecimento pela sociedade baiana do político Luiz Vianna. Luiz Vianna (1846-1920) foi um influente político baiano no Império e na República, exercendo os cargos de deputado provincial, senador e governador do estado. Seu mandato de governador foi encerrado com baixa popularidade, tendo que passar uma temporada na Europa com a família⁴⁹⁹. A recepção do retorno de Vianna a Salvador foi criticada e discutida por Elyseu em sua coluna:

Um jornal d'esta terra noticiou hontem, na sua secção telegraphica, que o Luiz Vianna, ex-governador da Bahia, depois de muito viajar pela Europa, regressou ao seu Estado. O despacho não refere uma só manifestação de apreço, um só discurso, um retrato a óleo, nada que sirva de moldura ao perfil do inextinguível dominador d'aquella boa terra abençoada.

[...] São assim mesmo as coisas d'este mundo!

[...] Ao pisar a terra, o sr. Luiz Vianna, apenas abraçado por quatro ou cinco compadres, longo tempo apurou as oíças, esperando o estrondo festivo do primeiro foguete proclamador das suas inegualáveis virtudes cívicas e privadas.

[...] O Sr. Luiz Vianna, consoante o laconismo do despacho, saltou humildemente, esquecido, ignorado.

Ingratidões, mais nada. [...] ⁵⁰⁰

A narrativa de Elyseu demonstrava o lugar social do colunista. Estando aliado a Lemos, que representava o Partido Republicano Paraense, cabia a ele sempre que possível, exaltar os nomes de outros políticos influentes do período. Nesse caso, notamos também a relação que os líderes estaduais possuíam entre si, defendendo suas ações para consolidar cada vez mais a República e suas práticas costumeiras.

Outro “grande homem” lembrado foi Barão do Rio Branco. A coluna de Elyseu rasgava elogios à trajetória do “herói nacional”, destacando a data do seu aniversário. “[...] o barão do Rio Branco faz jus aos loiros do applauso nacional, pois que em varias occasiões, defendendo a nossa integridade territorial, tem sido o eleito das aspirações communs [...] ⁵⁰¹”. Era comum para Elyseu, enquanto membro das elites no Pará, que demonstrasse apressos pelos grandes nomes da política, principalmente os que fossem partidários. Além disso, devemos pensar que estando ao lado de Lemos, as palavras e ideais do parahybano deveriam estar em consonância com a de seu “padrinho” político.

⁴⁹⁹ SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. Luís Viana. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA,%20Luís.pdf>. Acesso em: 28/11/2018.

⁵⁰⁰ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8275. Segunda-feira, 13 de abril de 1903. Jornal microfilmado.

⁵⁰¹ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8277. Quarta-feira, 15 de abril de 1903. Jornal microfilmado.

Entre os rememorados por Elyseu, destacamos o nome de Tiradentes. A República e seus defensores coroavam alguns homens como os grandes heróis do regime, dentre esses, o escolhido para carregar a alcunha de mártir antecessor à proclamação foi Tiradentes. Para Elyseu e sua escrita romantizada sobre o cotidiano republicano no Pará, escrever sobre Tiradentes era comum. No dia 21 de abril de 1903 escreveu a respeito da sua visão sobre o inconfidente:

O nosso regimen, entre os que por elle combateram até á dor, aponta na distancia de um século, illuminado pela apothéoses do presente, o vulto de Tiradentes.
Nós amamos o regimen; mas ele o sentiu, o encarnou, que maior identificação não póde haver do que essa que arrastou o apostolo ao tormento e a morte.
[...] Elle, o martyr, ao contrario, experimentou, pela forma de governo, o mais terrível dos supplicios deshumanos.
Entre nós, o regimen republicano é a carne da sua carne e o sangue do seu sangue.
[...] o Brazil, hoje, deve permanecer ajoelhado ante a sombra immortal de Tiradentes
[...]⁵⁰²

Carvalho, discutindo sobre a construção dos heróis nacionais para a República, citou a busca pela escolha e aceitação de um grande nome, passando pelos de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto⁵⁰³. Ainda em Carvalho, vemos a intensificação da exaltação à memória de Tiradentes: “Após a proclamação da República, intensificou-se o culto cívico a Tiradentes. O 21 de abril foi declarado feriado nacional já em 1890, juntamente com o 15 de novembro. As alusões a Cristo também continuaram. [...]”⁵⁰⁴. O modo como Elyseu descrevia Tiradentes, enquadrava-se no contexto de transformação do nome do inconfidente numa espécie de “Cristo cívico” e herói nacional, conforme apontou Carvalho.

Além das temáticas políticas, Elyseu também discorria sobre o cotidiano da sociedade da época e outros assuntos. Jornalismo e educação eram alguns dos temas diversos que o parahybano comentava em sua sessão.

Em 14 de maio de 1905, um ataque sofrido pelo *Jornal do Brasil* no estado do Rio de Janeiro era assunto da coluna de Elyseu César. Tal jornal fluminense foi onde o parahybano atuou no período que esteve na cidade do Rio de Janeiro. Elyseu narra na edição, que o jornal teve suas oficinas atacadas por causa de um artigo mal aceito pela população⁵⁰⁵. A respeito do episódio, Elyseu escreveu em defesa ao local da imprensa na sociedade:

⁵⁰²A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8283. Terça-feira, 21 de abril de 1903. Jornal microfilmado.

⁵⁰³CARVALHO, Op. Cit., 1990, p. 56-57.

⁵⁰⁴*Ibidem*, p. 64.

⁵⁰⁵A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8306. Quinta-feira, 14 de maio de 1903. Jornal microfilmado.

[...] Atacar um jornal nos seus elementos materiaes, nos seus elementos de vida, é uma obra de bárbaros, de primitivos, de homens da floresta, para os quaes não raiou ainda a manhã civilizadora e esplendente.

A imprensa, como vehiculo do pensamento, nas sociedades cultas, escapa por completo aos exaggeros da sanha facciosa e cheia de tumulto.

[...] Todo diário, todo periódico deve ser inatacável, tendo em cada cidadão um defensor.

O jornal, no seu trabalho vulgarizador, pertence ao povo que o deve amparar em todos os transe da sua existência benéfica e fecunda. [...]

A maneira que Elyseu descreveu o ataque aos jornais e a necessidade de sua proteção, revela-nos elementos para pensarmos a importância que essa atividade tinha para a atuação intelectual dele. Esse episódio também nos mostrou como a imprensa continuava atuante na Primeira República, do mesmo modo que a perseguição a algumas folhas crescia.

A educação para as crianças na sociedade brasileira da Primeira República foi abordada por Elyseu César em 02 de abril de 1903. O início da matéria trazia a notícia da aprovação de um projeto de lei com relação ao trabalho das crianças pelo parlamento federal alemão. Utilizando-se do exemplo alemão, Elyseu apontou o descuido para com as crianças brasileiras: “[...] Entre nós, a infância desvalida vive entregue a si mesma. Os poucos institutos que dispomos são insuficientes para o agasalho de tanta esperança inaproveitada, de tanto sonho ao desamparo, de tantas almas que descem para o mal na desprotecção publica [...]”⁵⁰⁶. A preocupação com a educação das crianças remete-nos a realidade tanto do Império como da Primeira República, com a deficiência educacional brasileira e a ausência de grandes quantidades de instituições de ensino nos variados níveis.

Ainda em 02 de abril, Elyseu tocou na questão de como poderiam ser sanadas as falhas para com as crianças: “[...] Antes não inutilizassem essa alma e lhe dessem o pão do ispiritismo, a inspiração do bem, **tornando-a apta para o trabalho**, para o pensamento, **para indústria** e para a arte, para o amor e para o heroísmo”⁵⁰⁷ (grifos nossos). Importante atentarmos para a sua fala no que diz respeito às crianças e à relação com trabalho e indústria.

Na Primeira República, o crescimento demográfico, a ocupação das cidades com as possibilidades de trabalho e o acirramento das diferenças sociais no meio urbano, com o aumento da pobreza, provocou a utilização do trabalho da criança das camadas populares nas várias áreas da produção que se apresentavam no período. Identifica-se um contingente de crianças, pequenos aprendizes, muitas vezes não remunerados, que compunha o quadro dos trabalhadores urbanos na época⁵⁰⁸.

⁵⁰⁶ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8264. Quinta-feira, 02 de abril de 1903. Jornal microfilmado.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

⁵⁰⁸ ANDREOTTI, Azilde Lina. A educação da criança trabalhadora na Primeira República: um estudo sobre a modernidade pedagógica e as práticas escolares. In: **VII Seminário nacional de estudos e pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**, 2006, Campinas. 20 anos de HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: UNICAMP, v. único. p. 116-117, 2006, p. 02. Disponível em:

Elyseu César, no contexto de sua discussão apresentada no jornal sobre a educação das crianças, mostra-nos como ele, enquanto intelectual negro do período republicano, refletia em seus escritos as discussões cotidianas da sociedade. Era um homem inserido no seu tempo, nos contextos e conformações pertinentes a um membro das elites no Pará e na República.

Destacamos que em alguns dias da sua escrita na coluna “O Dia”, Elyseu tocou em assuntos raciais ou sociais, sobre intelectuais negros ou datas marcantes. Salientamos a importância em utilizarmos desse discurso para situar o local de Elyseu César como intelectual negro no Pará que também tocava em questões da população negra.

No dia de 24 de abril de 1903, Elyseu escrevia sobre José do Patrocínio, um dos homens negros que ele mais citou em suas falas. O caso narrado e comentado pelo intelectual negro, citava o evento que se aproximava, era o primeiro voo da aeronave *Santa Cruz*, de Patrocínio. A forma como Elyseu descreveu o famoso intelectual negro brasileiro, mostra-nos a percepção que o letrado negro parahybano via outros homens negros contemporâneos com semelhante trajetória. Sobre Patrocínio, ele dizia:

[...] O grande homem, depois de realizar, n’este paiz, com os lampejos de seu talento e as auroras de sua palavra, o milagre radiante da liberdade, vae pairar acima de todos os homens, na barquinha de um balão, nas próprias azas do seu espirito, victorioso, extraordinário, com o prestígio de um semi-deus. O sol, á subida da maravilhosa criação de Patrocínio, terá a impressão de que um outro sol, escalando as nuvens, sobe o horizonte illuminado. O talento d’esse mestiço é tão claro, tão alto e brilhante que todos terão de ver, n’esse dia, dois sóes no firmamento, ambos derramando sobre a terra uma enchente encantadora de luz. O valente homem de talento, o Hercules do jornalismo nacional, tem necessidade d’esse vôo augusto às altas regiões. [...] A redoirada alma de Patrocínio, d’esse piedoso Arimathéa que desceu da cruz o corpo chagado de uma raça soffredora, quer novos lances de horizonte, distancias outras, onde distende as azas, n’uma expansão de força e de intellectualidade, onde não hajam nem mares nem montanhas e as aspirações não encontrem obstáculos nem arestas. O homem que foi para a liberdade nacional o mesmo que São Paulo para o christianismo tem o direito de achar a terra pequena e de querer fluctuar o no ether [...] A viagem de Patrocínio será o passeio de um astro. [...] ⁵⁰⁹

O acontecimento narrado por Elyseu em seus escritos dizia respeito ao sonho de Patrocínio de voar. Segundo Vasconcelos, ele deixou a sua atuação como jornalista para dedicar seu tempo a construir um balão/dirigível e voar. Sobre o seu invento, a autora afirma que

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Azilde%20andreotti.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

⁵⁰⁹ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8286. Sexta-feira, 24 de abril de 1903. Jornal microfilmado.

Patrocínio conseguiu sua patente do Aeróstato Santa Cruz por meio do governo em 12 de abril de 1901⁵¹⁰. Sobre o desfecho da invenção de Patrocínio, Vasconcelos completou:

Infelizmente o aeróstato Santa Cruz não voou. E o *Cidade do Rio* encerrou sua publicação ao final de 1902. José do Patrocínio empenhou seu recurso, tempo e sonho em todas as causas que o motivou, assim foi com a abolição e a república. Alcançou vitórias nas duas. A última, inserir o Brasil no patamar dos países inventores, não obteve vitória. Que importa ressaltar é o seu empreendedorismo. José do Patrocínio gostava de novidades e tecnologia⁵¹¹.

Patrocínio, como já dito, era recorrentemente citado por Elyseu na sua atuação em favor da abolição, como grande intelectual negro. Desta vez, era o seu desejo de voar que fazia-o aparecer nos escritos do intelectual negro parahybano.

Outro momento que Elyseu tocou na questão racial foi quinze anos depois da abolição da escravidão, em 13 de maio de 1903. A sua coluna aproveitava a temática da data, escrevendo sobre a importância da libertação dos escravizados.

[...] O 24 de fevereiro tem a mesma sorte que o 13 de maio. Entretanto este ultimo dia é a própria mão do christianismo immortalizando uma corôa resuscitando do seu tumulo de oppressão uma raça desherdada, escrevendo com a luz do sol a pagina mais esplendente da nossa historia. [...] ⁵¹²

A data que Elyseu se referiu em comparação ao 13 de maio foi o dia 24 de fevereiro, que marcava a promulgação da primeira Constituição Republicana em 1891. Importante ressaltar que para Elyseu, a libertação da população escravizada superava em proporções um dos fatos mais relevantes para a Primeira República.

Ainda sobre as questões étnicas e identitárias de Elyseu, destacamos seu texto a respeito do estado do Ceará na sua sessão do dia 26 de maio de 1903. Dentre os elogios de cunho de exaltação ao Ceará, sublinhamos a parte que ele se referia ao estado como “berço da abolição” no Brasil.

[...] Deve-te o paiz, oh! Harpa libertadora, as harmonias mais caras da sua historia. Foi do cimo das tuas serras que primeiro se derramou, caudaloso rio baptismal, o clarão emancipacionista, arrancando os troncos, arrastando as senzalas, redimindo o solo d'esse pecado original do trabalho escravo. Floriu em ti, antes que em outra parte, - oh! Milagre do amor! - a vergonte mirrada do soffrimento humano! ne de tantos outros, a vaga da idea libertadora ia espumar junto aos diademas da corôa, solicitando, rogando, impetrando, energicamente, amorosamente, autonomia de acção para os pretos enervados no captiveiro, as mulheres tuas filhas, mães, esposas, irmãs e noivas de heroínas, de Amazonas que são da liberdade humana, converteram-se em

⁵¹⁰ VASCONCELOS, Op Cit., 2011, p. 194-195.

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 201.

⁵¹² A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8305. Quarta-feira, 13 de maio de 1903. Jornal microfilmado.

roubadoras de negros, rasgando os albores do escravismo, essas escuridões onde se congelavam no ar as lágrimas choradas por uma raça. Ainda hoje na história da abolição, passa na noite essa quadrilha misericordiosa de ladras de captivos, **sob o commando de Maria Thomazia**, a caridosa saltadora de senzalas. Eis ahi, luminoso Ceará, a razão heroica da tua superioridade. **És a lyra davidica da emancipação, a Musa christã do abolicionismo.** [...] Os demais Estados sonham-te á feição de José de Arimathea, descendo da cruz o corpo negro e chagado do povo do captiveiro. Grifos nossos⁵¹³.

Nesse texto, separamos alguns momentos que mostram o entendimento de um homem de “cor” letrado, contemporâneo à abolição e suas primeiras repercussões. Elyseu César citou em sua escrita, o nome de Joaquim Nabuco, um dos principais símbolos da abolição no Brasil, além de se referir mais uma vez a Patrocínio, apontando uma certa admiração pelo famoso intelectual negro. Ainda em seu texto, temos o nome da abolicionista Maria Thomazia, que foi uma líder abolicionista no estado do Ceará. Thomazia (1826-1902) participava da Sociedade das Senhoras Libertadoras Cearenses, sendo dirigida por ela em 1883⁵¹⁴. Como intelectual negro, refletimos o quanto era relevante demonstrar seu conhecimento sobre os assuntos da sociedade, ainda mais referente a questões sociais. O último grifo mostrou-nos a ênfase que Elyseu deu ao lugar simbólico do Ceará ter sido o primeiro estado brasileiro a abolir a escravidão.

4.3 Do ofício da escrita aos aplausos no palanque: os primeiros anos de Elyseu César na capital federal (1912-1920)

O Rio de Janeiro foi o ponto final da agitada trajetória de Elyseu César pelo Brasil afora. No estado, vivenciou seus momentos mais difíceis, não estando ao lado de algum “cacique político” que lhe apoiasse politicamente na capital do país. O cenário carioca como centro da política nacional, se apresentava realmente mais complexo e difícil para o intelectual parahybano.

Nóbrega, em discurso lembrando Elyseu, afirmava que ele sofreu dificuldades na capital do país, que contrastavam com a riqueza que vivenciou em Belém⁵¹⁵. A procura por

⁵¹³ A Província do Pará, Cidade de Belém, Ano XXVIII, N. 8318. Terça-feira, 26 de maio de 1903. Jornal microfilmado.

⁵¹⁴ CARNEIRO, Elane Mendonça Conde. **Mulheres em Resistência**: Moradoras do Bairro Serrinha no Enfrentamento das Expressões da Questão Social. Dissertação (Mestrado) - Universidade estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2016, p. 48. Disponível em: http://www.uece.br/mass/dmdocuments/elane_dissertacao.pdf. Acesso em: 02/12/2018. Ver também, KETERER, Valérie. Mulheres de Letras no Ceará (1880-1925): dos escritos à cena pública. **Revista de Letras**, vol. 18, nº 2, p. 102-110, jul/dez, 1996, p. 106. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl18Art16.pdf>. Acesso em: 02/12/2018.

⁵¹⁵ NÓBREGA, Op. Cit., 1955, p. 293.

redes de sociabilidades e espaços no poder no Rio de Janeiro foram mais difíceis de fato, pois o intelectual parahybano de “cor” enfrentou o que anteriormente não haviam sido problemas para ele no Pará, que foram: o poder dos mandões locais (antes “amigos”) e o peso de ser um homem de “cor” e *outsider* (ignorado antes devido à posição política adquirida).

O deslocamento de Elyseu César para o Rio de Janeiro ao invés de retornar a algum estado que já havia vivido e atuado, nos provocou inquietações. Por que ele não voltou para a Parahyba do Norte, já que era sua terra natal e Castro Pinto, seu amigo, gozava de certa posição política e social no estado? Teria ido para o Pernambuco e Rio de Janeiro aguardando um possível retorno ao Pará? Ou buscava o Rio de Janeiro devido ao leque de possibilidades que poderia surgir estando ao lado dos nomes certos?

De fato, mostraremos adiante como a parada em Pernambuco foi a última esperança de voltar ao poder no Pará. A escolha pelo Rio de Janeiro em lugar da Parahyba, remeteu-nos como também mais uma estratégia na busca da ascensão, pois a capital federal poderia lhe render novas oportunidades, além de ser onde a efervescência política, intelectual e social se concentrava no Brasil na época. Destarte, ao longo deste tópico, pretendemos acompanhar as principais decisões e atuações de Elyseu no Rio de Janeiro, compreendendo como a capital federal seria interessante aos olhos do parahybano recém desabrigado politicamente. A presença de alguns nomes parahybanos e as oportunidades políticas e intelectuais possibilitavam um recomeço nas terras fluminenses. Lançava-se a sorte almejando encontrar terreno fértil para se reerguer socialmente, politicamente e economicamente no Rio de Janeiro. Na capital do país, não logrou as glórias do Pará, mas conseguiu enveredar-se por espaços sociais que eram pouco compostos por homens de “cor”, aproveitando-se das brechas no sistema para tentar sempre um pouco mais.

O ano de 1912 marcava o início da relação e atuação de Elyseu César no Rio de Janeiro. Cabe os parênteses que, saído do Pará depois de longa e consistente trajetória no poder, passou alguns meses em Recife para depois se dirigir à capital federal. Em 14 de fevereiro, o *Jornal do Commercio* noticiava a participação de Elyseu como orador em uma sessão solene no Teatro Izabel, em memória ao Barão do Rio Branco⁵¹⁶. Em 18 de abril, o mesmo jornal dizia que Elyseu começava a colaborar com o jornal *Pernambucano*⁵¹⁷. Percebemos que a articulação de Elyseu em Pernambuco se deu facilmente, tendo se formado no estado e criado relação com os grupos sociais intelectuais.

⁵¹⁶ Jornal do Commercio, Cidade do Rio de Janeiro. Ano LXXXVI, N. 45. Quarta-feira, 14 de fevereiro de 1912.

⁵¹⁷ Jornal do Commercio, Cidade do Rio de Janeiro. Ano LXXXVI, N. 108. Quinta-feira, 18 de abril de 1912.

O jornal carioca *Gazeta de Notícias*, em sua sessão de correspondências, apresentava uma matéria no dia 07 de abril, na qual especulava-se uma possível retomada do poder no Pará por Antônio Lemos e seus mais fiéis partidários. A matéria foi intitulada de “Um Prometimento do Marechal? Os lemistas no poder” e dizia:

Os íntimos do senador Antônio Lemos disseram numa roda política que elle lhes declarou que o marechal Hermes se comprometteu a repor os lemistas no poder, empenhando a sua palavra de honra.

E acrescentou que se o marechal faltar o compromisso, abandonará a política, publicando um manifesto contra o militarismo, o qual já está escripto pelo bacharel Elyseu César, actualmente em Pernambuco. [...] ⁵¹⁸

Não conseguimos encontrar o manifesto citado pela matéria do jornal. Todavia, se o Marechal tivesse cumprido a suposta promessa, Elyseu talvez tivesse chegado ainda mais longe no cenário político do Norte, especificamente no Pará. Sabemos unicamente, que pouco depois da saída de Lemos de Belém, ele veio a falecer no Rio de Janeiro. Ficaria o parahybano como herdeiro político ao lado de Arthur Lemos no Pará, ou perderia espaço novamente? Não chegamos a nenhuma conclusão, sabendo que não aconteceu o retorno de Lemos ao poder. Restava a Elyseu tentar a sorte em outros lugares.

Passado esse momento curto na capital pernambucana, seguia Elyseu para o estado do Rio de Janeiro. Chegou no paquete *São Paulo* no dia 10 de maio, ao que no período, representava o centro efervescente da política e intelectualidade brasileira ⁵¹⁹. Ainda no primeiro mês na capital federal, Elyseu César participou, no dia 24 de maio, da festa de inauguração da Garage Guimarães, tendo a oportunidade de saudar a imprensa em meio aos que estavam presentes ⁵²⁰. Já chegava ao Rio de Janeiro com certo reconhecimento conseguido no Pará, quando foi membro das elites, percorrendo alguns espaços mais facilmente.

A primeira atribuição intelectual exercida por Elyseu César no Rio de Janeiro foi destacada no *Jornal do Brasil* em 25 de julho de 1912. Foi nomeado lente da Faculdade Livre de Direito Viveiros de Castro ⁵²¹. A função de professor de faculdade já havia sido exercida por Elyseu no Pará. Essa profissão reforçava o caráter intelectual da trajetória do parahybano.

Em 05 de agosto, data simbólica da “conquista da Paraíba”, Elyseu César participava de um evento com seus conterrâneos parahybanos Epiácio Pessoa, Castro Pinto e Augusto dos Anjos. O evento ocorreu no salão de concertos do *Jornal do Commercio*, organizado pelo

⁵¹⁸ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. N. 98. Domingo, 07 de abril de 1912.

⁵¹⁹ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVIII, N. 10.078. Sexta-feira, 10 de maio de 1912.

⁵²⁰ O Século, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VI, N. 1.770. Sexta-feira, 24 de maio de 1912.

⁵²¹ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXII, N. 207. Quinta-feira, 25 de julho de 1912.

Centro Parahybano do Rio de Janeiro⁵²². Esse evento colocava Elyseu ao lado de importantes nomes da intelectualidade parahybana, dentre eles, o seu amigo Castro Pinto, que exercia no período, o cargo de governador da Parahyba do Norte. Além disso, a partir da divulgação desse evento, encontramos com uma organização político-intelectual parahybana na capital federal, reunindo nomes como o chefe político Epitácio Pessoa e o professor-poeta Augusto dos Anjos⁵²³. Esse centro mostrou-nos como haveria uma organização de parahybanos que se mudaram para a capital federal e acabaram se unindo. Dentre os parahybanos que viviam na capital neste período, ter Elyseu César participando do evento, denotava um lugar político de respeito entre os seus conterrâneos.

Em 01 de setembro de 1912, o *Jornal do Brasil* apresentava a notícia de que Elyseu César vinculava-se a um dos espaços que mais se destacou no Rio de Janeiro:

- O “Diário Oficial” do Estado sob a epigraphe “Dr. Elyseu Cesar” publica o seguinte: “Como se vê, do nosso serviço telegraphico de hontem, entrou para a redacção do “Jornal do Brasil” o nosso scintillante confrade Dr. Elyseu César que foi no Pará director do “O Jornal” e vice-presidente da Camara dos Deputados. Elyseu César é um nome feito na imprensa do paiz. Deixando o visinho Estado onde esteve longos annos como fiel auxiliar do senador Antônio Lemos, foi à Parahyba, sua terra natal, passando para o Recife, em cujo jornalismo trabalhou alguns tempos. Mandamos os nossos cumprimentos ao illustre Senador Mendes de Almeida pela escolha que fez para o seu jornal, de um dos mais bellos ornamentos da imprensa brasileira⁵²⁴.

Entrava Elyseu para o corpo do *Jornal do Brasil*, onde trabalhou durante sua passagem final pelo estado do Rio de Janeiro. A partir do espaço social conseguido com o jornal carioca, Elyseu poderia traçar melhor seus objetivos futuros na cidade. Os jornais eram os locais de exibição e confirmação da intelectualidade no Império e Primeira República brasileira. O *Jornal do Brasil* surgiu em 1891 com seu conteúdo a princípio de caráter monarquista. Entretanto, com as sucessivas mudanças de donos e das perseguições que sofreu, passou a aderir ao sistema republicano⁵²⁵. Segunda Fonseca, o *Jornal do Brasil* já em 1902 tinha uma tiragem de 62.000 exemplares. “[...] Pelo fato de ser um dos jornais mais importantes do país e ser largamente distribuído, o *Jornal do Brasil* divulgava valores, imagens e elementos da cultura popular da

⁵²² O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVIII, N. 10.165. Segunda-feira, 05 de agosto de 1912.

⁵²³ Augusto dos Anjos vivia com seus irmãos no Rio de Janeiro na época que Elyseu César se mudou para o estado, lançando seu único livro, o “EU”, exatamente no ano que atuou com Elyseu no evento citado. Ver, BARBOSA, Virgínia. **Augusto dos Anjos**. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=323. Acesso em: 01/01/2019.

⁵²⁴ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXII, N. 245. Domingo, 01 de setembro de 1912

⁵²⁵ FONSECA, Letícia Pedruce. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2008. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11855/11855_1.PDF. Acesso em: 02/01/2018.

capital da República, que eram absorvidos por todo país”⁵²⁶. Elyseu César não entrava só para o corpo editorial de um jornal, mas sim de um dos maiores jornais da capital e do país, com um histórico repleto de homens influentes, como Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco. O lugar social do *Jornal do Brasil* colocava-o como um dos mais lidos e bem aceitos jornais cariocas, possibilitando os seus redatores se projetarem a partir de suas folhas.

Os anos de 1913 e 1914 na agitada trajetória de Elyseu, pelo que recolhemos, foram de circulação entre o Rio de Janeiro e Santos. Dos principais momentos dessa fase de sua vida, trabalhou em jornais e como advogado na cidade paulista, além de se envolver em episódios emblemáticos nas terras cariocas.

Santos Netto tinha seu novo livro anunciado no *O Paiz* em 18 de maio de 1913, destacando-se que o assunto abordado se tratava da menção ao nome de homens parahybanos que lhes eram “simpáticos”, dentre eles: Carlos Dias Fernandes, Arthur Achilles, Castro Pinto, Augusto dos Anjos e Elyseu César⁵²⁷. O livro de Santos Netto citado na notícia, nos auxiliou a perceber como Elyseu César era visto por seus contemporâneos e como era incluído em meio a essas elites intelectuais do estado no período. Santos Netto também era natural da Parahyba do Norte, tocando no nome de seus conterrâneos de destaque na época do livro.

Em 08 de agosto, chegava do Pará a família de Elyseu. Depois de instalado no estado e com emprego em jornais e faculdades, era a vez da esposa e filhas se transferirem para a capital do país. A notícia dada pelo jornal *O Imparcial*, acrescentava que o desembarque da família do jornalista havia sido feito por uma lancha especial do Arsenal da Marinha e diversos amigos aguardavam⁵²⁸. A presença da lancha e dos amigos, apontava a rápida relação que Elyseu havia conseguido no estado, já gozando de algumas vantagens. Elyseu permanecia casado com Bernardina César e até então possuía três filhas, Maria César, Dulce César e Honorina César.

Em 24 de outubro, enviava telegramas ao governador parahymano e seu amigo, Castro Pinto, saudando o seu primeiro ano de governo⁵²⁹. Se Castro Pinto gozasse de total controle da situação política local parahybana, poderia ter sido esse o momento do retorno de Elyseu ao estado, talvez com a posição de destaque que não havia conseguido quando saiu. Segundo Mello, a posição de Castro Pinto como governador havia sido possível pela interferência direta de Epiácio Pessoa, o principal chefe político parahymano da Primeira República⁵³⁰. Essa posição não muito confortável, retirava Castro Pinto, como notamos, de uma situação de

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 31.

⁵²⁷ *O Paiz*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVIII, N. 10.450. Domingo, 18 de maio de 1913.

⁵²⁸ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano II, N. 247. Sexta-feira, 08 de agosto de 1913.

⁵²⁹ *O Paiz*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVIII, N. 10.609. Sexta-feira, 24 de outubro de 1913.

⁵³⁰ MELLO, Op. Cit., 1994, p. 145.

conforto que o pudesse levar a convidar Elyseu a voltar a Parahyba do Norte com alguma oportunidade política.

Aos fins de 1913, em dezembro, era falado em *O Paiz* que Elyseu César havia sido convidado para dirigir, ao lado de Raul Pederneiras e Luiz Peixoto, um novo magazine de artes e atualidades em São Paulo⁵³¹. Não constava do nome do impresso. Contudo, notamos que começava daí a relação curta de Elyseu com o estado vizinho.

Em 06 de fevereiro de 1914, chegava de Santos a bordo do vapor alemão *Tijuca*⁵³². Em 11 de março partia ao estado de São Paulo novamente, onde, pelo que constatamos, ficou até sua saída em definitivo, como narrado anteriormente⁵³³. Pelo que podemos notar, era constante a relação que Elyseu foi criando com os dois estados. Talvez partilhasse da ideia de aproveitar as possibilidades sem descartar as alternativas que lhe surgiam.

A sua vinculação com o Rio de Janeiro só apareceu novamente no fim do ano de 1914. A partir daí, teria sua vida ditada por relações sociais e tentativas frustradas de galgar melhores posições sociais na capital do país. As esferas que mais se enquadram nessa atuação de Elyseu no Rio de Janeiro, são a jornalística, a dos tribunais e a política.

Em outubro de 1914, nos encontramos com a primeira notícia referente ao surgimento do jornal *Sete Horas*, na cidade do Rio de Janeiro. Tal jornal causou uma significativa agitação na vida de Elyseu César no ano, sendo ele um dos principais redatores do jornal.

Pelos meados do mez a entrar surgirá nesta capital um jornal de feição nova, com um brilhante corpo de redactores e todos os elementos mais necessários a um triumpho rápido e seguro.

Sem ligações políticas ou outras quaesquer que pudessem vir a desvirtuar a sua acção social, os directores da nova folha pretendem dar lhe uma orientação positivamente independente. [...] ⁵³⁴

A atuação dos jornais para Elyseu ocorreu mais fácil inicialmente no Rio de Janeiro, do que suas outras atribuições. Pensamos que isso aconteceu devido os seus antigos trabalhos em jornais nos outros estados que viveu. O surgimento do jornal foi comentado também em outros periódicos fluminenses, destacando principalmente o seu corpo de redação. “Apparecerá na segunda quinzena de novembro próximo, nesta capital, um jornal vespertino, dirigido pelo nosso brilhante confrade Elyseu César⁵³⁵”. Elyseu, como no Pará, sabia que os jornais serviam como vitrine intelectual no período, além de que, sua recém-chegada ao Rio de Janeiro lhe

⁵³¹ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVIII, N. 10.656. Quarta-feira, 10 de dezembro de 1913.

⁵³² O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXIX, N. 10.714. Sexta-feira, 06 de fevereiro de 1914.

⁵³³ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXIX, N. 10.749. Sexta-feira, 13 de março de 1914.

⁵³⁴ O Imparcial, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 654. Sexta-feira, 16 de outubro de 1914.

⁵³⁵ A Época, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 784. Sábado, 17 de outubro de 1914.

impedia de almejar funções no topo do corpo social e político local. Afirmava-se ainda no mês de outubro nos jornais, que o *Sete Horas* seria um jornal que se enquadraria nos padrões da imprensa moderna, principalmente por ter Elyseu César na direção, definido como um “[...] um jornalista rutillo e completo [...]”⁵³⁶. A agitação em torno da fundação do jornal apenas começava.

No mês seguinte, em 01 de novembro de 1914, o jornal *Sete Horas*, que nem havia sido publicado ainda, teria se envolvido em problemas quanto a sua circulação. O jornal *Correio da Manhã* explicava o caso com o título da matéria “A polícia ainda persegue jornalistas”:

O director do novo vespertino illustrado Sete Horas, que sairá no dia 9 do corrente, e seus companheiros de redacção, dr. Elyseu César, Ivo Arruda e Antônio Miranda, tomaram hontem na Avenida, um automóvel que os conduzia até o Leme. Iam esses collegas em missão de reclame do jornal, espalhando pelas ruas um prospecto innocente em que vinham algumas caricaturas allusivas a **Sua excellencia**, quando foram abordados por guardas-civis e agentes de polícia que atacaram de revolver em punho, o automóvel. Conduzidos á delegacia do 7º districto, com escolta de polícia, os srs. Elyseu César, Ivo Arruda e Antônio Miranda foram dahi transportados para a chefatura de Polícia, onde os attendeu o dr. Raul de Magalhães, 1º delegado auxiliar, que não encontrando o chefe de polícia para pedir instrucções sobre a prisão desses moços, resolveu mandal-os embora, sob condição de se apresentarem, mais tarde na mesma chefatura. **E está ahí como a polícia, depois do sítio, ainda persegue os jornalistas, fazendo ás Sete Horas, um excellente reclame**⁵³⁷. (grifos nossos)

O acontecimento, como apresentamos, auxilia-nos a visibilizar alguns contextos na cidade do Rio de Janeiro. Há primeiro um tom de defesa do jornal *Correio da Manhã* sobre o episódio, colocando-o como mais um episódio de perseguição à imprensa e sua liberdade de expressão por parte da polícia e do governo. O segundo ponto importante era que, sendo o *Sete Horas* um jornal que se configuraria com caricaturas, o ato de sua divulgação de tal modo, deveria ser comum, contudo, seu caráter provocativo possivelmente atingiria os mais altos escalões do poder carioca. Por último, deve se relevar o destaque que era dado por esses jornais cariocas ao lançamento do jornal dirigido por Elyseu.

Em 05 de novembro de 1914, o *Correio da Manhã* continuava o assunto referente à abordagem aos jornalistas do *Sete Horas*. O caso era comentado pelo deputado federal Maurício Lacerda na Câmara, dizendo no título da matéria “O sr. Valladares é um triste moço policial do presidente da República”.

O Sr. Mauricio de Lacerda - Sr. presidente, v. ex. há de me permitir neste momento vir á tribuna, para scientificar ao Congresso que o estado de sítio decretado até o dia 30 de outubro ainda vigora para a correspondência telegraphica, cujo sigillo já era

⁵³⁶ A Época, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 786. Segunda-feira, 19 de outubro de 1914.

⁵³⁷ Correio da Manhã, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XIV, N. 5.729. Domingo, 01 de novembro de 1914.

violado pelo governo e para os jornalistas, cujas pessoas são detidas, quando em propaganda de jornaes que ainda nem siquer publicaram. [...] ⁵³⁸

As proporções tomadas sobre o incidente envolvendo a polícia e o jornal chegaram a ser consideráveis, dando motivo para discussões até na Câmara dos Deputados. Elyseu César mal chegava a capital federal e já se envolvia em acontecimentos relevantes.

Chegava o dia 09 de novembro, data marcada para o lançamento do emblemático jornal, e a expectativa era demonstrada por alguns órgãos da imprensa.

[...] Os elementos intellectuaes de que se compõe o vespertino que o publico vae hoje receber dispensam quaesquer louvores antecipados. Por isso, como recommendação para um sucesso da nova folha, basta este aviso: “Sete Horas apparecerá hoje. Directores: Elyseu César e Raul Pederneiras”. Não é preciso mais ⁵³⁹.

Como vimos anteriormente, o *Sete Horas* agitava as páginas de alguns jornais com a expectativa e repercussão dos acontecidos envolvendo sua primeira publicação. Curioso apontar que não se sabia ao certo se as páginas do novo jornal seriam consagradas, mas os amigos de outros jornais, antecipavam o sucesso do *Sete Horas*.

Um dia depois da aparição do jornal *Sete Horas*, o *Correio da Manhã* mantinha seus elogios ao novo jornal: “[...] Jornal leve, com um amplo noticiário ilustrado, o *7 Horas* é uma promessa de alguns rapazes já experimentados na vida intensa da imprensa carioca” ⁵⁴⁰. Era sabido entre os redatores e intelectuais, pelo que apresentamos até agora, a habilidade de Elyseu César como redator e diretor de jornais, devido a sua atuação consistente no Pará. Chegamos a afirmar que a posição de Elyseu como jornalista era mais divulgada no Rio de Janeiro do que sua relação com a política, a princípio, mesmo tendo exercido os dois espaços em Belém. A advocacia aparecia logo em seguida na identidade de atuação de Elyseu, como veremos mais adiante.

⁵³⁸ Correio da Manhã, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XIV, N. 5.733. Quinta-feira, 05 de novembro de 1914.

⁵³⁹ O Imparcial, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 678. Segunda-feira, 09 de novembro de 1914.

⁵⁴⁰ Correio da Manhã, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XIV, N. 5.738. Terça-feira, 10 de novembro de 1914.

Imagem 3 - Caricatura de Elyseu César do jornal *Sete Horas*

Fonte: 7 horas. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 679, p. 7, 10 nov. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/107670_01/8533. Acesso em: 28/06/2019.

A caricatura apresentada acima, foi exibida no jornal *O Imparcial* em 10 de novembro de 1914, acrescentando abaixo uma justificativa sobre representação feita⁵⁴¹. A caricatura, segundo o próprio jornal, representava Elyseu César carregando o peso de suas responsabilidades como diretor do novo jornal. Era uma representação de destaque a Elyseu César. Sua assinatura aparecia logo abaixo do desenho⁵⁴². Expectativas foram criadas em cima do parahybano, colocando em destaque na matéria de lançamento do jornal, inclusive na sua caricatura de propaganda.

Em 29 de novembro de 1914, Elyseu teria discursado como um dos oradores oficiais e sido interrompido várias vezes por palmas em um préstito em recepção ao conselheiro Ruy Barbosa⁵⁴³. Outra habilidade importante de Elyseu para se firmar no Rio de Janeiro foi a oratória. Ruy Barbosa (1849-1923) foi um político e diplomata brasileiro de trajetória agitada no Império e na Primeira República. Se envolveu em duas eleições conturbadas para Presidente da República, em 1910 contra Hermes da Fonseca e em 1919 contra Epitácio Pessoa. Perdeu

⁵⁴¹ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 679. Terça-feira, 10 de novembro de 1914.

⁵⁴² *Ibidem*.

⁵⁴³ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 698. Domingo, 29 de novembro de 1914.

ambas. Seu posicionamento contra o militarismo e as oligarquias prejudicou a aceitação do seu nome pelas elites políticas que administravam os governos estaduais e o federal⁵⁴⁴.

Já em fins do ano de 1914, em 19 de dezembro, *O Paiz* voltava a tocar no assunto do jornal *Sete Horas*. A notícia vinculava-se à publicação diária oficial da prefeitura do Distrito Federal. Na categoria de Infração de Posturas, pelo 3º distrito, Sacramento, Elyseu César era multado em 50\$ por infração do art. 31 do decreto n. 1.569, de 31 de dezembro de 1913. A infração, segundo a informação, dava-se devido a ter iniciado a publicação do jornal *Sete Horas* sem licença para tal⁵⁴⁵. Notamos como foi de certa maneira, relevante o envolvimento de Elyseu com o lançamento do jornal *Sete Horas*, devido todos os imbróglis, seu nome circulou em diferentes páginas e em meios sociais, divulgando seu nome no estado.

Elyseu César participava em 03 de janeiro de 1915, de mais um momento comum em sua trajetória diversa. Mais um ato oficial e em um lugar de destaque na manifestação. Estava ele como orador oficial na posse do governador do Distrito Federal, Nilo Peçanha⁵⁴⁶. Sobre seu discurso, *O Imparcial* afirmava, no dia 04 de janeiro, que Elyseu César “[...] pronunciou um eloquente discurso. O orador por várias vezes foi aplaudido com prolongada salva de palmas⁵⁴⁷”. Iniciava Elyseu a se projetar numa de suas características intelectuais, a oratória lhe rendeu frutos também na cidade do Rio de Janeiro.

Nilo Peçanha (1867-1924) foi um dos políticos fluminenses mais influentes na Primeira República. Foi engajado no movimento abolicionista e republicano no fim do Império, conseguindo ocupar na Primeira República, cargos centrais na política nacional. Foi presidente do Rio de Janeiro por duas oportunidades, vice-presidente eleito entre 1906 e 1909, assumiu a presidência em 1909 depois da morte de Afonso Pena e se candidatou novamente a presidente em 1921⁵⁴⁸. Nilo Peçanha foi um homem que soube se utilizar da política das oligarquias e do aparelho do estado para perpetua-se no poder.

⁵⁴⁴ SILVA, Leandro de Almeida. **O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**. Dissertação em História (UFJF - PPGH), Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Leandro-de-Almeida-Silva.pdf>. Acesso em: 02/01/2019. Ver também, CINTRA, Wendel Antunes. Liberalismo, justiça e democracia: Rui Barbosa e a crítica à Primeira República Brasileira (1910-1921). *Lua Nova*, São Paulo, 99: 201-231, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452016000300201&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02/01/2019.

⁵⁴⁵ *O Paiz*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXX, N. 11.030. Sábado, 19 de dezembro de 1914.

⁵⁴⁶ *Correio da Manhã*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XIV, N. 5.792. Domingo, 03 de janeiro de 1915.

⁵⁴⁷ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 734. Segunda-feira, 04 de janeiro de 1915.

⁵⁴⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. Nilo Peçanha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEÇANHA,%20Nilo.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

Ainda sobre a posse de Nilo Peçanha, em 12 de janeiro, era organizado um festival em homenagem à posse do político, sendo Elyseu mais uma vez, o responsável por saudar o governador em nome do “povo” fluminense⁵⁴⁹. O lugar social que Elyseu estava inserido era o das classes médias que buscavam ascender socialmente, tendo contato com algumas autoridades do país devido a centralidade do Rio de Janeiro por ser a capital. Mais relevante ainda, pensarmos este lugar pelo viés do homem de “cor” letrado, que buscava se lançar em mais um território diferente da sua origem.

O Rio de Janeiro era o centro das atenções para a intelectualidade e as elites como um todo da época. A recorrente atuação em diversos eventos, condiz com o alto *status* adquirido por Elyseu em meio a essa sociedade estratificada.

A característica religiosa na poesia de Elyseu apresentada no seu livro *Algas*, reapareceu no Pará sob as crônicas do *O Dia* e por último, em artigos seus nos jornais cariocas. Em 04 de abril de 1915, escrevia sobre a Ressureição, terminando seu longo texto dizendo:

[...] A ascensão de Jesus, depois da tragédia através de cujas phases elle passou, ensanguentado, para morrer entre ladrões, significa o nosso triumpho sobre a contingencia em cujo lodo nos arrastamos. Contemplemos o Rabbi que sobe. Bebamos a luz desse horizonte illuminado pelo seu triumpho. Sejamons bons, para que possamos o mérito das boas obras, ascender um dia ao céu por esse mesmo caminho azul, por entre essas mesmas nuvens doiradas, ao som desses mesmos hymnos⁵⁵⁰.

O caráter religioso da sociedade da época fazia-se presente na personalidade e identidade de Elyseu César. Como falamos, sua escrita carregava em alguns momentos, os valores da sociedade brasileira da Primeira República. Mesmo com a declaração da laicidade do Estado perante a Constituição Federal, a relação com o Cristianismo e principalmente o Catolicismo, era parte do cotidiano do povo brasileiro. Ficava estabelecido, segundo o Art. 11 da Constituição Federal de 1891, a proibição aos Estados e à União de estabelecer, subvencionar ou abraçar o exercício de cultos religiosos; como também o Art. 72 assegurava a todos os indivíduos e confissões religiosas poderiam exercer pública e livremente o seu culto⁵⁵¹. A relação da igreja com o Estado perdeu espaço direto com o poder, contudo, a maioria dos membros do poder permanecia ligada ao catolicismo.

Em 03 de maio de 1915, Elyseu se envolvia na colaboração de mais um impresso no Rio de Janeiro. *A Crítica* era o nome desse novo projeto que o parahybano se engajava com os

⁵⁴⁹ A Época, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 871. Terça-feira, 12 de janeiro de 1915.

⁵⁵⁰ A Época, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 953. Domingo, 04 de abril de 1915.

⁵⁵¹ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 02/01/2019.

fluminenses⁵⁵². Era grande a quantidade de jornais, periódicos e revistas no Rio de Janeiro na Primeira República, sendo uma alternativa financeira⁵⁵³. Como Elyseu não possuía cargo público ou político como vivenciou no Pará, e também ainda não tinha nome no meio jurídico, restava-lhe então a sua produção intelectual nos jornais.

Em 12 de julho de 1915, o intelectual negro parahybano participava de um banquete com outros jornalistas cariocas. O motivo da confraternização foi o de homenagear Mario Alves do jornal *Correio da Manhã*, que tinha sido nomeado para oficial do gabinete do Ministro da Agricultura⁵⁵⁴. Nos primeiros anos de Elyseu César no Rio de Janeiro, constatamos que sua atuação ocorreu mais como jornalista do que quaisquer outras habilidades suas como intelectual do período.

Em fins de 1915, aos 11 de novembro, mais uma publicação tinha a colaboração de Elyseu César em suas páginas. O projeto da vez era *A Faladora*, que prometia rivalizar com as revistas de Paris, Londres e Nova York⁵⁵⁵. No mês de dezembro, outro impresso que apareceria também contava com a participação de Elyseu César. No dia 30 de dezembro, era anunciado que *A Carioca* chegaria no dia seguinte⁵⁵⁶. As características e promessas da publicação eram as mesmas da anterior. Segundo Machado Neto, a “profissão intelectual” não existia e para o “trabalhador da pena”, sobrava a atuação nos jornais, pois “não havia sequer a profissão do escritor”⁵⁵⁷. Era uma alternativa para quem ainda não gozava de redes de sociabilidades nos altos escalões, como também se tornava uma vitrine para a sociedade.

O ano de 1916 começava com a participação de Elyseu na criação do Centro Republicano Popular no Rio de Janeiro. Na reunião de inauguração, ficou decidido que Elyseu seria o tesoureiro da instituição. Sobre as atribuições, cabia ao centro inicialmente:

[...] Ficou deliberado, por unanimidade de votos, que o centro agirá sobre a questão das candidaturas a senador, de acordo com a orientação política do deputado Flavio da Silveira.

Antes de ser encerrada a secção, foi apresentada uma moção de solidariedade ao deputado Irineu Machado, a qual foi aprovada unanimemente. [...] ⁵⁵⁸

⁵⁵² *Correio da Manhã*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XV, 5.912. Segunda-feira, 03 de maio de 1915.

⁵⁵³ Se usarmos a Hemeroteca Digital Brasileira para comprovar a quantidade de jornais que circulavam no Rio de Janeiro, veremos que aproximadamente, entre 1910-1919, teríamos 184 impressos circulando no Rio de Janeiro na época. Lembrando que isso representava bem menos do que o real, pois só foi contado os que estão no site, contando-se assim unicamente os que já foram digitalizados e que normalmente eram da capital. Ver: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: 31/12/2018.

⁵⁵⁴ *A Rua*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano II, N. 190. Segunda-feira, 12 de julho de 1915.

⁵⁵⁵ *Correio da Manhã*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XV, N. 6.104. Quinta-feira, 11 de novembro de 1915.

⁵⁵⁶ *O Fluminense*, Cidade de Niterói. Ano XXXVIII, N. 9.739. Quinta-feira, 30 de dezembro de 1915.

⁵⁵⁷ MACHADO NETO, Op. Cit., 1973, *passim*.

⁵⁵⁸ *O Paiz*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXII, N. 11.414. Sexta-feira, 07 de janeiro de 1916.

A fundação do Centro Republicano Popular com a participação de Elyseu César mostrava o início de uma busca por espaço político no estado. Nesse momento, encontramos relações políticas na atuação de Elyseu na capital federal. Os nomes dos deputados Flavio Silveira e Irineu Machado aparecem em menção à criação da entidade.

No fim do mês de janeiro, aconteceu o evento que o Centro Republicano Popular se propunha em apoiar. Em 27 de janeiro, era feita uma manifestação em apoio ao deputado Irineu Machado no teatro Carlos Gomes, sendo a sessão presidida pelo deputado Flavio Silveira. Elyseu falou no evento em nome do Centro⁵⁵⁹. Irineu Machado (1872-1942) foi um dos mais influentes políticos cariocas, exercendo os cargos de deputado federal por três mandatos e de senador por duas vezes⁵⁶⁰. Segundo Freire, ele esteve ao lado de Ruy Barbosa no “Movimento Civilista⁵⁶¹” e de Nilo Peçanha na “Reação Republicana^{562,563}”. Aparentemente, o posicionamento do político carioca ao lado desses movimentos denotaria um caráter mais democrático de Irineu Machado. Entretanto, veremos em outro momento os nomes de Irineu e Elyseu relacionados novamente, demonstrando outra possível característica do influente líder carioca, a negação dos homens de “cor”.

Em 08 de abril de 1916, mais uma manifestação tinha a participação de Elyseu César, que falava ao lado de Lopes Trovão e Pedro do Coutto⁵⁶⁴. O apoio era dado novamente em apoio a Irineu Machado. A vitória e o evento voltado para o senador eleito eram descritos:

[...] O senador eleito, consagrado nas urnas, vae ser alvo agora de uma proclamação bem significativa do seu prestígio e do entusiasmo com que seus amigos fizeram triumphar, naquelle pleito memorável, a verdade do voto.
Si há uma festa que se possa chamar de genuinamente republicana, é esta de segunda-feira. Vale pela expressão viva, ruidosa, da alma do povo, em ovação a vitória do seu candidato. [...]

⁵⁵⁹ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXII, N. 11.434. Quinta-feira, 27 de janeiro de 1915.

⁵⁶⁰ PINTO, Surama Conde Sá. Irineu Machado. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20Irineu%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

⁵⁶¹ A Campanha Civilista foi encabeçada pelo político Ruy Barbosa para sua eleição em 1910, contra Hermes da Fonseca. Ruy representava a opção civil e Hermes a militar. Ver, JUNQUEIRA, Eduardo. Campanha Civilista. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPANHA%20CIVILISTA.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

⁵⁶² A Reação Republicana foi um movimento liderado por Nilo Peçanha para as eleições de 1922. A candidatura de Nilo Peçanha se opunha a de Arthur Bernardes representante da situação. O resultado das eleições confirma a força das escolhas oficiais com a vitória de Bernardes. Ver, FERREIRA, Marieta de Moraes. Reação Republicana. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REAÇÃO%20REPUBLICANA.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

⁵⁶³ FREIRE, Américo. Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, 118-132, 2009, p. 123-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a07v1326.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

⁵⁶⁴ A Época, Cidade do Rio de Janeiro. Ano V, N. 1.367. Sábado, 08 de abril de 1916.

A presença de Elyseu indicou-nos uma relação inicial do intelectual parahybano com a política carioca, formando novas redes de sociabilidades. Lopes Trovão (1848-1925) era famoso pela sua oratória e sua participação nos movimentos abolicionista e republicano. Segundo Carvalho Trovão, foi um grande agitador popular e instigador principal da Revolta do Vintém em 1880⁵⁶⁵. Relacionar-se com nomes fortes da política local resumia a estratégia que Elyseu tomava desde sua origem na Paraíba, e sua passagem por Pernambuco, Espírito Santo e Pará.

O jornal *A Época*, que narrou a manifestação, falava de Elyseu como orador: “[...] o dr. Elyseu César, uma das mais extraordinárias eloquências genuinamente brasileiras. [...]”⁵⁶⁶. Até onde iam os exageros dos amigos a Elyseu, não podemos afirmar. Todavia, só conseguimos refletir sobre a sua atuação intelectual nos jornais como redator e diretor, além de eventos públicos como orador no Distrito Federal.

Elyseu César tornou-se em 21 de abril de 1916, sócio efetivo do Aero Club Brasileiro⁵⁶⁷, depois de uma reunião da diretoria para aceitar a solicitação de novos membros⁵⁶⁸. A participação nessa associação, além de indicar talvez uma simpatia de Elyseu pela aviação (o que remetia a Patrocínio, recorrentemente lembrado pelo parahybano em suas falas), serviu-nos também para compreender esse espaço como mais uma forma de se aproximar das camadas sociais mais elevadas ou bem relacionadas.

A partir do mês de maio, encontramos no *Jornal do Brasil*, anúncios diários sobre o escritório de advocacia que ele possuía na rua Andradas, nº 101⁵⁶⁹. Esse endereço profissional mostrava as alternativas de atuação que Elyseu possuía no Rio. O *Jornal do Brasil* divulgava o escritório principalmente porque tinha Elyseu como redator.

Em outubro de 1916, o Rio de Janeiro passava por uma greve dos marinheiros, destacada no *Jornal do Brasil*⁵⁷⁰. Segundo o mesmo jornal, a reivindicação dos pilotos era pelo descaso dado à marinha mercantil nacional. Elyseu César nessa negociação, era o advogado dos grevistas e se apresentava como o articulador com as autoridades. Os pilotos, em 05 de outubro, sob a figura do Contra-Almirante José Carlos, fizeram um telegrama dirigido ao Presidente da

⁵⁶⁵ CARVALHO, Op. Cit., 1987, p. 46.

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ O Aeroclube do Brasil foi criado em 1911, funcionando nos seus primeiros momentos na sede do jornal A Noite. Ver, FONTES, Rejane de Souza; FAY, Claudia Musa. O Papel do Aeroclube do Brasil na construção de uma política nacional de aviação brasileira. *HISTÓRIA* (SÃO PAULO), v. 36, 1-35, 2017, p. 4-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v36/0101-9074-his-36-e5.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

⁵⁶⁸ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXII, N. 11.519. Sexta-feira, 21 de abril de 1916.

⁵⁶⁹ A Época, Cidade do Rio de Janeiro. Ano V, N. 1.409. Sábado, 20 de maio de 1916.

⁵⁷⁰ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVI, N. 281. Sábado, 07 de outubro de 1916.

República: “Exmo. Sr. Presidente, da República - Cattete - Cumpro ainda uma vez dever lealdade para com Chefe da Nação e particularmente para com V. Ex. pedindo sua atenção para a situação anarchisada em que se encontram os negócios da marinha mercanto nacional [...]”⁵⁷¹. Elyseu César, como advogado do movimento, postava-se em posição de resguardo dos seus clientes, dizendo que: “[...] o dr. Elyseu Cesar garantiu, sob palavra, que aquelle receio era infundado, porquanto os pilotos, homens educados e morigerados, tinham pacificamente, abandonado os vapores nos quaes serviam, mas nunca fariam semelhante attentado. [...]”⁵⁷². Elyseu, sabendo do telegrama e dos interesses dos pilotos em 07 de outubro, prometia todo auxílio na discussão com o Presidente, se eventualmente fosse necessário⁵⁷³. Ser advogados das camadas populares auxiliava Elyseu a formar uma relação que poderia reverberar em apoio político.

A Noite, em 02 de novembro de 1916, dizia que o parahybano se envolvia no lançamento de mais um jornal como redator. O da vez era *A Razão*⁵⁷⁴. A atuação de Elyseu em tantos jornais mostrava a necessidade de acumular esses empregos para se manter na capital federal, diferente do que havia vivido no Pará, onde os jornais apareciam mais como elementos de exercício da sua intelectualidade. No Rio, sem cargo público, os jornais eram sua alternativa financeira, ao mesmo tempo que o articulavam com os meios intelectuais e políticos (sendo a maioria dos jornais de propriedade de nomes influentes locais).

“O Problema Nacional”, título contundente, estampava as páginas no *Jornal do Brasil* em 26 de novembro de 1916. A crítica escrita por Elyseu César, discorria sobre o *déficit* brasileiro no orçamento e o não entendimento das medidas necessárias para superar esse problema. Em seu texto, o redator buscava apresentar falhas e algumas soluções ou discussões sobre o tema⁵⁷⁵.

Num primeiro momento, Elyseu descrevia o interesse do governo brasileiro, que crescia em torno do investimento nas questões militares, além do encantamento da mocidade pelas artes da guerra.

Procura-se encaminhar a mocidade para a nítida compreensão de seus deveres em relação a defesa material da pátria. Organizam-se batalhões, regimentos, linhas de tiro, com entusiasmos, fulgor, alegria, esperança. [...] A farda é hoje, para os moços, uma sedução irresistível. [...]”⁵⁷⁶

⁵⁷¹ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVI, N. 279. Quinta-feira, 05 de outubro de 1916.

⁵⁷² *Ibidem*.

⁵⁷³ *JORNAL DO BRASIL*, Op. Cit., 07 de outubro de 1916.

⁵⁷⁴ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VI, N. 1.751. Quinta-feira, 02 de novembro de 1916.

⁵⁷⁵ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVI, N. 331. Domingo, 26 de novembro de 1916.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

A descrição de Elyseu sobre esse momento nacional, indica a sua posição como intelectual que visava a passividade como política mais coerente. Todavia, o momento em escala global, explica os entusiasmos que envolviam os jovens, além do medo que rondava os líderes em se fortalecer a defesa nacional.

A crítica feita pelo parahybano à romantização e investimento nas áreas militares englobava as questões econômicas do país. Atentava principalmente para a necessidade da educação, pois a força que o Brasil buscava construir, não necessariamente estaria ligada somente às questões militares: “[...] Mas, não seria insensato dizer aos governos que os países não são fracos somente quando lhes faltam armas e bons soldados. A superioridade dos povos não reside exclusivamente na legião dos escopeteiros e nos parques de artilharia.”⁵⁷⁷. Completando a fala, Elyseu afirmava que o sistema de forças de uma nação deveria ser dividido em sua instância material com os armamentos e acessórios necessários, como também pelo lado moral vinculado à educação e às questões culturais⁵⁷⁸. Essa constatação para Elyseu, direcionava a sua percepção para que:

[...] Isso quer dizer que nada mais errôneo que não cuidar, ao mesmo tempo, do quartel e da oficina, do soldado e do artífice, do que defende e do que produz. As potências militares são também grandes forças industriais e econômicas. [...] A mocidade brasileira não precisa assimilar exclusivamente o que entende com o destino militar. Para ella é inadiável que também se abram os cursos que habilitam para o labor industrial, para o trabalho agrícola, para o aproveitamento da terra e das riquezas que essa concentra. [...] ⁵⁷⁹

A educação voltada para o trabalho na indústria e no campo era o que Elyseu considerava mais correto. Para o redator, o déficit se justificava pela falta de percepção da necessidade de investimento em que mais precisava o país no momento. Acrescentando sobre a necessidade, o autor diz que:

[...] **Há ainda um remanescente de preconceitos gerados ao tempo da escravidão**, incompatibilizando com a vida rural, com o campo, com a lavoura, com a primeira entre as indústrias humanas, os descendentes dos que dominaram e nutrem a paixão do bacharelismo, da burocracia ociosa, das frivolidades urbanas, das frioleiras políticas que, não raro, cream o habito da sedentariedade incapaz de bons estímulos e matam as energias do caráter. [...] ⁵⁸⁰ (grifos nossos)

Mais uma vez, Elyseu tocava no assunto da escravidão em seus escritos. Aqui, percebemos a noção crítica sobre o contexto do pós-abolição que ele havia criado. Para o autor,

⁵⁷⁷ *Ibidem.*

⁵⁷⁸ *Ibidem.*

⁵⁷⁹ *Ibidem.*

⁵⁸⁰ *Ibidem.*

a falta de cuidado e interesse com a agricultura ou a indústria eram remanescentes do período imperial. O descaso com o trabalho físico e rural da agricultura ocorria porque se remetia aos escravizados que eram submetidos a força a tais tarefas. Já a indústria aparecia como trabalho destinado à população pobre, pois o almejado era o caminho que Elyseu conseguiu e buscou recuperar da burocracia, da política, do jornalismo, da advocacia ou semelhantes.

Mais uma matéria escrita por Elyseu César no *Jornal do Brasil* que tivemos contato, foi os “Milagres do Abecedário”, em 17 de dezembro de 1916⁵⁸¹. No texto, o parahybano citava os Estados Unidos da América como exemplo a serem seguidos no trato com a abolição da escravidão.

[...] surgiu, entre os antagonismos do sul e do norte, a consciência de que seria, para o paiz, um peso morto a massa liberta, sem a extinção do torpor moral que nella representava a marca do analfabetismo consorciado com a ausência da liberdade. Era preciso elevar o espírito, o sentimento do africano até a compreensão da dívida de Lincoln. [...] fundaram escolas, crearam estabelecimentos de educação, nas casas mais humildes, nos subterrâneos, nas mansardas, onde quer que era possível ao abrigo das inclemências do inverno, escutar a voz dos professores⁵⁸².

O caso estadunidense era utilizado por Elyseu para comparar com a situação brasileira. A falta de políticas voltadas para os egressos da escravidão era um problema apontado na sociedade brasileira. A população negra no pós-abolição carecia de alternativas sociais e políticas. A percepção de Elyseu sobre o caso brasileiro era que:

[...] Ora, a situação brasileira, no que respeita ao interesse educacional, não é melhor que a dos africanos, América do Norte, após a victoria abolicionista. [...] Na ausência do abecedário estão as sombras habilmente aproveitadas por todos os que têm assaltado com felicidade o thesouro publico. [...] A “Legião do A B C”, ao que nos asseveram, terá um cunho essencialmente pratico. Visará, antes de mais nada, fundar escolas aqui, em toda parte, para a criança, o adulto, o artífice, o trabalhador da rua, sob uma concepção nobremente igualitária, attendendo no estado de pobreza, admitindo nos seus centros de educação os descalços, os desherdados, os que se deixam, muitas vezes, dominar pela vergonha da própria penúria. Desses é que é urgente levantar o espírito. Será, na execução de um programma liberalíssimo, a “educação pelo povo e para o povo”. [...] ⁵⁸³

Essa visão sobre a educação estava presente no discurso de Elyseu em outros momentos na sua trajetória. Atuando no Rio de Janeiro, no Centro Republicano Popular, essa preocupação com as classes sociais mais pobres demonstrava um lugar de fala político que buscou firmar-se no estado. Concluindo sua fala, Elyseu, utilizando-se da fala de M. Alvord, comparava o que o estadunidense dizia sobre a emancipação dos escravizados na América do Norte, que se

⁵⁸¹ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXVI, N. 352. Domingo, 17 de dezembro de 1916.

⁵⁸² *Ibidem*.

⁵⁸³ *Ibidem*.

tornavam uma nação em um só dia, para o caso brasileiro: “[...] Aqui, onde os preconceitos de raça não logram organizar batalhas assustadoras, limitando-se a deploráveis escaramuças, já certa vez admiravelmente rechassadas pelo gênio de Luiz Gama [...]”⁵⁸⁴. Elyseu auxilia-nos nesse momento, a entendermos como um homem de “cor” letrado no pós-abolição via a sociedade brasileira no período, e a situação da população pobre negra. Mesmo pela ótica liberal que caracterizava o período, vemos nessa fala de Elyseu, uma preocupação com a educação da população pobre e negra no pós-abolição.

Em dezembro de 1916, devido a morte do parahybano Arthur Achilles um mês antes em Pernambuco, realizava-se no dia 29 uma homenagem na Associação de Imprensa. Elyseu compunha o grupo que idealizou o evento, sendo um amigo próximo de Achilles na Parahyba. Santos Netto e Castro Pinto também faziam parte da comissão organizadora⁵⁸⁵. A morte de Arthur Achilles era uma perda considerável para Elyseu, que além de perder o amigo, perdia também um aliado importante na imprensa do norte do país.

O ano de 1917 já começava com Elyseu participando de mais um evento voltado à aclamação de um político fluminense. Dessa vez, em 08 de janeiro celebrava-se o deputado Vicente Piragibe⁵⁸⁶. Piragibe, além de político de sucesso, com quatro eleições consecutivas para deputado federal, era também jornalista, onde provavelmente conheceu Elyseu⁵⁸⁷. Elyseu mostrava-se mais uma vez como intelectual respeitado no meio carioca, sendo o orador oficial do ato. A sua fala foi descrita pela *A Época* da seguinte maneira⁵⁸⁸:

[...] O illustre advogado, em phrases fluentes, com arroubos de imaginação, fez demorada analyse da attitude, no seio do Congresso, do deputado Vicente Piragibe e, sempre feliz, imaginoso, teceu encômios ao representante do povo. As palavras do orador têm uma harmonia extraordinária e, por vezes, a sua oração foi interrompida por palmas e bravos, que se reproduziram quando finalizou o seu discurso. [...]

A oratória de Elyseu, que havia sido elogiada nos outros estados que atuou, começava a representar no Rio de Janeiro, uma de suas vitrines como intelectual, auxiliando no seu processo de inserção na sociedade. Era um homem de “cor” letrado parahybano, sendo exaltado na capital do país.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

⁵⁸⁵ Jornal do Commercio, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XC, N. 362. Terça-feira, 29 de dezembro de 1916.

⁵⁸⁶ A Época, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VI, N. 1.642. Segunda-feira, 08 de janeiro de 1917.

⁵⁸⁷ SILVA, Izabel Pimentel da. Vicente Ferreira da Costa Piragibe. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRAGIBE,%20Vicente%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

⁵⁸⁸ A ÉPOCA, Op. Cit., 08 de janeiro de 1917.

Em 24 de abril, *O Paiz* destacava uma reunião acontecida em Niterói, organizada pela colônia síria residente no Rio de Janeiro. Tal ato, afirmava o jornal, teria sido “um protesto contra as barbaridades cometidas pela Turquia contra a Síria” e uma homenagem ao Brasil. Elyseu César compunha a mesa principal representando o Brasil, e leu os dois telegramas que os organizadores tinham confeccionado e iriam endereçar ao Presidente da República e ao Governador do Estado⁵⁸⁹. O lugar de Elyseu nesse evento, mostrava que mesmo ele não gozando dos mesmos acessos que possuía no Pará, tinha um lugar de evidência na sociedade fluminense como intelectual.

O jornal *Gazeta de Notícias* informava sobre uma homenagem organizada para o deputado Paulo de Frontin em 06 de julho de 1917⁵⁹⁰. O evento foi organizado pelo Centro Republicano Popular e pelo Centro Cívico Sete de Setembro. Elyseu César representava mais uma vez o Centro Republicano Popular, ao lado de Olympio de Castro, que estava pelo Sete de Setembro.

O lugar de representante do Centro colocava o intelectual negro em contato com autoridades locais e o consagrava como nome do cenário local. Paulo Frontin (1860-1933) foi um engenheiro e político carioca, atuando como deputado federal, prefeito do Rio de Janeiro e senador da República. Segundo Santos, ele conseguiu destaque quando atuou nas áreas ferroviárias e de melhoramentos urbanos⁵⁹¹. Para o autor, Paulo Frontin era o tipo do político negociador, envolvido em uma clientela diversa⁵⁹². Elyseu poderia ter feito parte destes que buscavam o apoio recíproco de Frontin na política, pois em 1917, o carioca já gozava de fortes redes de apadrinhamento e clientes. Como sabemos, Elyseu era recém-chegado no Estado, não obtivera a evidência necessária para se lançar na política como no Pará, talvez por não possuir a aceitação das elites políticas locais.

Essas homenagens poderiam gerar um ganho político a Elyseu, estando em contato com as autoridades locais e as reverenciando. Com isso, o parahybano teria a oportunidade ou não de traçar alianças e se projetar politicamente.

A cada ano que se passava, Elyseu César ia alcançando mais espaço na sociedade fluminense. A sua habilidade intelectual em atuar em diversas direções ao mesmo tempo,

⁵⁸⁹ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXIII, N. 11.886. Terça-feira, 24 de abril de 1917.

⁵⁹⁰ Gazeta de Notícias, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLII, N. 186. Sexta-feira, 06 de julho de 1917.

⁵⁹¹ SANTOS, Felipe Martins. **Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo Frontin na Primeira República (1896-1911)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPHR, 2017, p. 28. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5019012. Acesso em: 02/01/2019.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 32.

possibilitava que fosse recorrentemente lembrado nas páginas dos impressos locais. *O Malho*, em 09 de março de 1918, dizia que⁵⁹³:

O elegante tribuno e conhecido advogado Dr. Elyseu César tem prompto o seu drama intitulado *Preto no Branco*, cuja primeira leitura feita a vários amigos no Café Bellas Artes agradou immensamente. Elyseu César, cuja alegria radiante prevê o sucesso da victorial theatral, pediu ao belletrista Xavier Pinheiro para ser o interprete do papel de *Macacão*, principal personagem do drama dividido em dezoito partes, um prologo e um epilogo.

A peça provocou-nos inquietações acerca de seu conteúdo, contudo, não tivemos contato com o seu roteiro. O título *Preto no Branco* poderia remeter a um possível teor de discussão racial, como a presença de um personagem chamado Macacão. A escrita de roteiros teatrais era mais uma das habilidades intelectuais que Elyseu exerceu ao longo da sua trajetória.

Além da peça noticiada escrita por Elyseu, na mesma edição do impresso, encontramos mais uma caricatura de Elyseu César no Rio de Janeiro. Como homem público devido aos jornais, tribunais e eventos políticos, tinha sua imagem aparecendo em alguns jornais.

Imagem 4 - Caricatura de Elyseu em *O Malho*



Fonte: Vida Elegante. **O Malho**. Rio de Janeiro, Ano 17, n. 808, p. 23 09 mar. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/36380>. Acesso em: 28/06/2019.

⁵⁹³ *O Malho*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVII, N. 808. Sábado, 09 de março de 1918.

A caricatura representava Elyseu César, em vestimentas sociais, como comumente um bacharel andaria pelas capitais. Além da distinção financeira, as elites na Primeira República precisavam se mostrar diferentes simbolicamente também.

Na segunda quinzena de maio, Elyseu começava a colaborar com a revista carioca *Archivo Vermelho*⁵⁹⁴. O cunho da revista era criminal, editada por Silva Paranhos. Falava-se que era uma revista especializada que não existia até então, voltada para relatar crimes de maior repercussão e discuti-los⁵⁹⁵. A partir da nossa pesquisa, identificamos que Elyseu Elias César no Rio de Janeiro, teria redigido, colaborado ou dirigido no mínimo, sete jornais, dentre eles: *Jornal do Brasil*, *Sete Horas*, *A Carioca*, *A Crítica*, *A Faladora*, *A Razão* e *Archivo Vermelho*. A partir deste dado, podemos afirmar que os jornais foram uma das principais formas de atuação de Elyseu no Rio de Janeiro (talvez a maior atuação).

Segundo *A Época*, acontecia em 11 de setembro de 1918, o I Congresso Brasileiro de Jornalistas na cidade do Rio de Janeiro⁵⁹⁶. O evento foi organizado pela Associação de Imprensa fluminense e reunia os responsáveis pelos inúmeros impressos que circulavam na capital federal. Elyseu César esteve no evento como representante do *Jornal do Brasil*. Mesmo colaborando com várias folhas, a que retinha mais a atenção do parahybano era o *Jornal do Brasil*.

A visão da sociedade da época sobre Elyseu César, como apontamos ao longo de todo o texto, era de um intelectual como outro em seu meio. Os meios e ligações que estabeleceu por meio de suas qualidades na oratória e escrita, faziam possível que um homem negro estivesse onde ele esteve e se distinguisse em determinados assuntos. Todavia, a sociedade brasileira na Primeira República vivia o auge do racismo científico e por mais que fosse tolerável um homem negro no poder ou próximo a ele, ainda assim continuaria sendo um “homem negro” no poder. Destacamos isso na fala apresentada no jornal *O Imparcial* de 02 de novembro de 1918: “Elyseu Cesar, esse grande negro de alma branca, que tem vergastado os brancos de alma negra [...]”⁵⁹⁷. Essa frase do jornal demonstrava o embranquecimento a que era necessário se submeter uma pessoa de “cor” que chegasse ao poder. Para conseguir o que conseguiu, Elyseu deveria ter algo de branco.

⁵⁹⁴ *Archivo Vermelho*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano I, N. 09. Segunda quinzena de maio de 1918

⁵⁹⁵ PENNA, Lincoln de Abreu. **Imprensa e política no Brasil: A militância jornalística do proletariado**. Rio de Janeiro: E-papers 2007, p. 39.

⁵⁹⁶ *A Época*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VII, N. 2.249. Quarta-feira, 11 de setembro de 1918.

⁵⁹⁷ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VIII, N. 1.126. Sábado, 02 de novembro de 1918.

Em 23 de dezembro de 1918, Elyseu atuava como conferente de um evento de caridade em prol da Casa do Bom Socorro⁵⁹⁸. Mais uma vez, sua habilidade para falar ao público colocava-o em determinados eventos, sendo recorrentemente lembrado.

O ano de 1919 foi marcado pelo aumento das relações políticas de Elyseu no Rio de Janeiro. As eleições para Presidência da República agitavam o país, devido à morte do eleito Rodrigues Alves por gripe espanhola em 1918. A agitação da capital federal na política em 1919 fazia com que Elyseu precisasse se posicionar melhor politicamente na cidade. A política iria a partir deste ano, ser uma ocupação e reter um interesse maior. Já em 02 de fevereiro, participava de mais um ato em apoio ao deputado Paulo Frontin, organizado pelo Centro Cívico Sete de Setembro⁵⁹⁹. A presença nesses momentos requeria um posicionamento político e relações sociais. Frontin, como já apontamos, era um articulador e essa característica era a que Elyseu buscava para se projetar no Distrito Federal.

As eleições presidenciais apareciam na trajetória do parahybano quando o *Correio da Manhã*, em 07 de fevereiro, informava sobre a candidatura do general Dantas Barreto. Elyseu na informação, passava a fazer parte do Comitê Central do movimento “pró-Dantas”⁶⁰⁰. Dantas Barreto (1850-1931) foi um pernambucano que atuou na política representando o militarismo, sendo um general e nomeado Ministro da Guerra em 1910. Também teve destaque na carreira política como governador, deputado e senador pelo estado de Pernambuco⁶⁰¹. O apoio inicial dado a Dantas Barreto por Elyseu, faz com que remetamos a sua passagem por Pernambuco e o estabelecimento de laços e redes sociais na antiga sede de estudos. A candidatura de Dantas não se concretizou de fato, mas a movimentação de Elyseu mostrou-nos como ele estava atento às possibilidades políticas que apareciam no Rio de Janeiro.

A inconstância da política no ano de 1919 devido a eleição presidencial, fez com que Elyseu também se adequasse a essas mudanças. A escolha do nome de Epitácio Pessoa para concorrer à Presidência contra Ruy Barbosa, fez com que Elyseu repensasse seus apoios. Já em 09 de abril, Elyseu falava em um comício e concentração “pró-Epitácio” para presidente do Brasil⁶⁰². A transição de apoio repentina de Elyseu deve ser problematizada, pois seria a oportunidade de ter um parahybano ocupando o principal cargo político nacional. A influência

⁵⁹⁸ A Razão, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 732. Segunda-feira, 23 de dezembro de 1918.

⁵⁹⁹ Correio da Manhã, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XVIII, N. 7.281. Domingo, 02 de fevereiro de 1919.

⁶⁰⁰ A Razão, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 787. Sexta-feira, 07 de fevereiro de 1919.

⁶⁰¹ TORRES, Marcos Paulo. Emídio Dantas Barreto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARRETO,%20Dantas.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

⁶⁰² A Razão, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 848. Quarta-feira, 09 de abril de 1919.

de Epitácio na política deveria atrair a atenção de Elyseu como conterrâneo seu. A vitória de Epitácio poderia dispor possibilidades para Elyseu na Parahyba do Norte ou no Rio de Janeiro. No fim das contas, Epitácio Pessoa venceu as eleições contra Ruy Barbosa. O cenário político começava a mudar para Elyseu, tendo seu nome falado e cogitado nos espaços políticos, concorrendo a cargos na capital federal, com indicações de relações com Epitácio.

O *Jornal do Commercio* anunciava a posse da nova diretoria da Associação de Imprensa no dia 11 de maio de 1919⁶⁰³. A diretoria que tomava na Associação: “[...] designou o Sr. Elizeu Cesar, orador e jornalista, para fallar no ato da inauguração sobre o ‘Dia da Imprensa’⁶⁰⁴ e sobre os dous saudosos mortos”. O lugar de destaque de Elyseu junto aos jornalistas do Rio de Janeiro, justificava a escolha do intelectual negro no meio dos impressos da cidade. Não podemos deixar de salientar as conformações da sociedade no período com o racismo latente, ter um homem de “cor” e retinto como orador em diversos eventos oficiais era incomum. Foram poucas as exceções de homens de “cor” chegando a esses lugares de protagonistas. Todavia, devemos salientar que a herança imaterial de Elyseu, juntamente com suas habilidades, possibilitavam essa conformação. Era um homem de “cor”, mas era visto como mestiço devido seu pai branco, foi também um doutor em Direito, exímio jornalista, advogado e orador, esses atributos embranqueciam Elyseu e permitiam que na maioria dos casos, sua cor fosse deixada de lado.

Sobre a participação de Elyseu no evento da Associação de Imprensa no dia 14 de maio, o jornal *A Época* destacava os assuntos abordados na sua fala e sua postura⁶⁰⁵:

[...] Este chegou á mesa por entre as mais vivas palmas.

O orador começou por alludir aos applausos do auditório como uma prova evidente de sympathia, que o animava a falar naquelle momento, deante dos seus collegas. Foi uma improvisação fulgurante, eloquente, imaginosa. Estudou, em syntheses admiráveis, as varias phases da imprensa, sua função social e política, no passado e no presente, na paz e na guerra. Discorreu sobre a imprensa em geral, como factor máximo do progredimento moral e social, como a força suprema, acima de todas as forças, força gloriosa e renovadora.

Falou na jornalística doutrinária; na jornalística combatente dos erros humanos, sociaes, moraes e políticos; na jornalística do humorismo, da caricatura, superior às demais, pois, segundo o orador, não há arma que se compare ao humorismo [...].

Pelo que foi apontado no jornal, vemos a facilidade que Elyseu possuía para versar sobre temas diversos. A experiência com a oratória permitia que pudesse ser tão elogiado como comentava *A Época*. Interessante perceber esse fascínio do parahybano pelas caricaturas, sendo

⁶⁰³ Jornal do Commercio, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XCII, N. 129. Domingo, 11 de maio de 1919.

⁶⁰⁴ *Ibidem*.

⁶⁰⁵ *A Época*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VIII, N. 2.492. Quarta-feira, 14 de maio de 1919.

que colaborou com vários impressos ilustrados, aparecendo inclusive sua imagem em algumas páginas. Ainda nesse mesmo discurso, Elyseu fez alusão a outros elementos simbólicos:

[...] Referiu-se ainda ao 13 de maio, como o dia da imprensa. **Recordou a Abolição** os factores que a determinaram empós de haver tratado longamente da alvorada do socialismo e do proletariado contemporâneo. Disse que foi ainda a Imprensa que fez triumphar a Abolição, exercendo contra o Império uma acção homogênea, forte, decisiva. Mas o mais alliciente dess discurso foi a sua encantadora peroração, quando o orador passou a evocar a figurado apostolo da redempção, quando se **referiu a José do Patrocínio**, - o jornalista grandioso. Na evocação disse que ante seus olhos allucinados sentia, naquella assembléa, erguer-se a figura augusta do grande abolicionista, apostrophando-o: “Baixa até nós, espírito de gênio! Communica a nossas vicias o fogo de tua coragem! Desce até nós, espírito supremo, que te sinto agitar no espaço as azas poderosas de condor da liberdade! Vem até meu coração, que sinto falar pela minha bocca, flamma da inspiração, fogo, torrente de luz, gênio divino!”⁶⁰⁶. (grifos nossos)

Elyseu novamente recordava em seus discursos, a abolição e José do Patrocínio. Eram temas que afirmavam uma certa identidade racial do parahybano, que via no intelectual negro carioca o exemplo de jornalista e representante dos ideais republicanos e lutas da população negra.

Epitácio Pessoa retornava ao Brasil, anunciado pelo *O Imparcial* em 22 de julho de 1919. Eleito presidente, chegava sob festejos e manifestações. O jornal estampava uma matéria completa sobre os eventos que ocorreram no dia. Elyseu César, que fazia parte do movimento “pró-Epitácio”, fez-se presente no evento como orador, representando o Centro Operário do Rio de Janeiro⁶⁰⁷. A relação de Epitácio e Elyseu iria aproximar-se um pouco mais com desdobramentos políticos futuros na capital. Constatamos como a posição de Epitácio no centro da política nacional proporcionava a outros parahybanos “amigos” ou correligionários que viviam na cidade, sonharem com posições melhores no cenário política local.

Carlos Dias Fernandes foi um dos amigos parahybanos que Elyseu atuou em Belém. No Rio de Janeiro, em dezembro de 1919, eles apareciam juntos novamente: “Está marcado para o próximo domingo, ao meio dia, no Hotel Internacional, o banquete que um grupo de intellectuaes vai offerecer ao illustre homem de letras Dr. Carlos Dias Fernandes. [...]”⁶⁰⁸. Elyseu fez parte dessa homenagem ao conterrâneo parahybano. Essa notícia nos proporcionou duas percepções acerca de Elyseu e do período. Primeiro, a atuação de intelectuais parahybanos na capital brasileira na Primeira República, era consideravelmente como protagonistas.

⁶⁰⁶ *Ibidem*.

⁶⁰⁷ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IX, N. 1.283. Terça-feira, 22 de julho de 1919.

⁶⁰⁸ *O Paiz*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXVI, N. 12.843. Terça-feira, 09 de dezembro de 1919.

Segundo, percebemos que a imprensa que citava ou escrevia algo sobre Elyseu, via-lhe como um intelectual respeitado.

Agregando veracidade ao que dissemos em relação ao pensamento dos parahybanos residentes no Rio de Janeiro terem novas oportunidades com a Presidência de Epiácio Pessoa, em 16 de março de 1920, o *Correio da Manhã* publicava que os parahybanos que viviam na capital escreveram uma moção de apoio ao governo de Epiácio⁶⁰⁹:

“Rio, 13 - Os parahybanos reunidos em sessão especial para deliberarem o melhor modo de prestar apoio a v. ex. resolveram que se expedisse este telegramma a v. ex. declarando que os seus conterrâneos presentes a reunião, acompanhando com patriótico interesse todos os seus atos políticos e administrativos, aplaudem-n’os calorosamente e declaram-se inteiramente solidários com v. ex. [...]”

Elyseu César foi um dos parahybanos que assinaram a moção/telegrama, declarando apoio ao governo de Epiácio. Como já apontamos acima, esse ato buscava criar uma relação de identidade do presidente parahybanos com os seus concidadãos. Não seria estranho na Primeira República que Epiácio percorresse tal caminho, já que comandava a situação política local e nacional, ter aliados do seu estado natal em cargos de confiança ou centrais poderia ser importante para sua afirmação.

Em 14 de maio de 1920, Elyseu era eleito consultor jurídico do Centro Republicano Popular por meio de assembleia geral. O Centro também fez uma moção em apoio a Epiácio Pessoa, segundo as informações no jornal⁶¹⁰. Agora, depois de se consagrar pela escrita nos jornais e na oratória, Elyseu enveredava com mais assiduidade nos meios políticos. Esse seria um segundo momento da agitada passagem do intelectual parahybanos no Rio de Janeiro.

Salientamos que mesmo Elyseu César buscando inserir-se em outros espaços fluminenses, ele não deixou de exercer suas características mais marcantes, que eram a oratória e escrita. Em um evento da S. B., “A Unitiva”, aos 19 de junho, Elyseu discursou mais uma vez. Nada de novo até aí, mas para mostrar como o parahybanos dedicava-se a essa ocupação, destacamos como a matéria se referia a fala dele e dos demais que usaram da fala⁶¹¹.

[...] Infelizmente não nos foi dada a ventura de assistir até o encerramento da sessão solemne da posse da nova directoria, em virtude de uns discursos longos de mais que foram proferidos por oradores sedentos de se fazerem notáveis, que massaram por demais os convidados [...] **Apenas notáveis ouvimos a oração oficial do sr. Frederico Mauro Moore, o discurso de uma senhora associada, o do sr. dr. Elyseu Cesar e do padre Olympio de Castro.** Tudo o que mais houve, de discursos, só serviu para cansar aquelle auditório, que era selecto e se espremia sem se poder mover

⁶⁰⁹ Correio da Manhã, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XIX, N. 7.686. Terça-feira, 16 de março de 1920.

⁶¹⁰ Gazeta de Notícias, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLV, N. 132. Sexta-feira, 14 de maio de 1920.

⁶¹¹ Gazeta Suburbana, Cidade do Rio de Janeiro. Ano X, N. 546. Sábado, 19 de junho de 1920.

dentro da sede da digna sociedade. Retiramo-nos fatigados sem assistir ao resto da festa [...]

Sempre o maldito costume de se aproveitarem discursadores pouco criteriosos das solemnidades das associações para se exhibirem e outros para politicarem. Lá havia de tudo. [...] (grifos nossos)

Como vemos, em meio ao marasmo de outras falas, o redator do jornal reverenciava apenas quatro momentos em meio ao evento, um deles a fala de Elyseu César. Acreditamos que a prática adquirida ao longo dos anos atuando como orador em vários estados, possibilitou que o parahybano desempenhasse a função com mais aptidão que outros. Para um homem de “cor”, isso tornava-se mais relevante, pois num período de racismo legitimado pela ciência, ter uma pessoa retinta no centro de palcos “inflamando” plateias fazia parte dos casos excepcionais no pós-abolição.

4.4 Entre tribunais e eleições: o fim da trajetória de Elyseu e os embates sociopolíticos no Rio de Janeiro (1920-1923)

A advocacia e as eleições agitaram os últimos anos da vida de Elyseu na capital federal. Nesses três anos, ele envolveu-se em julgamentos de grande repercussão na cidade e disputou duas eleições antes de falecer. As características culturais e políticas da época apareceram nesses episódios vivenciados pelo parahybano.

Um dos casos mais famosos que Elyseu César atuou como advogado ocorreu no mês de julho de 1920. O julgamento foi bastante emblemático, estampando as páginas de diversos jornais da época. O *Jornal do Brasil*, em 12 de julho, no dia do julgamento, já previa o desenrolar longo e sua repercussão⁶¹².

Está marcado para hoje, perante o Tribunal do Jury, o julgamento do Tenente Arthur Guedes de Abreu, assassino de sua mulher D. Iracema Guedes de Abreu, facto esse ocorrido no dia 13 de janeiro do corrente anno, á rua da Lapa numero 19 e que tão profundamente impressionou a opinião pública, dadas as circunstâncias do bárbaro crime.

O julgamento será presidido pelo Dr. Alvaro Belfort de Bittencourt, Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal.

A accusação será produzida pelo Dr. André Faria Pereira, Promotor Público, e pelo Dr. Caio Monteiro de Barros, representante da família da victima.

A defesa está a cargo dos Drs. Evaristo de Moraes e Elyseu Cesar.

Esse julgamento deve se prolongar muito, tendo-se em vista a importancia da causa que vae ser julgada e os advogados que defrontarão representando a accusação e a defesa.

⁶¹² *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXX, N. 192. Segunda-feira, 12 de julho de 1920.

A expectativa sobre o julgamento da morte de Iracema Abreu pelo seu marido, o Tenente Abreu, envolvia também o corpo de advogados que estariam na acusação e defesa. Elyseu fazia parte da equipe de defesa. O julgamento agitava as páginas dos jornais. A acusação feita ao Tenente Abreu era a de uxoricídio⁶¹³. Era a segunda década do século XX no Brasil, mostrando como o patriarcalismo fazia parte da sociedade perpetuando e aprovando determinadas práticas perante a discursos em jornais, legislações e práticas cotidianas.

Em 16 de julho, o jornal *Gazeta de Notícias* tentava passar à frente dos demais jornais fluminenses, trazendo uma entrevista com o acusado, Tenente Abreu e reproduzindo parte do que teria sido falado até então no julgamento⁶¹⁴. As informações que o jornal trazia sobre o caso diziam que Iracema teria abandonado a casa e os seus filhos para residir só quando foi morta. Falava-se também que a família da vítima acusava fortemente o Tenente Abreu e que ele, no depoimento, não a “incriminou” como adultera. A *Gazeta de Notícias* também fez questão de divulgar o nome do amante de Iracema e que os vizinhos confirmaram o “mal” procedimento dela e a “inocência” do marido. Outra informação divulgada nas páginas do jornal, foi que Iracema não era mais virgem quando casou com o Tenente Abreu⁶¹⁵. Na entrevista dada ao jornal pelo Tenente Abreu sobre o assassinato, tocava exatamente na questão da virgindade de Iracema:

[...] Num dos nossos colóquios - foi em 8 de outubro - notei na voz de Iracema e no olhar tons de melancolia e o desejo de me confiar um segredo. A meu pedido, ella com tristeza e relutante confessou-me então a sua desventura. Foi um instante de horror, mil ideas me atravessaram o cérebro, é sensitivo como seu, chorei o meu sonho de lar desfeito e a morte da minha felicidade... Pobresinha, aos 14 annos, não podia calcular quão grande era a sua desgraça e a minha dôr. Pediu-me segredo e, acariciando-me, que eu tivesse pena della...”

Em torno desta matéria da *Gazeta de Notícias*, podemos problematizar diferentes esferas da sociedade na Primeira República. Primeiro, pensemos o lugar de Iracema, a qual mesmo assassinada, tinha sua intimidade divulgada nos jornais com um discurso de justificativa para sua morte. Já o Tenente Abreu seria o homem que casou com Iracema mesmo ela não sendo mais virgem, que era inocente das atitudes da mulher, que foi traído e que foi abandonado com os/as filhos/as. O discurso dos jornais, aparentemente, tentava inocentar o Tenente Abreu. O lugar da mulher a partir de Iracema, foi o de vilã no discurso do jornal.

⁶¹³ Uxoricídio consiste no ato do assassinato da própria esposa. In: MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/uxoricidio/> Acesso em: 02/01/2019.

⁶¹⁴ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLV, N. 195. Sexta-feira, 16 de julho de 1920.

⁶¹⁵ *Ibidem*.

A acusação de adultério que o jornal direcionava a Iracema já culpava a vítima, pois o Art. 279 do Código Penal de 1890 sobre o adultério ou infidelidade conjugal dizia⁶¹⁶: “Art. 279. A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão cellualar por um a tres annos.” Nesse sentido, podemos entender o quão era crucial para os advogados, o Tenente e até alguns jornais, divulgarem a suposta traição da vítima, colocando-a no lugar de culpada anteriormente ao crime. Importante dizer que o homem adúltero só seria culpado se tivesse concubina “tida e mantida”⁶¹⁷. Segundo podemos notar, o jornal transformava o assassinato cometido pelo Tenente Abreu numa forma de punir uma culpada, visto que ela já era condenada pelo Código Penal e pela sociedade.

Em Conceição, percebemos até que ponto agiam os padrões morais da sociedade e o que se assemelhava ao caso de Iracema e Abreu⁶¹⁸:

[...] Isto se deve ao fato de que os elementos que garantiam a honra da mulher continuavam centrados no seu comportamento íntimo, a manutenção de sua virgindade e da fidelidade conjugal e o homem do seu comportamento público, ou seja, se ele era um honesto provedor e cumpridor de seus deveres de cidadão. As “obrigações femininas” não eram somente com o lar e com o marido. Eram também com os filhos que ficavam sob seus cuidados.

A vida privada de Iracema era exposta sem nenhum pudor no jornal, desde a sua virgindade, a traição e o abandono dos filhos. Eram três aspectos da vida privada da vítima que eram utilizados para acusa-la, enquanto sobre o Tenente era comentado apenas sua parte pública, como bom soldado e “cidadão de bem” na sociedade.

O discurso e o julgamento retirados do jornal possibilitam-nos refletir sobre o lugar da mulher na sociedade da época em meio as práticas patriarcalistas que legitimavam e garantiam a dominação masculina. Pensamos também sobre o militarismo num sistema proclamada por militares, e os espaços ocupados por parte da população negra numa sociedade racista. A atuação da imprensa nesses casos era a de refletir as impressões da sociedade, sendo manejada principalmente por homens brancos.

A relação que havia começado quando a assassinada ainda possuía apenas 14 anos, para a sociedade do período era tolerável. A perda da virgindade antes do casamento seria uma

⁶¹⁶ BRASIL. Capítulo IV - Do adultério ou infidelidade conjugal. In: **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**: decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 03/01/2019.

⁶¹⁷ *Ibidem*, § 1º.

⁶¹⁸ CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. **Lavar com sangue a honra ferida**: os crimes passionais em Salvador (1890-1940) Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009, p. 73. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20027/3/DISSERTAÇÃO%20FORMATADA.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

desonra para uma garota. Também a situação de traição e abandono do lar não era perdoado pela sociedade. Tudo isso, pelo que notamos, colocava a vítima e as mulheres do período no total lugar de subserviência aos homens, sendo que quem burlasse essa regra, não seria facilmente absolvido pela sociedade. Devemos considerar que esse discurso foi reproduzido por um jornal, alguns demais fazem outra ponderação.

Para Santos, construía-se um papel social para a mulher na Primeira República. Esse papel era o da mulher voltada ao lar. O trabalho fora, na lógica das fábricas, estava direcionado aos maridos⁶¹⁹. Isso mostra-nos como era difícil uma mulher, mesmo assassinada, como no caso de Iracema, vencer um homem e ainda mais um militar. Ela tinha subvertido seu papel social, ao não ser mais virgem, ao trair o marido e sair de casa deixando os filhos. Os jornais e a justiça composta majoritariamente por homens dificilmente absolveriam Iracema.

Sobre os espaços ocupados pela população negra a partir do caso, vemos que dois homens negros conduziram a defesa do acusado. Evaristo de Moraes e Elyseu César representavam a parcela pequena da população negra no pós-abolição que fugiram da regra da marginalização e conseguiram adentrar e fazer parte de espaço de poder das elites intelectuais.

Evaristo de Moraes (1871-1939) foi um homem de “cor” membro das elites intelectuais brasileiras da Primeira República. Evaristo foi um dos maiores juristas contemporâneos a Elyseu, experimentando como o parahybano, vasta atuação, principalmente no viés social e jurídico. Foi rábula, advogado, engajou-se no movimento abolicionista e republicano, militou em partidos operários⁶²⁰. Sobre a questão dos crimes passionais, o próprio Evaristo de Moraes teve um livro publicado sobre os crimes passionais⁶²¹. Foi esse homem de “cor” que defendeu o Tenente Abreu ao lado de Elyseu César.

Por fim, a imprensa noticiou a repercussão do caso de diferentes maneiras. A *Gazeta de Notícias* apresentava, como vimos, uma espécie de proteção à imagem do Tenente Abreu. Consideramos isso como uma dependência e participação direta do poder oficial e dos militares nos assuntos da imprensa. Contudo, outros jornais como *A Razão* defendiam a vítima. Não sabemos se por princípios, por confrontar as outras folhas locais ou desavença com o Tenente.

⁶¹⁹ SANTOS, Aline Tosta dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. **Em Debate** (PUCRJ. Online), v. 8, 2009, p. 02. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDF>. Acesso em: 03/01/2019.

⁶²⁰ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280992>. Acesso em: 05/01/2019.

⁶²¹ Ver, MORAES, Evaristo de. **Criminalidade passional**. O homicídio e o homicídio – suicídio por amor. São Paulo: Saraiva, 1933.

A *Noite*, em 17 de julho, apresentava um pouco do que foram as falas da acusação e dos dois advogados de defesa no dia corrente⁶²². O promotor iniciava sua fala buscando acrescentar novas provas à acusação. Afirmava ter sido premeditado o crime, pois teria 14 dias antes, confessado a uma D. Lydia que mataria sua esposa. Dizia também quanto a sua “honra ultrajada”, que para tal argumento, o acusado deveria ter vida ilibada, o que não ocorria, por maltratar a ex-esposa, levando-a até em agiotas para resolver dividas. Se premeditação do crime fosse comprovada, colocava o Tenente Abreu no caminho do manicômio, de acordo com Conceição, que estudou a legislação em torno dos crimes passionais em Salvador-BA na Primeira República⁶²³.

A defesa composta de Elyseu e Evaristo começou com a fala do parahybano:

[...] Falou, depois, o Dr. Elyseu Cesar. Fala na bondade do acusado para com os filhos e frisa o facto de ter na véspera do attentado os procurado, esforçando-se carregado de dôces, por assim destruir a premeditação do crime argumentada pelo Dr. Caio. [...] Acha natural as turras nos casaes, consequentes do amor [...]⁶²⁴

Faz-se importante ressaltar o lugar social e temporal que Elyseu César estava inserido. Seu discurso pautava-se na formação de uma imagem do Tenente Abreu como “homem bom e de bem”, que não poderia premeditar um crime tão cruel e que os desentendimentos que possuía com sua esposa eram coisas normais dos casamentos na época. Essas colocações ajudaram-nos a perceber o Elyseu advogado, que remetia ao discurso sentimental e emotivo. Além do mais, serviram-nos também para percebê-lo como um homem fruto de sua época, na qual os abusos às mulheres seriam comuns.

A respeito da defesa de Elyseu César, vemos que se adequava ao comum na época para os advogados de crimes passionais ou contra a honra:

O perfil era de um individuo que tinha deixado a emoção dominar momentaneamente a sua vida e este item era extremamente importante na caracterização do passional, pois era a emoção que trazia a perda da razão e dava uma explicação para o crime; no caso dos passionais o domínio da emoção era provocado pela descoberta da ofensa à sua honra ou à sua família. [...] Os passionais eram também pessoas de “alma sensível”, o que explicava sua explosão e, por fim, seus atos eram praticados publicamente e sem premeditação, ou seja, na frente de testemunhas. A confluência destes elementos era completada pela presença de uma “vida anterior honesta”. Neste ponto era fundamental, para criar a imagem de um crime cometido no “calor da dor”, reforçar a noção de que aquele ato era um “intervalo infeliz” na vida do cidadão honesto e merecedor de uma “pena individualizada”⁶²⁵.

⁶²² A Noite, Cidade do Rio de Janeiro. Ano X, N. 3.089. sábado, 17 de julho de 1920.

⁶²³ CONCEIÇÃO, Op. Cit., 2009, p. 30.

⁶²⁴ A NOITE, Op. Cit., 17 de julho de 1920.

⁶²⁵ CONCEIÇÃO, Op. Cit., 2009, p. 66-67.

O perfil que Elyseu traçava sobre o acusado, condizia com o que Conceição referia-se aos acusados de crimes passionais. Elyseu e Evaristo remetiam ao “homem bom” que devido a sua honra ferida, teria sido tomado pela paixão e perdido a razão.

Ainda em 17 de julho, o jornal *Gazeta de Notícias* também divulgava os debates no tribunal. Nessa mesma edição, destacamos a imagem trazida em suas páginas dos advogados de defesa⁶²⁶. A princípio seriam Elyseu e Evaristo, entretanto o irmão do Tenente Abreu decidiu auxiliar a defesa do irmão.

Imagem 5 - Elyseu César, Evaristo de Moraes e Canuto de Abreu, advogados do Tenente Abreu



Fonte: A morte de D. Iracema. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 45, n. 196, p. 2, 17 jul. 1920.
Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_05/1656. Acesso em: 28/06/2019.

A repercussão tomada pelo caso foi tamanha, que vários jornais noticiavam o desenrolar dos acontecimentos no tribunal. A fotografia acima materializa o que constatamos que foi a formação de uma defesa composta majoritariamente por homens de “cor”. Canuto de Abreu participou da defesa para ajudar o irmão, sendo que os dois principais advogados eram Evaristo e Elyseu.

O *Jornal do Brasil* também trazia mais uma informação complementar ao assunto do caso em suas páginas. Foi divulgado um telegrama endereçado a Elyseu dizendo⁶²⁷:

“Rio de Janeiro, 3 de abril de 1920 - Ilmo Sr. Dr. Elyseu Cesar - Saudações - Desejávamos que ao lado do brilhante advogado Dr. Evaristo de Moraes figurasse também V. S. como auxiliar desse bello espirito na defesa do nosso desventurado companheiro 1º Tenente Arthur Guedes de Abreu. Por esse modo concorreríamos com o contingente nosso para o patrocínio desse official, cuja situação é bem diversa da que pra elle procuram crear na opinião pública diversos elementos, que, julgam os

⁶²⁶ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLV, N. 196. Sábado, 17 de julho de 1920.

⁶²⁷ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXX, N. 197. Sábado, 17 de julho de 1920.

fatos pela rama. Nesse sentido, aconselhamos nosso companheiro de classe a que passasse procuração a V. S., a quem pedimos aceite essa incumbência a qual, estamos certos, encontrará a anuência, do Sr. Dr. Evaristo de Moraes. Gratos lhe ficaremos por esse obséquio tão de acordo com a natureza e a superioridade da sua profissão”.

O telegrama publicado foi escrito por oficiais do Exército e demonstrava os interesses das autoridades militares e políticas na vitória nos tribunais do Tenente Abreu. Outra coisa que nos possibilita compreender, foi a confiança dada ao parahybano Elyseu como advogado, buscado para auxiliar o julgamento devido sua capacidade na oratória e conseqüentemente, em conseguir a vitória desejada. Na mesma edição, era apresentada mais uma imagem referente aos tribunais e ao julgamento da morte de Iracema.

Imagem 6 - Evaristo de Moraes, Elyseu César e Canuto de Abreu no tribunal



Fonte: o jury de ontem: o crime do tenente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 30, n. 197, p. 9, 17 jul. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_04/3346. Acesso em: 28/06/2019.

As imagens acerca do julgamento fizeram com que percebêssemos as proporções que o julgamento ganhou nos tribunais. Dois homens de cor ocupavam as páginas de destaque nos jornais cariocas. Intelectuais e advogados constituíram os casos que se opunham à regra da total marginalização negra no pós-abolição.

O longo julgamento acabou em 18 de julho, noticiado pelo jornal *A Razão*, na qual trazia um título que demonstrava o não contentamento com a decisão: “A justiça de luto: Foi absolvido o sinistro matador da inditosa Iracema”⁶²⁸. Nessa fala, não podemos afirmar se o jornal se posicionava de forma contrária à decisão por princípios dos seus redatores, ou se por desavença com as demais folhas ou com o próprio Tenente. De toda maneira, o título demonstrava uma posição contrária à absolvição do acusado.

⁶²⁸ *A Razão*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano V, N. 1.300. Domingo, 18 de julho de 1920.

Para além das constatações acima, apresentamos a sentença final: “E os jurados absolveram. Desistindo, a acusação, da réplica, os jurados deliberaram e juiz lavrou a sentença absolvendo por 4 votos contra 3. O promotor apelou.”⁶²⁹. A vitória da defesa sobre a acusação no caso, comprova-nos as habilidades dos intelectuais negros Elyseu César e Evaristo de Moraes na advocacia, vencendo um caso que parecia perdido. O contexto social da época para as mulheres também tendia a absolver homens que cometessem esse tipo de crime.

A categoria que abrangia o crime do Tenente Abreu nas discussões sociais e jurídicas implícitas da época era a do crime passional. Para Conceição, a categoria de crime passional servia para⁶³⁰:

No Brasil, a significação implícita da expressão crime passional, no campo das discussões jurídicas como no da sua publicação pela imprensa, era a de punição da esposa adúltera. O crime passional, como o crime supostamente cometido na legítima defesa da honra, que o sucedeu como argumento no júri, é um crime basicamente masculino [...]

“Lavar com sangue a honra ferida”, o título do trabalho de Conceição, que foi direcionado para a discussão do crime passional, auxiliou-nos a entender o que envolvia o processo defendido por Elyseu César e Evaristo de Moraes. Eram nada mais do que os padrões morais da Primeira República. O Código Penal implicitamente e a sociedade explicitamente, naturalizavam a morte de mulheres por seus cônjuges, que não se enquadravam no padrão da subserviência ao lar, ao marido e os filhos.

A imagem impregnada era de que a honra de um homem poderia ser machada pelos atos de uma mulher adúltera, sendo que só poderia ser redimida com o sangue da sua morte⁶³¹. Esse julgamento que Elyseu participou serviu-nos para entendê-lo também como inserido nos contextos e situações específicas de sua época. Encerrado o julgamento do Tenente Abreu, a trajetória de Elyseu saía um pouco dos tribunais e tomava um caráter mais político.

Em fins do ano de 1920, a vida política de Elyseu César começava a tomar contornos mais agitados. A *Gazeta de Notícias* informava em 05 de setembro, que o Centro Republicano Popular havia se reunido com seus associados para definir o que fariam de homenagens aos reis da Bélgica⁶³² que visitavam o Brasil. Uma comissão de recepção ficou definida no encontro, da qual faziam parte Evaristo de Moraes e Elyseu César⁶³³. A escolha de Elyseu e Evaristo em meio aos associados demonstrava primeiro, que buscavam se utilizar da capacidade para

⁶²⁹ *Ibidem*.

⁶³⁰ CONCEIÇÃO, Op. Cit., 2009, p. 65.

⁶³¹ *Ibidem*, p. 97.

⁶³² *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLV, N. 245. Domingo, 05 de setembro de 1920.

⁶³³ *Ibidem*.

oratória de ambos num momento político importante para o Brasil da época e para o Centro. Segundo, que sua escolha poderia indicar também a evolução das relações políticas de Elyseu, sendo escolhido naquele momento importante para as relações exteriores brasileiras na época. Não seria comum para uma sociedade racista, ter dois homens de “cor” recebendo um rei europeu representante do mundo “civilizado”. Era até de certa maneira improvável a escolha dos dois intelectuais, tendo em vista o racismo científico que inferiorizava as populações negras.

A visita dos reis, de acordo com Fagundes, só foi possível devido a eleição em 1919, de Epitácio para Presidente do Brasil⁶³⁴. O articulado e influente parahybano, após ter visitado a Bélgica em 1919 e os apoiado durante a I Guerra Mundial, criava um sentimento de retribuição aos soberanos belgas. Ainda em Fagundes, sobre o episódio, a autora destaca que⁶³⁵:

Os ilustres visitantes, representantes de uma nação européia, civilizada e avançada, tiveram então uma grande recepção com várias festas realizadas em sua homenagem. A preocupação por parte das autoridades em passar a imagem de um Brasil civilizado, é perceptível principalmente na organização da capital federal para a recepção. Afinal, o Rio de Janeiro moderno era sinônimo de um Brasil moderno.

Elyseu César, estando em meio as celebrações em torno da visita dos reis belgas, possibilitou-nos questionar até que ponto o racismo científico influenciava em meio às elites intelectuais ou a seus acessos. Alguns espaços parecem-nos que, mesmo a contragosto dos mais resistentes à interação com homens de “cor” ou da aceitação de suas capacidades intelectuais, foram ocupados por algumas exceções. As exceções foram esses homens de “cor” que burlavam a regra da apatia e subordinação negra na Primeira República. Nesse episódio, Elyseu César e Evaristo de Moraes eram esses exemplos.

A Razão, em 20 de novembro, com o título “Distrito Federal - Mais candidatos”, tocava no assunto das eleições previstas para o ano seguinte para os cargos de deputados federais no Rio de Janeiro⁶³⁶. Sobre Elyseu, era falado que:

No 1º districto, além dos actuaes deputados federaes, que disputarão sua eleição, vão apparecer alguns novos. Entre esses, virá o sr. Eliseu Cesar, que pretende o logar que é actualmente occupado pelo sr. Nicanor Nascimento, contra o qual o mesmo sr. Eliseu investirá, dizem, contando com o apoio que elementos do governo lhe offereceram. **Virão á baila os votos da Guarda Civil, funcionarios da policia, pessoal da Limpeza Publica, etc, eleitorado, aliás, com que os governos sempre affirmam contar para “eleger” seus candidatos.** [...] ⁶³⁷ (grifos nossos)

⁶³⁴ FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)**. Dissertação (Mestre em História) - Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007, p. 10. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp056871.pdf>. Acesso em: 05/01/2019.

⁶³⁵ *Ibidem*, p. 11.

⁶³⁶ *A Razão*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano V, N. 1.424. Sábado, 20 de novembro de 1920.

⁶³⁷ *Ibidem*.

Circulava nas rodas de conversas fluminenses o nome de Elyseu para candidato a deputado federal. Os jornais acompanhavam essas conversas e já divulgavam a informação. A *Razão* neste caso, apontava que Elyseu teria apoio do governo federal em sua candidatura. A notícia auxiliou-nos também a perceber o eleitorado que possivelmente votou em Elyseu na eleição, além de vermos o jornal apontando um dos principais pontos do sistema clientelístico brasileiro, característico da Primeira República. Se tivesse o apoio do governo, baseado na política de troca de cargos públicos por votos entre o governo e seus funcionários, os cargos citados acima provavelmente correspondiam aos que cabiam o controle do Presidente. Utilizando-se de Graham, que estudou o clientelismo no século XIX, notamos padrões relacionados à fala do jornal, no que se refere a usar-se do controle sobre os funcionários públicos, que nos serve para pensar a Primeira República:

Quem exercesse autoridade literalmente possuía-a, e podia legitimamente concedê-la, ou parte dela, a outrem. O cargo público tornava-se, portanto, um recurso a lançar mão, como qualquer outro. Podia “pertencer” a alguém, ser concedido ou retirado. Aquele que recebesse um cargo, recebia-o como um presente.

Não podemos afirmar que Epitácio apropriou-se da troca de favores para a eleição de Elyseu. Todavia, a sua posição no controle do poder Executivo nacional, facilitava a possibilidade de servir-se desta ferramenta. Seria um pedido/troca de favor com o Presidente da República.

Sobre a possível candidatura de Elyseu, a *Gazeta Suburbana* afirmava que: “[...] Eliseu César, candidato palaciano, em favor de quem já se vem fazendo intensa cabala. [...]”⁶³⁸. Criava-se uma expectativa e faziam-se afirmações sobre Elyseu ter apoio do Presidente da República. A folha chamada de *A.B.C.*, em 25 de dezembro, também comentava a cogitação de Elyseu César para deputado federal, contradizendo o possível apoio do governo a Elyseu:

[...] O sr. Elyseu César, que é uma figura culminante entre os homens de côr, que é um tribuno vigoroso, que é um chefe de família exemplar e conterrâneo do Chefe Executivo, **não recebeu sequer também a sua parcella de carinho do Cattete.** Falla-se no nome desse jornalista para deputado. Por onde? ... **Pelo Districto Federal, por uma região dominada por uma multidão de grupos eleitoraes impenetráveis a quem não tem longa iniciação nos seus processos de cabala.** [...] ⁶³⁹ (grifos nossos)

Essa situação que grifamos e que foi apontada na *A.B.C.* auxiliou-nos a direcionar nossos olhares para os possíveis motivos da não vitória de Elyseu nas eleições. Já era dito

⁶³⁸ *Gazeta Suburbana*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XI, N. 567. Sábado, 20 de novembro de 1920.

⁶³⁹ *A.B.C.*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VI, N. 303. Sábado, 25 de novembro de 1920.

antecipadamente o que poderia causar a sua derrota: a falta de apoio de algum líder político. Criticava-se a figura de Eptácio nessa fala do jornal, o qual não teria se posto a ajudar Elyseu em sua empreitada política na capital federal, mesmo sendo seu conterrâneo e intelectual reconhecido no Rio de Janeiro. O jornal repreendia a falta do emprego dos mecanismos corriqueiros na política tanto no século XIX, como no início do XX do clientelismo para eleger candidatos, neste caso, Elyseu César. Apesar da influência nacional de Eptácio, devemos atentar que ele se encontrava distante da sua terra natal e sendo assim, suas ligações no Rio de Janeiro tinham limites. Cabe ressaltar também que na “política dos governadores”, o governo federal deveria evitar intervir nas escolhas políticas das oligarquias estaduais e dos mandões locais.

O ano de 1921 iniciava sob expectativas para Elyseu, que tinha seu nome cogitado para as eleições que ocorreriam em fevereiro. Todavia, como forma de continuar com seu nome circulando entre as rodas intelectuais no Rio de Janeiro, exercia mais uma vez a função de orador em evento. No dia 07 de janeiro, inaugurava-se a Sociedade União dos Professores de Orquestras no Rio de Janeiro. Sobre o discurso de Elyseu, *O Jornal* falava: “[...] o orador, a par da eloquência, mostrou conhecer a beleza que nos proporciona a música”⁶⁴⁰. Aproximando-se das eleições, falar ao público para Elyseu poderia consistir numa oportunidade de se afirmar perante o povo e buscar novos apoios.

Não demorava e as eleições voltavam a ser o assunto principal na trajetória de Elyseu no Rio de Janeiro no ano de 1921. *O Jornal do Brasil*, do qual era colaborador, em 13 de janeiro informava sobre um ato em apoio à candidatura de Elyseu, que teria ocorrido no dia anterior, organizado pelo Centro Republicano Popular, com participação de membros da Liga Patriótica Popular e das fábricas de tecidos⁶⁴¹. Esse apoio dado a Elyseu, indicou-nos mais um provável eleitorado que ele contava para as eleições que chegavam. Como membro e dirigente do Centro Republicano Popular, era normal ter o apoio da entidade. Os demais citados demonstram uma ligação de Elyseu com as camadas populares e trabalhadores fluminenses.

Em 20 de janeiro, *o Jornal do Brasil* tratava da maneira que Elyseu utilizava-se para fazer campanha e arrecadar mais votos para sua eleição⁶⁴². Dizia-se que:

O Dr. Elizeu Cesar tem adoptado no seu trabalho de conquista de votos o mais impenetrável silencio, receiando que os seus eleitores fiquem expostos á cabala realizada pelos demais candidatos.

⁶⁴⁰ O Jornal, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 569. Sexta-feira, 07 de janeiro de 1921.

⁶⁴¹ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 13. Quinta-feira, 13 de janeiro de 1921.

⁶⁴² Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 20. Quinta-feira, 20 de janeiro de 1921.

É certo, porém, que o Dr. Elizeu Cesar trabalha activamente, infiltrando-se em vários districtos eleitoraes e conseguindo quanto possível com a exposição de ideas em favor das classes menos favorecidas.
Ninguém se espante se a eleição do Dr. Elizeu Cesar fôr a surpresa do pleito que não tarde.

Elyseu, como colaborador do jornal, poderia ter escrito essa matéria embelezando sua candidatura e prevendo o êxito. Entretanto, concluímos que não foi o parahybano, sendo que assinava seu nome como Elyseu César, diferente do utilizado na folha. Mesmo desta maneira, sabe-se que eram provavelmente amigos, colegas ou partidários do intelectual negro que trabalhavam com ele, que escreveram o texto. Talvez consistisse numa maneira de, a partir do jornal, chamar a atenção de mais eleitores.

Em meio ao período da candidatura de Elyseu, apareceu nos jornais a sua atuação no Centro Republicano Quinze de Novembro, em combate ao anarquismo. Primeiro, em 24 de janeiro de 1921, o *Correio da Manhã* dizia que o Centro iria reunir-se para debater a questão do anarquismo no Rio de Janeiro⁶⁴³. O Quinze de Novembro apoiava a decisão do governo em perseguir os anarquistas, considerando-os perigosos. Na reunião, Elyseu foi escolhido para fazer parte da comissão que organizaria um estatuto visando o combate aos anarquistas. Segundo, em 30 de janeiro, numa sessão presidida pelo parahybano, o Centro preparava uma conferência de combate ao anarquismo⁶⁴⁴. Sempre interessado em estar nas elites ou junto a elas, Elyseu acompanhava os debates sociais e políticos da época. A perseguição aos anarquistas, segundo Oliveira, aconteceu de diferentes maneiras na Primeira República, contudo: “[...] durante a década de 1920, a fúria repressiva buscou varrer todos aqueles considerados pelo Estado como indesejáveis e inimigos da ordem pública, estrangeiros e nacionais [...]”⁶⁴⁵. Entre esses inimigos do governo estabelecido, os anarquistas eram sem dúvida um dos grupos mais malvistos.

O Imparcial dizia em 26 de janeiro, que os Investigadores do Corpo de Segurança do Rio de Janeiro manifestaram apoio moral à candidatura de Elyseu⁶⁴⁶. Maior parte dos que se declaravam apoiadores de Elyseu consistiam pelo que apontamos de trabalhadores diversos ou uma camada popular. Além do que indicavam os jornais, foi divulgado sua ligação com elementos do funcionalismo público, devido ao possível apoio do governo.

⁶⁴³ *Correio da Manhã*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XX, N. 7.999. Segunda-feira, 21 de janeiro de 1921.

⁶⁴⁴ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XI, N. 3.285. Domingo, 30 de janeiro de 1921.

⁶⁴⁵ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009, p. 153.

⁶⁴⁶ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IX, N. 1.740. Quarta-feira, 26 de janeiro de 1921.

Em 29 de janeiro, algum redator de *O Malho* contava uma conversa que teria tido com Elyseu César, quando se encontrou com ele nas ruas⁶⁴⁷:

[...] Hontem encontramos na rua o illustre advogado e soubemos que **elle andara recebendo numerosas cartas anonymas, ameaçando-o.**

- “E lias”? - perguntamos-lhe.

A resposta foi affirmativa, e nós insistimos, curiosos, indagando quem ganharia a eleição: elle ou seus adversários. E a resposta do brilhante candidato foi prompta:

- “Elles? Eu!” ...

A Cesar o que é de Cesar. (grifos nossos)

A resposta de Elyseu aparentava segurança por parte do parahybano ao pleito que iria concorrer, não sabemos se por otimismo exagerado ou por confiar no apoio do governo de fato. Contudo, devemos destacar principalmente que Elyseu no meio fluminense, por mais que fosse engajado e reconhecido intelectualmente, enfrentaria o peso das oligarquias locais. Coronéis e caciques políticos com anos de mandatos não aceitariam a derrota para um *outsider*. As ameaças recebidas deveriam partir provavelmente dos seus adversários políticos nas eleições. Essa pressão em torno de Elyseu ajudou-nos a compreender melhor o resultado final do pleito.

No final do mês de janeiro foi feita mais uma manifestação de apoio ao parahybano Elyseu César. No dia 31 de janeiro, a Concentração Política Pró-Elyseu César organizou uma sessão no Teatro Phoenix, na qual falaram o monsenhor Olympio de Castro, Lauro Salles e Sabino dos Santos⁶⁴⁸. A campanha de Elyseu movimentava considerável grupo na capital federal, tendo em vista o parahybano não dispor do apadrinhamento político forte que possuiu em sua passagem pelo Pará.

As adesões à campanha de Elyseu César continuavam no dia 04 de fevereiro. No Congresso organizado pela Confederação Geral dos Pescadores, indicava-se que seus membros escolhessem Elyseu César para deputado pelo 1º distrito⁶⁴⁹. No mesmo dia, segundo o *Jornal do Brasil*, aconteceu um comício popular em favor de Elyseu, tendo como oradores Octávio Trompowsky⁶⁵⁰ e Vicente Ferreira⁶⁵¹. Sob o *slogan* “Vamos eleger Elyseu operário e não Elyseu bacharel”, discursavam em outro comício pró-Elyseu os oradores Vicente Ferreira e Alberto Moreira em 16 de fevereiro⁶⁵². As eleições se aproximavam e o cenário político na

⁶⁴⁷ O Malho, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XX, N. 959. Sábado, 29 de janeiro de 1921.

⁶⁴⁸ O Imparcial, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IX, N. 1.745. Segunda-feira, 31 de janeiro de 1921.

⁶⁴⁹ A Razão, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VI, N. 1.500. Sexta-feira, 04 de fevereiro de 1921.

⁶⁵⁰ Octavio Figueira Trompowsky de Almeida (1897-1984) foi um reconhecido enxadrista brasileiro, sendo campeão nacional em 1939. Criou um movimento no xadrez utilizado por grandes-mestres chamado “Abertura Trompowsky”. Ver, Tabuleiro de Xadrez. **Octavio Trompowsky**. Disponível em: <https://www.tabuleirodexadrez.com.br/octavio-trompowsky.html>. Acesso em: 04/01/2019.

⁶⁵¹ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 36. Sábado, 05 de fevereiro de 1921.

⁶⁵² Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 46. Quarta-feira, 16 de fevereiro de 1921.

capital federal se agitava. Elyseu também tinha sua parcela de eleitores e correligionários que o apoiavam.

A *Noite*, em 17 de fevereiro, sob forma de entrevista com o candidato Nicanor Nascimento, fazia acusações e declarações acerca de seus adversários, dentre eles, Elyseu César⁶⁵³. Ambos eram candidatos avulsos.

- Protege o Sr. Epitácio escandalosamente o candidato Eliseu Cesar, a quem o chefe de polícia entregou todas as concessões para jogo livre em algumas parochias. Este candidato tem dado nomeações, como a de Valerio Dosd Guerra, para a Limpeza Publica. A pressão sobre o corpo de agentes e guardas chegou a tal frenesi que o chefe de polícia mandou escalar guardas e fiscaes para todas as secções eleitoraes. Basta falar em meu nome para ser logo escommungado. Apesar disso, a força da opinião pública é tal e a impopularidade do governo tanta, que recebo de todos os cantos da cidade declarações até de inimigos pessoas que vão sufragar meu nome para combater o governo.

A fala de Nicanor Nascimento pode ser vista como uma tentativa de acusar e desta maneira, atrapalhar a campanha de Elyseu César. A participação do governo de fato na candidatura de Elyseu não pode ser comprovada, só conseguimos apontar as acusações feitas por alguns jornais, a fala do parahybano e o desfecho das eleições.

Ainda em 17 de fevereiro, o Partido Republicano Nacional organizava uma homenagem ao candidato Elyseu César⁶⁵⁴. No dia 18, quase às vésperas da eleição, o jornal *A Noite* publicava uma entrevista que teve com Elyseu sobre as eleições. Sobre ser candidato do governo, dizia ao jornal⁶⁵⁵:

- Andam a dizer por ahi que eu sou candidato do governo. Essa versão é em absoluto destituída de fundamento. Nada acha que ratifique essa affirmativa, filha da imaginação dos que da circunstância de ser eu parahybano e de serem parahybanos os Srs. Presidente da República e o chefe de polícia, inferem que a minha candidatura procede do Cattete. A verdade, porém, é que a recommendação do meu nome ao eleitorado carioca é obra exclusiva de alguns amigos meus modestos e desinteressados que admittem possibilidade da victoria do meu nome nas urnas dada a natureza da vigente lei eleitoral. Diz-se que em pról de minha candidatura eu tenho conseguido nomeações e demissões. Não é verdade. Essa versão attribui-me um valor que não tenho. [...]

A resposta dada pode ser analisada como uma forma de fugir das acusações estando à “beira das eleições”, como também confirmaria a tentativa da oposição de manchar o seu nome e com isso, fazer com que perdesse votos. O processo eleitoral era como um “campo de batalhas”, nas quais os métodos variavam para conseguir o êxito. Ainda na entrevista, foi

⁶⁵³ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XI, N. 3.301. Quinta-feira, 17 de fevereiro de 1921.

⁶⁵⁴ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 47. Quinta-feira, 17 de fevereiro de 1921.

⁶⁵⁵ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XI, N. 3.302. Sexta-feira, 18 de fevereiro de 1921.

questionado sobre se achava que venceria as eleições, dada uma resposta positiva por Elyseu. No mais, o jornal pediu que falasse sobre os outros candidatos⁶⁵⁶:

- Todos elles são muito dignos e todos contam com elementos mais ou menos fortes. Eu, porém, acredito que ainda assim terei um lugar no Monroe, onde se fôr victorioso não terei outro programma que não seja o da defesa das classes menos favorecidas e dos interesses superiores da República.

O programa de Elyseu que transitava em meio aos interesses das classes populares, atendia de certa maneira, a população negra que pertencia majoritariamente a esse grupo. Poucas eram as exceções como Elyseu, homens negros que podiam concorrer a um cargo político. A pauta poderia constar apenas como interesses eleitorais, porém, talvez fosse uma forma de rememorar as suas origens em classes médias urbanas e populares de Elyseu na Parahyba do Norte.

A comissão de propaganda de Elyseu, na figura de Áureo Ottoni de Mendonça, apelava em 18 de fevereiro aos eleitores do Rio de Janeiro⁶⁵⁷:

Senhores eleitores do 1º districto da capital federal
É chegado o momento de levardes á Camara um homem de intelligencia vigorosa e caracter integérrimo perfeitamente infenso aos arranjos da politicalha, cujo passado, enaltecido pelas glorificações do advento republicano e pela lides do abolicionismo, constitue as mais solidas garantias das vossas próprias aspirações nas altas conquistas do Parlamento Nacional. O Dr. Elyseu Cesar é o homem de que precisaes para vosso representante junto ao governo, na Camara baixa da Republica. Seu nome e sua vida valem por um programma, por um programma immenso.

Político de grande descortino [...] magistrado enraizado nos segredos de sua profissão [...] jornalista militante [...] advogado da soberba cultura [...]

Senhores eleitores do 1º Districto o suffragio do nome do Dr. Elyseu Elias Cesar, a 20 de fevereiro, para Deputado á Camara Federal, representa, não há duvida, a conquista que vós mesmos aspiráveis na escolha do candidato puro, de caracter illibado, espírito persuasivo e culto, grandeza de alma e, sobretudo, excessivamente modesto e amigo do povo.

É tempo de varrer do Congresso Nacional os medalhões, que geraram a sombra do proteccionismo político, e fazer avultar, ali, os talentos promissores, que se aureolam em luz. [...] (grifos nossos)

Na propaganda feita pela equipe que auxiliava Elyseu em sua campanha, destacamos dois momentos. Num primeiro momento, foi citado para os leitores, as principais características da trajetória do parahybano, a política, os tribunais, faltando unicamente os jornais. Na segunda parte, foi tocado na questão da pouca rotatividade de políticos, os “medalhões” eram também chefes locais que circulavam entre os cargos e dificultavam a entrada de novos nomes no cenário político local. Seria Elyseu César um elemento novo e livre do apoio dos “medalhões”?

⁶⁵⁶ *Ibidem*.

⁶⁵⁷ O Imparcial, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IX, N. 1.762. Sexta-feira, 18 de fevereiro de 1921.

A proposta da campanha era derrotar os poderosos mandões locais que comandavam a política carioca. A tarefa proposta era árdua, pois infiltrar-se nos meandros das elites políticas da capital não seria fácil.

Na véspera das eleições, no dia 19, ainda ocorreu mais um evento com os apoiadores de Elyseu, com as presenças do coronel Hamílcar Machado e dos maiores Alberto do Espírito Santo e Jansen Tavares. Dizia-se que a reunião contava com a presença de um grande número de pessoas, amigos e admiradores do parahybano⁶⁵⁸. A última cartada havia sido dada, Elyseu agora aguardava o que as urnas e os eleitores lhe reservavam. Era um parahybano e homem de “cor” que tentava a sorte na política no Rio de Janeiro, conseguindo reunir considerável número de seguidores.

Vários jornais divulgaram os acontecidos do pleito para deputado federal e senadores. Começamos pelo *A Noite*, que relatava problemas envolvendo o nome de Elyseu⁶⁵⁹:

Estava sendo feita a chamada da Escola Deodoro. De repente ouviu-se um rumor maior, quebrando a monotonia da chamada.

- Meus senhores! Comprem no... Ora: quero dizer que nós outros, nós todos, enfim, devemos votar no nome de Elyseu César.

- Não pode perturbar os trabalhos.

E o conhecido “*camelot*”, sem cartola, mas no monóculo, foi convidado a retirar-se.

A campanha agitada que envolveu Elyseu antes da eleição continuava repleta em causos no dia da eleição. O nome do parahybano era citado em outros momentos, com acusações para a sua comissão de campanha:

Na 3ª secção deu-se um incidente, promovido por cabalistas pró-Elyseu César, à frente das quaes se achava o commissario de policia Mello. Um dos desse grupo que rasgava as cédulas que não tinham o nome daquelle candidato, aos protestos de um eleitor, sacou de uma pistola, dando tiros para o ar. A intervenção de varias pessoas, não prosseguiu o incidente, que foi apurado pelo delegado Santos Netto⁶⁶⁰.

Essas acusações manchavam o nome do intelectual parahybano, remetendo certos interesses por parte do governo federal. O delegado Santos Netto, que apurou o caso, havia em 1910, escrito o livro *Perfis do Norte*, que citava Elyseu César. O ambiente citado pelos jornais colocava Elyseu do lado dos interesses oficiais, utilizando até da força para sua eleição.

O *Correio da Manhã* contava mais um acontecido desmentindo boatos envolvendo a candidatura de Elyseu: “Carece de fundamento a noticia de que os officiaes de gabinete da Presidência da República estivessem hontem a pedir votos, pela cidade, em favor da candidatura

⁶⁵⁸ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XI, N. 3.303. Sábado, 19 de fevereiro de 1921.

⁶⁵⁹ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XI, N. 3.304. Domingo, 20 de fevereiro de 1921.

⁶⁶⁰ *Ibidem*.

do dr. Elyseu Cesar. [...] ⁶⁶¹”. *O Imparcial*, com um texto intitulado “O governo não intervém no pleito”, também reforçava o discurso de negação do ato de apoio por parte do gabinete do governo a Elyseu ⁶⁶². Criara-se uma dualidade, ideia de favorecimento ou não do nome do parahybano nas eleições, sendo afirmada ou negada pelos jornais da época, pelas comissões de campanhas e pelos candidatos.

O *Jornal do Brasil* retratava os candidatos a deputados e senadores no Rio de Janeiro no dia 20 de fevereiro. Relevante vermos a imagem de um homem negro no pós-abolição figurando ao lado das elites brancas.

Imagem 7 - Elyseu César e outros candidatos a Deputado Federal



Fonte: As eleições de hoje. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 50, p. 5, 20 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_04/6725. Acesso em: 28/06/2019.

A fotografia de Elyseu junto aos demais candidatos, revela várias dificuldades a mais enfrentada nas eleições. Além do desafio de vencer em um estado distinto, teria que enfrentar o peso dos líderes locais e as marcas do preconceito de cor. Elyseu aparecia como o único candidato negro em meio aos demais.

No dia seguinte à eleição, os jornais seguiam a expor as ocorrências envolvendo os candidatos, mais especificamente tocavam frequentemente no nome de Elyseu. *A Razão* citava ⁶⁶³:

[...] A um canto, o sr. Candinho Pessoa, sobrinho influente de s. ex. rodeado por uns cinco senhores com os característicos de cabos eleitoraes, falava sobre as eleições.
- O Elyseu é preciso que tenha bella votação. O titio assim o quer e é mister que assim seja. Vocês, meus amigos, não durmam. Cabalem o mais que possam, “paguem votos”, mas garantam a zona. O Elyseu é um candidato symphatico do titio e nós, os seus parentes e amigos, estamos na obrigação de “cavar” uma votação que garanta aquelle seu protegido. Procurem com especialidade o funcionalismo publico...

⁶⁶¹ Correio da Manhã, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XX, N. 8.025. Domingo, 20 de fevereiro de 1921.

⁶⁶² O Imparcial, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IX, N. 1.764. Domingo, 20 de fevereiro de 1921.

⁶⁶³ A Razão, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VI, N. 1.516. Segunda-feira, 21 de fevereiro de 1921.

As notícias surgiam aos montes para relacionar Elyseu César à figura de Epitácio Pessoa. Pelo que vemos, “Candinho Pessoa” se referia a algum membro da família de Epitácio Pessoa. Essa quantidade de afirmações criou-nos a impressão de que Elyseu realmente tivera algum apoio do governo. Na mesma edição, *A Razão* falava novamente de Elyseu⁶⁶⁴:

[...] vamos citar mais um facto comprovante da cabala official em favor do sr. Elyseu Cesar.

Foi na 4ª secção de Santo Antônio, na praça Tiradentes. O commissario Serrão, acompanhado de agentes e policiaes, andava numa cabala vergonhosa, impondo cédulas, ameaçando eleitores, dentro da secção! [...]

Narravam-se fatos que relacionavam o nome de Elyseu a um determinado grupo social que não se encaixava no proposto nas campanhas pelo parahybano. As camadas populares que Elyseu dizia contar com o apoio, de acordo com a imprensa, representavam mais o funcionalismo público, em especial os policiais. Desta maneira, notamos como o intelectual negro parahybano possuía mesmo que ainda limitada, redes de sociabilidades também no Rio de Janeiro. Outro caso referido a Elyseu, ainda em *A Razão*, era denunciado:

O sr. Gennarino Mazzucca, eleitor na 5ª secção de Irajá, veio á nossa redacção, hontem, a noite, queixar-se de que tendo ido votar na chapa dos “independentes”, foi preso pela polícia, levado ao posto e ahi espancado pelos que são affeiçãoados ao sr. dr. Elizeu Cesar.

O mesmo senhor accrescentou que ao entrar no referido posto levava consigo um cinto, collarinho, gravata e a quantia de 137\$, em dinheiro papel sahindo de lá, a noitinha, sem nenhum destes objectos.

Sem commentarios.

A acusação feita ao nome de Elyseu e os seus apoiadores tornava-se relativamente grave pelo noticiado, com uso da força dos policiais para que o parahybano conseguisse êxito. O uso das forças foi uma das ferramentas utilizadas pelos políticos na Primeira República, principalmente os que normalmente tinham ao seu lado os mandões locais ou coronéis.

A *Gazeta de Notícias* dava seguimento aos comentários sobre Elyseu, citando um possível eleitor: “[...] Falava-se no candidato Elyseu Cesar e havia os que commentavam: - Esse já serviu; agora não serve: o Cattete fel-o seu candidato e isto quer dizer que elle vai ser contra o povo. Não serve⁶⁶⁵”. Essa suposta entrevista com um eleitor nas ruas no dia da eleição, serviu para notarmos o quanto as diversas acusações e notícias divulgadas nos jornais pelas diversas folhas, puderam influenciar nas eleições.

⁶⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLVI, N. 51. Segunda-feira, 21 de fevereiro de 1921.

Ainda em 21 de fevereiro, *O Combate* publicava o resultado até o momento das eleições. Elyseu César aparecia em oitavo lugar com 3. 508 votos⁶⁶⁶. Faltavam-se poucas seções a serem apuradas e ter o resultado final. O comentado intelectual parahybano alcançava considerável votação, mas ainda não o suficiente para se eleger.

A apuração estava concluída, segundo o *Jornal do Brasil* em 22 de fevereiro, e confirmava o resultado prévio apresentado pelo *O Combate*. Elyseu perdeu e não conseguiu se eleger deputado federal.

Quadro 2 - Votação de Elyseu César para Deputado Federal no Rio de Janeiro⁶⁶⁷

Candidatos	Votação
Bethencourt Filho	11.444
Nogueira Penido	10.633
Azurem Furtado	7.751
Nicanor Nascimento	7.406
Bartlett James	7.143
Metello Junior	5.209
João Serzedello	4.944
Elyseu Cesar	3.623
Alcebiades Delamare	763

Fonte: Quadro confeccionada pelo autor a partir do *Jornal do Brasil* de 22 de fevereiro de 1921

Nicanor Nascimento, concorrente direto de Elyseu, como as páginas dos jornais divulgavam, conseguiu larga vantagem em relação ao parahybano. Resta questionarmos os possíveis motivos dessa diferença na votação. Seria o peso de ser um *outsider* na política carioca? Foi o aspecto da sua cor e o racismo na sociedade? O pouco tempo no estado? As acusações de apoio do governo? A falta de apoio de um chefe político local? Esses questionamentos vão sendo respondidos ao longo do texto. Todavia, acreditamos que todos os aspectos que envolveram o período da campanha eleitoral influenciaram na votação de Elyseu César, além do peso das interferências dos “caciques” políticos nos pleitos.

Era dia 22 e as eleições ainda rendiam após resultado divulgado. Comentava-se no *Jornal do Brasil*, que existia a possibilidade de Elyseu contestar o diploma do eleito Edmundo de Azurem Furtado⁶⁶⁸. Segundo Ricci e Zulini, que estudaram as práticas de fraudes eleitorais na Primeira República⁶⁶⁹:

⁶⁶⁶ O Combate, Cidade do Rio de Janeiro. Ano I, N. 06. Segunda-feira, 21 de fevereiro de 1921.

⁶⁶⁷ Estão em negrito o nome dos candidatos eleitos.

⁶⁶⁸ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 52. Terça-feira, 22 de fevereiro de 1921.

⁶⁶⁹ RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 57, p. 443-479, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/218/21831470006.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

As contestações eram queixas formais contra os resultados apurados: protestos interpostos aos órgãos legislativos responsáveis pela verificação dos poderes tanto por candidatos derrotados quanto por eleitores frustrados com a dinâmica do pleito. Documentadas, as reclamações às vezes solicitavam a anulação total dos escrutínios e, com mais frequência, o recálculo dos votos, com a exclusão das somas supostamente manipuladas – alternativa que redundava no pedido de reconhecimento dos perdedores.

Para os autores, a prática era comum nos pleitos eleitorais, devido ao grande número de fraudes eleitorais. Elyseu, desta maneira, buscava o lugar de Azurem, que por algum motivo, para o parahybano, teria tido benefícios nas eleições. O recálculo dos votos ou a soma de algumas sessões, poderia mudar os destinos de uma eleição. No entanto, se desejasse, Epitácio ainda seria capaz de recorrer à Comissão de Verificação de Poderes, escolhendo se reconheceria Azurem ou não e se substituíra-lo por Elyseu. Esse ato ficou conhecido como degola ou depuração, e era uma prática comum na Primeira República para eleger os candidatos ditos do governo. Como não aconteceu, provavelmente Elyseu César não foi tão favorecido quanto afirmavam.

Em 24 de fevereiro, a *Gazeta de Notícias* alfinetava o Presidente Epitácio Pessoa referente ao assunto das eleições com o título de um artigo seu: “Derrotado e bem derrotado”⁶⁷⁰. O jornal referia-se à derrota dos dois candidatos que as outras folhas afirmavam ter o apoio do governo federal, Elyseu César para deputado e Mendes Tavares para senador. Sobre a influência de Epitácio no pleito: “[...] mandou que toda a polícia, todos os funcionarios públicos votassem nelles contra os candidatos da Alliança Republicana e contra o sr. Nicanor Nascimento”⁶⁷¹. A “comemoração” do jornal devido a derrota dos tidos como candidatos de Epitácio, nos indicou que a *Gazeta de Notícias* provavelmente consistia numa folha de oposição ao governo do parahybano no Catete. A interferência direta, pelo que constatamos, foi direcionada para obter a derrota de determinados nomes locais, em detrimento do conterrâneo parahybano.

As colocações dos jornais sobre a derrota de Epitácio sucediam com o passar dos dias. Aos 26 de fevereiro, o impresso *A.B.C.* posicionava-se dizendo que talvez Elyseu foi apoiado pelo governo de última hora para que Nicanor Nascimento não vencesse⁶⁷². A contenda do político carioca com o Presidente da República envolvia as eleições e Elyseu. O próprio *A.B.C.* discordava de que Elyseu César tivesse possuído tal apoio de Epitácio Pessoa:

[...] Para nós commentadores desapaixonados, este caso serve para desfazer o potin de que o sr. Presidente da República patrocinou a candidatura do sr. Elyseu Cezar pelo

⁶⁷⁰ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLVI, N. 54. Quinta-feira, 24 de fevereiro de 1921.

⁶⁷¹ *Ibidem*.

⁶⁷² *A.B.C.*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano VII, N. 312, Sábado, 26 de fevereiro de 1921.

Distrito Federal. Si este jornalista fosse effectivamente um protegido official, o seu nome não teria sido, como foi, derrotado nas urnas. Si o sr. Epitácio Pessoa se interessasse pela sorte do seu illustre conterraneo certamente tel-o-ia apresentado como substituto do sr. Camillo de Holanda.

A conclusão tirada pelo jornal fazia sentido, tendo em vista o cargo ocupado por Epitácio. A posição de Presidente da República possibilitava o controle do aparelho do Estado para troca de votos, comum no período. O controle sobre os cargos e a busca pelos votos, constituía-se de uma prática clientelística, trocava-se desde o Império votos por empregos públicos. Quanto a fala do jornal referindo-se a Camillo de Holanda e a influência de Epitácio Pessoa, sublinhamos que estava tratando do governo do estado da Parahyba do Norte. A posição do jornal questionava então por que apoiar Elyseu César para deputado no Rio de Janeiro e não a governador na Parahyba, ao invés de Sólon de Lucena. Julgamos ser uma manobra de Epitácio tentando aumentar o controle sobre outros estados, no caso o Distrito Federal.

Sublinhamos que a derrota de Elyseu pode ter sido uma vitória, já que obteve mais de 3 mil votos longe do Estado dele e sendo um homem de “cor”. Aliás, ser um candidato do presidente mostrava o brilhantismo dele naquele cenário disputado e complexo.

Os comentários sobre as eleições voltavam a aparecer em março, juntamente com as acusações a Epitácio envolvendo a candidatura de Elyseu. *O Combate*, em 03 de março, falava que⁶⁷³:

Lucena contou-nos passagens interessantes assistidas na polícia. Vejamos esta por exemplo:

No dia das eleições soltaram tudo quanto era preso que tivesse carteira, mas com a condição de que os seus votos fossem todos para o sr. Eliseu Cesar! E o negocio foi muito bem arranjado. Os eleitores, sahidos do xadrez correram, as urnas, deram os seus votos ao candidato da polícia, esses votos foram talvez os únicos que o sr. Eliseu obteve! [...]

A imprensa deixava claro que o apoio eleitoral de Elyseu partira dos policiais que estavam de acordo com as diretrizes do governo federal. Todos os meios narrados pelos jornais, corroboram para a ideia de que o Presidente parahybano teria tentado promover o jornalista conterrâneo. Resta-nos questionarmos o que porquê de todas essas “artimanhas” terem dado errado e Elyseu não se eleger. Referente às insistentes colocações dos jornais sobre a ação da polícia nas eleições em prol de Elyseu César, remete-nos ao que Leal destacou em seu livro, afirmando que a organização policial foi uma das mais importantes e sólidas bases do coronelismo⁶⁷⁴. A única peça que não se encaixava nas posições dos jornais era que Elyseu

⁶⁷³ *O Combate*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano I, N. 15. Quinta-feira, 03 de março de 1921.

⁶⁷⁴ LEAL, Op. Cit., 1975, p. 201.

perdeu as eleições, fato nada comum para os candidatos supostamente apoiados pelo governo. Teria sido o elemento da cor o dificultador de sua vitória? Ou a ação de outro político local? Afirmar a causa real da derrota de Elyseu seria bastante difícil sem nenhuma declaração, mas veremos no fim deste tópico o desenrolar final da trajetória política do parahybano no Rio de Janeiro.

A última nota feita ainda sobre as eleições foi exposta em *O Jornal*, no dia 29 de abril: “A degola do sr. Nicanor Nascimento é uma defronta ao eleitorado do Districto Federal. Substituí-lo pelo sr. Elyseu Cesar são dois attentados que bem poderão trazer horas amargas aos caprichos pessoas do Presidente Epitácio Pessoa”⁶⁷⁵. Boato ou verdade, a possibilidade de tal ato em favorecimento a Elyseu permitiu-nos concluir que a atuação de Epitácio nos bastidores pró-Elyseu e contra Nicanor Nascimento ficou só na especulação, já que o parahybano não foi diplomado. De acordo com Leal, a degola que foi cogitada pelo *O Jornal*, resumia-se no ato do não reconhecimento do diploma pelas câmaras legislativas/comissão de verificação dos poderes⁶⁷⁶. Sublinhamos que esse processo era usado em última instância, sabendo que seria malvisto pela sociedade, diante da representação democrática das eleições. Dificilmente Epitácio usaria deste mecanismo estando na Presidência, já que não gozava da aceitação política total, iria lhe ocasionar mais problemas.

Finalizado o assunto das eleições que tanto agitaram a imprensa carioca, voltava Elyseu a sua rotina normal de eventos, jornais e tribunais. No dia 22 de março, Elyseu começava advogar o general João Figueiredo Rocha, que teria se recusado a assumir o comando do 8º regimento da infantaria no Rio Grande do Sul⁶⁷⁷. O caso era mais uma comprovação da capacidade intelectual e relacional do parahybano no Rio de Janeiro. Além dos jornais, no mesmo ano, ele já havia se lançado na política e atuado nos tribunais. João Figueiredo da Rocha era uma figura pública e da política, tendo exercido o cargo de deputado federal por duas vezes, e intendente do Conselho Municipal por uma vez⁶⁷⁸. Era um homem com influências políticas que Elyseu defendia, isso facilitava a sua vitória no caso.

Encerrando o julgamento em 30 de março, o jornal *Gazeta de Notícias* informava no dia seguinte, a decisão do Conselho que julgou o caso. Depois da fala da defesa composta por Elyseu César e Gastão Azambuja, referindo-se que o general Figueiredo Rocha não era

⁶⁷⁵ O Jornal, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 680. Sexta-feira, 29 de abril de 1921.

⁶⁷⁶ LEAL, Op. Cit. 1975, p. 229.

⁶⁷⁷ Gazeta de Notícias, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLVI, N. 80. Terça-feira, 22 de março de 1921.

⁶⁷⁸ SILVA, Izabel Pimentel. João de Figueiredo da Rocha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROCHA,%20João%20de%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

obrigado a assumir tal posto por se atribuir a uma patente inferior a sua, que era a de coronel. O resultado do julgamento foi a impronúnciação⁶⁷⁹ do general⁶⁸⁰. Mais uma vitória conseguida pelo intelectual de “cor” parahybano. Elyseu estabelecia-se entre os intelectuais cariocas, mesmo não tendo espaço direto nas elites. Advogar um general (o que não era para qualquer um) demonstrava que Elyseu possuía, apesar de tudo, ligações importantes no horizonte de possibilidades carioca. Vemos como os diversos espaços ocupados por ele correspondiam a maneiras de sobreviver e se promover na capital federal, na qual a competição e realidade social era mais difícil para as pessoas de “cor”.

Em 19 de junho, *O Jornal* divulgava o nome dos que tinham audiência marcada com o Presidente Epitácio Pessoa. Dentre os nomes, estava o de Elyseu César⁶⁸¹. O encontro dos parahybanos demonstrava que eles possuíam alguma relação, como os jornais afirmavam. Não sabemos se ao ponto de usar sua influência política em benefício do conterrâneo.

A diversificada atuação de Elyseu César devido a condições financeiras ou interesses, tinha mais um capítulo no dia 20 de junho, sendo designado para ser fiscal da casa de penhor Vianna Irmão & C⁶⁸². Outro momento era em 16 de julho, quando foi cotado para fazer parte da banca examinadora do concurso de escrivão de polícia no Distrito Federal⁶⁸³. Elyseu mostrava-se um sujeito multifacetado, que diversificava suas opções de atuação.

A política voltava à trajetória de Elyseu César cinco meses depois da sua participação no pleito de deputado federal. Era 02 de julho e *O Malho*, referindo-se as eleições presidenciais que seguiriam em 1922, relatava o que se comentava para os ministérios do candidato Nilo Peçanha⁶⁸⁴: “Justiça - Eloy de Souza; Fazenda - Coronel Hippolyto; Viação - Elyseu Cesar; Exterior - Hemetério; Agricultura - Vicente Ferreira; Guerra - Cabo Gregório; Marinha - João Cândido; **As cousas como se vê, estão pretas...**”. (Grifos nossos). Ressaltamos o comentário de cunho racista do jornal, referindo-se à peculiaridade dos nomes supostos. Dentre os cotados pelo jornal para serem ministros do candidato visto como “mestiço”, Nilo Peçanha, incluíam o nome também de três homens negros: Elyseu César, Hemetério dos Santos e João Cândido. Mesmo Nilo Peçanha ocupando lugares centrais na política federal e carioca, o preconceito de

⁶⁷⁹ A impronúnciação na justiça é dada quando não se reúne provas suficientes para culpar o acusado. Contudo, não significa que não possa ser reaberto em caso de novas provas. Ver, VENTURA, Denis Caramigo. Pronúncia e impronúncia no Tribunal do Júri: O princípio constitucional previsto no artigo 5º, LVII (presunção de inocência) não pode ser afastado, em hipótese alguma, também, no tribunal do júri. Não há lógica para que isso ocorra. **Direito Net**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8517/Pronuncia-e-impronuncia-no-Tribunal-do-Juri>. Acesso em: 01/01/2019.

⁶⁸⁰ Gazeta de Notícias, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLVI, N. 88. Quinta-feira, 31 de março de 1921.

⁶⁸¹ O Jornal, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 730. Domingo, 19 de junho de 1921.

⁶⁸² Correio da Manhã, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXI, N. 8.144. Segunda-feira, 20 de junho de 1921.

⁶⁸³ O Imparcial, Cidade do Rio de Janeiro. Ano X, N. 1.311. Sábado, 16 de julho de 1921.

⁶⁸⁴ O Malho, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XX, N. 981. Sábado, 02 de julho de 1921.

cor não o esquecia. Carvalho, relacionado ao teor racista da matéria de *O Malho*, comenta que⁶⁸⁵:

[...] Nilo experimentou de parte da imprensa da época, sátiras preconceituosas, e caricaturas que faziam alusão ao ofício da família e as suas características étnicas como afrodescendente, principalmente após se tornar uma figura política famosa ao assumir em 1903 a presidência do Estado do Rio de Janeiro e, mais ainda, em 1909 ao tomar posse como presidente da República após a morte de Afonso Pena antes do final do mandato deste.

De acordo com o autor, o ocorrido não era estranho à trajetória política de Nilo Peçanha. Seu protagonismo político atraía inimigos que recorriam a sua cor como forma de atingi-lo no seu íntimo. Vemos, a partir da sátira se referindo a Nilo e seus possíveis ministros, como o preconceito com as pessoas de “cor” estava presente em todos os escalões da sociedade, indo da população pobre, às camadas médias que Elyseu fazia parte e às elites que Nilo habitou. Como Nilo, se Elyseu almejasse carreira política vindoura no Rio de Janeiro, ainda enfrentaria outros eventos racistas em torno do seu nome, necessitando utilizar das brechas no sistema para obter êxito.

Elyseu, cotado para ser ministro, mostrava que houve a possibilidade de alçar voo mais alto do que no Pará. Um homem de “cor” ocupando um Ministério, não seria algo comum à época, ainda mais vindo de um estado distante. O prestígio de Elyseu, construído ao longo dos anos entre as elites políticas cariocas, por pouco não o colocou em um cargo central na capital federal.

Em 11 de setembro, acontecia a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, na qual o intelectual parahybano falou em nome dos pescadores brasileiros, sendo sua fala exaltada por Carlos Maul⁶⁸⁶. A oratória consagrava Elyseu no Rio de Janeiro também.

O Jornal do Brasil mencionava, em 12 de agosto, uma manifestação que teria ocorrido no dia anterior na rua Tuiuti, no bairro de São Cristóvão⁶⁸⁷, Rio de Janeiro. Era uma homenagem a Elyseu Elias César em sua casa, feita por amigos e correligionários. O parahybano havia feito amizades e conseguido formar também uma rede de sociabilidades na capital. Comentando mais sobre a manifestação, o jornal acrescentava:

[...] A emoção de que estava possuído, pela espontaneidade daquela manifestação, deixava-lhe a custo articular as palavras.

⁶⁸⁵ CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. **Nilo Peçanha e o sistema federal de Escolas de Aprendizes Artífices (1909 a 1930)**. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História, São Paulo, 2017, p. 110. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19092017-143941/pt-br.php>. Acesso em: 09/01/2019.

⁶⁸⁶ O Imparcial, Cidade do Rio de Janeiro. Ano X, N. 1.364. Domingo, 11 de setembro de 1921.

⁶⁸⁷ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXI, N. 221. Sexta-feira, 12 de agosto de 1921.

[...] Referiu-se, depois, a politica do Pará e a ingratidão do sr. João Coelho e dos antigos correligionários do sr. Antônio Lemos.

Sem procurar rodeios e sem o intuito de agradar, o sr. dr. Elyseu Cesar atacou os políticos que só deixam deslumbrar pelas altas posições e que só tratam dos seus interesses pessoaes, no seio do Congresso, desprezando o povo que o elegeu.

Alludindo a sua candidatura, disse que a sua derrota representou, para elle, uma grande victoria.

Como poderia elle, político e sem recursos, vencer os magnatas que, á porta das secções eleitoraes, espalhavam dinheiro à manchelas, em troca das chapas com os seus nomes?

O homenageado declarou ainda que queria estar no Congresso para poder defender o povo, pois os que lá estão, com raras excepções, só tratam de cavar, cada vez mais, a ruína da Nação. [...] ⁶⁸⁸

O Pará e o período que esteve ao lado de Lemos, como a recente eleição que concorreu não eram esquecidas por Elyseu. No Pará, fez parte das elites políticas do estado e a recente candidatura no Rio de Janeiro prometia levá-lo ao espaço de protagonista que já havia desfrutado no Norte do país. Talvez fosse por esse motivo que o parahybano fizesse questão de tocar nesses assuntos.

Imagem 8 - Manifestação em homenagem a Elyseu César na sua casa



Fonte: Notas sociaes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 222, p. 7, 12 ago. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_04/10034. Acesso em: 28/06/2019.

Essa imagem e episódio de celebração para Elyseu mostrou-nos como o parahybano estava no Rio de Janeiro há menos de 10 anos e já possuía seguidores. As suas redes de sociabilidade no Distrito Federal se expandiam a cada ano.

⁶⁸⁸ *Ibidem*.

Elyseu César reunia-se novamente com o Presidente Epitácio Pessoa, em 06 de novembro de 1921, segundo *O Paiz*⁶⁸⁹. A constante relação do nome de Elyseu César e Epitácio Pessoa, que tanto foi apontada nos jornais, podia ser comprovada com esses encontros frequentes. Seria uma maneira de negociarem ou tramarem estratégias políticas? Ou encontros casuais de dois parahybanos na capital federal? A posição conturbada de Epitácio no poder indicava que naturalmente, haveria um interesse natural em reunir mais correligionários ou amigos.

A possível nomeação de Elyseu para ministro de Nilo Peçanha divulgada em *O Malho*, caiu por terra pelo que encontramos em jornais cariocas no mês de novembro. No dia 13 de novembro, dizia-se que ocorreu no dia anterior um *meeting* pró-Bernardes-Urbano para as eleições presidenciais na qual Elyseu César foi orador⁶⁹⁰. No dia 22 de novembro, outro *meeting* da mesma chapa presidencial, que Elyseu também discursou⁶⁹¹. Desconhecemos até que ponto a suposição de *O Malho* tinha fundamentação, todavia, Elyseu já havia apoiado Nilo Peçanha quando foi governador do Rio de Janeiro. Devido a inconstância política, pode o parahybanos ter tido melhores promessas do lado do candidato Arthur Bernardes ou somente ter sido pago pela sua habilidade na oratória para discursar.

O ano de 1922 reservava mais emoções políticas e nos tribunais para a trajetória movimentada de Elyseu César no Rio de Janeiro. Tinha Elyseu em 21 abril, participado de mais um préstito cívico em homenagem à figura de Tiradentes. Ele falava em nome Escola Tiradentes no evento⁶⁹². Como defensor do regime republicano, a exaltação à memória de Tiradentes foi bastante comum na trajetória intelectual de Elyseu César. No dia 29 de abril, orava em nome do operariado de terra e mar e dos pescadores, em outro préstito cívico em celebração ao retorno de Epitácio Pessoa à cidade do Rio de Janeiro⁶⁹³. A vida do parahybanos na capital federal era repleta de eventos aos quais tinha a oportunidade de discursar.

No mês de junho, dava início mais um julgamento emblemático que Elyseu advogou no Rio de Janeiro. Em 29 do mês, *O Jornal* informava sobre o caso que iria se prosseguir, dando detalhes sobre como ocorreu o crime e o nome dos advogados⁶⁹⁴. Segundo *O Jornal*, a acusada Alexandrina Nunes da Silva, em 08 de março, no largo da Lapa, teria assassinado o seu ex-amante, o chaffeur Belisário Joaquim Rodrigues, com três tiros nas costas no seu carro, que

⁶⁸⁹ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXVIII, N. 13.531. Domingo, 06 de novembro de 1921.

⁶⁹⁰ O Jornal, Cidade do Rio de Janeiro. Ano III, N. 863. Domingo, 13 de novembro de 1921.

⁶⁹¹ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXVII, N. 13.547. Terça-feira, 22 de novembro de 1921.

⁶⁹² O Jornal, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 999. Sexta-feira, 21 de abril de 1922.

⁶⁹³ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXVIII, N. 13.705. Sábado, 29 de abril de 1922.

⁶⁹⁴ O Jornal, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 1.058. Quinta-feira, 29 de junho de 1922.

teria comprado com um dinheiro lesado da acusada. Os advogados de defesa eram Elyseu César, João da Costa Pinto e Alvarenga Netto⁶⁹⁵. Mais um caso de assassinato em que o parahybano ficava a cargo de defender o acusado. No anterior, era uma mulher a vítima, desta vez, o cenário era o contrário.

Em 09 agosto, o julgamento de Alexandrina continuava com o *Correio da Manhã* acrescentando novas informações sobre o caso. Belisário teria conhecido Alexandrina no prostíbulo que ela possuía, passando eles dois meses juntos, período o qual ele tomou o empréstimo do dinheiro que a acusada citou no início do caso⁶⁹⁶.

No dia seguinte, era a vez de Elyseu fazer sua defesa antes da decisão final do Tribunal do Júri. Referindo-se ao julgamento, *O Imparcial* pôs como título de sua matéria: “Um julgamento sensacional, o de Alexandrina”, dando destaque a defesa de Elyseu César: “O defensor Dr. Elyseu César empolga o jury”⁶⁹⁷.

Imagem 9 - Elyseu César como advogado no julgamento de Alexandrina



Fonte: Um julgamento sensacional, o de Alexandrina. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 10, n. 1357, p. 3, 10 ago. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/107670_02/11184. Acesso em: 28/06/2019.

Como vemos na imagem, o tribunal estava repleto de pessoas que aguardavam o desenrolar do caso de Alexandrina. Elyseu na imagem, apareceu como destaque, pois era um dos advogados de defesa. Notamos também o lugar de poder ocupado pelo parahybano, sendo

⁶⁹⁵ *Ibidem*.

⁶⁹⁶ *Correio da Manhã*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXII, N. 8.557. Quarta-feira, 09 de agosto de 1922.

⁶⁹⁷ *O Imparcial*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano X, N. 1.357. Quinta-feira, 10 de agosto de 1922.

o único homem de “cor” a ocupar o tribunal ao lado de dois advogados brancos. Elyseu se projetava nos tribunais como reconhecido tribuno também, devido às vitórias sucessivas em seus casos de destaque.

A *Gazeta de Notícias* reproduziu a argumentação do advogado parahybano na defesa de Alexandrina⁶⁹⁸:

Reaberta a sessão, às 8 horas da noite, foi dada a palavra ao 1º defensor da ré, dr. Elyseu César, que começa o seu empolgante discurso, fazendo a psychologia da mulher decahida, attribuindo a sociedade actual a consequencia que traz a vivente feminina que rola, o desprezo e o repudio de todos.
Demonstra que a meretriz é uma victima do ambiente, que a cerca, e enquanto o seu algoz, o seductor, penetra em todos os salões, ella, precipitada no abysmo da desgraça é repudiada e torna-se uma verdadeira réproba.
Aprecia, em seguida as provas do processo. Rebate os pontos arguidos pela accusação e demonstra que a sua constituinte praticou o delicto em completo estado de privação dos sentidos e da intelligencia, porquanto, o seu ex-amante, a victima, além de roubal-a, insultou-a com o mais offensivo dos vocábulos [...]

As falas de Elyseu César no julgamento foram voltadas a alegar insanidade da acusada, evitando que a acusação tivesse vantagem nos tribunais, já que ela havia confessado o crime. Interessante perceber a inversão de valores na defesa de Alexandrina, quando também foi colocado por Elyseu como culpado o assassinado, a sociedade da época e sua relação com as prostitutas. O tribunal do júri, depois de terminadas as falas da defesa, absolveu Alexandrina por 5 votos a 2. Vencia mais um caso de destaque como advogado o intelectual negro parahybano Elyseu César.

Depois da vitória nos tribunais em agosto, outubro chegava conduzindo a política novamente para a trajetória de Elyseu no Rio de Janeiro. *A Noite* reproduzia sua fala em 16 de outubro de 1922⁶⁹⁹:

1º Districto Eleitoral - Aos meus amigos.
Confessando-me profundamente grato aos que me honraram levantando, em manifesto dado a publicidade, minha candidatura a uma cadeira de intendente, venho assegura-lhes que, eleito, procurarei corresponder a confiança popular, sendo, no Conselho, um leal advogado dos interesses da collectividade.

A empreitada política de Elyseu Elias César era agora na disputa pelo lugar de intendente do conselho Municipal do Rio de Janeiro pelo 1º distrito. Mais uma vez, o parahybano tentava a sorte na capital federal, pouco mais de um ano depois da sua derrota no pleito de 1921. A vaga no Conselho Municipal foi mais uma oportunidade estudada por Elyseu como possível ou viável.

⁶⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLVII, N. 183. Quinta-feira, 10 de agosto de 1922.

⁶⁹⁹ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XII, N. 3.906. Segunda-feira, 16 de outubro de 1922.

Segundo a lei nº 85 de 20 de setembro de 1892, os negócios e assuntos referentes ao Distrito Federal ficavam sob a responsabilidade de um conselho deliberativo e um prefeito⁷⁰⁰. O Conselho Municipal deveria ser eleito pelos distritos eleitorais, já o prefeito era um cargo de nomeação do Presidente da República. O cargo durava três anos, de acordo com a lei de 1892, ficando entre as responsabilidades dos eleitos⁷⁰¹: “[...] § 3º Organizar sua secretaria e nomear os respectivos empregados; § 4º Regular as condições de nomeação, suspensão, aposentadoria e outras dos empregados de todas as repartições municipais. [...]”. Separamos essas funções específicas para mostrarmos que mesmo para um cargo que aparentemente não teria o ganho financeiro acentuado, configurava-se como um local político importante como iniciador de carreira política, possuindo controle sobre funcionários e suas nomeações. Enfatizamos que não representava entrar para os altos escalões da política, mas estando na capital do país, poderia significar o ganho de influências e espaços futuros. Além do mais, a derrota nas eleições para deputado federal do ano anterior, deixava claro que Elyseu necessitava de maior base política no estado, sendo capaz de alcançar exercendo alguma função política no município.

A *Gazeta de Notícias* fazia duas menções a Elyseu César, exaltando seu nome para as eleições que se seguiriam no final do mês de outubro. Em 17 de outubro dizia⁷⁰²:

[...] Jornalista dos mais brilhantes, com uma robusta cultura litteraria e jurídica, Elyseu César é também um orador fluentíssimo, cujo verbo tem a vibração encantadora dos privilegiados da palavra falada. E quer como jornalista, quer como orador, quer como advogado, é uma grande figura intelectual conhecida em todo paiz, principalmente em alguns Estados do norte.

[...] As classes desfavorecidas, sobretudo, encontram em Elyseu César um amigo dedicado, que, entre ellas, se confunde como um simples, como um verdadeiro irmão dos humildes. [...] É de individualidades como essa que se precisa no Conselho [...]

A propaganda iniciada pelo jornal carioca referia-se a Elyseu como intelectual respeitado em todo o Brasil. Vemos que a sociedade da época também o enquadrava em tal definição, dada a sua versatilidade e reconhecimento ao longo da sua trajetória. As palavras acima também reiteravam o público que o parahybano se dirigia como defensor na eleição anterior. As classes trabalhadoras eram uma parcela dos eleitores que Elyseu buscava alcançar para se eleger. Pelo discurso do jornal, notamos um certo otimismo pela vitória do intelectual desta vez.

⁷⁰⁰ BRASIL. **Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>. Acesso em: 04/01/2019.

⁷⁰¹ *Ibidem*, Art. 15º.

⁷⁰² *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLVII, N. 244. Terça-feira, 17 de outubro de 1922.

A segunda matéria feita pela *Gazeta de Notícias* foi no dia 22 de outubro, assinada por Orestes Barbosa. O carioca se referia ao parahybano com carinho pelo contato que tiveram nos jornais⁷⁰³: “[...] Elyseu Cesar não é um homem commum. Além da dignidade do seu character e da dedicação do affecto, é um talento sensacional. A sua voz de milagre tem arrancado os desventurados do cárcere - a sua penna mágica tem libertado muitas almas do horror. [...]”. As palavras do jornalista Orestes Barbosa⁷⁰⁴ referem-se às vitórias consecutivas de Elyseu nos tribunais e a sua atuação nos jornais. Orestes ainda citava a oportunidade dada por Elyseu nos jornais. Outro a pedir votos para Elyseu era Honório A. Silva em 27 de outubro, no jornal *A Noite*⁷⁰⁵. A campanha em prol da candidatura de Elyseu acontecia e era noticiada nos jornais.

As eleições aconteceram no dia 29 de outubro. Desta vez os jornais, diferentemente da eleição para deputados e senadores, afirmavam que o pleito não teve nenhum grande incidente. Começavam os periódicos no dia 31 a divulgar os resultados da apuração da eleição ocorrida dois dias antes. *O Brasil* publicava a lista dos doze eleitos, estando Elyseu entre eles no 11º lugar com 4.029 votos⁷⁰⁶. *O Correio da Manhã* também divulgava sua lista com Elyseu na mesma colocação, mas com 3 votos a menos⁷⁰⁷. Os dois jornais somaram também os votos em separado e contaram todas as seções. *O Jornal* mostrava um resultado diferente dos demais, não somando os votos em separados, Elyseu teria ficado em 14º lugar⁷⁰⁸.

A Junta Apuradora das eleições ainda não tinha apurado o resultado das eleições divulgado nos jornais para poder conferir os diplomas dos eleitos, quando em 04 de novembro, saiu a notícia em *O Jornal* de que haviam sido roubados vários livros referentes à eleição do 1º Distrito⁷⁰⁹. As votações começavam a discordar, dessa vez segundo este jornal, Elyseu figurava em 12º lugar. Para o jornal, o roubo causaria “uma verdadeira reviravolta no resultado do pleito”⁷¹⁰. Não devemos esquecer de mencionar que o papel das Juntas Apuradoras nas eleições na Primeira República era o de apurar os votos e elaborar as atas para a diplomação.

Segundo Zulini, a apuração por meio da Junta era um dos momentos centrais da eleição, pois depois da reforma de 1916, uma única Junta na capital fazia a apuração total, sendo esse o

⁷⁰³ *Gazeta de Notícias*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLVII, N. 249. Domingo, 22 de outubro de 1922.

⁷⁰⁴ Orestes Dias Barbosa (1893-1966) foi um compositor e jornalista carioca de origem humilde. Teve seu nome relacionado devido a suas composições a Noel Rosa e Sílvio Caldas. ORESTES, Barbosa. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3200/orestes-barbosa>. Acesso em: 03/01/2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

⁷⁰⁵ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XII, N. 3.917. Sexta-feira, 27 de outubro de 1922.

⁷⁰⁶ *O Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano I, N. 190. Terça-feira, 31 de outubro de 1922.

⁷⁰⁷ *Correio da Manhã*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXII, 8.640. Terça-feira, 31 de outubro de 1922.

⁷⁰⁸ *O Jornal*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 1.164. Terça-feira, 31 de outubro de 1922.

⁷⁰⁹ *O Jornal*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 1.168. Sábado, 04 de novembro de 1922.

⁷¹⁰ *Ibidem*.

momento ideal para degolar as minorias ou oposições eleitas⁷¹¹. A última etapa do processo era a Verificação dos Poderes pela Câmara, mas segundo a autora, dificilmente se chegava a derradeira instância⁷¹². Mattos, em artigo, afirmava que o poder das juntas apuradoras estava nas mãos do executivo estadual e dos parlamentares do mandato interior, tendo o poder de banir as oposições do jogo político⁷¹³.

Como podemos perceber, a degola do parahybano Elyseu César ocorreu na etapa dos trabalhos da Junta Apuradora, evitando complicações em torno dos debates do porquê de tal ato. A Verificação dos Poderes que representava o momento da explícita interferência do executivo/legislativo nas eleições, já a Junta amparava-se na contagem ou não de votos.

Segundo Leal, as eleições representavam um momento que tudo valia para eleger os “amigos”. Destruir urnas, intimidar eleitores, sumir com livros de registros, entre outras artimanhas, consistiam numa prática que retirava o caráter “livre” do voto⁷¹⁴. As fraudes e alterações no resultado eram tão corriqueiras que pouco importava em alguns casos, o número de votos depositados nas urnas, o que valia era se possuía o apoio do governo⁷¹⁵. Diferente da eleição para deputado federal, a do Conselho Municipal não se comentava o apoio do governo a Elyseu.

A apuração pela Junta começou segundo *O Jornal* em 09 de novembro⁷¹⁶. O impresso *A.B.C.* em 11 de novembro, antes do resultado final ser divulgado, fazia uma crítica com o “Boycottage” aos valores da intelligencia” referindo-se ao que se comentava sobre a política no Distrito Federal sobre as eleições do Conselho Municipal.

[...] A muito custo, vencendo um sem numero de astucias de cabos eleitoraes e chefes de parochias, lograram eleger dois ou três candidatos dignos. Entre estes, a recommendar-se por uma intelligencia das mais bellas que o jornalismo brasileiro já registrou nas suas tendas, figura o sr. Elyseu Cezar, que é, além de jornalista notável, optimo advogado e tribuno de rara eloquência.

Com esses títulos de intellectualidade, é bem de ver que o sr. Elyseu Cezar, muito embora insophismavelmente eleito vae soffrer uma tremenda campanha visando impedir-lhe a entrada no Conselho. E já houve quem dissesse que aquillo alli tende mais para estabulo do que para cenáculo de intellectuaes [...]

⁷¹¹ III SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP. **Estruturas e práticas eleitorais na Primeira República**. (Seminário) São Paulo, 2013, p. 15. Disponível em: conferencias.fflch.usp.br/sdp/scp/IIIsem/paper/download/34/34. Acesso em: 03/01/2019.

⁷¹² *Ibidem*, p. 16.

⁷¹³ MATTOS, Hebe. Trabalho, Voto e Guerra Civil: algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, 2011, p. 03. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299584619_ARQUIVO_paperanpuh2011.pdf. Acesso em: 03/01/2019.

⁷¹⁴ LEAL, Op. Cit., 1975.

⁷¹⁵ *Ibidem*, p. 229.

⁷¹⁶ *O Jornal*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano IV, N. 1.172. Quinta-feira, 09 de novembro de 1922.

A informação que Elyseu seria degolado na eleição, lembrava o episódio da eleição no ano anterior que pelo contrário, acusavam-no de que se beneficiaria com tal prática. Contudo, percebemos como esse processo era comum na Primeira República, representando os interesses diretos dos grupos no poder. Para o lugar de Elyseu César, cogitava-se o nome de Jeronymo Beretta, definido pelo jornal como “analfabeto e politiqueiro”⁷¹⁷. O indício do que poderia vir, caracterizava o período.

O resultado final das eleições estampava as páginas de *O Paiz*, na qual percebia-se alterações no primeiro resultado divulgado pelo *O Brasil* e o *Correio da Manhã*⁷¹⁸. A Junta Apuradora havia deixado de lado os votos em separado prejudicando dois candidatos especificamente.

Quadro 3 - Votação obtida por Elyseu Elias César nas eleições para Intendente do Conselho Municipal

Candidato		Votação válida	Votos em separado	Votos totais
Candido Pessoa		5.215	246	5.461
Jeronymo Penido		5.187	265	5.452
Edgard Teixeira		4.869	321	5.190
Felisdoro Gaia		4.515	235	4.750
Francisco Laginestra		4.347	225	4.553
Dario Pinto		4.327	206	4.533
Vieira de Moura		4.154	193	4.347
Zoroastro Cunha		4.064	189	4.253
Victor Bastos		3.909	229	4.138
Henrique Guimarães		3.864	158	4.022
Ernesto Garcez		3.664	176	3.840
Silva Brandão		3.630	240	3.870
Jeronymo Beretta		3.580	142	3.722
Azurem Furtado		3.532	382	3.914
Eliseu César		3.452	445	3.897
Raul Madeira		3.186	446	3.632
Laurentino Pinto		3.185	166	3.351

Fonte: Quadro confeccionado pelo autor a partir do jornal *O Paiz* de 16 de novembro de 1922

Se analisarmos a votação dos últimos classificados e dos que ficaram logo abaixo, veremos o quanto era importante a consideração dos votos em separado. Azurem Furtado e Elyseu César se somados os votos que obtiveram em separado, teriam superado Ernesto Garcez e Silva Brandão no número total de votos. Jeronymo Beretta, que era tido como responsável por tomar o lugar de Elyseu, também não conseguiu figurar entre os eleitos. Os votos em

⁷¹⁷ A.B.C., Cidade do Rio de Janeiro. Ano VIII, N. 401. Sábado, 11 de novembro de 1922.

⁷¹⁸ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXIX, N. 13.906. Quinta-feira, 16 de novembro de 1922.

separados aconteciam quando a mesa duvidava do título de eleitor do alistado⁷¹⁹. Elyseu perdia as eleições pelos votos em separados, que eram os mais fáceis de serem negligenciados, por qualquer alegação de suspeita.

De acordo com *A Noite* em 27 de novembro, também por dentro dos cálculos somatórios que dariam o seu lugar entre os eleitos, Elyseu César e Azurem Furtado teriam no dia anterior, contestado as eleições municipais do 1º Distrito, buscando impugnar os diplomas de Ernesto Garcez e Silva Brandão. A contestação de Elyseu e Azurem estava em torno da soma com os votos em separado, além da não soma de quatro seções, que mudariam o resultado a favor dos dois candidatos⁷²⁰. Os candidatos que foram contestados apresentaram sua contracontestação no dia seguinte segundo *A Noite*, afirmando que a Junta não precisava apurar todos os votos⁷²¹. As contracontestações eram respostas dadas pelos que tiveram seus nomes impugnados aos que contestaram⁷²².

Depois de dado o parecer em 01 de dezembro de 1922, *A Noite* contava o desfecho final das eleições. Foram diplomados os intendentos e dentre eles uma surpresa, foram desconsideradas as contestações de Elyseu César e Azurem Furtado e foi aceita uma feita por Jeronymo Beretta, que retirava Silva Brandão, ficando Ernesto Garcez e ele ocupando a última vaga⁷²³. Elyseu Elias César havia sido prejudicado nas eleições municipais, tivera obtido os votos que o elegeriam, mas não foram apurados pela Junta que, no final das contas, cumpriu o desfecho que o impresso *A.B.C.* já previa, com a inclusão de Beretta e não a do parahybano. O não reconhecimento da votação em separado de Elyseu, assemelhava-se ao que Leal definiu como “bico de pena”, quando as mesas eleitorais interferiam no pleito, separando os votos que achavam “suspeitos” e apresentando na feitura das atas os nomes dos eleitores que votaram nos candidatos desejados⁷²⁴. Desta maneira, não precisava a Comissão Verificação de Poderes, degolar a candidatura de Elyseu, a Junta Apuradora bastava não reconhecer a votação em separado.

Conturbado, podemos assim definir o desfecho das últimas eleições que Elyseu César concorreu no Rio de Janeiro. Foram duas experiências intensas, tendo seu nome citado por variadas folhas em torno de acusações de fraudes ou propagandas. Como na primeira eleição,

⁷¹⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Voto, representação política e soberania popular na república brasileira. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, 14-39, 2015, p. 26. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/20448/13376>. Acesso em: 05/01/2019.

⁷²⁰ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XII, N. 3.947. Segunda-feira, 27 de novembro de 1922.

⁷²¹ *Ibidem*.

⁷²² RICCI; ZULINI, Op. Cit., 2014, p. 455.

⁷²³ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XII, N. 3.952. Sexta-feira, 01 de dezembro de 1922.

⁷²⁴ LEAL, Op. Cit., 1975, p. 229.

a segunda que ele concorreu terminava da mesma forma, não conseguindo se eleger e sofrendo o peso da influência dos chefes locais nos pleitos. Foram duas candidaturas a cargos diferentes como avulso, mostrando como era difícil um *outsider* enveredar-se na política federal ou nos partidos.

O ano de 1923 marcava o fim da trajetória plural de Elyseu César. Janeiro iniciava com a notícia da morte do intelectual de “cor” parahybano. *A Noite* e *A Rua*, no dia 27 de fevereiro informavam a morte do parahybano. *A Noite* falava que Elyseu tinha trabalhado normalmente à noite e ido dormir, acordando às 02:30 da madrugada sentindo asfixia, mas julgando ser passageira, porém de tão forte não teve tempo de procurar socorros médicos⁷²⁵. *A Rua* somava a informação que ele teria morrido aos 51 anos de idade, deixando uma viúva e sete filhos, sendo quatro adotivos⁷²⁶. Ambas as folhas fizeram um resumo do que seria a trajetória do parahybano pelo Brasil afora. Eram as primeiras impressões da morte do reconhecido intelectual na capital federal.

Imagem 10 - Notícia do falecimento de Elyseu César no Rio de Janeiro



Fonte: Elyseu Cesar. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 48, n. 24, p. 3, 28 jan. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_05/7961. Acesso em: 28/06/2019.

⁷²⁵ *A Noite*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XIII, N. 4.008. Sábado, 27 de janeiro de 1923.

⁷²⁶ *A Rua*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano X, N. 25. Sábado, 27 de janeiro de 1923.

Surpreendia a todos o falecimento de Elyseu César, que um mês atrás estava concorrendo a eleição do Conselho Municipal e havia ido dormir produzindo para os jornais, como sempre fazia. O enterro do parahybano ocorreu no cemitério São Francisco Xavier.

A morte de Elyseu repercutiu nas folhas cariocas por meses após a sua morte, tendo homenagens suas em diversos órgãos. *O Jornal* dizia que em 30 de janeiro, o promotor André de F. Pereira no Tribunal do Júri fazia uma nota de pesar ao falecimento de Elyseu César⁷²⁷. No mesmo dia, segundo *O Paiz*, teria a Associação do Fôro e também o Ministro da Justiça mandado representantes ao enterro do parahybano⁷²⁸. A face de advogado que rendeu grandes vitórias a Elyseu, foi lembrada nas suas primeira homenagens pós-falecimento.

Em fevereiro, continuavam as homenagens a Elyseu no Rio de Janeiro. No dia 05 de fevereiro, *O Brasil* contava que foi feito um voto de pesar a Elyseu César na Academia Brasileira de Letras, pedido pelo 2º secretário Humberto Campos⁷²⁹. Ainda em fevereiro, aos 24 do mês, tinha uma homenagem a ele na Associação Brasileira de Imprensa⁷³⁰. Em 28 de fevereiro, foi celebrada a missa de 30 dias da morte de Elyseu, solicitada pela Diretoria do Centro da Federação dos Homens de Côr⁷³¹. Em junho, mais um voto de pesar na Câmara dos Deputados, proposto por Bethencourt Filho⁷³². Os quatro órgãos representavam partes da identidade do parahybano, as letras que o consagraram com suas poesias, a imprensa a que dedicou boa parte de sua vida, a sua identidade étnica exaltada pela Federação e sua atuação na política com suas candidaturas.

No fim do ano de 1923, a *Revista da Semana* em menção a Celso Vieira, referia-se a Elyseu como: “[...] o gigante negro, pesado e upante, cheio de scintillações de um espirito luminoso e tendo reprezado e mudo, na garganta possante, um rio catadupejador e rumoroso, que se espraiava em sonoridades festivas. Elyseu Cesar “Othello de Cabedello” [...]”⁷³³. Depois da morte de Elyseu, criava-se uma imagem positiva sobre o parahybano.

O Paiz, em 28 de dezembro de 1923, fazia uma acusação dirigida ao senador Irineu Machado, tocando no nome de Elyseu César. A fala do jornal ajudou-nos a compreender o possível motivo das derrotas de Elyseu na política carioca⁷³⁴.

⁷²⁷ O Jornal, Cidade do Rio de Janeiro. Ano V, N. 1.242. Terça-feira, 30 de janeiro de 1923.

⁷²⁸ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXIX, N. 13.981. Terça-feira, 30 de janeiro de 1923

⁷²⁹ O Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano I, N. 279. Segunda-feira, 05 de fevereiro de 1923.

⁷³⁰ O Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano I, N. 296. Sábado, 24 de fevereiro de 1923.

⁷³¹ Jornal do Commercio, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XCVII, N. 56. Quarta-feira, 28 fevereiro de 1923.

⁷³² O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXIX, N. 14.104. Sábado, 02 de junho de 1923.

⁷³³ Revista da Semana, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXIV, N. 51. Sábado, 15 de dezembro de 1923.

⁷³⁴ O Paiz, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXIX, N. 14.313. Sexta-feira, 28 de dezembro de 1923.

[...] o sr. Irineu Machado tem sido, invariavelmente, um negador do elemento negro, um systemático adversario dos nossos homens de côr.

A tal ponto esse representante dos Districto Federal, no Senado - por mercê de Deus com o mandato prestes a extinguir-se - se manifestou contra os pretos, que Elyseu Cesar, em sessão da Federação dos Homens de Côr, traçou-lhe a pontas de fogo o perfil.

Occasionara o desabafo violento do famoso orador, honra da nossa tribuna, as seguintes, palavras do sr. Irineu Machado, pronunciadas em certo lugar: **“Isto aqui não é senzala, nem logar para negros.”**

Com a sua oratória flammejante e indignada, Elyseu Cesar, o preto magnífico, interpretando os sentimentos dos homens de côr, deu ao offensor gratuito uma inesquecível lição de ethica social. [...] (grifos nossos)

A matéria do jornal indicava que Elyseu enfrentou a realidade social da população negra nas suas candidaturas no Rio de Janeiro. Por mais que ele buscasse se enquadrar nos padrões da elite branca em suas práticas cotidianas, não tinha como esconder ou negar sua identidade étnica, ainda mais para um homem de “cor” retinta. Desta maneira, enfrentou Elyseu o impedimento ou imposição de dificuldades para entrar de fato no espaço da política federal? Irineu Machado, como falamos anteriormente que teria apoiado Nilo Peçanha, também um homem de “cor”, foi racista para impedir a eleição de Elyseu? Ou só se opôs a Elyseu devido as posições contrárias políticas, que ele seguia, ao lado de Epitácio e seus indicados?

Por mais que alguns periódicos buscassem esconder ao longo de sua trajetória no Rio de Janeiro, era nítido o assédio dado ao nome de Elyseu César com acusações ou insinuações, provavelmente por ser um homem de “cor” e *outsider*. Possivelmente, o apoio a Nilo e não a Elyseu, se deu devido o lugar central do primeiro na política federal, além da naturalidade carioca. Caso houvesse sido prejudicado de fato por Irineu Machado devido sua cor ou por ser de fora, Elyseu César teria passado pelo o que Domingues definiu como o difícil processo de⁷³⁵: “[...] republicanizar a República - respeitar os dispositivos legais, cumprir os preceitos constitucionais, universalizar direitos, garantir canais de participação popular - e, principalmente, tratava-se de fazer valer a cidadania da população negra”. Homens de “cor”, mesmo apropriando-se de elementos que os “embranqueciam” socialmente, tinham o direito a disputar espaços de poder e exercer sua cidadania, negados ou dificultados no pós-abolição.

A respeito do episódio comentado acima, Martins acrescentava em seu estudo biográfico sobre Elyseu, que ele teria uma roda de amigos comentando sobre a interferência de Irineu Machado⁷³⁶. Dizia, segundo o autor, que quando o político carioca saísse do senado, lhe mandaria em um telegrama escrita a frase: “Hodie mihi eras tibi” e Rolando Pedreira afirmava

⁷³⁵ DOINGUES, Petrônio. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 141.

⁷³⁶ MARTINS, Op. Cit., 1975, p. 31.

que acrescentaria: “Dominus Tecum”. Depois do falecimento de Elyseu e a queda de Irineu, Rolando teria cumprido a promessa do amigo, mandando a mensagem ao carrasco e desafeto político, com o acréscimo de “Requiescat in pace”⁷³⁷. Essa fala confirmaria o que a imprensa carioca afirmava que Elyseu teria sofrido no Rio de Janeiro. O preconceito de cor realmente teria sido o motivo das derrotas políticas do parahybano na capital da República⁷³⁸.

Em fevereiro do ano seguinte à morte de Elyseu César, faziam-se homenagens em seu túmulo. No dia 02 de fevereiro de 1924 na *Revista da Semana*, apresentava-se uma fotografia da família e de representantes do Centro da Federação dos Homens de Cor que iam ao túmulo do parahybano⁷³⁹.

Imagem 11 - Túmulo de Elyseu César com familiares e amigos no Cemitério São Francisco Xavier



Fonte: Figuras e Factos. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, Ano 25, n. 6, p. 27, 02 fev. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/6370. Acesso em: 28/06/2019.

Como vemos na foto, a sua família também era de pessoas negras. Além de que o reconhecimento de Elyseu depois de morto, foi feito pelos homens de “cor”. Sua identidade étnica foi imortalizada pela Federação dos Homens de Cor. Segundo Domingues, a relação de Elyseu com a Federação não iniciou após sua morte, sendo que em meio a sua atuação no Rio de Janeiro: “Tornou-se membro afiliado da FHC, e colaborou para a consolidação do trabalho de conscientização social e racial desenvolvido pela agremiação, ministrando palestras,

⁷³⁷ *Ibidem*, p. 32.

⁷³⁸ As expressões em latim significam respectivamente: “Hoje eu, amanhã você”; “O Senhor é contigo”; “Descansa em paz”.

⁷³⁹ *Revista da Semana*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXV, N. 6. Sábado, 02 de fevereiro de 1924.

prestando assistência advocatícia e mesmo assumindo o posto de orador oficial⁷⁴⁰”. Essa vinculação dizia muito a respeito do reconhecimento e da identidade étnica de Elyseu. A atuação junto aos homens de “cor” colocava-o como um representante também da população negra da capital do país.

A última homenagem à memória do parahybano que destacamos foi feita pela Associação dos Artistas Brasileiros na sede da Escola. O prêmio “Elyseu Cesar” foi dado em 28 de janeiro de 1924 ao menino de onze anos chamado Wilson Pessoa Reinelt⁷⁴¹. Os primeiros anos pós-morte do intelectual ainda lhe rendiam homenagens por meio dos amigos e correligionários que formou enquanto atuou nas sociabilidades cariocas.

A respeito da morte e passagem do intelectual parahybano pelo Rio de Janeiro, Moraes disse anos depois⁷⁴²: “Elyseu morre pobre, depois de ter jogado fora, mancheias, o ouro que rodeia a velhice de bem estar”. Elyseu encerrou sua trajetória no Rio de Janeiro concorrendo em duas campanhas políticas, trabalhou em vários jornais, conseguindo também vitórias nos tribunais e recorrentes palmas nos eventos que havia participado. Não morreu derrotado como descreveu seu memorialista, mas sim, deixou sua marca como um homem bem articulado e que flertava constantemente com as elites.

⁷⁴⁰ DOMINGUES, Petrônio. Esta “Magnânima Volição”: a Federação dos Homens de Cor. **História** (São Paulo) v.37, 2018, p. 14.

⁷⁴¹ Jornal do Brasil, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXIV, N. 25. Terça-feira, 29 de janeiro de 1924.

⁷⁴² MORAES, Raymundo. Elyseu César. **Era Nova**, N. 41, 1923.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elyseu tornou-se importante para estudos acerca do protagonismo negro no Brasil e na Paraíba. O destaque conseguido por ele partiu primeiramente, da sua capacidade intelectual adquirida com certa dificuldade devido sua origem social, que não era nas elites. Todavia, vemos como a herança imaterial de seus antepassados surtiram efeito, possibilitando que o parahybano alargasse as redes sociais de seu avô e do seu pai e chegasse a outros lugares no corpo social da Primeira República. Acompanhamos não só a trajetória de um político ou intelectual, mas sim, a de superação e adequação de um homem negro a uma sociedade racista. A dificuldade que vivenciou, com as diversas andanças Brasil afora, atuando em vários cargos, indicava como era difícil a vida de um homem negro que ocupou espaços de poder que não foram “destinados a ele”. Era preciso frequentemente se reinventar e se reerguer quando não lhe apareciam mais oportunidades em determinados locais que viveu.

Do Norte ao Sul, entre os estados da Parahyba do Norte, Pernambuco, Espírito Santo, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro, o reconhecimento do intelectual de “cor” parahybano Elyseu Elias César não acabou em 1923. Além de ocupar distintos espaços sociais por meio das redes de sociabilidades que traçou ao longo da vida, deixou depois de sua morte, um eco que foi rememorado e imortalizado por anos em sua terra natal e no Brasil.

A lembrança da trajetória e feitos do parahybano não se resumiram ao primeiro ano após sua morte, como vimos anteriormente. Sua trajetória foi lembrada e a imprensa, mesmo anos depois, tocava no nome de Elyseu. Fazemos então o questionamento de como um homem de “cor” foi lembrado no Brasil e na Paraíba após sua morte?

Memórias diversas foram criadas a respeito da trajetória de Elyseu César. A maioria discutia a sua questão étnica, positivamente ou negativamente. No *Jornal do Brasil*, em 1925, voltava-se ao assunto da vitória de Elyseu no caso do Tenente Abreu. Espíritos eram tidos como os motivadores da vitória do parahybano no tribunal: “[...] A defesa do “orador negro” foi um assombro - Entre “engasgos” e atrapalhões, a acusação, sempre perturbada por uma força estranha, foi um desastre - O réu é absolvido, conforme anteciparam os espíritos⁷⁴³”. A matéria, além de mostrar o avanço do espiritismo no Rio de Janeiro na época, propagava implicitamente, uma noção de inferiorização ao elemento negro, o qual só poderia ter vencido o caso com uma

⁷⁴³ *Jornal do Brasil*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXV, N. 79. Quinta-feira, 02 de abril de 1923.

ajuda sobrenatural. A desqualificação do negro atingiu até os que lutaram para se adequar aos padrões das elites brancas.

Outro momento que foi tocado na questão da cor de Elyseu de forma negativa foi em 1942, quando a *Ilustração Brasileira* homenageava José Augusto da Gama e Costa, conhecido como Bocage Paraense⁷⁴⁴: “Contra o dr. Elyseu Cesar: Com Cesar não te pareces, / Tão pouco com Elyseu! / - És de certo algum macaco / Fugido lá.... do Museu!”. A sátira fazia alusão direta, tentando ridicularizar e ofender Elyseu a partir da sua cor. Qualquer elemento poderia ser satirizado pelo poeta, mas a sua escolha pela cor mostrou-nos como sabia que isso afetaria mais Elyseu, já que se reconhecia enquanto tal.

Do mesmo modo que se referiam a Elyseu de forma negativa a partir da sua cor após sua morte, também houveram momentos que foi lembrado pela imprensa de forma mais positiva. Segundo a *Folha do Povo* em 1925, Carlos Dias Fernandes definia Elyseu como o “Demosthenes da palavra de ouro”⁷⁴⁵, alusão que fazia referência ao famoso orador grego.

Em 1926, era *O Paiz* que saudava a memória de Elyseu como “o sucessor autentico e racial de Patrocínio”⁷⁴⁶. Outro que comparava Elyseu a Patrocínio era Salathiel Campos, no impresso *Evolução*⁷⁴⁷: “[...] Elyseu dava vãos de eloquência com a mesma expressão rythmica que tinha nos pés [...] Elyseu Cesar quando orava fazia-se branco [...] A arte não distingue raças. [...]”. Acrescentava ainda que Patrocínio teria ouvido Elyseu num comício enquanto ainda era estudante de Direito e dito⁷⁴⁸: “- Este é o único negro que pode me substituir... É o Patrocínio N. 2”. O impresso *Evolução* consistia em uma folha dos “Homens pretos de São Paulo”, denotando caráter de representatividade e recordação a Elyseu, que frequentemente tocava no nome de Patrocínio em eventos do 13 de maio. Agora era sua vez de ser lembrado como um representante da raça negra no Brasil.

Durante toda a sua trajetória, Elyseu referia-se a Patrocínio com admiração, fazendo-nos acreditar que ele via no celebre nome da abolição, uma inspiração entre os homens de “cor”. A *Revista da Semana* também seguia a mesma linha de tocar no nome de Elyseu e de Patrocínio em comparação, dizendo em 1934⁷⁴⁹: “[...] alma feita da mesma flamma, construção da mesma argila de Patrocínio - Eliseu Cesar - outro nababo da palavra, vindo da mesma estirpe sombria para o mesmo rutilante”. A fala, ao mesmo tempo que comparava os dois homens negros,

⁷⁴⁴ *Ilustração Brasileira* (FRA), Cidade do Rio de Janeiro. Ano XX, N. 92. Dezembro de 1942.

⁷⁴⁵ *Folha do Povo*, Cidade de São Luís. Ano III, N. 78. Sexta-feira, 03 de abril de 1925.

⁷⁴⁶ *O Paiz*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XLII, N. 15.207. Quarta-feira, 09 de junho de 1926.

⁷⁴⁷ *Evolução*, Cidade de São Paulo. N. 06. Sábado, 13 de maio de 1933.

⁷⁴⁸ *Ibidem*.

⁷⁴⁹ *Revista da Semana*, Cidade do Rio de Janeiro. Ano XXXV, N. 23. Sábado, 19 de maio de 1934.

consistia num elogio preconceituoso sobre ambos. O espanto pela trajetória desses homens, validava a noção da marginalização da maioria da população negra ao longo da história, sendo que quando ocorriam as exceções, eram estranhadas e recorrentemente exaltadas.

Já em 1973, cogitava-se dois eventos em memória a Elyseu César na Paraíba. O primeiro era comentado em 16 de fevereiro, uma comemoração ao centenário de nascimento de Elyseu César, fazendo parte do “Calendário de 73 do Conselho Estadual de Cultura”⁷⁵⁰. Outro ato no mesmo ano partia da Câmara de Letras, que propunha uma edição especial do livro *Algas*, em homenagem ao cinquentenário da morte de Elyseu⁷⁵¹. Equívoco a parte do ano de nascimento de Elyseu, que teria feito centenário em 1971, evidenciamos como no ano de 1973 foram feitas iniciativas em prol da memória do reconhecido intelectual negro paraibano na terra natal.

Os ecos da memória de Elyseu repercutiram ao ponto de ser imortalizado em categorias e espaços diferentes. A primeira foi a partir das ruas que foram nomeadas em homenagem ao paraibano em João Pessoa e Recife⁷⁵². A outra forma que foi reconhecido e imortalizado pelo destaque que obteve em vida, foi com a cadeira de patrono nº 14 na Academia Paraibana de Letras – APL, e com a cadeira nº 22 na Academia Paraibana de Poesia - APP. Esses espaços de imortalização e memória ocupados pelo nome de Elyseu César acrescentam sentido a esse estudo, no qual foi almejado acompanhar a trajetória intelectual, social e política de um paraibano durante o pós-abolição.

A Academia Paraibana de Letras foi a última academia de letras do Brasil fundada no ano de 1941, reunindo entre suas cadeiras de patronos, homens que tiveram participação importante para intelectualidade paraibana, consagrando-se como personagens talentosos que merecem não cair no esquecimento⁷⁵³. Para ser escolhido patrono, era necessário já ter morrido até o ano da fundação, caso de Elyseu César. Os patronos são enumerados de 1 a 40, ocupando as cadeiras sequencialmente com homens considerados importantes para o contexto literário paraibano. A escolha dos patronos era feita pelo primeiro ocupante da sua cadeira. No caso de Elyseu César, Seráfico Nóbrega⁷⁵⁴ foi o fundador de sua cadeira⁷⁵⁵. Outros que ocuparam

⁷⁵⁰ Diário de Pernambuco, Cidade de Recife. Ano CXLVIII, N. 45. Sexta-feira, 16 de fevereiro de 1973.

⁷⁵¹ Diário de Pernambuco, Cidade de Recife. Ano CXLVIII, N. 77. Sexta-feira, 23 de março de 1973.

⁷⁵² GOOGLE, INC. João Pessoa: Rua Elizeu Cesar. In: **Google Maps**. Disponível em: <https://goo.gl/maps/ZoKYALGHnJA2>. Acesso em: 09/01/2019. / GOOGLE, INC. Recife: Rua Elizeu Cesar. In: **Google Maps**. Disponível em: <https://goo.gl/maps/5mHiwGcQX2L2>. Acesso: 09/01/2019.

⁷⁵³ ALBUQUERQUE. Marcos Cavalcanti de. **Historiografia da Academia Paraibana de Letras**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 57-58.

⁷⁵⁴ Francisco Seráfico Nóbrega (1907-1966) foi um jurista, político paraibano e agropecuarista paraibano. Seu discurso de fundação da cadeira de Elyseu foi reproduzido pela Revista da APL em 1955. Ver: *Ibidem*, 268-269.

⁷⁵⁵ OLIVEIRA NETO, João Matias de. **Cinzas dos mortais, chamadas da imortalidade**: um estudo sobre trajetórias e sucessões na Academia Paraibana de Letras. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2013, p. 49.

também a cadeira do intelectual negro, foram Celso Novais⁷⁵⁶, Ronaldo Cunha Lima⁷⁵⁷ e Flávio Tavares⁷⁵⁸ (atual ocupante)⁷⁵⁹. A presença de Elyseu César entre os nomes dos imortais da APL, nos diz muito sobre os reflexos de sua trajetória, estando ao lado de homens que foram importantes para a construção intelectual e literária da Paraíba durante o Império e a Primeira República. Para além, devemos destacar a peculiaridade da APL comparada com outras academias do mesmo gênero, pois possui três homens negros imortalizados como patronos de cadeiras: Cardoso Vieira (nº 10), Elyseu César (nº 14) e Peryllo D'Oliveira (nº 25).

A outra instituição literária que saúda a memória de Elyseu é a Academia Paraibana de Poesia, que foi fundada em 02 de janeiro de 1949, com a participação direta de uma mulher na sua fundação⁷⁶⁰. A APP trazia também mulheres entre seus patronos/as, coisa que a APL não possuía⁷⁶¹. Elyseu César tornou-se patrono de uma cadeira na APP a partir do ano de 2008, após uma reestruturação administrativa e de seus quadros acadêmicos. Ser imortalizado em dois espaços relacionados às letras era a comprovação das habilidades literárias do parahybano.

A trajetória de Elyseu não pode ser unicamente mensurada pela percepção local ou estadual, pois sua intensa circulação e mobilidade social por diversos estados e regiões distintas do Brasil colocam-no como um caso de nível nacional, não só parahybano. A partir da sua experiência individual vivenciando a realidade de seis estados na Primeira República e pós-abolição, conseguimos acompanhar alguns contextos em que estiveram inseridos homens negros de origens humildes, mas que conseguiram ascender socialmente.

A análise macrohistórica eternizou a noção de que as populações negras estiveram às margens da sociedade no período. Daí relevamos a importância da produção deste estudo, que a partir da experiência micro da trajetória de Elyseu Elias César, mostrou que as exceções, por poucas que fossem, existiam e devem ser trazidas à “luz da história”. Essa percepção dos casos incomuns complexificam a compreensão da realidade brasileira e da experiência da população negra no Brasil. A ideia da marginalização e isolamento da população negra durante o fim do século XIX e início do XX, abre espaço para algumas experiências individuais de homens

⁷⁵⁶ Celso Otávio de Novais Araújo (1927-1993) foi um político e funcionário público da Paraíba. Seu discurso foi reproduzido na Revista da APL em 1978. Ver, ALBUQUERQUE, Op. Cit., 2013, p. 270.

⁷⁵⁷ Ronaldo Cunha Lima foi um poeta e político paraibano, exercendo os cargos de vereador e prefeito de Campina Grande, além de governador e senador do estado da Paraíba. Seu discurso foi reproduzido na Revista da APL em 1994. Ver: *Ibidem*, 271.

⁷⁵⁸ Flávio Tavares é um reconhecido médico e artista paraibano. Ver: *Ibidem*, 272.

⁷⁵⁹ ALBUQUERQUE, Op. Cit., 2013, 267-274.

⁷⁶⁰ BEZERRA, Ricardo. **História da Academia Paraibana de Poesia**. João Pessoa: Edição Ilustrada, 2009, p. 20.

⁷⁶¹ Dentre as mulheres imortalizadas na Academia Paraibana de Poesia, estão: Helena Raposo (fundadora, nº 02), Anayde Beiriz (nº 6), Olivia Olivina (nº 8) e Eudésia Vieira (nº 39). *Ibidem*, p. 116-119.

negros que protagonizaram verdadeiras “sagas” à procura de ampliar os acessos da população negra.

Analizamos ao longo desse trabalho, as relações de poder ocorridas na integração de homens negros recém libertos ou livres, de origem social distinta na sociedade republicana. Valemo-nos do nosso objeto de pesquisa para entender caminhos traçados por alguns homens negros para superar as dificuldades geradas por um contexto social discriminatório, de exclusões e repressões. Além disso, estabelecemos esse sujeito histórico no âmbito das lutas cotidianas por voz em meio a esses espaços de poder.

O estudo da trajetória desses sujeitos que protagonizaram realidade sociais distintas da maioria nos períodos que viveram, parte de um posicionamento político e social contrário às visões inferiorizantes a respeito da história da presença negra no Brasil. Não permitir o esquecimento de tais trajetórias, compreende uma perspectiva de lutas cotidianas contra as visões generalizantes que ocultam os nomes dessas pessoas negras que resistiram ou souberam se articular por melhores posições sociais em diferentes contextos sócio-políticos.

REFERÊNCIAS

01º Congresso Brasileiro de Jornalistas: a sua instalação solenne. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 7, n. 2249, p. 1, 11 set. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/18226>. Acesso em: 30/12/2018.

7 horas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 5738, p. 3, 10 nov. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/21179. Acesso em: 30/12/2018.

7 Horas. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 679, p. 7, 10 nov. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/8533. Acesso em: 03/01/2019.

A “Torcida” do Candinho. **A Razão**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1516, p. 1, 21 fev. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/12887>. Acesso em: 30/12/2018.

A acção do governo combatendo o anarchismo desperta applausos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 20, n. 7999, p. 3, 24 jan. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/4918. Acesso em: 30/12/2018.

A Carioca. **O Fluminense**. Rio de Janeiro, Ano 38, n. 9739, p. 1, 30 dez. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/8755. Acesso em: 30/12/2018.

A Chegada do Préstito. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 698, p. 3, 29 nov. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/8733. Acesso em: 30/12/2018.

A comemoração de Tiradentes: o préstito cívico de hoje. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 999, p. 3, 21 abr. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/9692. Acesso em: 30/12/2018.

A conquista da Parahyba. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 28, n. 10165, p. 3, 05 ago. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/13054. Acesso em: 29/12/2018.

A direção da Sociedade Santa Cruz. **Jornal da Parahyba**. Cidade da Parahyba, Ano 28, n. 2775, p. 4, 29 mai. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/228397/320>. Acesso em 17/02/2018.

A Faladora. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 6104, p. 3, 11 nov. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/25682. Acesso em: 30/12/2018.

A grande manifestação ao senador eleito: fallam Lopes Trovão, Pedro Coutto e Elyseu Cesar. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 5, n. 1367, p. 2, 08 abr. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/10857>. Acesso em: 30/12/2018.

A Justiça de Luto. **A Razão**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 5, n. 1300, p. 4, 18 jul. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/11032>. Acesso em: 30/12/2018.

A manifestação ao Dr. Paulo de Frontin. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 42, n. 186, p. 2, 06 jul. 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/41411. Acesso em: 30/12/2018.

A morte de D. Iracema: o julgamento do tenente Abreu. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 45, n. 196, p. 2, 17 jul. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/1656. Acesso em: 30/12/2018.

A política em fermentação: os prodromos da nova legislatura e as perspectivas se apresentam. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 3303, p. 6, 19 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/2645. Acesso em: 30/12/2018.

A questão dos pilotos: duas empresas que concordam. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 26, n. 281, p. 8, 07 out. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/35432. Acesso em: 30/12/2018.

A Razão. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1751, p. 4, 02 nov. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/9506. Acesso em: 30/12/2018.

A renovação do Conselho: Foi iniciada a apuração do pleito de 29 de outubro. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 1172, p. 2, 09 nov. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/10703. Acesso em: 30/12/2018.

A soberania popular. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 46, n. 51, p. 3, 21 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/3317. Acesso em: 30/12/2018.

A solemnidade na Associação Brasileira de Imprensa. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 8, n. 2492, p. 8, 14 maio 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/20040>. Acesso em: 30/12/2018.

A Successão Presidencial: Os Movimentos Pro'-Dantas e Pro'-Ruy. **A Razão**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 4, n. 787, p.2, 07 fev. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/6196>. Acesso em: 30/12/2018.

A vida e a morte de D. Iracema de Abreu: o fim trágico de um romance de amor. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 45, n. 195, p. 1, 16 jul. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/1647. Acesso em: 30/12/2018.

A vindicta: o julgamento de Alexandrina Nunes da Silva. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 47, n. 183, p. 5, 10 ago. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/6793. Acesso em: 30/12/2018.

A's Exmas. Senhoras Alumnas do Externato Normal. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 5, n. 1189, p. 2, 14 out. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/2414>. Acesso em: 04/03/2018.

ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República [Recurso eletrônico]: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ABREU, Martha Campos. O 'crioulo dudu': participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). **TOPOI (RIO DE JANEIRO)**, v. 11, p. 92-113, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n20/2237-101X-topoi-11-20-00092.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

Administração do Correio. **Gazeta do Sertão**. Campina Grande, Ano 2, n. 26, p. 4, 21 jun. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213667/170>. Acesso em: 18/02/2018.

Advogados. **Almanak Laemmert**, Rio de Janeiro. Ano 1908, n. 65, p. 2081. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/35607>. Acesso em: 03/11/2018.

Aguardando a revelação das urnas: no districto federal todos os candidatos estão inquietos. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 3301, p. 1, 17 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/2618. Acesso em: 30/12/2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). **Revista Brasileira de História** (Online), v. 35, p. 83-99, 2015.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882015000100083&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03/09/2018.

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Historiografia da Academia Paraibana de Letras**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

Alistamento Eleitoral. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 4, n. 874, p. 3, 11 ago. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/1287>. Acesso em 04/03/2018.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1978 [1966].

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ALVES, Alexandre. A imprensa na cidade de Santos: 1849-1830. **Projeto História** (PUCSP), v. 35, p. 39-62, 2007. Disponível em: <http://novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0318y15.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

AMORIM, Anníbal. Do Rio ao Acre. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 27, n. 9523, p. 2, 01 nov. 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/4167. Acesso em: 03/11/2018.

ANDREOTTI, Azilde Lina. A educação da criança trabalhadora na Primeira República: um estudo sobre a modernidade pedagógica e as práticas escolares. In: **VII Seminário nacional de estudos e pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**, 2006, Campinas. 20 anos de HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: UNICAMP, v. único. p. 116-117, 2006, p. 02. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Azil%20andreotti.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

Annuncios. **A Ordem**. Cidade da Parahyba, n. 25, p. 4, 04 fev. 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702552/104>. Acesso em: 16/02/2018.

Anúncio: Advogado Dr. Elyseu Cesar. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 5, n. 1409, p. 5, 20 maio 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/11208>. Acesso em: 30/12/2018.

Apuração das eleições. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 18, n. 58, p. 2, 10 mar. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/12414>. Acesso em: 25/03/2018.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: Ó, Alarcon de Agra do (org.). **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

Arquivo da Faculdade de Direito de Recife. Julgamento dos exames da 2ª série do ano de 1896.

Arquivo da Faculdade de Direito de Recife. Julgamento dos exames da 3ª série do ano de 1897.

Arquivo da Faculdade de Direito de Recife. Lista de matriculados do ano de 1895.

Arquivo da Faculdade de Direito de Recife. Registro de bacharel do ano de 1898.

Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB). Paróquia de Nossa Senhora das Neves (1871-1875). Assento de batismo de Eliseu Elias César, livro de batismo 7, Folha 47-frente.

Arquivo Eclesiástico da Paraíba: Livros de Batismo. Disponíveis em: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves /Paraíba, 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Profa. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/EABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM).

Arquivo Público do Pará. Ofícios da Inspetoria de Águas e Companhias de Seguros do ano de 1895. Caixa 91.

Arquivo Público do Pará. Ofícios. Área: Governo; Fundo: Intendência Municipal de Belém. Documentação encadernada. 1901 e 1904.

Arthur Achilles. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Ano 90, n. 362, p. 6, 29 dez. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/43093. Acesso em: 30/12/2018. As eleições de domingo: os resultados conhecidos. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 1164, p. 2, 31 out. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/10613. Acesso em: 30/12/2018.

As eleições de hoje: o governo trata de garantir a inteira liberdade de voto ao eleitorado. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 20, n. 8025, p. 3, 20 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/5218. Acesso em: 30/12/2018.

As Eleições do Dia 20. **A Razão**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1500, p. 6, 04 fev. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/12780>. Acesso em: 30/12/2018.

As festas de hoje: Caetano Brandão. **O Pará**. Belém, Ano 2, n. 791, p. 2, 15 ago. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2863>. Acesso em: 23/09/2018.

Associação Brasileira de Imprensa. **O Brasil**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 296, p. 4, 24 fev. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028002/2192>. Acesso em: 31/12/2018.

Associação Brasileira de Imprensa: a posse da nova directoria. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Ano 92, n. 129, p. 5, 11 mai. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/45545. Acesso em: 30/12/2018.

Associações. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 45, n. 132, p. 5, 14 maio 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/1103. Acesso em: 30/12/2018.
Associações: Aero Club Brasileiro. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 32, n. 11519, p. 6, 21 abr. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/31496. Acesso em: 30/12/2018.

Associações: Centro Republicano Popular. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 45, n. 245, p. 5, 05 set. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/2123. Acesso em: 30/12/2018.

Associações: Centro Republicano Popular. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 32, n. 11414, p. 5, 07 jan. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/30431. Acesso em: 30/12/2018.

Banquetes e Festas: Belém. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 15, n. 52, p. 2, 21 fev. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/15934. Acesso em: 02/11/2018.

BARBOSA, Orestes. Elyseu Cesar. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 47, n. 249, p. 2, 22 out. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/7302. Acesso em: 30/12/2018.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org). **Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009.

BARBOSA, Virgínia. Augusto dos Anjos. In: **Fundação Joaquim Nabuco**. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=323. Acesso em: 01/01/2019.

Belém. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Ano 84, n. 278, p. 1, 05 out. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/8850. Acesso em: 02/11/2018.

BENICIO, Arthur. Folhetim das Quintas. **República**. Cidade de Belém, Ano 2, n. 516, p. 1, 13 set. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704440/6397>. Acesso em: 23/09/2018.

BERNARDO NETO, Jaime. **Pequenas Propriedades Rurais e Estrutura Fundiária no Espírito Santo**: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas. Monografia em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009. Disponível em: http://www.geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/m_jaimeneto.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito de Recife**. 3.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BEZERRA, Rafael Santana. **A República dos Incapazes**: Nina Rodrigues e a situação legal dos loucos no Direito Civil brasileiro (1899-1916). Dissertação em História – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25602/1/DISSERTAÇÃO%20Rafael%20Santana%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

BEZERRA, Ricardo. **História da Academia Paraibana de Poesia**. João Pessoa: Edição Ilustrada, 2009.

BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. 2ed. Belém: CEJUP, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Boycottage aos valores da intelligencia. **A.B.C.** Rio de Janeiro, Ano 8, n. 401, p. 3, 11 nov. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830267/6365>. Acesso em: 30/12/2018.

BRASIL. Capítulo IV - Do adultério ou infidelidade conjugal. In: **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**: decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 03/01/2019.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 27/05/2018.

_____. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 17/03/2018.

_____. IBGE. **Censo Demográfico, 1872**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 15/03/2018.

_____. **Lei de 01 de outubro de 1828**. Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em: 16/02/2018.

_____. **Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-35-26-janeiro-1892-541218-publicacaooriginal-44167-pl.html>. Acesso em: 10/01/2019.

_____. **Lei nº 601 de 18 setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 29/06/2018.

_____. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841**. Reformando o Código do Processo Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm. Acesso em: 27/03/2018.

_____. **Lei nº 314, de 30 de outubro de 1895.** Reorganisa o ensino das Faculdades de Direito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-314-30-outubro-1895-540752-publicacaooriginal-41651-pl.html>. Acesso em: 17/03/2018.

_____. **Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>. Acesso em: 04/01/2019.

Brasil: São Paulo. **O Paiz.** Rio de Janeiro, Ano 29, n. 10656, p. 5, 10 dez. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/20457. Acesso em: 29/12/2018.

BURGARDT, Camila Machado. **A invenção da seca no século XIX:** a imprensa do Norte e o romance Os Retirantes. Dissertação em Letras (PPGL - UFPB), João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6270/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

CAMPOS, Humberto de. **Carvalhos e Roseiras:** figuras políticas e literárias. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1947.

Candidaturas Presidenciaes: meeting pró Bernardes-Urbano. **O Jornal.** Rio de Janeiro, Ano 3, n. 863, p. 4, 13 nov. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/8113. Acesso em: 30/12/2018.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. Literatura, Cívico Patriótica: República, Educação, e Manuais Didáticos no Pará Republicano. In: **XXVIII Simpósio nacional de História,** Florianópolis, 2015, p. 08. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415499_ARQUIVO_manuaisdidaticospa_Anpuh.pdf. Acesso em: 03/11/2018.

CARNEIRO, Elane Mendonça Conde. **Mulheres em Resistência:** Moradoras do Bairro Serrinha no Enfrentamento das Expressões da Questão Social. Dissertação (Mestrado) - Universidade estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2016, p. 48. Disponível em: http://www.uece.br/mass/dmdocuments/elane_dissertacao.pdf. Acesso em: 02/12/2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008.

_____. **A formação das almas:** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acesso em: 03/09/2018.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Rodrigues de. O Gênio (a Elizeu Cezar). **O Estado da Parahyba.** Cidade da Parahyba. Ano 2, n. 410, p. 2, 13 dez. 1891. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/ESTADO_DA_PARAHYBA/ANO%20II/ESTADO%20DA%20PARAHYBA_13-12-1891.pdf. Acesso em: 04/03/2018.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. **Nilo Peçanha e o sistema federal de Escolas de Aprendizes Artífices (1909 a 1930).** Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História, São Paulo, 2017, p. 110. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19092017-143941/pt-br.php>. Acesso em: 09/01/2019.

CASCUDO, Luis da Câmara. O Ourives Myope. **Revista da Semana.** Cidade do Rio de Janeiro, Ano 24, n. 51, p. 33, 15 dez. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/6058. Acesso em: 09/01/2019.

CASTRO, Anna Raquel de Matos. **Do Ponto de Vista do Cientista: Jacques Huber e a borracha na Amazônia (1907-1914).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2013, p. 16. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/MS%202011%20ANNA%20RAQUEL%20MATTOS.pdf>. Acesso em: 04/01/2019.

CASTRO, Oscar. **Vultos da Paraíba (Patronos da Academia).** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. O império dos correios: notas de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX. In: **I Encontro de Pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**, 2016, São João Del Rey. Anais do I Encontro de Pós-graduandos da SEO. Niterói - RJ: Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO,

v.1, 2015. Disponível em: http://www.seo.org.br/images/Perola_Goldfeder.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e poder Político**: historiografia, imaginário social e representações da política republicana. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2012.

CESAR, Elyseu. 1º Distrito Federal: aos meus amigos. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 12, n. 3906, p. 10, 16 out. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/7460. Acesso em: 30/12/2018.

CEZAR, Dulcídio A. Correio. **Rio Grande do Norte**. Cidade de Natal, Ano 3, n. 152, p. 4, 01 dez. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/219355/332>. Acesso em: 18/02/2018.

_____. Correio. **O Caixeiro**, Natal, Ano 1, n. 18, p. 4, 07 dez. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/717533/72>. Acesso em: 18/02/2018.

_____. Theatro Santa Cruz: Sociedade Santa Cruz. **Diário da Parahyba**, Ano 1, n. 97, p. 4, 01 jun. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809144/17>. Acesso em: 17/02/2018.

CEZAR, E. E. Liberdade. **Arauto Parahybano**. Cidade da Parahyba, Ano 3, n. 18, p. 3, 20 maio 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/808946/15>. Acesso em: 04/03/2018.

_____. Por que soffro? Ao collega e amigo Carlos Castor de Araújo. **Arauto Parahybano**. Cidade da Parahyba, Ano 3, n. 22, p. 3, 17 jun. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/808946/33>. Acesso em: 02/09/2018.

CEZAR, Eliseu; PINTO, Castro. Ode: homenagem dos funcionários públicos a Nossa Senhora das Neves. **O Parahybano**. Cidade da Parahyba, Ano 1, n. 134, p. 2, 04 ago. 1892. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/O_PARAHYBANO/ANNO_I/O%20PARAHYBANO_04-08-1892.pdf. Acesso em: 04/03/2018.

CEZAR, Elizeu. 15 de novembro. **O Estado da Parahyba**. Cidade da Parahyba, Ano 1, n. 99, p. 3, 15 nov. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809160/243>. Acesso em: 04/03/2018.

CEZAR, Elyseu Elias. Avisos e editaes: comissão de terras. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 18, n. 128, p. 2, 07 jun. 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/11494>. Acesso em: 25/03/2018.

_____. **Primeira conferencia pública realizada no Theatro da Paz**, na manhã do dia 7 de setembro de 1900. Belém: Imprensa Oficial, 1900. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/primeira-conferencia-publica-realizada-no-theatro-da-paz-na-manha-do-dia-7-de-setembro-de-1900>. Acesso em: 25/09/2018.

CEZAR, Elyseu et al. Redação do Estado. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 110, p. 1, 10 jun. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/9077>. Acesso em: 25/03/2018.

CEZAR, Elyseu. **ALGAS**. Cidade da Parahyba: Typ. Lith. Encadernação e Pautação de Jayme Seixas & C., 1894.

_____. Mulatinha. **Almanak do Estado do Espírito Santo**. Vitória, n. 1, p. 302, 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/707317/302>. Acesso em: 25/03/2018.

_____. Milagres do abecedário. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 26, n. 352, p. 5, 17 dez. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/36479. Acesso em: 30/12/2018.

_____. O problema nacional. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 26, n. 331, p. 5, 26 nov. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/36167. Acesso em: 30/12/2018.

_____. Ressurreição. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 953, p. 1, 04 abr. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/7874>. Acesso em: 30/12/2018.

CHALLOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2558/1968>. Acesso em: 03/09/2018.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1249.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

Chronica do foro: o crime do largo da Lapa. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 1058, p. 10, 29 jun. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/10319. Acesso em: 30/12/2018.

CINTRA, Wendel Antunes. Liberalismo, justiça e democracia: Rui Barbosa e a crítica à Primeira República Brasileira (1910-1921). **Lua Nova**, São Paulo, 99: 201-231, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452016000300201&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02/01/2019.

Como se victoriam. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, Ano 20, n. 24, p. 1, 20 jun. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217719/3405>. Acesso em: 25/03/2018.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. **Lavar com sangue a honra ferida**: os crimes passionais em Salvador (1890-1940) Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009, p. 73. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20027/3/DISSERTAÇÃO%20FORMATADA.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

Concurso para escrivão de polícia. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1311, p. 6, 16 jul. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/7103. Acesso em: 30/12/2018.

Conferência Pública. **Jornal de Recife**. Recife, Ano 41, n. 50, p. 3, 05 mar. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/39332>. Acesso em: 17/03/2018.

Congresso Nacional: homenagem à memória de Elyseu Cesar. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 39, n. 14104, p. 7, 02 jun. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/13357. Acesso em: 31/12/2018.

Correio do Estado. **Diário do Natal**. Natal, Ano 1, n. 2, p. 2, 02 jul. 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714003/6>. Acesso em: 17/02/2018.

Correio. **Gazeta do Sertão**. Cidade de Campina Grande, Ano 2, n. 46, p. 3, 08 nov. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213667/249>. Acesso em: 18/02/2018.

Correu animado o pleito no Districto Federal. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 3304, p. 1, 20 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/2651. Acesso em: 30/12/2018.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Revisitando “Família e Transição”: Família, Terra e Mobilidade Social no Pós-Abolição. Rio de Janeiro (1888-1940). **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 34, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00035.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Cousas da política. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 13, p. 6, 13 jan. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/6188. Acesso em: 30/12/2018.

_____. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 20, p. 7, 20 jan. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/6291. Acesso em: 30/12/2018.

_____. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 36, p. 6, 05 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/6524. Acesso em: 30/12/2018.

_____. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 46, p. 5, 16 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/6667. Acesso em: 30/12/2018.

_____. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 47, p. 6, 17 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/6682. Acesso em: 30/12/2018.

_____. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 52, p. 4, 22 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/6752. Acesso em: 30/12/2018.

Crime Contra Honra. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 4, n. 817, p. 1, 28 mai. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/1137>. Acesso em: 04/03/2018.

CRUZ, Ernesto. **O poder legislativo do Pará**. Belém: 1978.

CUNHA, Marly Solange Carvalho da. **“Matutos” ou Astutos? Oligarquia e Coronelismo no Pará Republicano (1897-1909)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da

Amazônia, Belém, 2008, p. 22. Disponível em:
http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4374/1/Dissertacao_MatutosAstutosOligarquia.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão**: histórias e antropologia do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

D. João Nery. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 117, p. 2, 25 maio 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/9022>. Acesso em: 25/03/2018.

DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república. **Afro-Asia** (UFBA. Impresso), v. 41, p. 168-209, 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21201/13786>. Acesso em: 03/09/2018.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CE-CAC/Programa Editorial, 1987.

Datas Patrícias. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 8, n.1126, p. 2, 02 nov. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/21775. Acesso em: 30/12/2018.

De passagem. **Jornal de Recife**. Recife, Ano 41, n. 124, p. 2, 07 jun. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/39657>. Acesso em: 17/03/2018.

Depois do Sítio: A polícia ainda persegue jornalistas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 5729, p. 3, 01 nov. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/21075. Acesso em: 29/12/2018.

Derrotado e bem derrotado. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 46, n. 54, p. 1, 24 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/3335. Acesso em: 30/12/2018.

Desfructável. **Commercio do Espírito Santo**, Vitória, Ano 7, n. 185, p. 2, 08 ago. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229687/6828>. Acesso em: 25/03/2018.

Despachos do interior. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 17, n. 5939, p. 1, 11 set. 1901. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/1877. Acesso em: 02/11/2018.

Despachos. **O Publicador**. Cidade da Parahyba, Ano 4, n. 892, p. 2, 26 ago. 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215481/1200>. Acesso em: 16/02/2018.

Digno de ser atendido. **Jornal de Recife**. Recife, Ano 41, n. 57, p. 4, 13 mar. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/39363>. Acesso em: 17/03/2018.

Districto Federal - Mais Candidatos. **A Razão**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 5, n. 1424, p. 2, 20 nov. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/12134>. Acesso em: 30/12/2018.

Diz-se ao certo. **O Parahybano**. Cidade da Parahyba, Ano 1, n. 33, p. 3, 22 mar. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/758612/139>. Acesso em: 04/03/2018.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século. XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. **TOPOI**: Rio de Janeiro, v. 12, p. 118-139, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00118.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

_____. Esta "Magnânima Volição": a Federação dos Homens de Cor. **História** (São Paulo) v.37, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018032.pdf>. Acesso em: 11/01/2019.

_____. Federação dos Homens de Cor: notas de pesquisa. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371180661_ARQUIVO_AnaisAnpuhFederacaoCor.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

_____. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, V. 101, P. 13-51, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n101/1807-0175-ln-101-00013.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

_____. Zizinha Guimarães: entre a história e a memória. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

_____. GOMES, Flávio dos Santos. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

Dr. Elyseu Cesar: seu falecimento, hoje, nesta capital. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 13, n. 4008, p. 5, 27 jan. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/8459. Acesso em: 31/12/2018.

Dr. Elyseu Cezar. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 5, n. 1058, p. 2, 15 abr. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/2014>. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 5, n. 1226, p. 2, 11 dez. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/2542>. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 136, p. 1, 12 jun. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/10313>. Acesso em: 25/03/2018.

_____. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 141, p. 1, 18 jun. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/10333>. Acesso em: 25/03/2018.

Dr. Pessanha Pova: Opúsculo. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 16, n. 76, p. 1, 01 abr. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/10069>. Acesso em: 25/03/2018.

Dr. Santos Estanislau. **O Pará**. Belém, Ano 2, n. 649, p. 1, 02 fev. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2540>. Acesso em: 23/09/2018.

Dulcideo Augusto Cezar. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 5, n. 1058, p. 1, 15 abr. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/2013>. Acesso em: 17/02/2018.

Echos e factos. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 37, n. 13531, p. 3, 06 nov. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/7765. Acesso em: 30/12/2018.

Echos e Noticias. **Folha do Norte**. Belém, Ano 1, n. 33, p. 2, 02 fev. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/101575/122>. Acesso em: 17/02/2018.

_____. **Folha do Norte**. Belém, Ano 2, n. 372, p. 2, 07 jan. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/101575/1442>. Acesso em: 17/02/2018.

Editais e avisos: comissão municipal. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 20, n. 162, p. 2, 12 jul. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/14055>. Acesso em: 25/03/2018.

Editais. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 5, n. 1093, p. 3, 06 jun. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/2139>. Acesso em: 04/03/2018.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1890. Tradução João Maia. Rio de Janeiro: Paz Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

Eleições Municipais. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 38, n. 13906, p. 4, 16 nov. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/11432. Acesso em: 05/01/2019.

ELEITOR. A candidatura Nicanor. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 680, p. 6, 29 abr. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/5925. Acesso em: 30/12/2018.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os “outsiders”**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Elyseu Cesar: a morte do brilhante jornalista e advogado. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 48, n. 24, p. 3, 28 jan. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/7961. Acesso em: 05/01/2019.

Elyseu César: homenagem da Academia Brasileira de Letras. **O Brasil**, Rio de Janeiro, Ano. 1, n. 279, p. 2, 05 fev. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028002/2064>. Acesso em: 31/12/2018.

Elyseu César: homenagem da Associação dos Artistas Brasileiros. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 34, n. 25, p. 6, 29 jan. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/27234. Acesso em: 31/12/2018.

Esmagando. **O Pará**. Belém, Ano 2, n. 604, p. 1, 08 dez. 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2364>. Acesso em: 23/09/2018.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **Primeira República, Intelectuais e Educação**: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE, João Pessoa, 2012.

Estados da União: Parahyba. **Diário de Pernambuco**. Recife, Ano 73, n. 229, p. 2, 13 out. 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_07/17296. Acesso em: 04/03/2018.

Estados da União: Rio Grande do Norte. **Diário de Pernambuco**. Recife, Ano 71, n. 157, p. 2, 13 jul. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_07/11952. Acesso em: 17/02/2018.

Expediente do governo. **O Publicador**. Cidade da Parahyba, Ano 3, n. 573, p. 1, 01 ago. 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215481/509>. Acesso em: 16/02/2018.

Faculdade Livre de Direito: Economia Política. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro. 1909, n. 66, p. 606. Disponíveis em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/39705>. Acessos em: 03/11/2018.

_____. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro. 1910, n. 67, p. 693. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/43424>. Acesso em: 03/11/2018.

_____. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, 1911, n. 68, p. 869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/47213>. Acesso em: 03/11/2018.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Uma República em festa**: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920). Dissertação (Mestre em História) - Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007, p. 10. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp056871.pdf>. Acesso em: 05/01/2019.

Fala o Dr. Elyseu Cesar. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 734, p. 3, 04 jan. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/9137. Acesso em: 30/12/2018.

FERNANDES, Jorge Batista. A Constituinte de 1890-1891: a institucionalização dos limites da cidadania. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 19, p. 53-68, 2006.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf. Acesso em: 10/01/2019.

FERREIRA, Tiago Barros. **Interiorização da República**: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015, p. 84. Disponível em: http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/MS%202012%20TIAGO_FERREIRA.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

FERRONATO, Cristiano de J. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial**: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). João Pessoa, Tese (Doutorado), Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB), 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4672/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

Festas. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 29, n. 10609, p. 5, 24 out. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/19601. Acesso em: 29/12/2018.

Festas: banquetes. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 35, n. 12843, p. 5, 09 dez. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/45321. Acesso em: 30/12/2018.

Figuras e Factos. **Revista da Semana**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 25, n. 6, p. 27, 02 fev. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/6370. Acesso em: 31/12/2018.

FLORES, Élio Chaves; DOMINGUES, Petrônio José; ROCHA, Solange Pereira. De poeta a patrono literário: fragmentos da vida de Eliseu Elias César (1871-1923). In: **XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos**: história e democracia, 2017, Brasília: Internet, v. 1. p. 1-11, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502849906_ARQUIVO_ANPUH2017E_LISEUELIASCESARREVISTO.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

FONSECA, Letícia Pedruce. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2008. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11855/11855_1.PDF. Acesso em: 02/01/2018.

FONTES, Rejane de Souza; FAY, Claudia Musa. O Papel do Aeroclube do Brasil na construção de uma política nacional de aviação brasileira. **HISTÓRIA** (SÃO PAULO), v. 36,

1-35, 2017, p. 4-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v36/0101-9074-his-36-e5.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

Foram eleitos. **O Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 190, p.1, 31 out. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028002/1422>. Acesso em: 30/12/2018.

FRAGA FILHO, Walter da Silva. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

FRANCA, C. A. M. Declaração. **O Publicador**. Cidade da Parahyba, Ano 3, n. 571, p. 3, 29 jul. 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215481/503>. Acesso em: 16/02/2018.

FREIRE, Américo. Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, 118-132, 2009, p. 123-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a07v1326.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

GALVÃO, Rafaella Valença de Andrade. **Felippe Neri Collaço**: um homem de cor, de letras e de números (1815-1894). Mestrado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2016.
Garage Guimarães: A Festa Inaugural. **O Século**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1770, p. 2, 24 mai. 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/224782/6964>. Acesso em: 29/12/2018.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição/ Tradução Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas: José Paulo Paes; revisão teórica, Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GOOGLE, INC. João Pessoa: Rua Elizeu Cesar. In: **Google Maps**. Disponível em: <https://goo.gl/maps/ZoKYALGHnJA2>. Acesso em: 09/01/2019.

_____. Recife: Rua Elizeu Cesar. In: **Google Maps**. Disponível em: <https://goo.gl/maps/5mHiwGcQX2L2>. Acesso: 09/01/2019.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

Grande festival em regosijo pela posse do Dr. Nilo Peçanha. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 871, p. 2, 12 jan. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/7239>. Acesso em: 30/12/2018.

GUAJARINO. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8259, 28 mar. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8260, 29 mar. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8263, 01 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8264, 02 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8275, 13 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8277, 15 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8283, 21 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8286, 24 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8287, 25 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8305, 13 mai. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8306, 14 abr. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8311, 19 mai. 1903. Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8318, 26 mai. 1903, Microfilmado.

_____. O Dia. **A Província do Pará**. Belém, Ano 28, n. 8322, 30 mai. 1903, Microfilmado.

IBGE. Congresso Nacional: Eleição geral dos Deputados e do terço do Senado (1912). In: **Estatísticas do Séc. XX**: populacionais, sociais, políticas e culturais. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1908_12/rep_polit1908_12aeb_27.pdf. Acesso em: 03/11/2018.

_____. Directoria Geral de Estatísticas: População do Brazil por Estados (1872, 1890, 1900 e 1910). In: **Estatísticas do Séc. XX**: populacionais, sociais, políticas e culturais. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_018.pdf. Acesso em: 03/11/2018.

_____. **Estatísticas do Século XX**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>. Acesso em: 03/11/2018.

III SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP. Estruturas e práticas eleitorais na Primeira República. (Seminário) São Paulo, 2013, p. 15. Disponível em: conferencias.fflch.usp.br/sdp/scp/IIIsem/paper/download/34/34. Acesso em: 03/01/2019.

Imprensa. **O Santelmo**. Cidade de Natal, Ano 2, n. 15, p. 1, 25 ago. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/105233/51>. Acesso em: 17/02/2018.

Indicações Uteis: Advogados. **Gazeta do Povo**. Cidade de Vitória, Ano 1, n. 1, p. 2, 15 jan. 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/715824/1>. Acesso em: 22/03/2018.

Instituto Universitário. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 22, n. 207, p. 13, 25 jul. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/14494. Acesso em: 29/12/2018.

Interior: Pará. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 17, n. 247, p. 4, 04 set. 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/23732. Acesso em: 03/11/2018.

Interior: correspondência do Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife, Ano 47, n. 223, p. 2, 30 set. 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/4056. Acesso em 17/02/2018.

Interior: Dr. Elyseu César. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 18276, p. 4, 06 jun. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/32939. Acesso em: 25/03/2018.

Interior: Pará – Congresso Político, grande solemnidade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 17, n. 312, p. 4, 08 nov. 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/24330. Acesso em: 03/11/2018.

Interior: Pará - o Congresso do Partido Republicano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 15, n. 175, p. 3, 24 jun. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/16885. Acesso em: 02/11/2018.

Interior: Pará. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 354, p. 2, 19, dez. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/8937. Acesso em: 02/11/2018.

_____. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 37, p. 2, 06 fev. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/9213. Acesso em: 02/11/2018.

Ironistas, a postos! Quem é o sr. Ascendino Cunha, novo deputado pela Parahyba. **A.B.C.** Rio de Janeiro, Ano 7, n. 312, p. 13, 26 fev. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830267/5299>. Acesso em: 30/12/2018.

Jury. **Commercio do Espírito Santo**, Vitória, Ano 7, n. 161, p. 1, 11 jul. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229687/6735>. Acesso em: 25/03/2018.

KETERER, Valérie. Mulheres de Letras no Ceará (1880-1925): dos escritos à cena pública. **Revista de Letras**, vol. 18, nº 2, p. 102-110, jul/dez, 1996, p. 106. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl18Art16.pdf>. Acesso em: 02/12/2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Leia-se! **O Estado**. Natal, Ano 2, n. 17, p. 3, 27 jan. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259349/67>. Acesso em: 17/02/2018.

LEITE, Ascendino. O pardo Elyseu Cesar. **Anuário da Parahyba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1935, p. 65-69.

LEMOS, Antônio José de. 1903, O Município de Belém. **Relatório apresentado ao**

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

_____. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. **A Micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Livros Novos. **Jornal de Recife**. Recife, Ano 37, n. 235, p. 2, 14 out. 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/34481>. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 26, n. 9154, p. 3, 27 out. 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/21302. Acesso em: 03/11/2018.

_____. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 29, n. 10450, p. 2, 18 mai. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/16915. Acesso em: 29/12/2018.

Loja União e Progresso. **Commercio do Espírito Santo**, Vitória, Ano 7, n. 97, p. 1, 27 abr. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229687/6483>. Acesso em: 25/03/2018.

LYRIO, Joaquim Côrrea et al. Comissão Municipal. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 21, n. 153, p. 3, 02 jul. 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/15244>. Acesso em: 25/03/2018

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura Social da República das Letras**. Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo, Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERREZ, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Morais. A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. **Fênix** (UFU. Online), v. 6, p. 1-14, 2009, p. 2-3. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_03_Doralice_Satyro_Maia.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

Mais uma para juntar às misérias da polícia: uma entrevista – votos para sr. Eliseu cesar. **O Combate**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 15, p. 2, 03 mar. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/764256/90>. Acesso em: 30/12/2018.

Manifestações. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 31, n. 221, p. 9, 12 ago. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/10018. Acesso em: 30/12/2018.

MARIANO, Serioja Rodrigues C. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840). In: **Saeculum**. Revista de História, João Pessoa, v. 24, p. 11-24, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/12432/7194>. Acesso em: 03/09/2018.

MARQUES, Joaquim Ricardo. Des. João Antônio de Barros Junior. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-joao-antonio-de-barros-junior/397262?inheritRedirect=false. Acesso em: 27/03/2018.

MARTINS, Eduardo. **Elyseu Elias César**: notícia biográfica. João Pessoa: 1975. (Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 22 de novembro de 1975, mimeo).

_____. Instituições paraibanas de cultura 1880-1941. In: **Revista da Academia Paraibana de Letras**. João Pessoa, nº 8, p. 175-180, setembro de 1978.

Matéria Avulsa. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 5912, p. 3, 03 maio 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/23212. Acesso em: 30/12/2018.

MATTOS, Hebe Maria. Trabalho, Voto e Guerra Civil: algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, 2011, p. 03. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299584619_ARQUIVO_paperanpuh2011.pdf. Acesso em: 03/01/2019.

_____; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**: Rio de Janeiro v. 5, n. 8, jan.-jun., p. 170-198, 2004. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

Mecenas da Mediocridade. O sr. Epitácio no passado, o sr. Epitácio no presente. **A.B.C.** Rio de Janeiro, Ano 6, n. 303, p. 12, 25 dez. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830267/5134>. Acesso em: 30/12/2018.

MEDEIROS, Irani. **Chica Barrosa**: a rainha negra do repente. João Pessoa: Ideia, 2009. Meeting. **Jornal de Recife**. Recife, Ano 41, n. 68, p. 2, 27 mar. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/39409>. Acesso em: 17/03/2018.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistência. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/ SEC/ A União, 1994.

MELO, Aláudio de Oliveira. O centenário de Antônio José de Lemos - O “velho Lemos”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Vol. XIII, Belém, 1952-1965.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes**: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280992>. Acesso em: 05/01/2019.

MICHAELIS. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/uxoricídio/>. Acesso em: 02/01/2019.

Ministério da Justiça. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 38, n. 13981, p. 4, 30 jan. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/12146. Acesso em: 31/12/2018.

Ministério Público. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 63, p. 2, 17 mar. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/8798>. Acesso em: 25/03/2018.

Ministério Público: resolução n. 37. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 262, p. 1, 07 nov. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/9589>. Acesso em: 25/03/2018.

Missas. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Ano 97, n. 56, p. 5, 28 fev. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_11/7935. Acesso em: 31/12/2018.

Moção de apoio: o sr. Epitácio recebe um telegramma dos seus coestadanos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 19, n. 7686, p. 3, 16 mar. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/918. Acesso em: 30/12/2018.

Momento político: o meeting de amanhã. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 37, n. 13547, p. 3, 22 nov. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/7925. Acesso em: 30/12/2018.

MORAES, Evaristo de. **Criminalidade passional**. O homicídio e o homicídio – suicídio por amor. São Paulo: Saraiva, 1933.

MORAES, Raymundo. Elyseu Cesar. **Era Nova**, n. 41, 1923.

Morreu Hoje, o Dr. Elyseu Cesar. **A Rua**, Cidade do Rio de Janeiro, Ano 10, n. 25, p. 3, 27 jan. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/236403/11910>. Acesso em: 31/12/2018.

MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em festa (1890-1911)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008, p. 85. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4321/1/Dissertacao_RepublicaParaenseFesta.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

MOURÃO, G. **A Revolução de 1817 e a História do Brasil**: um estudo de história diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/595-Revoluc%e3o%20de%201817%20e%20a%20Historia%20do%20Brasil%20A.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

Multas. **O Pará**. Belém, Ano 1, n. 96, p. 2, 23 mar. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/390>. Acesso em: 17/02/2018.

Música: S. U. dos Professores de Orchestra. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 569, p. 11, 07 jan. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/4690. Acesso em: 30/12/2018.

Na Câmara o deputado Mauricio Lacerda analisa a personalidade do chefe de polícia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 5733, p. 2, 05 nov. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/21118. Acesso em: 29/12/2018.

Na expectativa da voz das urnas: o Dr. Elyseu Cesar fala-nos da sua candidatura e do seu programa. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 3302, p. 7, 18 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/2635. Acesso em: 30/12/2018.

Nacionalização da pesca: Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. **O Imparcial**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 10, n.1364, p. 8, 11 set. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/7769. Acesso em: 30/12/2018.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVA, Matheus Alves Duarte da. A peste bubônica no Rio de Janeiro e as estratégias públicas no seu combate (1900-1906). **Territórios e Fronteiras** (Online), v. 6, p. 109-124, 2013. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/viewFile/236/pdf>. Acesso em 08/12/2018.

Necrologia. **Folha do Norte**. Belém, Ano 2, n. 467, p. 3, 12 abr. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/101575/1817>. Acesso em: 17/02/2018.

NETTO, Santos. **Perfis do Norte**. H. Garnier, Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: <https://archive.org/details/perfisdonortesano00sant>. Acesso em: 04/01/2019.

NEVES, Luciana Rumão. **Memória e esquecimento**: André Rebouças para o Movimento Negro Brasileiro. Dissertação em Memória Social – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Dissertações/Diss350.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

NEVES, Margarida de Sousa. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano**: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4. P. 14 a 44, 2003.

No Conselho Municipal: As contestações hontem apresentadas sobre as ultimas eleições para intendentes. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 12, n. 3947, p. 3, 27 nov. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/7906. Acesso em: 31/12/2018.

No retiro da América em São Cristovão. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1642, p. 2, 08 jan. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/13089>. Acesso em: 04/01/2019.

NÓBREGA, Apolônio. Bacharéis paraibanos de Olinda e Recife de 1832 a 1960. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, V. 262, janeiro-março, 1964.

NÓBREGA, Seráfico. Discurso de posse. In: **Revista da Academia Paraibana de Letras**: João Pessoa, nº 6, p. 275-302, dezembro de 1955.

Nomeação desfeita. **O Estado**. Natal, Ano 2, n. 16, p. 2, 20 jan. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259349/62>. Acesso em: 17/02/2018.

Notas e Notícias: o Novo Conselho. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 47, n. 244, p. 1, 17 out. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/7261. Acesso em: 30/12/2018

Notas Políticas. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1745, p. 12, 31 jan. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/5109. Acesso em: 30/12/2018.

Notas Políticas: o sr. Metello Júnior, apesar de posto a margem de todas as combinações pelos “independentes”, quer ficar com eles. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1740, p. 1, 26 jan. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/5040. Acesso em: 30/12/2018.

Notas Sociaes: Banquetes. **A Rua**. Cidade do Rio do de Janeiro, Ano 2, n. 190, p. 2, 12 jul. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/236403/1396>. Acesso em: 30/12/2018.

Notas Sociaes: Viajantes. **O Imparcial**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 2, n. 247, p. 6, 08 ago. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/3088. Acesso em: 29/12/2018.

Notícia Avulsa. **A Pinça**. Cidade da Parahyba, Ano 1, n. 3, p. 1, 27 mar. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/758698/1>. Acesso em: 17/02/2018.

_____. **Gazeta da Parahyba**. Cidade da Parahyba. Ano 2, n. 371, p. 2, 18 ago. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/808865/1087>. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 17, n. 255, p. 1, 12 set. 1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/4170. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **Gazeta Litteraria**. Cidade de Vitória, Ano 1, n. 1, p., 01 jan. 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/733490/3>. Acesso em: 25/03/2018.

_____. **Gazeta Postal**. Cidade de Belém, Ano 4, n. 83, p. 2, 11 ago. 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/820830/145>. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 92, p. 1, 22 abr. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/10137>. Acesso em: 25/03/2018.

_____. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 18, n. 78, p. 1, 06 abr. 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/11293>. Acesso em: 25/03/2018.

_____. **O Estado**. Natal, Ano 1, n. 7, p. 2, 15 nov. 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259349/26>. Acesso em 17/02/2018.

_____. **O Governista Parahybano**. Cidade da Parahyba, n. 55, p. 3, 07 jun. 1851. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/817473/191>. Acesso em: 16/02/2018.

_____. **O Pará**. Belém, Ano 2, n. 652, p. 2, 06 fev. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2553>. Acesso em: 05/01/2019.

_____. **O Pará**. Belém, Ano 3, n. 797, p. 3, 22 ago. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2888>. Acesso em: 23/09/2018.

_____. **O Santelmo**. Cidade de Natal, Ano 2, n. 13, p. 4, 05 ago. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/105233/46>. Acesso em: 17/02/2018.

Noticiário. **Diário da Parahyba**. Cidade da Parahyba, Ano 1, n. 141, p. 1, 25 jul. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809144/188>. Acesso em: 18/02/2018.

Noticiário. Sociedade Santa Cruz. **Diário da Parahyba**. Cidade da Parahyba, Ano 1, n. 132, p. 1, 15 jul. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809144/152>. Acesso em: 18/02/2018.

NOVAIS, Celso Otávio. Discurso de posse. In: **Revista da Academia Paraibana de Letras**: João Pessoa, nº 8, p. 15-27, setembro de 1978.

Novo Jornal. **O Imparcial**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 3, n. 654, p. 4, 16 out. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/8246. Acesso em: 29/12/2018.

O Centro Cívico Sete de Setembro rende homenagem ao dr. Paulo Frontin. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 18, n. 7281, p. 4, 02 fev. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/38093. Acesso em: 30/12/2018.

O Conselho de Justiça do General Figueiredo Rocha. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 46, n. 80, p. 1. 22 mar. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/3493. Acesso em: 30/12/2018.

O Conselho de Justiça impronunciou o general Figueiredo. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 46, n. 88, p. 3, 31 mar. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/3547. Acesso em: 30/12/2018.

O Correio. **Gazeta do Sertão**. Cidade de Campina Grande, Ano 2, n. 42, p. 1, 11 out. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213667/231>. Acesso em: 18/02/2018.

_____. **O Estado**. Natal, Ano 2, n. 22, p. 1-2, 03 mar. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259349/86>. Acesso em: 17/02/2018.

O crime do Largo da Lapa. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 22, n. 8557, p. 3, 09 ago. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/11440. Acesso em: 30/12/2018.

O deputado Arthur Lemos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 15, n. 14, p. 2, 14 jan. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/15650. Acesso em: 02/11/2018.

O Direito e o Fôro: Jury. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 5, n. 1242, p. 2, 30 jan. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/11495. Acesso em: 31/12/2018.

O Estado do Rio e a convocação do Congresso para o dia 9. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 5792, p. 1, 03 jan. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/21812. Acesso em: 30/12/2018.

O jury de hoje: o crime do tenente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 30, n. 192, p. 4, 12 jul. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/3269. Acesso em: 30/12/2018.

O jury de ontem: o crime do tenente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 30, n. 197, p. 9, 17 jul. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/3346. Acesso em: 30/12/2018.

O jury do tenente Abreu: debates entre acusação e defesa. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 10, n. 3089, p. 4, 17 jul. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/1059. Acesso em: 30/12/2018.

O momento internacional. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 33, n. 11886, p. 3, 24 abr. 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/34790. Acesso em: 30/12/2018.

O novo Conselho Municipal: foram proclamados e tomaram compromisso vinte e dous intendentes. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 12, n. 3952, p. 3, 01 dez. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/7959. Acesso em: 31/12/2018.

O regresso do presidente da República: a grande manifestação de hoje. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 38, n. 13705, p. 3, 29 abr. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/9465. Acesso em: 30/12/2018.

O regresso do sr. Epitácio. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1283, p. 3, 22 jul. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/24728. Acesso em: 30/12/2018.

OFFICE OF THE HISTORIAN. Charles Page Bryan (1856-1918). In: **United States Department of State**. Disponível em: <https://history.state.gov/departmentshistory/people/bryan-charles-page>. Acesso em: 08/12/2018.

OLIVEIRA NETO, João Matias de. **Cinzas dos mortais, chamas da imortalidade**: um estudo sobre trajetórias e sucessões na Academia Paraibana de Letras. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2013. Disponível em: <http://ppgcs.sti.ufcg.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Dissertação-COMPLETA-PARA-PDF.pdf>. Acesso em: 11/01/2019.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

ORESTES, Barbosa. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3200/orestes-barbosa>. Acesso em: 03/01/2019. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

Os Estados: Maranhão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 22, n. 245, p. 11, 01 set. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/15206. Acesso em: 29/12/2018.

Os pilotos marítimos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano 26, n. 279, p. 6, 05 out. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/35402. Acesso em: 30/12/2018.

Para fiscalizar casas de penhor. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 21, n. 8144, p. 3, 20 jun. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/6663. Acesso em: 30/12/2018.

Pará Político: Um prometimento do Marechal? – os lemistas no poder. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, n. 98, p. 8, 07 abr. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/29713. Acesso em: 29/12/2018.

Pará: A viagem do dr. Deoclecio. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 36, n. 104, p. 4, 14 abr. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/26509. Acesso em: 03/11/2018.

Parahyba do Norte. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 20, n. 292, p. 1, 22 out. 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/10689. Acesso em: 04/03/2018.

PARANHOS, Silva. Collaboradores. **Arquivo Vermelho**. Rio de Janeiro, n. 9, p. 3, maio 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/347841/255>. Acesso em: 30/12/2018.

Parte Oficial: Ministério da Justiça. **Diário de Pernambuco**. Recife, Ano 67, n. 52, p. 1, 06 mar. 1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_07/2785. Acesso em: 18/02/2018.

Passageiros entrados no Santos. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 18163, p. 7, 11 fev. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/31978. Acesso em: 25/03/2018.

Pela República. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 5, n. 1038, p. 2, 18 mar. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/1934>. Acesso em: 17/03/2018.

Pela República. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano 23, n. 86, p. 1, 27 mar. 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15981. Acesso em: 17/03/2018.

Pelos Estados: Pernambuco. **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, Ano 16, n. 357, p. 2, 28 dez. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/14808>. Acesso em: 17/03/2018.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Imprensa e política no Brasil: A militância jornalística do proletariado**. Rio de Janeiro: E-papers 2007.

PESSANHA PÓVOA. **Literatura Digital**. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=5522>. Acesso em: 27/03/2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Tese em História – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281270/1/Pinto_AnaFlaviaMagalhaes_D.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

PINTO, Côrrea. **Antônio Lemos**. Rio de Janeiro, 1973.

PINTO, Jefferson de Almeida. Dom Frei Caetano Brandão: historiografia, memória e ideias políticas. In: **XVII Encontro de História da ANPUH-Rio**, 2016, Nova Iguaçu (RJ). XVII Encontro de História da ANPUH-Rio - Entre o local e o global. Nova Iguaçu (RJ), 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471208433_ARQUIVO_JeffersondeAlmeidaPinto.pdf. Acesso em: 18/11/2018.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernização na construção da capital capixaba. **Saeculum** (UFPB), v. 01, p. 94-106, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/11344/6458>. Acesso em: 03/09/2018.

PIS, Maneken. Na Câmara...escura: revelando chapa. **O Malho**. Rio de Janeiro, Ano 20, n. 981, p. 26, 02 jul. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/45447>. Acesso em: 30/12/2018.

Política & Políticos. **Gazeta Suburbana**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 11, n. 567, p. 1, 20 nov. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830364/787>. Acesso em: 30/12/2018.

Política do Districto. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 32, n. 11434, p. 6, 27 jan. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/30618. Acesso em: 30/12/2018.

Política do Districto. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 39, n. 14313, p. 4, 28 dez. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/15750. Acesso em: 31/12/2018.

Política e Políticos. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 4, n. 1168, p. 2, 04 nov. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/10659. Acesso em: 30/12/2018.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das desigualdades**: Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902). Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Prefeitura do Districto Federal: Publicação Diaria dos Actos Officiaes. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 30, n. 11030, p. 6, 19 dez. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/25787. Acesso em: 30/12/2018.

Presidência da república: Audiência Marcada. **O Jornal**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 730, p. 8, 19 jun. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/6531. Acesso em: 30/12/2018.

Promotor da Justiça. **Commercio do Espírito Santo**, Vitória, Ano 7, n. 95, p. 1, 23 abr. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229687/6471>. Acesso em: 25/03/2018.

Recife. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Ano 86, n. 108, p. 2, 18 abr. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/10203. Acesso em: 29/12/2018.

Recife. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Ano 86, n. 45, p. 2, 14 fev. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/9072. Acesso em: 29/12/2018.

Resultado do pleito de ante-hontem. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 22, n. 8640, p. 1, 31 out. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/12432. Acesso em: 30/12/2018.

Resultado do pleito de hontem no Districto Federal. **O Combate**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 6, p. 6, 21 fev. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/764256/38>. Acesso em: 30/12/2018.

Reunião acadêmica. **Jornal de Recife**. Recife, Ano 41, n. 59, p. 3, 14 mar. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/37978>. Acesso em: 17/03/2018.

Reunião. **Diário da Parahyba**. Cidade da Parahyba, Ano 1, n. 208, p. 1, 14 out. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809144/380>. Acesso em: 17/02/2018.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 57, p. 443-479, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/218/21831470006.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.

ROCHA, Solange Pereira. Eliseu Elias César, de tipógrafo a patrono literário: memórias e histórias sobre um letrado negro. In: ROCHA, Solange; GUIMARÃES, Matheus. (Org.). **Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial - Travessias Atlânticas e a Paraíba Afro-diaspórica - volume 1**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018, v. 1, p. 346-365.

_____. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História (UFPE), 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7133/1/arquivo3323_1.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

_____. População, compadrio e trajetórias de pessoas negras na cidade da Parahyba Oitocentista. **Saeculum**, v. 33, p. 183-199, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/27722/14903>. Acesso em: 03/09/2018.

_____; FLORES, Élio Chaves. **Biblioteca Virtual Consuelo Pondé**. 2017; Tema: ELISEU ELIAS CÉSAR: um letrado negro no Brasil da pós-abolição. (Site). Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=197>. Acesso em: 20/05/2019.

_____; FLORES, Élio Chaves. Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de história, biografias e sociabilidades. In: OLIVEIRA, Ariosvalber de S.; SILVA, Moisés A; AIRES, José Luciano Q. (Org.). **Confluências do Axé: refletindo os desafios e possibilidade de uma educação para as questões étnico-raciais**. João Pessoa: Editora CCTA, v. 1, p. 1-24, 2015.

_____; FLORES, Élio Chaves; DOMINGUES, Petrônio. DE POETA A PATRONO LITERÁRIO: fragmentos da vida de Eliseu Elias César (1871-1923). In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia** Tipo de Suporte: Internet, 2017. v. 1. p. 1-11. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953101_0a36d74d1d29b9a808b5d754003f445d.pdf. Acesso em: 20/05/2019.

_____; FLORES, Élio Chaves; DOMINGUES, Petrônio. Eliseu César e as “Algas” de um poeta negro. **Revista Prâxis**: Novo Hamburgo. A. 16, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiKtPygrKriAhWtD7kGHQp3AHUQFjAAegQIABAC&url=https%3A%2F>

http://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/download/1785/2312&usg=AOvVaw1J_PCS68R8iEalB3r6cuZ8. Acesso em: 20/05/2019.

_____; FLORES, Élio. “DIZEIS, SENHORA, AMAR A POESIA”: formação, sociabilidades e escrita negra na obra “Algas” de Eliseu Elias César (1871-1894). In: **Anais Digitais do XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB: História: desafios do ensino, da pesquisa e da extensão no tempo presente**: 30 de julho a 03 de agosto de 2018 / Realização: ANPUH-PB. – João Pessoa, 2018, p. 822-830. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_18eeh_anpuhpb/Anais_XVIII_EEH_ANPUH-PB.pdf. Acesso em: 20/05/2019.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época**: história política do Pará. 2ed. revista e ampliada. Belém, CEJUP, 1996.

_____. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph Editora Ltda, 1976.

RODRIGUES, João Carlos. **O negro brasileiro e o cinema**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na belle époque capixaba**: espaço urbano, poder e sociedade. São Paulo: Tese (doutorado), USP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-140816/pt-br.php>. Acesso em: 03/09/2018.

S. B. “A Unitiva”. **Gazeta Suburbana**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 10, n. 546, p. 2, 19 jun. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830364/624>. Acesso em: 30/12/2018.

SANTIAGO, Emerson. Barbados. In: **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/america/barbados/>. Acesso em: 22/11/2018.

SANTOS, Aline Tosta dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. **Em Debate** (PUCRJ. Online), v. 8, 2009, p. 02. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDF>. Acesso em: 03/01/2019.

SANTOS, Felipe Martins. **Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo Frontin na Primeira República (1896-1911)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPHR, 2017, p. 28. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5019012. Acesso em: 02/01/2019.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Dicionário Literário da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

SANTOS, Julio César Pereira dos Santos. **Literatura, política e jornalismo nos Oitocentos: uma análise sobre o paraibano Manoel Pedro Cardoso Vieira**. (Monografia). Guarabira: UEPB, 2016. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11342/1/PDF%20-%20Julio%20César%20Pereira%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

SAYAO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 35, p. 131-154, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00131.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Secção Livre: Festa de Nossa Senhora de Nazareth, no Mosqueiro, no anno de 1900. **O Jornal**. Belém, Ano 1, n. 14, p. 3, 30 set. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/169250/53>. Acesso em: 23/09/2018.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. Dissertação em História (PPGH-UFPB), João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9616/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

Senhores eleitores do 1º districto da capital federal. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 9, n.1762, p. 9, 18 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/5298. Acesso em: 30/12/2018.

Serviço Nacional: Para'. **O Século**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 3, n. 658, p. 1, 19 out. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/224782/2669>. Acesso em: 03/11/2018.

Serviço Telephonico: Santos – Dr. Elyseu Cesar. **A Gazeta**. São Paulo, Ano 9, n. 2490, p. 8, 05 jun. 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763900/1056>. Acesso em: 25/03/2018.

Sete Horas. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 786, p. 3, 19 out. 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/6619>. Acesso em: 29/12/2018.

Sete Horas. **O Imparcial**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 3, n. 678, p. 2, 09 nov. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/8516. Acesso em: 29/12/2018.

SILVA JUNIOR, Juarez Clementino da. **Um negro de poder no Amazonas da Primeira República**: Monteiro Lopes, o jurista e deputado (1892-1910). Manaus-AM: UFAM-Programa de Pós-Graduação em História [Dissertação de Mestrado], 2016. Disponível em: https://bdtd.ufam.edu.br/bitstream/tede/6552/6/Dissertação_Juarez%20Silva%20Junior. Acesso em: 28/06/2019.

SILVA, Erminia. **Circo-teatro**: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil – São Paulo: Altana, 2007. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Circo-teatro-Benjamim-de-Oliveira-e-Teatralidade.pdf>. Acesso em: 11/01/2019.

SILVA, Honorio A. Eleições Municipais. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 12, n. 3917, p. 7, 27 out. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/7577. Acesso em: 03/01/2019.

SILVA, José Bento Rosa da. **Do Porão ao Convés**: Estivadores de Itajaí (SC) - Entre a Memória e a História. Tese em História – UFPE, Recife, 2011.

SILVA, Leandro de Almeida. **O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**. Dissertação em História (UFJF - PPGH), Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Leandro-de-Almeida-Silva.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

SILVA, Luara dos Santos. **‘Etymologias Preto’**: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação em Relações Etnicorraciais – CEFET, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.dippg.cefet-rj.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1737&tmpl=component&format=raw&Itemid=23. Acesso em: 03/09/2018

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade**: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888). Dissertação em História – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9529/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

SILVINO, Antonio. Chumbos meudos. **O Malho**. Rio de Janeiro, Ano 20, n. 959, p. 26, 29 jan. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/44536>. Acesso em: 30/12/2018.

SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)**. Vitória: Dissertação (mestrado), UFES, 2004. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/3396/1/tese_3397_José_Cândido_Rifan_Sueth.pdf. Acesso em: 03/09/2018.

TABULEIRO DE XADREZ. **Octavio Trompowsky**. Disponível em: <https://www.tabuleirodexadrez.com.br/octavio-trompowsky.html>. Acesso em: 04/01/2019.

Telegrammas. **A Notícia**. Rio de Janeiro, Ano 13, n. 37, p. 3, 12 fev. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/12455>. Acesso em: 03/11/2018.

_____. **Diário de Pernambuco**. Recife, Ano 65, n. 96, p. 1, 30 abr. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_06/22361. Acesso em: 18/02/2018.

TIEDE, Livia Maria. **Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp) - Dissertação em História, 2005, p. 35. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279798/1/Tiede_LiviaMaria_M.pdf. Acesso em: 18/09/2018.

Tiradentes. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 18, n. 89, p. 1, 20 abr. 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/11337>. Acesso em: 25/03/2018.

Tribunal do Jury. **A União**. Cidade da Parahyba, Ano 4, n. 918, p. 2, 04 out. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171239/1454>. Acesso em: 04/03/2018.

_____. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória, Ano 17, n. 159, p. 1, 11 jun. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229644/9181>. Acesso em: 25/03/2018.

Últimas Informações. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1764, p. 12, 20 fev. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/5325. Acesso em: 30/12/2018.

Um Grande Comicio. **A Razão**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 4, n. 848, p. 1, 09 abr. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/6647>. Acesso em: 30/12/2018.

Um julgamento sensacional, o de Alexandrina: O defensor dr. Elyseu Cesar empolga o jury. **O Imparcial**. Rio de Janeiro. Ano 10, n. 1357, p. 3, 10 ago. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/11184. Acesso em: 03/01/2019.

Um novo órgão de imprensa. **A Época**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 784, p. 2, 17 out. 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720100/6604>. Acesso em: 29/12/2018.

Uma sessão no C. R. 15 de novembro. **A Noite**. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 3285, p. 6, 30 jan. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/2452. Acesso em: 30/12/2018.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. **República Sim, Escravidão Não: O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República**. Dissertação em História – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1464.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.

VASCONSELLOS, Antônio Joaquim de. Secção livre: ao publico. **O Estado da Parahyba**. Cidade da Parahyba, Ano 2, n. 139, p. 3, 13 jan. 1891. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/ESTADO_DA_PARAHYBA/ANO%20II/ESTADO%20DA%20PARAHYBA_13-01-1891.pdf. Acesso em: 04/03/2018.

VENTURA, Denis Caramigo. Pronúncia e impronúncia no Tribunal do Júri: O princípio constitucional previsto no artigo 5º, LVII (presunção de inocência) não pode ser afastado, em hipótese alguma, também, no tribunal do júri. Não há lógica para que isso ocorra. **Direito Net**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8517/Pronuncia-e-impronuncia-no-Tribunal-do-Juri>. Acesso em: 01/01/2019.

Viajantes. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 28, n. 10078, p. 3, 10 mai. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/11766. Acesso em: 29/12/2018.

_____. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 30, n. 10714, p. 6, 06 fev. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/21468. Acesso em: 29/12/2018.

_____. **O Paiz**. Rio de Janeiro, Ano 30, n. 10749, p. 3, 13 mar. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/21947. Acesso em: 29/12/2018.

Vida elegante. **O Malho**. Rio de Janeiro, Ano 17, n. 808, p. 23, 09 mar. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/36380>. Acesso em: 30/12/2018.

Vida Social. **A Razão**. Cidade do Rio de Janeiro, Ano 3, n. 732, p. 5, 23 dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/5905>. Acesso em: 30/12/2018.

VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”**: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015, p. 14. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6236/1/Dissertacao_CidadeBichosPoder.pdf. Acesso em: 04/01/2019.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Voto, representação política e soberania popular na república brasileira. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 41, 14-39, 2015, p. 26. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/20448/13376>. Acesso em: 05/01/2019.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Sr. Sidão Manoel Inácio e a conquista da cidadania: o campesinato negro do Morro Alto e a República que foi. **Revista Brasileira de História** (Online), v. 35, p. 59, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00059.pdf>. Acesso em: 03/09/2018.